

Mário Beja Santos

**Leituras
Inextinguíveis**
Volume I

MAIS RIBATEJO

Índice

Apresentação.....	1
Amigos até ao fim, uma obra-prima de John le Carré.....	2
Kaputt, nunca a ferocidade humana e a bestialidade da guerra tiveram melhor relato.	5
Um Crime no Expresso do Oriente, por Agatha Christie.....	9
A única obra de crime e mistério escrita por John le Carré	12
Declínio e Queda das Vanguardas do Século XX, por Eric Hobsbawm.....	15
Dimensões do Século XX (1900-1945), por Robert L. Delevoy.....	18
O Esplendor de Portugal, obra-prima absoluta de António Lobo Antunes	22
O Mistério da Grande Pirâmide, por Edgar P. Jacobs	25
Crónica dos Feitos por Guidage, por Salgueiro Maia	29
O Delfim, obra-prima absoluta de José Cardoso Pires	33
O Príncipezinho contado às crianças (e então os adultos?).....	36
Álbum das Glórias, a nossa Capela Sistina do desenho de humor.....	39
A era do vazio: reedição de um ensaio seminal de Gilles Lipovetsky	44
O estilo do mundo: o jornalismo como esgoto noticioso	46
Procurar entender esta sociedade de relações descartáveis.....	49
Quando uma fotografia vale por mil palavras.....	53
O meu amigo Jules Maigret, detetive de eleição	59
Conhecimento do inferno, por António Lobo Antunes.....	64
Baía dos Tigres, por Pedro Rosa Mendes, uma obra-prima na descida aos infernos....	68
O Túnel de Pombos, por John le Carré	78
O massacre português de Wiriamu: uma extraordinária investigação.....	81
Debaixo de algum céu, por Nuno Camarneiro	85
Quando a figura principal prima pela ausência – Rebeca, a obra-prima de Daphne du Maurier	88
À noite, todas as nossas bibliotecas cospem vulcões	92
A Viúva do Enforcado, por Camilo Castelo Branco.....	95
Nunca se escreveu tão belo sobre a Serra d’Aires e Candeeiros	98
Acuso!, por Emílio Zola	102
William Shakespeare é o maior, o seu teatro do mundo continua a empolgar no nosso tempo	106
A metáfora do amor eterno, o génio de Gabriel García Márquez	110

A simplicidade luminosa das narrativas de Françoise Sagan	114
Memorial do Convento, por José Saramago	117
Joaninha dos Olhos Verdes ou a aurora da moderna literatura portuguesa.....	122
As Memórias de Adriano, por Marguerite Yourcenar: Onde se demonstra que as obras-primas são monumentos sem idade	126
Estaline, o mais glorificado ditador do século XX.....	130
Alves & C. ^a , a paródia dos brandos costumes à portuguesa.....	134
O Estilo do Mundo, a vida no capitalismo de ficção, por Vicente Verdú	137
Chiado, O Peso da Memória, a extrema vivacidade do jornalismo cultural	141
A suprema mestria de um ódio conjugal a 78 rotações.....	144
Um pedaço de plástico que revolucionou as transações do mercado	147
Um <i>Te Deum</i> retumbante e satírico para a sociedade portuguesa do fim do século XX	151
Essa ténue fronteira entre o Bem e o Mal, os tormentos do colonialismo	155
Preencher verdadeiramente a vida que nos resta	159
A crónica estarrecedora da derrocada de uma comunidade agrária, na gândara	163
A sátira a Salazar que Marcello Caetano não proibiu	166
Nunca a memória do mundo rural alcançou o cume poético de Platero e Eu	173
Lembrar depois da queda do Muro de Berlim a espionagem nos tempos da Guerra Fria	176
O que é ser português, segundo José Mattoso	180
As aldeias serranas da Serra da Lousã.....	183
Quando descobri que a sociedade de consumo é a esfera celeste da política dos consumidores	187
O Bem-comum, elogio da solidariedade, por Riccardo Petrella	191
Toffler, o gigante da análise social que previu a colisão brusca com o futuro	194
De novo Alvin Toffler, as suas memoráveis previsões em 1980 para o mundo em que vivemos.....	197

Apresentação

Estes são os meus livros de ler e reler, eu e a circunstância de uma aventura humana

Quero em primeiro lugar agradecer ao Diretor de Mais Ribatejo, o meu estimado João Baptista, ter aceite uma proposta que lhe fiz para estas leituras inextinguíveis, assim apresentadas: leituras do passado que não passam de moda, que ultrapassam por direito próprio a cultura do efémero, que roçam as dimensões do cânone da arquitetura, da estética e do estilo, tidas por obras-primas, mas gentilmente remetidas para as estantes, das bibliotecas públicas ou privadas. Livros ensinadores, tantas vezes, e injustamente, tratados como literatura de entretenimento. Não é por acaso que se começa por John le Carré, um dos maiores escritores britânicos do nosso tempo, erradamente classificado como autor de livros de espionagem, quando toda a sua dimensão é um alerta para as manipulações e safadezas da contemporaneidade, com espões ou sem eles.

Seria tautológico declarar que não passam de nótulas pessoais, um tanto desordenadas, redigidas ao sabor de impulsos, após releituras, numa atmosfera de perfeito descomprometimento, daí o leitor se aperceber facilmente que há memórias profissionais, apreciações íntimas, até recordações de viagens e férias, lembranças de uma guerra colonial, mas sempre agarrado ao bordão de que este ou aquele livro foram de tal modo marcantes que se tornaram duradouros, para quem agora os oferece ao leitor. Quando frequento a Feira da Ladra, assim que apanho um exemplar de *Kaputt*, de Curzio Malaparte, ou *Platero e Eu*, de Juan Ramón Jiménez, compro-os imediatamente, fazem parte do meu lote de ofertas afetivas.

Neste primeiro volume deixei deliberadamente omitidas obras fundamentais da minha formação, caso de alguns clássicos da literatura portuguesa, e cito ao acaso Raúl Brandão, Vitorino Nemésio, Herberto Helder, Mário Cesariny, Sophia de Mello Breyner Andresen, ou Rúben A., entre tantos outros. Haverá oportunidade para me afoitar a tal empreitada.

E tendo-se aproximado o período natalício, propus ao João Baptista que se oferecesse aos assinantes, leitores e amigos de Mais Ribatejo um livro online sobre cerca de um pouco mais de cinquenta leituras inextinguíveis, para juntarmos às alegrias do consolo familiar e das partilhas do Advento a riqueza verbal aqui tão condensada, para vos dar companhia nesta quadra festiva.

E despeço-me de assinantes, leitores e amigos e de quem faz Mais Ribatejo com votos de mil alegrias natalícias e de que 2023 nos faça reaver uma atmosfera de paz e de mais concórdia. E muito obrigado a quem me quiser ler.

Amigos até ao fim, uma obra-prima de John le Carré

John le Carré, ao contrário do que alguns snobs alvitram, é um mago da escrita onde a espionagem, as aventuras e as traições são meros ingredientes para compor tramas não só originais como extremamente contemporâneas ao mundo em que vivemos, oferecendo-nos um nível literário que podemos considerar digno de emparceirar na literatura clássica. É verdade que escreveu o mais importante livro sobre a espionagem em tempos de Guerra Fria, o inultrapassável *O Espião que Veio do Frio*. Mas findo esse período, o seu génio não estiolou, pelo contrário, sempre atento às múltiplas peripécias e transformações, foi escrevendo sobre barbaridades da indústria farmacêutica, a formação de exércitos privados, as tensões no Próximo Oriente, o que se passou com os velhos espiões que afinal não passaram à reforma e engrenaram em novas causas, entre outras originalidades.

Amigos Até ao Fim, por John le Carré, Círculo de Leitores, 2004, licença de Publicações D. Quixote, desenvolve-se numa densa espiral à volta da história de dois amigos, Ted Mundy, filho expatriado de um oficial do Exército britânico, mobilizado para o Paquistão, e Sacha, um radical alemão, pequenote, claudicante, mas com uma mente brilhante e uma vontade inquebrantável. O destino pô-los juntos em Berlim nos anos 1960, ambos anarquistas e com vivência comunitária. Iremos percorrer a carreira de Ted, desde a vida diplomática até guia turístico num castelo de Luís da Baviera; entretanto, Sacha desaparece da cena e reencontram-se dez anos depois numa receção, Sacha, para estupefação de Ted, é agora funcionário da Alemanha de Leste e propõe a Ted uma operação de espionagem: passar segredos de Estado para o Ocidente, apoiando-se nas tarefas diplomáticas, ainda que menores, que Ted desempenha no Leste, sob o disfarce de funcionário do British Council. Andamos numa corrediça entre o passado e o presente, Ted, depois de tanta vicissitude, parece ter encontrado o seu ninho de amor com uma turca, chega de aventuras. Tudo isto é descrito com vivacidade, assim saltamos até ao Paquistão, depois vêm os estudos em Inglaterra, chegamos à Alemanha, a Berlim Ocidental anda efervescente, aí nasce uma fortíssima amizade entre Ted e Sacha, íntima, muito calorosa (“As relações de amizade têm de aprofundar-se, ou morrem. Recebes o que é necessário para uma sociedade harmoniosa e nada mais. O amor fraterno, a partilha natural, o respeito mútuo”).

E John le Carré, dentro deste bordado que se irá transformar numa teia de aranha, afasta-os, estamos agora centrados em Ted Mundy, faz jornalismo e biscata, e depois encontra trabalho no British, vem casamento e filho. Quando tudo parece sedimentar-se e o fogo da juventude ficar para trás, dá-se o assombroso reencontro com Sasha, passara de anarquista a marxista leninista, estava agora dececionado, interessa-se em trair, é preciso que a mentira comunista se desmorone. John le Carré faz sair da cartola um autocarro psicadélico com um grupo de teatro que serve às mil maravilhas para que, a pretexto do teatro de Shakespeare, Sasha lhe entregue os tais segredos de Estado, tão

importantes que os Serviços Secretos Britânicos os repartem com os Primos, ou seja, a CIA. Esta irá entrar em campo, a seu tempo.

Desmorona-se o Muro de Berlim, o impensável acontece, vem aí a reunificação. A vida familiar de Ted estiolou após o divórcio, ele regressa ao mundo do passado. E Sasha surge de novo. Ted tivera um instituto de línguas em Heidelberg, um sócio especializado em gestão danosa levou o negócio à ruína. Sasha irá surgir naquele universo do radicalismo islâmico, vem inflamado, encontrou patrono para uma academia que irá funcionar como altifalante de alternativa ao capitalismo. É neste novo contexto, em que se prepara a invasão do Iraque e é montada uma operação que pretende mostrar ao mundo que esse mesmo radicalismo islâmico tem acolhimento no mundo ocidental.

As derradeiras páginas desta obra-prima oscilam entre solilóquios premonitórios, Ted apercebe-se que foi atraído para uma cilada, vagueia à volta da escola, anda confuso, os Serviços Secretos britânicos deram-lhe passaportes para ele e Sasha, urge que eles desapareçam, fora montada uma trama ignóbil. E rebentam explosões, os amigos reencontram-se, foram vítimas de uma cabala, mas são demonstradamente amigos até ao fim.

O cinismo, o maquiavelismo de todo este ardid, fica para o fim, como o autor relata:

“O cerco de Heidelberg, como se tornou imediatamente conhecido nos media de todo o mundo, desencadeou ondas de choque através das cortes da Velha Europa e de Washington e foi um sinal claro para todos os críticos da política americana de imperialismo democrático-conservador.

Durante cinco dias inteiros a imprensa e a televisão foram obrigadas a respeitar qualquer coisa de parecido com um silêncio estupefacto. Havia manchetes sensacionais, mas não havia notícias substanciais, pela boa razão de que as forças de segurança tinham agido dentro de uma espécie de estúdio cinematográfico vedado a estranhos.

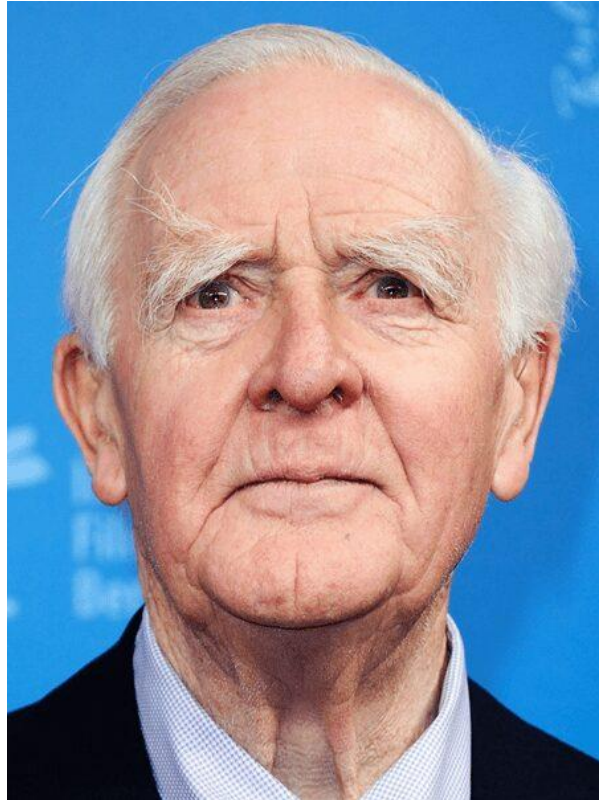
Um setor inteiro da cidade tinha sido isolado e os seus habitantes, perplexos, tinham sido evacuados para hotéis equipados com pessoal especializado e sem poderem comunicar com ninguém durante a operação.

Nenhum fotógrafo, nenhum repórter dos jornais ou das televisões tinha tido acesso à cena do assalto até que as autoridades tivessem a certeza de que os mínimos vestígios de potencial de espionagem tivessem sido todos retirados para análise”.

Amigos Até ao Fim é a denúncia de um mundo onde se instalou a não-verdade e é possível estarmos permanentemente a ingurgitar falsidades, ou ficar em estado de dúvida, é a manipulação sórdida dos noticiários onde as centrais de intoxicação debitam, hora a hora, as “verdades” que interessam. Porque aquilo que foi a espionagem é hoje um expediente de envenenamento dos espíritos, tornando derrisório o primado da liberdade de pensamento, que aqueles dois amigos até ao fim teimavam em defender, a despeito de muita utopia nos amanhãs que cantam.

Não sei qual é o melhor livro de John le Carré, a pensar nesta infeção das *fake news* convido o leitor a embrenhar-se nesta obra-prima.





John Le Carré

Kaputt, nunca a ferocidade humana e a bestialidade da guerra tiveram melhor relato

Era urgente eu falar de *Kaputt*, de Curzio Malaparte, não há livro como este para nos descrever os horrores da guerra, pretérita, presente ou futura, como se passa a comentar. Mas primeiro a história de como este livro entrou na minha vida, a razão por que tenho vários exemplares em casa, para sempre que necessário reler esta joia literária, que tem tanto de horripilante como denunciador dos poderes maléficos que a bestialidade atinge quando a dignidade humana fica fora de jogo.

Em 10 de abril de 1967, véspera de entrar no Convento de Mafra, onde fiz a recruta do curso para oficiais milicianos, convidado pelo poeta Ruy Cinatti, jantei no Café Aviz, sito na Praça dos Restauradores, há muito desaparecido, era ali perto do cinema Éden, hoje hotel, mas mantendo felizmente a belíssima fachada concebida por Cassiano Branco. Manjávamos o bife da casa quando apareceu, tonitruante, o escritor e jornalista Amândio César, houve muita conversata, saiu-se do café e voltou-se a casa de Ruy Cinatti, até de madrugada. Quando Ruy Cinatti nos foi largar no domicílio, Amândio César, que vivia na Avenida Infante Santo, fez questão de subir para ir buscar um livro de oferta para o futuro militar que dentro de horas entraria no Convento de Mafra, e que ele traduzira. Levei *Kaputt* de Malaparte para a Guiné, foi aí que ele me fascinou. Li e reli, aquele exemplar ardeu numa flagelação em março de 1969, a partir daí sempre

que vejo um exemplar compro, é a melhor prenda que se pode dar não só a quem combateu na guerra colonial, mas também a quem gosta de se confrontar com o horror mais profundo como aquele que Malaparte viu na Frente Leste, estão ali registados os horrores do nazismo e do fascismo, num estilo a que hoje se poderá chamar de “romance não-ficção”.

Malaparte era um jornalista brilhante, um *enfant terrible* do fascismo italiano, ideologia com a qual viria a romper, tendo mesmo sido perseguido pela Gestapo, devido à crueza dos seus comentários na correspondência que enviou da frente russa. Toda a brutalidade vai ser redigida com extrema elegância, trata-se de uma narrativa frontal do horrível, do imundo e da beleza. *Kaputt* (palavra alemã que quer dizer estragado, perdido, estilhaçado e reduzido a pedaços) é uma narrativa em seis partes, com protagonistas completamente diferentes.

A primeira, intitulada “Os cavalos”, Malaparte encontra-se com o Príncipe Eugénio da Suécia, acaba de regressar da frente finlandesa, conversam sobre Paris, Capri (onde Malaparte tinha casa), dos prisioneiros soviéticos que comiam os cadáveres dos seus camaradas no campo de Smolensk, dos cavalos russos que caíram num lago finlandês e gelaram, formando a composição mais inacreditável que é possível, com as cabeças de cavalo apontadas à outra margem do rio, é a beleza tétrica, um acidente que a natureza transformou num simulacro de obra-de-arte.

No episódio seguinte, “Os ratos”, Malaparte encontra-se com Hans Frank, o governador-geral da Polónia, é a descrição de um jantar alucinante, para os nazis os polacos e os judeus eram animais de cano de esgoto, num ambiente palaciano renascentista altos dignatários do nazismo dão gargalhadas de aprazimento com as apreciações de Hans Frank. E há mesmo um passeio como se fossem a um circo, depois de se ter falado dos judeus empilhados dos guetos de Varsóvia e outras cidades e os doutrinadores raciais de Hitler terem expandido considerações sobre a extinção dos ratos judeus. O passeio é à volta de um gueto, veja-se a transcrição:

“– Repare neste muro – disse-me Frank. – Vê realmente essa terrível muralha de cimento eriçada de metralhadoras de que falam os jornais ingleses e americanos?”

Na voz arrogante de Frank havia um não sei quê que eu julguei reconhecer, alguma coisa de triste: uma crueldade humilde e triste.

- A atroz imoralidade deste muro – respondi – não consiste apenas no facto de impedir que os judeus saiam do gueto, mas por os impedir de aí entrar.

- E, contudo – disse Frank, rindo –, embora a violação da proibição de sair do gueto seja punida com a morte, os judeus entram e saem à vontade.

- Escalando o muro?

- Oh, não! – respondeu Frank. – Saem por pequenas aberturas, semelhantes a buracos de ratos, que cavam durante a noite na base do muro e escondem de dia com terra e folhas. Enfiam-se por esses buracos e vão à cidade comprar víveres e roupas. O mercado negro do gueto pratica-se em grande parte através desses buracos. De vez em

quando, alguns desses ratos caem na ratoeira: são crianças de 8 a 10 anos, não mais, arriscam a vida com verdadeiro espírito desportivo...

- Em Cracóvia – disse Frau Wächter – o meu marido construiu em redor do gueto um muro à oriental, com curvas elegantes e bonitas seteiras. Os judeus de Cracóvia não têm razão de queixa. É um muro muito elegante, em estilo judaico.

Todos começaram a rir, batendo os pés na neve gelada.

- Ruhe! (Silêncio) – disse um soldado que, de espingarda apontada, estava ajoelhado a alguns passos de nós, escondido por um montão de neve.

O soldado visa um buraco cavado à flor do chão. Um outro soldado, ajoelhado atrás dele, espiava por cima do ombro do seu camarada. De repente, este disparou. A bala atingiu o muro precisamente no bordo do buraco.

- Falhou! – exclamou alegremente o soldado, carregando de novo a arma.

Frank aproximou-se dos dois soldados e perguntou contra quem disparavam.

- Contra um rato! – responderam eles, rindo ruidosamente.

- Contra um rato? *Ach So!* – disse Frank ajoelhando-se para olhar por cima do ombro do soldado. Tínhamo-nos aproximado também e as mulheres riam e meneavam-se, erguendo as saias até meio da perna, como fazem habitualmente as mulheres quando se falam de ratos.

- Onde está ele? Onde está o rato? – perguntou Frau Brigitte Frank.

- Achtung! – disse o soldado, fazendo pontaria. Pelo buraco cavado na base do muro vimos aparecer um tufo de cabelos pretos desgrenhados: depois, duas mãos emergiram do buraco e apoiaram-se na neve. Era uma criança.

O tiro partiu. Desta vez ainda, falhou o objetivo por pouco. A cabeça da criança desapareceu.

- Dá cá isso! – disse Frank com impaciência – Nem sequer sabes servir-te de uma espingarda! – Apoderou-se da arma e fez pontaria.

A neve caía sobre o silêncio”.

A terceira parte chama-se “Os cães”. Num encontro entre diplomatas, Malaparte descreve a chacina de militares soviéticos na Ucrânia.

Na quarta parte, “Os pássaros”, a barbárie continua à solta, Malaparte conversa com a princesa Luísa da Prússia e falam das atrocidades praticadas pelos fascistas croatas.

Na quinta parte, “As renas”, Malaparte descreve o seu encontro com Himmler na Finlândia, dá-nos um portentoso retrato de um homem insignificante, o anti-modelo do ideal nazi.

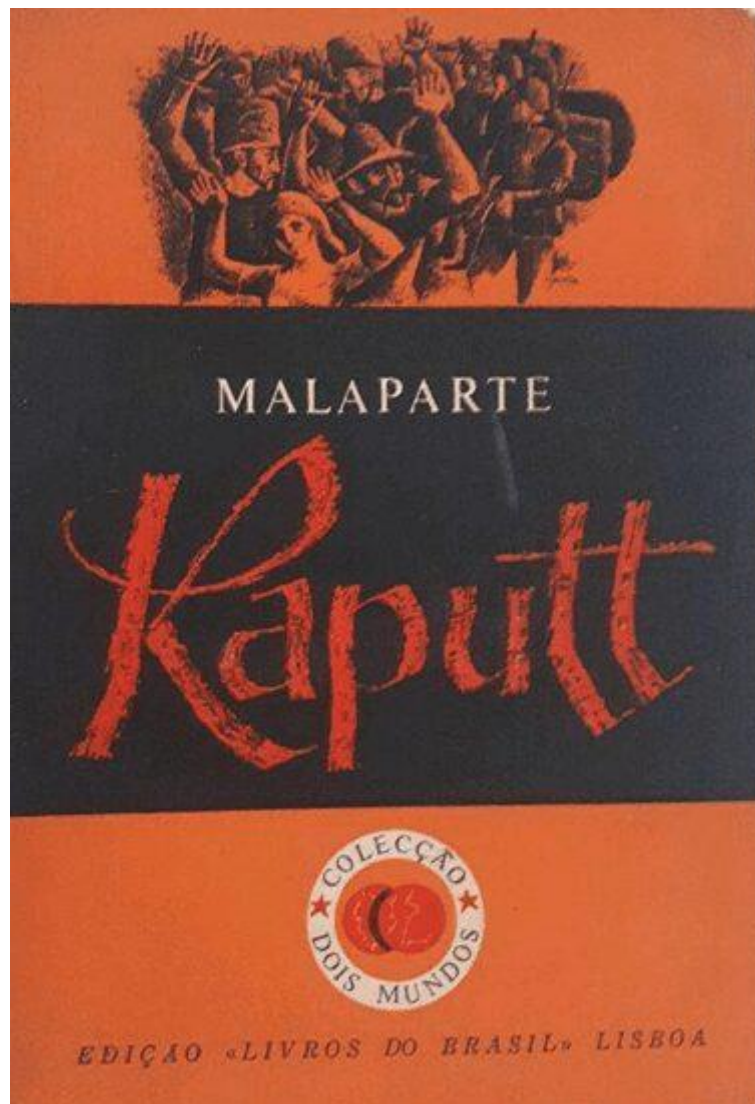
Na sexta parte, “As moscas”, Malaparte encontra-se com Edna Ciano, a filha de Mussolini, assistimos aos bombardeamentos a Nápoles pelos Aliados, e temos a premonição do fim da guerra.

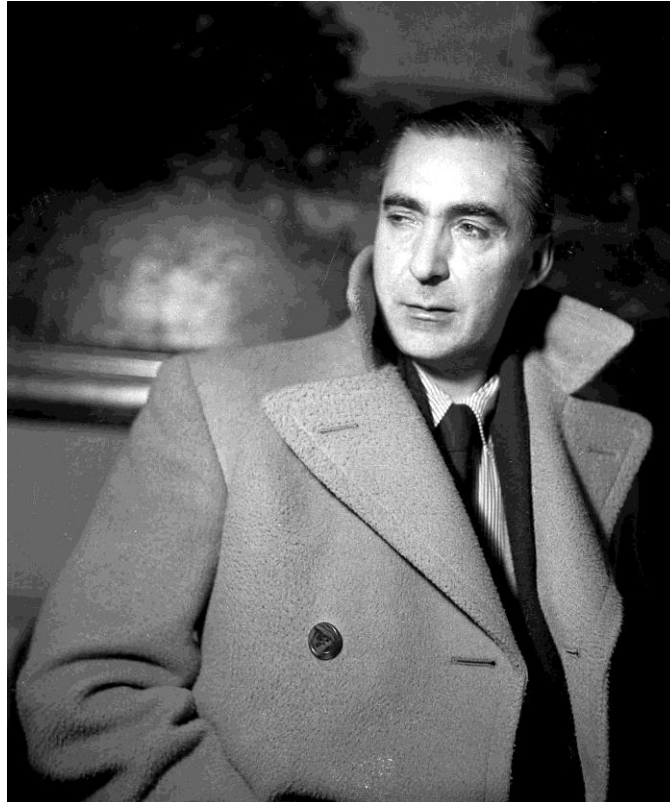
Como escreveu Malaparte: “A alegria cruel é a mais extraordinária experiência que tirei do espetáculo da Europa no decorrer destes anos de guerra”.

Li vorazmente esta obra-prima nalgumas noites de agosto de 1968, na minha morança, em Missirá, no regulado do Cuor, sempre na iminência de uma flagelação, era

a regra de jogo da guerrilha e da contraguerrilha. Terei a dita de não ver esta crueldade praticada, mas nunca esqueci o espectro desta demência, guerras regionais de teor horrífico aconteceram, por exemplo na ex-Jugoslávia, e o muito mais que se sabe, terá havido limpezas étnicas dentro daquele espírito de destruir toda a espécie daquilo que se chama o inimigo, é assim que se praticam genocídios, é assim que se fazem as conquistas, matando e intimidando, como também é assim que se procuram aterrorizar os seres humanos, seja qual for a cor que se der às manifestações de *Kaputt*.

Não deixem de o ler, em nome daquilo que nós chamamos, e bem, a dignidade humana e o respeito que é devido ao Outro.





Curzio Malaparte, nome literário de Kurt Erich Suckert

Um Crime no Expresso do Oriente, por Agatha Christie

É de todos sabido que a generalidade dos romances de Agatha Christie passaram à tela e são êxitos televisivos, há inclusivamente uma peça de teatro “A Ratoeira”, que tem vida lendária, são décadas a fio em cena, em Londres. Os amantes da literatura de crime e mistério certamente que se dividem sobre este ou aquele livro que mais o impressionou, desta lendária dama do crime. Tenho a confessar que li na adolescência o n.º 13 da Coleção Vampiro *Um Crime no Expresso do Oriente* e que continuo a lê-lo, por o considerar a obra-prima por excelência da genial escritora britânica, é uma arquitetura inexcelsível, numa atmosfera de ambiguidade e de silêncios premeditados que a claustrofobia de um comboio paralisado numa tempestade de neve ganha realce através de interrogatórios a fio, conduzidos por Poirot, que vão permitir um desfecho retumbante, só à altura das células cinzentas do detetive belga mais internacional que existiu.

O que há de verdadeiramente empolgante, de inusitado, que permite ler e reler este romance sabendo de antemão o seu desenlace? Poirot parte da Síria para Istambul, ouve acidentalmente uma conversa entre dois estrangeiros, algo de intrigante. Quando chega a Istambul e se prepara para umas merecidas férias, tem telegrama à espera, uma missão urgente aguarda-o em Londres, e à lufa-lufa apanha o Expresso do Oriente, Istambul-Trieste-Calais. Felizmente que conhece o responsável da companhia, consegue-se um camarote, aproveitou-se uma desistência. E começam a desfilar os

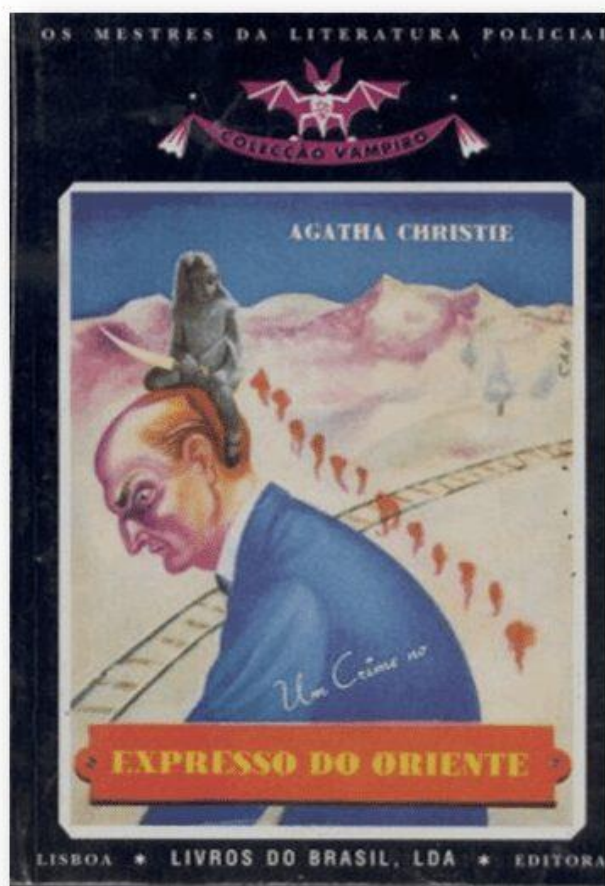
outros passageiros, é uma clientela mais do que universal, um coronel, uma percetora, um estranho negociante de Arte e o seu secretário, uma princesa russa, um conde húngaro e a mulher, uma norte-americana exuberante, um comerciante italo-americano, uma empregada sueca, tudo indica que será uma viagem sem história, entretanto o tal senhor que é negociante de Arte pede serviços a Poirot, pensa que a sua vida corre perigo, o detetive recusa. E ocorre um crime, o dito senhor que se sente em perigo aparece apunhalado, o diretor do comboio solicita os bons serviços de Poirot para conduzir os interrogatórios, isto numa altura em que a viagem está interrompida por uma tempestade de neve.

E desencadeia-se a magistralidade do romance, num golpe de sorte Poirot reconstitui uma folha que estava queimada e onde vem um nome que vai dar o norte a toda a história, aquele senhor que morrera brutalmente apunhalado tinha sido o raptor e assassino de uma menina, um crime ignóbil de encher de comiseração a opinião pública, com algumas mortes em cadeia. Há indícios verdadeiramente contraditórios, mas também desorientadores, aparecem lenços, mulheres de quimono, queixas que andaram intrusos a atravessar quartos, e Poirot, diligentemente vai encontrando nexos naqueles passageiros, descobre que eles não estão ali por puro acaso, o assassinio de Margarida Armstrong parece ser o fio que os liga, no meio da nebulosidade e de algumas incongruências nos depoimentos dos passageiros, ninguém escapa ao interrogatório, Poirot vai detetando mentiras e omissões, parece que todos jogam numa história de roubo, quando o comboio parou entrara um ladrão que depois se escapara pela neve. O leitor jamais pode despegar a sua atenção num encadeamento de todas estas narrativas, o coração da trama são mesmo estes inquéritos que levam o genial detetive belga a sentar-se, a ver as notas tomadas, a procurar lógica nas estranhas provas que se contradizem entre si, e chega-se ao momento do clímax, estão todos juntos e escutam a verdade dos factos que todos procuraram escamotear habilmente, Poirot reconhece que havia a dificuldade de apresentar provas contra qualquer um dos passageiros, havia alibis improváveis, e olhando todos estes viajantes internacionais revela-lhes que descobrira a cumplicidade entre eles, aquele crime tivera um júri e traça o seu veredito:

“Vi, como num mosaico perfeito, cada pessoa desempenhando o próprio papel. Estava tudo disposto de tal modo que, se a suspeita recaísse sobre alguém, o depoimento de um ou mais passageiros demonstraria a inocência do indiciado, complicando ainda mais o mistério. Os passageiros da carruagem Istambul-Calais não corriam perigo. O caso todo era um enigma admiravelmente urdido”. Houvera alteração de planos, ninguém imaginava uma tempestade de neve e uma paragem forçada na Jugoslávia, os conjurados viram-se forçados a introduzir ligeiras mudanças na resposta ao plano inicial. Poirot desvela a maquinação, e uma famosa atriz confirma que de facto existia um plano, descobrira-se o paradeiro do assassino e os conjurados juntaram-se no Expresso do Oriente. Mas Poirot oferece-lhes uma outra versão do crime que os conjurados aprovam, o genial detetive belga sorri e anuncia que tem a honra de se retirar do caso.

É uma obra de crime e mistério que se tem de ler com atenção e devoção. E não é por acaso que guardo religiosamente a velha edição com capa de um artista famoso, Cândido da Costa Pinto, que durante muito tempo foi o responsável pela parte gráfica da Coleção Vampiro, como também pela coleção de ficção-científica de Livros do Brasil, a Coleção Argonauta. O leitor não se sentirá defraudado com esta empolgante leitura que nos leva a um poderoso confronto do que é praticar a justiça pelas próprias mãos quando o assassino, por artes e manhas, conseguiu furtar-se à pesada sentença do juiz.

Não desmereço de outras obras de grande rasgo de Agatha Christie, logo o primeiro volume da Coleção Vampiro intitulado *Poirot desvenda o passado* ou outro romance extraordinário, *Testemunha de Acusação*, que tem igualmente um final que nos deixa em estado de choque. Mas este *Um Crime no Expresso do Oriente* tem a alegoria de entrarmos numa viagem em que o passado está sempre presente, um passado que levou à congregação de familiares e amigos de uma vítima que pedia justiça – e que a encontrou na viagem entre Istambul e Calais.





Agatha Christie

A única obra de crime e mistério escrita por John le Carré

O desaparecimento, aos 89 anos, do notável escritor britânico John le Carré foi objeto de comentários encomiásticos, em que regra geral, ele era tido como o grande inovador do subgénero literário da espionagem. É inegável que o seu êxito *O Espião Que Veio do Frio* (1963) trouxe uma mudança fundamental neste subgénero que se alimentava da Guerra Fria, aliás um dos palcos fundamentais das suas obras é Berlim, a fronteira por onde se trocam espões, por onde se entra e sai para desvendar segredos do inimigo. Se hoje se traz à colação a sua única obra de crime e mistério, que literariamente é uma narrativa apagada, com soluções rudimentares, é exclusivamente para avultar que o seu génio era polifacetado, finda a Guerra Fria ele brindou-nos com obras assombrosas que trataram com a maior crueza o tráfico de armas, a corrupção financeira, as guerras regionais ou as maldades da indústria farmacêutica, a todos os títulos incomodou muita gente e deixou bem claro que isto de ser espião pode ser um atributo da própria condição humana, e daí os seus heróis ou figuras icónicas serem pessoas pardacentas, valdevinos, aldrabões de feira.

Um Crime Quase Perfeito precede o bestseller que foi *O Espião Que Veio do Frio*, apareceu em Portugal nas Edições 70 e no Círculo de Leitores, não foi credor de muitas reedições. Mete um crime numa atmosfera colegial, introduz estudantes que abrem o pano para o jantar de um professor que está em vias de se jubilar, tudo decorre numa atmosfera com comentários sardónicos e maledicência estudada. E saltamos para um jornal de cariz religioso onde a chefe da redação recebe uma carta de um desses professores do Colégio Carne a pedir ajuda porque o marido procura assassiná-la. Afligida com o pedido insólito, ela pede colaboração a um amigo de longa data, alguém

que sabe lidar com este tipo de investigação detetivesca, George Smiley, porventura o mais importante espião da galeria romanesca de John le Carré. E de forma premonitória, talha-se aqui a figura que jamais será contestada na sua profusa obra literária:

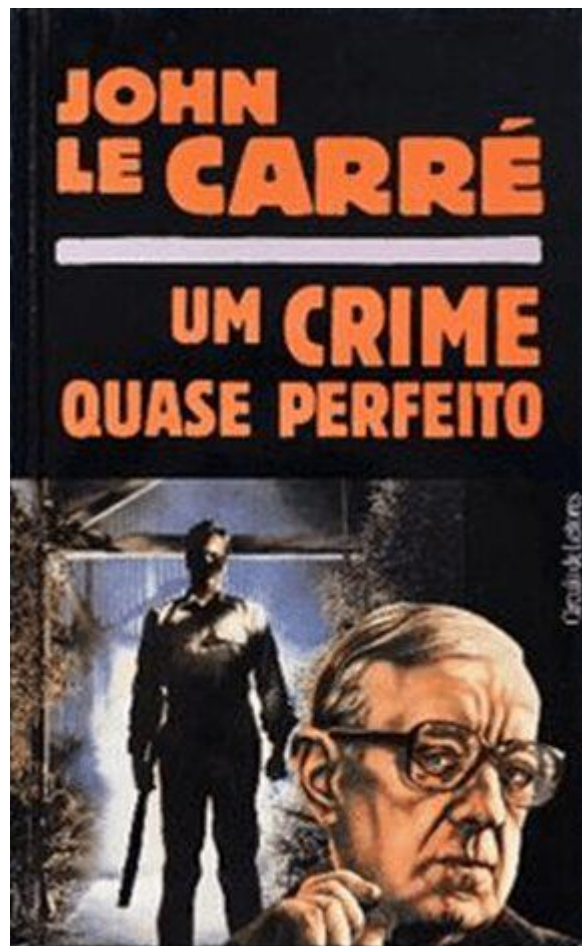
“Smiley era um desses indivíduos solitários que parecem ter vindo ao mundo aos 18 anos de idade, já completamente educados. A obscuridade constituía a sua natureza, assim como a sua profissão. Os atalhos da espionagem não são povoados pelas aventuras variadas e coloridas da ficção; um homem que, como Smiley, viveu e trabalhou durante anos entre os inimigos do país, só conhece uma prece: que nunca, nunca dê na vista. A assimilação é o seu maior auxiliar; aprende a amar as multidões que passam por ele na rua sem o olhar, agarra-se a elas para sua anonímia e segurança. O medo torna-o servil; é capaz de beijar os que andam às compras e que, na sua impaciência, o acotovelam, o empurram, e o obrigam a sair do passeio. É capaz de adorar os oficiais, os polícias e os condutores de autocarros pela concisa indiferença da sua atitude respetiva.

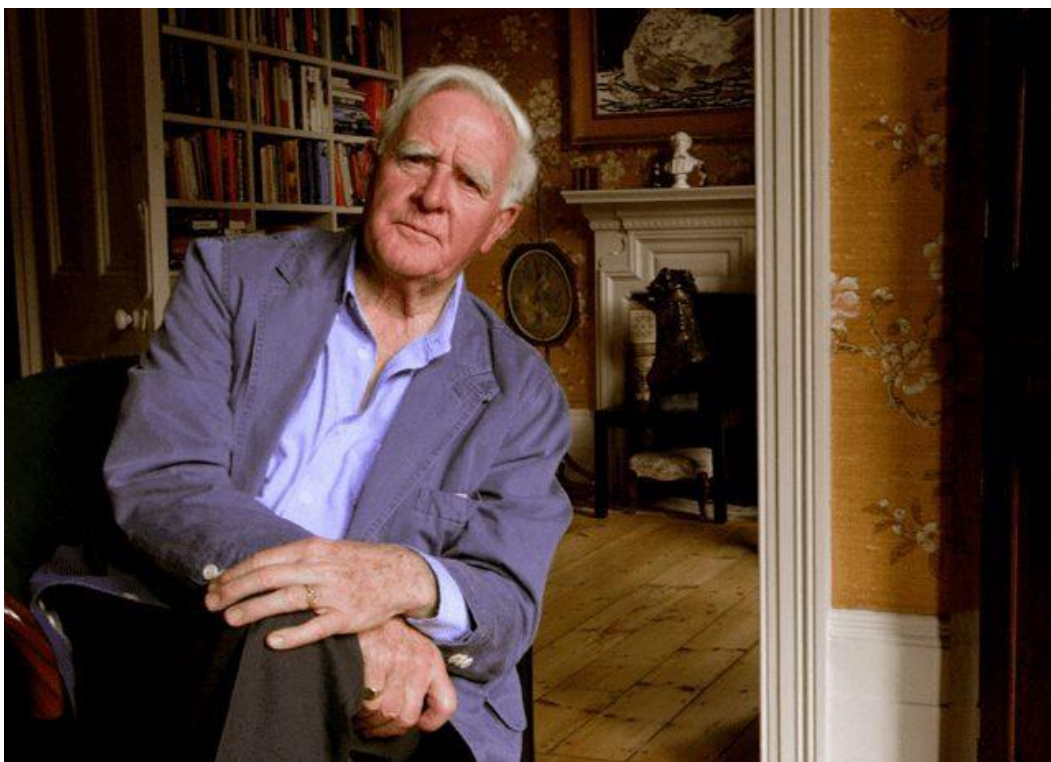
Mas este medo, este servilismo, esta dependência, desenvolveram em Smiley uma perceção dos seres humanos, uma sensibilidade rápida e feminina dos seus caracteres emotivos. Conhecia a humanidade como um caçador conhece o esconderijo da caça, e a raposa o seu bosque. Um espião tem que caçar enquanto é caçado, e a multidão é o seu domínio. Recolhe os gestos e as palavras, fixa o intercâmbio de olhares e movimentos como o caçador nota o ramo torcido, o galho quebrado, ou uma raposa descobre os sinais de perigo”.

Smiley é confrontado com o assassinato e a par da investigação policial põe-se em campo, vai-se relacionando com toda a gente do Colégio de Carne, deteta rivalidades, mexeriquices, enreda-se naquele homicídio que tem características bem insólitas, até aparece uma demente que dá explicações cabalísticas. Está atento a minudências, a exames de alunos, aos vestígios estrambóticos deixados pelo homicida, quer saber mais sobre a mulher assassinada, tudo se encaminha para um beco sem saída, até que uma encomenda enviada por uma obra de caridade começa a esclarecer um plano tenebroso, a assassinada exercia uma poderosa e secreta chantagem sobre alguém que concebe um plano aparentemente inatacável para a fazer desaparecer. Temos o desfecho clássico, Smiley põe à prova o assassino, joga com alguns rodeios: “Não conhecemos bem as pessoas. Nunca se pode saber ao certo como são. Não existe nenhuma verdade acerca dos seres humanos, nenhuma fórmula que sirva a cada um de nós. Somos, no fim de contas, camaleões. Há pessoas que não sentem nada dentro delas, nem prazer nem dor, nem amor nem ódio. Envergonham-se e assustam-se por não poderem sentir. E essa vergonha leva-as a extravagâncias e falsas aparências”. E vai explicando ao assassino como tinha encontrado a verdade depois de encontrar numa encomenda uma capa de plástico e as botas usadas para gerar a maior das confusões na investigação. O homicida pretende fugir, teme a força. Smiley vai ganhando a identidade, o corpo e a alma que começarão a envolver os leitores de John le Carré e hoje vivem em luto profundo pela falta das suas obras-primas:

“Smiley viu o carro partir; não ia com pressa, limitava-se a abrir caminho pela rua molhada, até que desapareceu. Ficando ali muito tempo depois do veículo ter ido, Smiley fitava o extremo da estrada e os transeuntes pasmavam ou tentavam seguir-lhe o olhar. Mas não havia nada que ver; apenas a rua mal iluminada e as sombras que nela se moviam”.

Está construída a atmosfera em que o mais taciturno espião merecerá as honras da casa nas leituras inextinguíveis de John le Carré.





John le Carré

Declínio e Queda das Vanguardas do Século XX, por Eric Hobsbawm

Como é que é possível que o texto de uma conferência, com umas magras dezenas de páginas, suscitar ao leitor, em permanência, questões novas, olhares diversificados sobre uma das questões mais complexas que se põem à criação do génio humano? Originalmente publicada em 1998, foi editada em Portugal pela Campo das Letras em 2001, e temo que não faça parte da bibliografia obrigatória seja em Estética, Sociologia da Arte, ou mesmo o estudo das Artes Visuais. E, no entanto, as apreciações de um dos historiadores mais influentes do século XX são ousadas, inquietantes, e postas numa linguagem deslumbrante, forma vivacíssima, denotando uma cultura incomum.

O que diz, essencialmente, o historiador? Que as diversas correntes da vanguarda artística, ao longo do século XX, não ignoravam as transformações operadas no relacionamento entre a arte e a sociedade. Acontece que no domínio das artes visuais os projetos de vanguarda falharam irremediavelmente. Estas artes têm estado em desvantagem em relação às demais artes. Os seus artistas tentaram repensar a arte de modo revolucionário, não tiveram sucesso. O século XX fez-se do entrosamento de diferentes paradigmas: a velocidade da comunicação e do transporte, caso do comboio, do automóvel, do avião supersónico, da telegrafia sem fios, da televisão e do digital; da multiplicidade das imagens, logo pela fotografia, depois pelo cinema, até se chegar à rede das redes onde também as imagens imperam, sempre coniventes com os operadores; do crescimento urbano, da necessidade da política satisfazer as multidões; da transferência do campo e da agricultura para o trabalho em máquina num contexto

fábrica; na ascensão das classes médias, no nexo entre entretenimento e cultura; da tecnologia permitir a reprodutibilidade do objeto artístico e do próprio artista se entusiasmar com a xilografia, a gravura, a serigrafia, a cerâmica, etc.

O historiador observa como a máquina fascinou o artista, foi o caso expressivo da arte da máquina concebida pelos construtivistas russos (daí a homenagem feita a Tatlin por dois artistas, obra de 1920, constitui a capa deste livro). O autor diz que a história das vanguardas visuais do século XX é uma luta contra a obsolescência tecnológica, o artista visual pode ter notoriedade, mas ela está seriamente limitada: “Contrariamente aos escritores e compositores clássicos, não se sabe de nenhum pintor de entre todos os que são conhecidos da história de Arte que tenha alguma vez sido nomeado para um Óscar. A única forma de arte coletiva em que o pintor, especialmente desde Diaghilev, o pintor vanguardista, tenha sido considerado realmente como um igual e não como um subordinado, foi o ballet”. Nas artes visuais, na perspectiva das massas, representa um interesse minoritário. A procura por quadros procede essencialmente do consumo privado. Obviamente que a arte pública, os monumentos e outras formas de ocupar a paisagem urbana. Observe-se, no entanto, como diminui a presença de esculturas nos jardins e noutros espaços públicos.

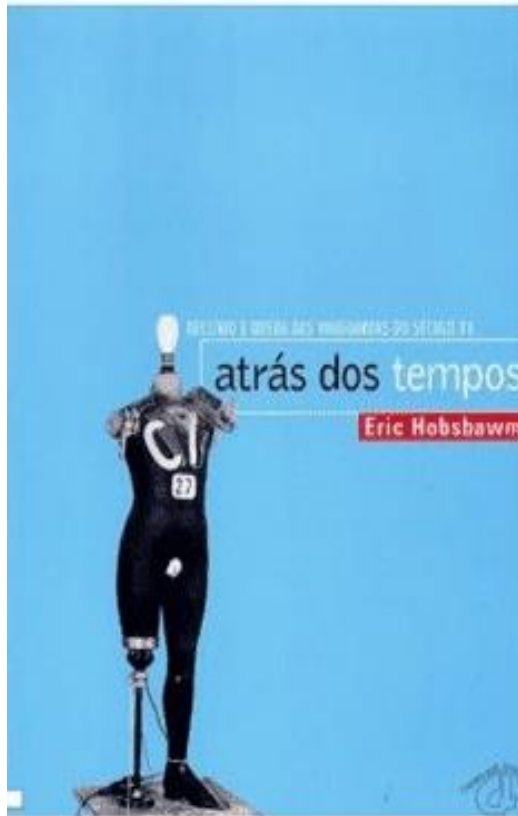
A crise das artes visuais é distinta da que afetou as demais artes. “A literatura nunca renunciou ao uso tradicional da linguagem ou, em poesia, aos condicionamentos da métrica. No domínio literário, a revolução modernista foi compatível com a continuidade técnica. Por outro lado, a vanguarda musical rompeu de modo mais dramático com a linguagem do século XIX, mas uma imensa maioria do público melómano manteve-se fiel aos clássicos, aos inovadores pós-wagnerianos do século XIX que acabaram por converter-se (...) A pintura abstrata só começou a ser cotada a preço elevado com a Guerra Fria quando, por certo, beneficiou da hostilidade que Hitler e Estaline tinham mostrado por ela. E assim transformou-se numa espécie de arte oficial do ‘mundo livre’ contra o ‘totalitarismo’ – curioso destino para os convencionalismos burgueses”.

A questão do reconhecimento público merece ser dimensionada. O autor lembra que Renoir e Van Gogh se destacam como os artistas mais populares em todos os níveis socioprofissionais, mas quando chegamos ao grupo dos docentes universitários e dos produtores artísticos os eleitos são Goya e Brueghel. Não se pode comparar a popularidade de Braque frente a Van Gogh.

Mudemos de direção, o que comunica a pintura? O historiador observa: “Durante o meio século que separa os fauvistas da arte pop, procurou-se desesperadamente responder a esta pergunta através de uma interminável sucessão de vários estilos. Se excetuarmos breves períodos, não é sequer possível definir uma tendência geral, como seria uma evolução da representação para a abstração, ou do conteúdo para a forma e para a cor”. O autor exemplifica com o cubismo para mostrar as inúmeras reservas da sociedade face ao que entende que necessita de ser explicado. Dizia-se que o cubismo era a mais revolucionária e influente vanguarda do século XX, o que podia ser verdade

para alguns pintores entre 1907 e a I Guerra Mundial. O cubismo afirmava apresentar diferentes aspetos dos objetos dando simultaneamente uma visão multidimensional do que na realidade eram. Mas, quase ao mesmo tempo que o cubismo o cinema começou a desenvolver essas mesmas técnicas de perspectiva múltipla, focagens variáveis e artifícios de montagem que acabaram por familiarizar um público alargado”. Para já não falar na fotografia que passou a comunicar o sentido da inovação com mais eficácia do que uma pintura comparável de Picasso. E chegamos às observações do historiador que são a tese da sua conferência:

“É impossível negar que a verdadeira revolução na arte do século XX não foi levada a cabo pelas vanguardas do modernismo, mas sim fora do âmbito do que se reconhece formalmente como Arte. Esta revolução resultou da lógica combinada da tecnologia e do mercado de massas, isto é, da democratização do consumo estético. Em primeiro lugar, foi, sem dúvida, obra do cinema, filho da fotografia e arte capital do século XX. A *Guernica* de Picasso é, enquanto obra-de-arte, incomparavelmente mais impressionante que *E Tudo o Vento Levou*, de Selznick, mas do ponto de vista técnico esta é uma obra muito mais revolucionária. Pela mesma razão os desenhos animados de Disney, ainda que inferiores à austera beleza de Mondrian, foram muito mais revolucionários que a pintura a óleo e mais eficazes a transmitir a mensagem que pretendiam. Os anúncios e os filmes, concebidos por criativos e técnicos não só mergulharam a vida quotidiana numa experiência estética, como também acostumaram as massas a atrevidas inovações na apreciação visual. Uma câmara sobre carris consegue comunicar melhor a sensação de velocidade do que tela futurista de Balla. Deve ter-se em conta que as artes verdadeiramente revolucionárias foram aceites pelas massas porque *tinham* algo a comunicar-lhes. Só na arte de vanguarda o meio coincidiu com a mensagem. Na vida real, este sofreu uma revolução a favor da mensagem”. As vanguardas tiveram projetos para mudar as vidas das pessoas, mas foram pessoas como Henri Ford puseram a tecnologia a satisfazer a necessidade de dar resposta a ganhos no tempo e a alargar a mobilidade. Todos os movimentos de vanguarda procuraram o povo, mas nada se revelou suficiente, os criadores de máquinas e os artífices da tecnologia foram sempre mais à frente, são eles hoje vanguardas, que acabam por se encontrar, por múltiplos processos, com toda a sociedade.



Eric Hobsbawm

Dimensões do Século XX (1900-1945), por Robert L. Delevoy

Esta luxuosa obra das Edições de Arte Albert Skira data de 1965, mas continua sem rugas a ajudar-nos a interpretar dimensões de metade do século XX, mediante conexões, que tantas vezes escapam ao quotidiano, na multiplicidade das disciplinas que incorporam os cânones científicos de todas as índoles e toda a galeria das Ciências

Sociais e Humanas. É um tratado inultrapassável da Sociologia da Arte e que permite ao leitor ter os pés bem assentes quando procura decifrar quando se iniciou o século XX, quais os seus aportes, e por que modo fixamos balizas que nem sempre correspondem às passadas da humanidade. Houve já quem escreveu e defendeu que o século XX começou em 1789 e acabou em 1914, era como se estivesse entalado entre a Revolução Francesa e essa medonha I Guerra Mundial. Porque forjamos perspetivas e alargamos o nosso olhar a mudanças, transformações e saltos tecnológicos, de cariz político, económico, social e científico que nos dão alguma comodidade mesmo com o embaraço de não haver prova cabal de que o século XX começou em 1900 e logo se acendeu uma nova contemporaneidade.

Aprendi imenso com este ensaio de Robert L. Delevoy, e o mais importante é que não há leituras lineares nem fórmulas absolutas de compartimentar eventos, invenções, nem marcar o dia e hora em que um telefone, um telégrafo, um comboio, a eletricidade ou o petróleo introduziram o novo modo de vida. E também este livro me criou obrigação de refletir sobre o artista, o plástico ou o literário, como, por vezes subconscientemente, foram assimilando novas formas de comunicação.

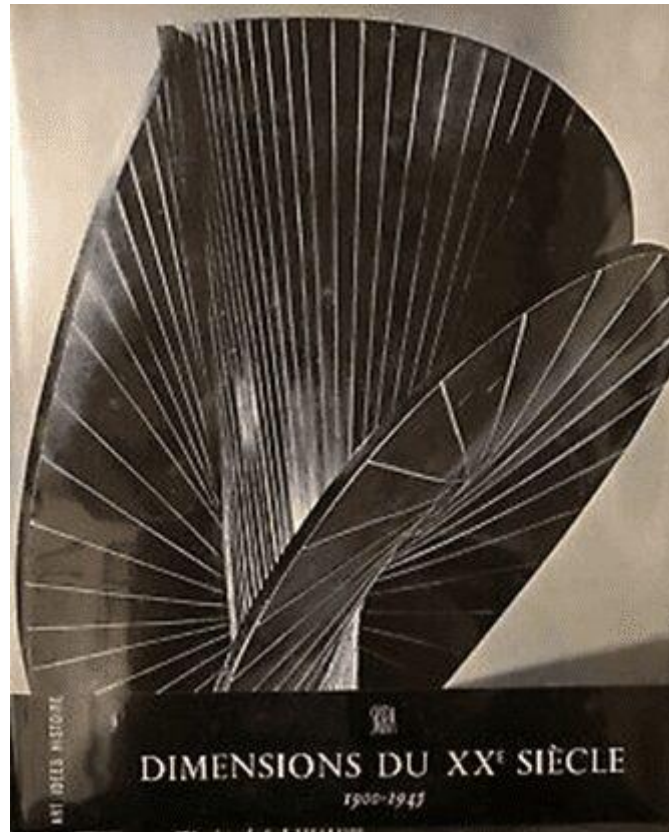
Certo e seguro, tínhamos chegado à Belle Époque, foram anos de euforia traduzidos no fauvismo e o cubismo em Paris, o expressionismo em Munique, o suprematismo em Moscovo e o futurismo em Milão, manifestações artísticas que dão conta do novo mundo onde cresce a revolta dos trabalhadores, o grito nacionalista, a ação revolucionária, o atentado ao rei, a ascensão do individualismo em Arte, assim como há o ruído das festas, o frufu do Cancã, a grande metrópole (que pode ser Berlim, Paris ou Londres) geram a solidão. Emerge e espalha-se como mancha de óleo a imagem, na imprensa, no cartaz, gera-se uma nova retórica que se vai conjugar com a criação e a tecnologia, a mudança no mobiliário, na superfície comercial, no gosto arquitetónico que pode socorrer-se de linhas retas ou submeter-se a formas onduladas, como se tais linhas e cores pudessem fazer a apologia da livre imaginação ou do racionalismo e do funcionalismo – esta nova arquitetura pronuncia a ideologia da técnica, é a exaltação da civilização industrial ou o seu contrário. Exaltação da civilização industrial gerando o desmantelamento da figura (veja-se o escândalo provocado pelo quadro de *Les Demoiselles d'Avignon*, de Picasso, e no campo oposto a arte de Gaudi, atrevido nas reentrâncias e fazendo da modernidade um ecletismo de estilos artísticos pretéritos.

Tudo mudara com a velocidade, com a comunicação, com a profusão dos bens de consumo, há euforia mas não faltam fórmulas de violência que irão ser tratadas na literatura, no teatro, no bailado, no cinema, na escultura e na música: exaspero e dissonâncias, no período entre guerras, com o novo mapa político europeu, existe uma multiplicidade de estados e dão-se os primeiros sinais de que o mundo é global, perfila-se a ascensão do feminismo, tecem-se louvores à condição burguesa ou ela é mostrada de forma demolidora. Nota-se irrequietude: o expressionismo, o futurismo, o dadaísmo, apresentam-se de uma maneira dinâmica, alteram a dimensão do espaço-tempo, dão a visão de um mundo em movimento, os êxitos da medicina vão gerar também vidas com

mais qualidade, dos sucessos da investigação química surgem medicamentos que resolvem níveis flagelos, caso da sífilis. Quebram-se tabus, dentro de um quadro podem aparecer colagens, materiais como o vidro ou até têxteis. Nas primeiras décadas do século os artistas deram uma enorme consideração à arte africana e plasmaram-na nos seus quadros e esculturas. Os estatutos tradicionais dos meios de expressão alteraram-se radicalmente: transpôs-se a análise cubista nas três dimensões, surgiu a atração pela gravura como forma de reprodutibilidade da arte, a máquina e os maquinismos entraram na pintura e na música, os objetos artísticos tornam-se espaciais, aerodinâmicos, basta olhar para a escultura de Antoine Pevsner, não foi por acaso que a escolheram para capa deste magnífico livro.

As guerras mundiais mudaram tudo, a Primeira e a Segunda, geraram metamorfoses, novas cores, a perspetiva deixou de ser cânone, a simetria deixou de ser obrigatória. E ao longo destas décadas serão um constante carrossel onde se vão montar novos sistemas plásticos e onde vão pesar a ciência, as políticas revolucionárias, os autoritarismos, até mesmo se regressar à ordem. Mas a marcha era imparável, era inevitável que surgissem novas técnicas de construção graças ao betão e ao aço, tudo irá mudar na arquitetura a partir da chamada Arte Deco – as linhas monumentais das arquiteturas germânica, italiana ou soviética tiveram que ir beber às dimensões retilíneas da depuração proposta pela Arte Deco. Entre as guerras, a arquitetura usou a construção de cidades imaginárias, a figura, a linha académica, o corpo nítido, deixaram de ser obrigações que os artistas plásticos de igual modo como toda a morfologia do texto que rompeu com a gramática e com o racionalismo.

Habituei-me, ao longo dos últimos quarenta anos, a remexer nesta bela edição para ter um melhor entendimento que ainda bem que o mundo é complexo, de que não existe unicidade na convicção religiosa, no movimento das Artes Plásticas, que é obrigatório o debate científico e que o pensamento político, por todas as ordens de razão, ou se adapta ou deixa os editores indiferentes a amanhã que já não cantam. Nascido no fim da II Guerra Mundial, precisei de chegar a jovem adulto para perceber que a mobilidade depende de todas as ordens de conhecimento e que por cada salto tecnológico somos impelidos a procurar viver melhor e a respeitar o Outro, nesta inquietante marcha da Humanidade.



Antoine Pevsner (1884-1962) – *Construction, Surface Développable* (1938)

O Esplendor de Portugal, obra-prima absoluta de António Lobo Antunes

O tríptico com que arrancou o escritor tinha a ver com as suas memórias de alferes-médico em Angola, em ligação com uma dolorosa rotura amorosa e uma incursão na sua vida profissional, como psiquiatra. Foi assim que li *Memória de Elefante*, *Os Cus de Judas* e *Conhecimento do Inferno*, entre 1979 e 1980. O tema dos retornados é central no seu livro *As Naus* (1988), mas será em *O Esplendor de Portugal* (1997) que ele irá até ao tutano dos dramas do colonialismo, a guerra civil de Angola e a vida em disrupção e anomia dos náufragos dessa descolonização, a quem lhes foi subtraída a identidade e o direito a amar um chão.

Lê-se *O Esplendor de Portugal* sempre com um frémito de emoção, primeiro pela arquitetura turbilhonante como foi magicada a história, os seus tempos e lugares, aos solavancos aparece a data de 24 de dezembro de 1995 intercalada de outras datas, envolvendo múltiplos figurantes, mas o lugar é o norte de Angola e é um andar na Ajuda, são imensos solilóquios, recordações esparsas, expressões repetidas até à exaustão, que o leitor perceba que traduzem estados definitivos, memórias que não se apagam. Segundo, a densidade daquele cenário angolano revolvido entre o pretérito e os tumultos que uma guerra civil provocou, forçando o leitor a uma narrativa diacrónica, em que intervêm um ou mais personagens em colisão, não se esquivando o autor a descrições de uma crueldade imensa, que não se podem ler sem nos sentirmos investidos com o horror de tanta tragédia, basta este parágrafo:

“Devia ter desconfiado que Angola acabou para mim quando mataram as pessoas duas fazendas a norte da nossa, o homem de pescoço para baixo nos degraus, isto é, pregado aos degraus por um varão de reposteiro que atravessava a barriga, a mulher nua de bruços na desordem da cozinha, muito mais nua do que se estivesse viva, sem mãos, sem língua, sem peito, sem cabelo, retalhada pela faca de trinchar com um gargalo de cerveja a espreitar-lhe das pernas, a cabeça do filho mais velho fitando-nos de um ramo, o corpo que a serra mecânica decepara em fatias espalmado no canteiro, o filho mais novo nas traseiras (onde tomávamos chá à tarde com eles, a comermos bolinhos secos e a refrescarmo-nos com leques de ráfia) misturando as tripas com as tripas do cão, dedadas de sangue nas paredes, os tarecos tombados, as molduras em pedaços, as cortinas das janelas abertas varrendo o silêncio e o cheiro das vísceras, uma grita de gansos por cima da cantina, dos tratores e dos campos de girassol incendiados, em que os capatazes enrolados no chão mastigavam os próprios narizes e as próprias orelhas com cachos de besoiros zunindo nas chagas, o meu pai e os cipaios percorrendo as lavras sem encontrar ninguém exceto os cachorros do mato que esfarrapavam os defuntos e recuavam a superar, de pelo eriçado, abandonando a contragosto trapos e ossos, o meu pai sem encontrar ninguém exceto a própria sombra assustada...”

Na Ajuda vive Carlos, tem Almada lá ao fundo, ser mais melancólico e desenraizado não há, é casado com Lena, esta foi arrancada ao musseque, Carlos é um desistente e Lena não para de sonhar, há muito que não têm nada um a ver com o outro, Carlos

convidou os irmãos, Clarisse que está por conta de um homem público e que a visita no Estoril duas vezes por semana e Rui, epilético, a viver num lar, tudo não passa de metáfora, inventou-se uma consoada para trazer à tona o drama de Carlos mestiço e uma família disfuncional. E somos remetidos para a Baixa do Cassanje, ali residem em fazendas com cantinas e senzalas as famílias coloniais, que recebem autoridades e até colonos estrangeiros, seremos inseridos na genealogia da mãe de Carlos, Clarisse e Rui, colonos com pergaminhos, e chegamos à figura central deste pungente drama colonial, Isilda, não quis voltar a Portugal em 1975, mandou os filhos, escreve-lhes cartas que não são lidas, é a figura viva da derrocada, ela assim se vê em junho de 1980, conversando conosco:

“Quando à noite me sento ao tocador para tirar a maquilhagem pergunto-me se fui eu que envelheci ou foi o espelho do quarto. Deve ter sido o espelho: estes olhos deixaram de me pertencer, esta cara não é a minha, estas rugas e estas nódoas na pele serão manchas da idade ou o ácido do estanho a corroer o vidro?”

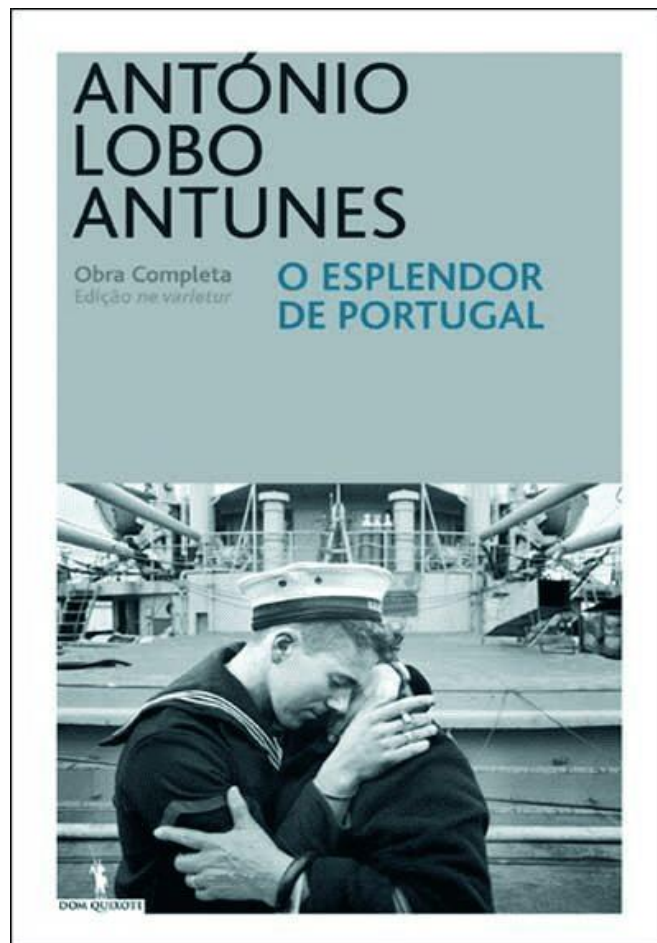
O leitor ainda não sabe, vai viver toda a guerra civil na região, com o MPLA, a UNITA e os mercenários, cada um destrói quanto pode, a fazenda vive em saque permanente, Isilda ali habita com as criadas, numa quase estrumeira. A sua memória é dilatada, vai aos tempos áureos da fortuna familiar, feita de muito roubo e trabalho forçado, relações familiares de mentira, de infidelidades sem conta, Isilda cresceu na traição, fez um casamento de aparências, o marido é um paspalho alcoólico, são tudo recordações dentro da guerra civil, é tudo arbitrário, não se sabe minimamente o que o futuro lhe reserva, o seu capital é a memória. Entretanto passam-se coisas na Ajuda, até os irmãos vão aparecer nos lugares onde habitam, mas para ali revertidos, são manifestamente vidas tristes que atravessam este imenso caudal narrativo até chegarmos à questão fulcral do colonialismo português, é de novo Isilda a falar, e estamos em outubro de 1990:

“O meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África não era dinheiro nem poder mas pretos sem dinheiro e sem poder algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de facto que ainda que o tivéssemos não tínhamos por não sermos mais que tolerados, aceites com desprezo em Portugal, olhados como olhávamos os bailundos que trabalhavam para nós e portanto de certo modo eramos os pretos dos outros da mesma forma que os pretos possuíam os seus pretos e estes os seus pretos ainda em degraus sucessivos descendo ao fundo da miséria, aleijados, leprosos, escravos de escravos, cães, o meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África era transformar a vingança de mandar no que fingíamos ser a dignidade de mandar, morando em casas que macaqueavam casas europeias e qualquer europeu desprezaria considerando-as como considerávamos as cubatas em torno, numa idêntica repulsa e num idêntico desdém, compradas ou mandadas construir com dinheiro que valia menos que o dinheiro deles, um dinheiro sem préstimo não fora a crueldade da maneira de o ganhar para todos os efeitos equivalente a conchas e contas coloridas, porque conforme o meu pai costumava

explicar, olhavam para nós como criaturas primitivas e violentas que aceitavam o degredo em Angola a fim de cumprirem condenações obscuras longe da família, de uma aldeia qualquer sobre penhascos de onde vínhamos, habitando no meio dos pretos e quase como eles, reproduzindo-nos como eles na palha, nos desperdícios, nos dejetos para formarmos uma raça detestável e híbrida que aprisionavam por medo em África mediante teias de decretos, ordens, câmbios absurdos e promessas falsas, na esperança de morrermos das pestes do sertão ou nos matássemos entre nós como bichos e entretanto obrigando-nos a enriquecê-los com percentagens e impostos...”

Romance de maior desamor não há, não saberemos que cataclismo espera aqueles retornados que vieram da Baixa do Cassanje, iremos, naquele tropel de solilóquios assistir ao final de Isilda, talvez por acidente que podia ter ocorrido antes ou muito depois, entre tanta matança, e Lobo Antunes não se esquece de nos deixar a alma em trevas mostrando toda a riqueza daquela terra reduzida a vala comum, fratricídio, uma riqueza que por ingenuidade dos protagonistas da terra é na verdade cobiçada por imperialistas que aguardam a sua hora. Aquele esplendor de Portugal fora obra da fantasia, tudo o mais ficara confinado, para muita gente, numa melodia interrompida ou vida transformada num impasse.

Seguramente um dos monumentos literários com a assinatura de Lobo Antunes.





António Lobo Antunes

O Mistério da Grande Pirâmide, por Edgar P. Jacobs

A minha geração foi confrontada com um conjunto de publicações juvenis que nos revelaram a banda-desenhada onde se distinguiam mestres audaciosos, uns oriundos dos Estados Unidos, como Axel Raymond, o criador de Flash Gordon e de X-9, Mandrake, o mágico, outros provenientes da Grã-Bretanha como o detetive e aventureiro Sexton Blake, mas cedo ganharam popularidade Hergé e o seu Tintim, *Alix* de Jacques Martin e as aventuras de Blake e Mortimer por Edgar P. Jacobs, talvez os primeiros génios da chamada banda-desenhada franco-belga, praticantes convictos de uma linha clara que jamais abandonou o traço das suas obras-primas. Dos três, respeito a intemporalidade de Hergé e auguro-lhe leitores para muitas mais gerações.

Quando lia *O Mosquito*, *O Cavaleiro Andante* e *O Mundo de Aventuras*, empolgava-me com as histórias destes heróis irrepreensíveis, mas muito cedo, e creio que devido à grande impressão que me provocou uma das histórias mais fascinantes de Edgar P. Jacobs, *A Marca Amarela*, senti-me atraído pelo trabalho deste companheiro de Hergé que publicava livros como *O Segredo do Espadão*, *O Mistério da Grande Pirâmide* ou *As Três Fórmulas do Professor Satô* em diferentes volumes, e do acervo das aventuras de Blake e Mortimer (o primeiro, um capitão ligado aos Serviços de Informações, o

segundo, reputado cientista), nada me compraz mais que os dois volumes d'*O Mistério da Grande Pirâmide*.

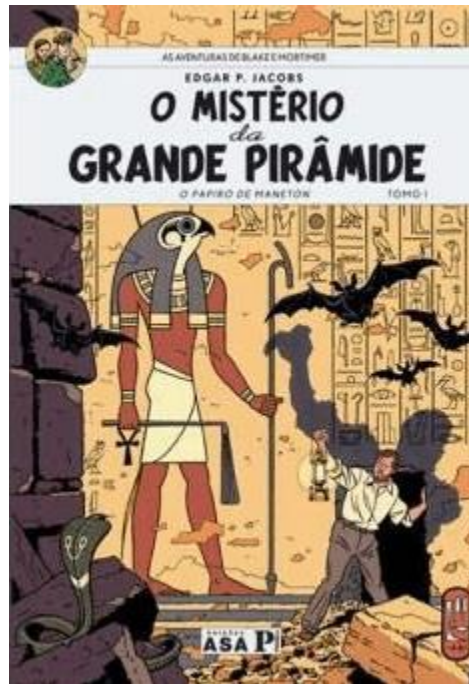
Primeiro, pelo envolvimento da trama, a descoberta de um papiro que refere a existência de uma câmara secreta nas profundezas da Grande Pirâmide, a Câmara de Hórus, que conteria o fabuloso tesouro funerário da Faraó Akhenaton. Um colaborador do professor egípcio trabalha para o sinistro coronel Olrik, a personificação da maldade em permanência nas histórias de Edgar P. Jacobs. Multiplicam-se as aventuras, Mortimer pede ajuda ao capitão Francis Blake, parece ter sido assassinado na cabine telefónica do aeroporto de Atenas. Mortimer não desfalece, e no Cairo procura a ajuda de um egiptólogo de renome, o Dr. Grossgerabenstein, é nessas andanças que Mortimer recebe a visita de alguém que se afigura ser um padre que lhe entrega uma mensagem, se ele disser “por Hórus detém-te!”, a quem procurar fazer-lhe mal, sairá ileso, como se comprovará.

Se a qualidade da História é muitíssimo bem urdida no primeiro livro, a glória do desenho fica reservada para um contraste entre as cores vivas em certos encontros e os sombreados dados pelo Vale dos Reis, e quando Mortimer descobre um ardil de Olrik voltamos às cores vivas, os motivos da egiptologia possuem tons magníficos, as cenas de perseguição aos bandidos de novo em grandes sombreados, as figuras bem definidas em toda a sua movimentação que torna a vibração permanente plausível. Os heróis não morrem, reaparece Blake que começa a decifração do mistério da Grande Pirâmide, entra-se nas profundezas, os dois encaminham-se para a Câmara de Hórus onde encontram Olrik maravilhado com as joias do tesouro de Akhenaton. Inicia-se um tiroteio, desmorona-se uma parte do edifício, enquanto isto de passa, Nasir, o criado de Mortimer, vai procurar o xeique Abdel Razek, o tal estranho sacerdote que procurara Mortimer, pede-lhe auxílio.

E chegamos ao ponto alto da obra, quando o maléfico Olrik pretende destruir o sarcófago de Akhenaton, aparece o dito xeique Abdel Razek vestido com as antigas roupagens sacerdotais egípcias, põe Olrik fora de combate. O leitor está sem fala, os desenhos de Jacobs mostram todo o esplendor da câmara de Hórus, a magnificência da estátua onde Abdel Razek entoa pedidos àquele Faraó que era cultor do Sol. Abdel Razek explica a Blake e Mortimer que estavam no lugar mais secreto do Antigo Egito, conta-se a história de Akhenaton, é necessário que eles esqueçam o que viram, tudo desaparece e Blake e Mortimer são induzidos a prosseguir caminho numa grande galeria até que aparecem à superfície onde o Dr. Grossgerabenstein e a polícia os esperam aliviados pelo seu reaparecimento. O vestígio de tudo quanto aconteceu traduz-se num anel que Mortimer usa no anelar da mão esquerda, dado por Abdel Razek, avista-se no alto da pirâmide este zelador do segredo, num desenho de uma beleza extraordinária enquanto pelo Vale dos Reis o maléfico Olrik anda à deriva...

História extraordinária, que desenho portentoso, que grande clássico da banda-desenhada, guardo *O Mistério da Grande Pirâmide* como uma das recorrentes visitas a um destes senhores que me maravilham ao longo destas décadas em que se soma a

minha vida. E não me quero apartar de tão ditosa companhia, é verdade que há mestres norte-americanos que possuem uma força mágica, estou a pensar em *The Spirit*, de Will Eisner, mas nada, absolutamente nada, se compara com esta escola franco-belga onde pontificaram Hergé e Edgar P. Jacobs, que deixaram escola, têm continuadores de mérito, que nos deliciam (mais ou menos) com os seus remakes aventureiros e misteriosos, também eles destinados a leitores entre os 7 e os 77 anos. Que continuem por muitos e bons anos, continuadores de Hergé e de Edgar P. Jacobs e o seu inumerável cortejo de leitores.





Mortimer e Blake



Edgar P. Jacobs

Crónica dos Feitos por Guidage, por Salgueiro Maia

Após o falecimento daquela que é porventura a figura mais icónica do dia 25 de abril de 1974, um conjunto de amigos decidiu homenageá-lo publicando um conjunto de escritos seus. Há textos marcadamente irónicos, bizarros e pícaros, Salgueiro Maia desmonta a figura faceta e rocambolesca do capitão Gaspar. Mas um texto que se impõe e se sobrepõe a todos, o seu testemunho em torno de uma das grandes tragédias da guerra da Guiné, o que ele viu em maio de 1973 quando um grande contingente militar do PAIGC cercou Guidage, uma povoação junta à fronteira do Senegal.

Antes de chegarmos a Guidage, que ocorreu nas últimas semanas de maio, nos inícios desse mesmo mês, estando Salgueiro Maia e os seus homens noutra região, foi confrontado por um ataque avassalador, ele não localiza onde, mas terá sido entre Bula e Binar. Tudo começou ao amanhecer com um forte tiroteio, pedidos de apoio aéreo, de apoio e artilharia, a urgência de evacuações. Salgueiro Maia seguiu para ali com dez homens. Tinha havido duplo contato do PAIGC com as nossas tropas, saíram destroçadas da refrega, deixando armamento no terreno. Tudo num caos.

“Face à situação, o comandante do batalhão manda avançar a companhia em reserva para acolher aos camaradas, mas, pura e simplesmente, a companhia recusa-se a avançar. Fico tão enojado com esta cena que, tendo como único pessoal sob o meu comando os dez homens que tinham vindo comigo mais outra secção de outro destacamento, disse-lhes que ia buscar os homens que estavam na mata. Se houvesse mais alguém que não fosse covarde, podia ir comigo. As minhas duas secções e mais cinco homens subiram comigo para três Unimog 404 e, de imediato, fomos acompanhados por duas autometralhadoras Panhard.

Para quem não conhece a mata da Guiné, é difícil explicar como se consegue ir a corta-mato com viaturas tendo de encontrar passagens por entre as árvores, os arbustos, o capim alto, as ramagens com picos e, ao mesmo tempo, seguir uma direção certa rumo a cerca de 60 homens deitados no chão. Para fazer cerca de 7 quilómetros demorámos cerca de hora e meia, apesar de tentarmos ir o mais depressa possível. Depois de rotos pela vegetação e cansados de correr ao lado das viaturas, chegámos ao local de combate. Ainda pairava no ar o cheiro adocicado das explosões; os homens tinham ar alucinado, de náufrago que vê chegar a situação, mas, em lugar de mostrarem a sua alegria, estavam ainda na fase de não saber se era verdade ou não.

Mando montar segurança à volta da zona e pergunto pelos feridos ao primeiro homem que encontro – tem um ar de miúdo grande a quem enfiaram uma farda muito maior do que ele; parece de cera, olha-me sem me ver e aponta com o braço. Sigo na direção apontada e depressa vejo uma nuvem de mosquitos e moscas: já sei que à minha frente tenho sangue fresco. Debaixo de uma árvore, estão estendidos cinco homens; o capim está todo pisado; alguns dos homens estão em cima de panos-tenda; à volta, estão compressas brancas empastadas de vermelho; o chão parece o de um matadouro, há sangue coalhado por todo o lado; a maioria do sangue vem de um dos homens que

já está cheio de moscas. Dirijo-me para ele – está cor de cera e praticamente nu. Olha-me como que em prece; ninguém geme, o silêncio é total. Trago comigo o furriel-enfermeiro e um cabo-maqueiro. Mando-os avançar, assim como as macas. Dirijo-me ao ferido mais grave – o ferimento provém-lhe da perna. Tem em cima dela várias compressas empastadas de sangue. Tiro as compressas e vejo que o homem não tem garrote. Pergunto estupefacto porque é que não lhe fizeram um. Alguém me responde que o enfermeiro está ferido. Continuo a tirar as compressas, que foram postas a monte, sem sequer terem sido apertadas. O homem tem um estilhaço na zona da articulação do joelho. Vê-se a tibia; toda a carne se encontra como que seca, envolvendo um buraco do tamanho de uma laranja”.

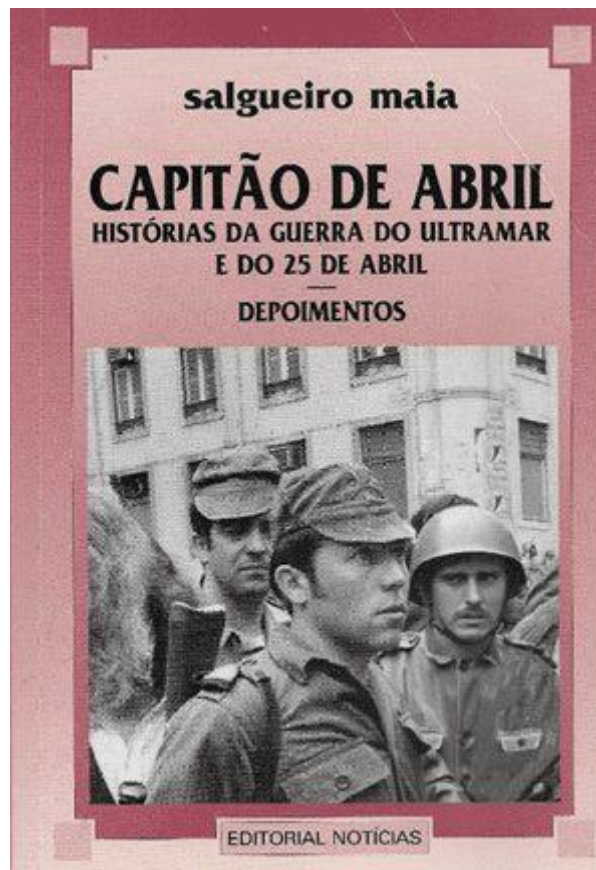
Se este relato tem ressaibos dantescos, o que irá ocorrer a partir de 22 de maio de 1973, é de uma brutalidade sem limites. Salgueiro Maia e a sua companhia preparavam-se para regressar a Portugal, chamado de urgência, irão participar na operação de apoio a quem está a viver o inferno em Guidage. “Na zona de Guidage, as flagelações no mês de maio passaram de 50, no mês anterior, a 167. O único acesso a Guidage passava por Binta, a cerca de 20 quilómetros. No itinerário, o IN implantou um campo de minas anticarro e antipessoal, com a originalidade de, pela primeira vez, as minas anticarro rebentarem com a simples pica. Antes das minas, a última coluna de reabastecimento a Guidage foi atacada consecutivamente durante cerca de 24 horas, tendo a escolta esgotado praticamente todas as munições de armas ligeiras que transportava, pelo que as viaturas com o restante material e os nossos mortos foram abandonados no terreno, tendo as nossas tropas retirado em boa ordem para Guidage. Sofreram 4 mortos, 8 feridos graves e 10 ligeiros. O batalhão de comandos foi enviado às bases do IN localizadas no Senegal – Operação Ametista Real – para tentar diminuir a impetuosidade do ataque, mas, apesar de destruir material diverso, teve de retirar, já que o IN lhes surgiu com viaturas blindadas. Sofreram 16 mortos, sendo 2 oficiais, e 20 feridos”.

É um cerco demolidor: uma companhia de paraquedistas e um destacamento de fuzileiros conseguem chegar a Guidage depois de uma grande tormenta de minas e emboscadas, antes, a companhia de Farim teve de abandonar as viaturas, a tentativa de colunas de reabastecimento era infrutífera. “Na sua luta por Guidage, o PAIGC utilizou a artilharia pesada e ligeira do Corpo de Exército N.º 1, apoiada pela infantaria e um grupo especial de mísseis terra-ar. Em armamento, o IN utiliza, nesta altura, peças de 120 mm de tiro rápido, foguetões de 122 mm, morteiros de 120 mm e 82 mm, canhões sem recuo de 7,5 e 5,7, lança-granadas foguete RPG-2 e RPG-7, isto para além de armamento ligeiro normal e mísseis terra-ar”.

Inicia-se a saga para chegar a Guidage. “No dia 29 de maio, pelas 5 horas, iniciamos a abertura do itinerário Binta-Guidage. Cerca das 10 horas, ao ser picada, foi acionada uma mina anticarro, de que resultou um morto, um furriel cego e dois feridos ligeiros. Foi ordenado ao pelotão a que pertenciam as baixas para, em dois Unimog, fazer a evacuação para Binta, onde a companhia local os evacuaria para Farim. O pelotão que fez a evacuação aproveitou a oportunidade e não voltou. Talvez para que o mau

exemplo não se espalhasse, esta deserção coletiva em frente do IN, apesar de constar no relatório da Operação, não originou qualquer procedimento disciplinar”. É uma tormenta que parece não ter fim, com ataques sucessivos, homens desmaiados por insulação de rebentamento de minas. Ao anoitecer, Salgueiro Maia e os seus homens chegam a Guidage, o que ali se avista julga-se inarrável. O chão estava lavrado por granadas, as casas, todas atingidas, pareciam ruínas, os homens viviam em buracos, luz e água não havia. Houve grande regozijo e azáfama com a nossa entrada, pois era necessário preparar tudo para os cercados regressarem ao alvorecer do novo dia, sem dar tempo ao PAIGC para minar o novo itinerário. Por outro lado, era necessário dispersar os homens, pois os ataques eram frequentes (...) O pessoal dormia e vivia em valas abertas ao redor do quartel. Esporadicamente, errava-se por lanços por entre os edifícios ou o que deles restava. Se o movimento se tornava mais normal, lá apareciam umas granadas de morteiro 82 para nos fazer lembrar que devíamos ter mais cuidado. Como dormir no chão não é muito agradável, na primeira oportunidade passei revista aos escombros e tive sorte: descobri dentro de um armário que tinha pertencido a um alferes madeirense que ficou sem uma perna uma farda n.º 3, que me permitiu lavar o camuflado, uma escova de dentes usada e, como prenda máxima, um bolo de mel e uma garrafa de vinho da Madeira quase cheia e inteira no meio de tudo partido. Com isto fiz uma pequena festa com 3 ou 4 homens, porque era perigoso juntar mais gente. Nesta altura pensei em, depois de regressar a Bissau, ir ao Hospital Militar 241 saber quem era o alferes para lhe agradecer tão opíparo banquete, mas tal não foi possível e ainda hoje tenho esse peso na consciência”.

Este texto de Salgueiro Maia devia constar de toda a documentação que tem a ver com a educação para a cidadania, para se ensinar às novas gerações o que foram as provações das centenas de milhares de jovens que o Estado Novo mandou combater numa causa inútil.



Salgueiro Maia

O Delfim, obra-prima absoluta de José Cardoso Pires

Guardo religiosamente a segunda edição, foi de 1968 como a primeira, acompanhou-me para a Guiné e não ficou incinerada numa brutal flagelação que o meu aquartelamento sofreu em março de 1969 porque me acompanhou ao hospital militar, onde estava a fazer uma intervenção ortopédica.

O livro marca a usura das viagens e das leituras sem conta a que foi sujeito, era uma história que me enchia a imaginação, com as suas parábolas, metáforas e alegorias, anexins e provérbios, uma aldeola com padre velho e padre novo, muitos caçadores prontos a avançar para a Lagoa, não distante da Gafeira, a dita aldeola, também não muito longe da Vila, onde, aí sim, há já uma pequena indústria, entre a aldeola e a vila reparte-se o engenheiro Tomás Manuel da Palma Bravo, de ancestral descendência, bem comprovada na monografia da Gafeira, escrita pelo Abade Saraiva.

Fiquei sempre com dúvidas se estava diante de uma arrojada arquitetura da escrita romanesca ou de um exercício sincrético, a todos os títulos memorável. Alegórico entre o Portugal antigo, dado pelos usos e costumes da Gafeira, aquele engenheiro marialva, entalado como porta-estandarte dos valores consuetudinários e suficientemente libertário na sua revelação iconoclasta, e com olho bem aberto entre o presente e o futuro.

Uma narrativa onde se misturam ingredientes talvez de crime e mistério, que o escritor-caçador apimenta em permanência para manter o leitor numa difusa ebulição – o que levou a mulher de Tomás Manuel, Maria das Mercês, menina educada em colégio de freiras, bem prendada, a fugir espavorida e a morrer afogada na lagoa? Porque apareceu Domingos, o mestiço maneta, reeducado pelo casal, morto na cama do mesmo casal? O leitor que se acautele, porque para cada um de nós é possível uma verdade.

Até o título da obra, *O Delfim*, o último dos ancestrais, sem sucessor, a sua forma de estar no mundo é já uma caricatura, o livro de José Cardoso Pires surge na década de ouro do desenvolvimento português, há as remessas dos emigrantes (que têm impacto na Gafeira), num ponto distante do Sul incrementa-se o turismo, discretamente democratiza-se o ensino, espalham-se as indústrias, algumas delas destinadas a alimentar a guerra colonial, e desta não se fala na Gafeira.

Chocam-se a todo o momento a permanência e a alteração, o discreto burburinho que atravessa o largo onde se situa a pensão onde o narrador-caçador se lança como mirone: “Cá estou. Precisamente no mesmo quarto onde, faz hoje um ano, me instalei na minha primeira visita à aldeia e onde, com divertimento e curiosidade, fui anotando as minhas conversas com Tomás Manuel da Palma Bravo, o Engenheiro”. O autor não nos ilude, é escritor e será mesmo questionado por Palma Bravo quanto aos enredos que urde.

Autor meticuloso, não só nos vai falar da monografia da Gafeira, como descreve o largo, a dona da pensão, a criadita, o engenheiro que se faz acompanhar dos seus cães,

Lorde e Maruja, e também Domingos, há o Regedor, e os dois padres que ajudam a distinguir, de certo modo, que já houve o Vaticano II, há o Velho-dum-Só Dente, o Batedor, o Cauteleiro, o leitor é instado a procurar a metáfora, enquanto se enfeiteia com este criador de atmosferas, os exemplos são como as cerejas: “Aí vai a dona da pensão: um mastodonte. Acaba de sair por baixo da minha janela, carregada de gorduras e de lutos, e calculo que de boca aberta para desafogar o seu trémulo coração. Atravessa a rua perseguindo a criada-criança, como é hábito. Entra no café: mal cabe na porta. Tem cabecinha de pássaro, dorso de montanha. E seios. Seios e mais seios, espalhados pelo ventre, pelo cachaço, pelas nádegas”.

Toda uma magnífica encenação para um dos melhores livros de toda a literatura portuguesa, andaré o leitor sempre numa corrediça entre o que se passou há um ano e uma história de crime e mistério, muitíssimo pouco decifrável, talvez um dia o Padre Novo debite ao escritor uma versão dissipadora.

O escritor-caçador vai conviver com Tomás Manuel e Maria das Mercês, trocam-se diálogos, aborda-se a genealogia, insinua-se lendas, aparece o Portugal maravilhoso e mítico, estamos na Gafeira, bem marcada pelo passado, os operários partem de bicicleta para a vila, regressam à noite ao ambiente aconchegador de passado, lagoa com galeirões e alça-cus, não muito longe do oceano, aliás Lisboa não é longe.

Tomás Manuel é uma enciclopédia viva, veja-se o exemplo que ele dá sobre os dentes: “Numas gengivas pode ler-se um passado de fome ou as atenções dos dentistas; nas luzidias coroas de ouro, o aventureiro ou o emigrante; nos dentes mal distribuídos, uma infância sem cuidados. Os dentes são uma autêntica certidão para quem aprenda a decifrá-los, e o próprio Tomás Manuel acabara por fazer esse treino nas raparigas dos clubes. ‘Abre a boca, filha’. Pelos dentes, calculo os anos de fado, calculo a proveniência social, calculo a idade das tipas (não estou a gozar, palavra), calculo o raio que as parta a todas e mais a mim que ainda lhes dou confiança”.

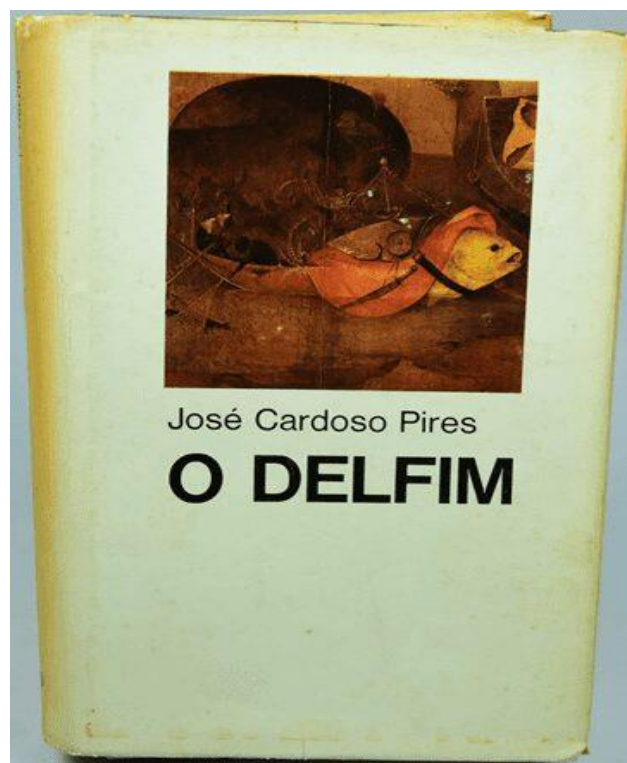
Bebe-se muito, do uísque ao carrascão da pipa, percorre-se a lagoa à procura da caça, há conversas desbocadas, com volteios catárticos, há os cheiros locais que impõem a ruralidade do Portugal antigo, um só exemplo: “É aqui cortam-me o caminho nuvens de um fumo quente, carregado de ternura e de recordação, que vêm de um pátio à entrada da aldeia. Faço um desvio, mergulho nelas, vou dar a um forno de pão, chamado pelo maravilhoso aroma da rama de pinho a arder. Labaredas calorosas, masseiras de tábua raspada, a ladina pá da forneira e a brancura do linho que cobre a branca farinha, tudo se afoga em névoa, em alvura – e eu também. Os olhos ardem-se, e nem assim deixo de estar preso ao conforto hospitaleiro, ao segredo e às seduções que há num forno de pão”.

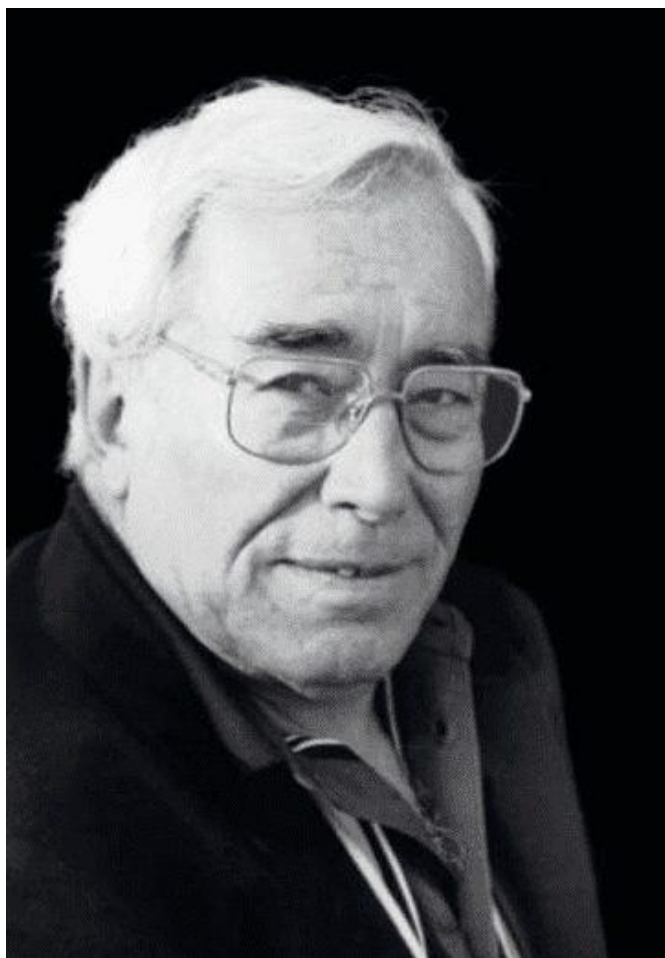
As conversas são como as cerejas neste passado-presente, as imagens sempre poderosas: “A aldeia foi-se aconchegando na névoa, é uma confusão de vultos a formigar em torno de uma gruta de luz – o café. Por baixo desta vigia, deste meu posto sobre a Gafeira, por baixo da loja que a dona da pensão transformou em sala de estar, e mais fundo ainda, 30 ou 40 palmos mais fundo, tenho aquedutos subterrâneos,

pegadas de um tribuno ocupador que se assinava *Octavius Teophilus*, varão consular. Estou cercado por famílias e por casebres implantados num ossário da História. Os ciclistas e as viúvas-de-vivos passeiam sobre ele, sobre mil glórias sepultadas”. E há a sensualidade, mesmo a bestial, esta é inultrapassável pelo seu poder vernacular: “Vêm de algures, de dois cães em desespero, dois unicamente, que estão numa clareira, cercados por gente e por neblina. Há risos na assistência, e os animais, um macho e uma fêmea, arrastam-se miseravelmente pegados um ao outro pelo sexo, o cão levando a cadela atrás, às arrecuas, parando agora à espera, gemendo mais adiante – mas cada qual voltado para seu lado, sem se olharem nem se sentirem aliados pela menor recordação do amor que estiveram a viver. Dois estranhos, dois corpos que se ignoram e que se encontram comprometidos por um nervo intumescido, mais nada”.

O escritor-caçador veio antes e um ano depois, vai fazendo perguntas sobre o tal crime e o tal mistério, a casa de Tomás Manuel e de Maria das Mercês definhou (será esta uma parábola do Antigo Regime?), volta-se à lagoa num passeio que ocorreu no ano passado, a lagoa, a Gafeira, ganham tons fantasmáticos, o escritor-caçador está em modorra, insone, ainda volta ao lugar onde apareceu afogada Maria das Mercês, há sinais do amanhecer, o escritor não sairá da Gafeira sem comparecer ao festim das enguias, com tachos de cebolada a crepitar ao ar livre, vinho e concertinas. Espera, entre a noite e o dia.

Romance insuperável, ele próprio um festim da escrita, o clássico dos clássicos de José Cardoso Pires.





José Cardoso Pires

O Príncipezinho contado às crianças (e então os adultos?)

Cheguei aos 77 anos e continuo com sérias dúvidas se o livro mais popular de Antoine de Saint-Exupéry é uma obra exclusivamente destinada às crianças. É certo que ele nos confunde na dedicatória ao seu amigo, o escritor Léon Werth: “Os meninos que me perdoem por dedicar este livro a uma pessoa grande. Mas tenho uma desculpa de peso: essa pessoa grande é o melhor amigo que eu tenho no mundo inteiro. E tenho outra desculpa: essa pessoa grande é capaz de perceber tudo, mesmo os livros para crianças. E tenho outra desculpa, a terceira: essa pessoa mora em França e em França passa fome e passa frio. Bem precisa de ser consolada. Mas se todas estas desculpas não chegarem, então, gostava de dedicar este livro à criança que essa pessoa grande já foi. Porque todas as pessoas grandes já foram crianças”.

Tenho para mim que está aqui a chave da narrativa maravilhosa em que se recorda que há uma boa diferença entre olhar e ver, que aquele príncipezinho é o elo mais sólido que estabelecemos entre a candura que já tivemos, a curiosidade que nunca devemos perder e a simplicidade/integridade que nos deve nortear toda a vida. O príncipezinho vinha de um planeta que era pouco maior do que uma casa, o asteroide B 612, no

planeta do príncipezinho havia ervas boas e ervas daninhas, ele gostava muito dos pores do sol como das flores. Fugiu do seu planeta, aproveitou uma migração de pássaros selvagens, deixou esse planeta do tamanho de uma casa todo arrumadinho, visitou asteroides onde curiosamente foi encontrando um pouco da humanidade: o gosto pelo poder e a solidão dos poderosos; gente vaidosa; homens de negócios que nada mais sabem do que de negócios; um bêbado; até um geógrafo.

E chegou à Terra, que tem muito para dizer e onde há muito para fazer, um verdadeiro assombro: “Tem 111 reis, 7 mil geógrafos, 900 mil homens de negócios, 7 milhões e meio de bêbados, 311 milhões de vaidosos. Para ficarem com uma ideia das dimensões da Terra dir-vos-ei que, antes da invenção da eletricidade, devia haver, no conjunto dos seis continentes, um autêntico exército de 462 511 acendedores de candeeiros. Vistos de longe, faziam um efeito magnífico. Os seus movimentos eram tão certinhos e tão regulados como os de um bailado. Primeiro, era a vez dos acendedores de candeeiros da Nova Zelândia e da Austrália. Depois de acenderem os candeeiros iam-se deitar. E era a vez de entrarem na dança os acendedores de candeeiros da China e da Sibéria. Depois, também eles se eclipsavam para os bastidores. E então era a vez dos acendedores da Rússia e das Índias”.

O encontro entre o autor e o príncipezinho, é bom não esquecer, ocorre quando o autor teve uma avaria em pleno deserto do Sahara. Mas o príncipezinho irá caminhar e encontrar rochas e neves, estradas que vão dar aos homens, e deslumbrar-se-á com flores. Tem poderes supremos, conversa com animais, caso da raposa. É filósofo, dirá coisas como “o essencial é invisível para os olhos”, adora ter amigos, a flor que deixou no seu pequeno planeta é a sua preocupação maior. E desaparece da vida do aviador. E nada vai ficar como antes, em concreto fica-nos uma mensagem de amor ao planeta e aos homens, este relato é um hino à fantasia, aprendemos que é possível ultrapassar os limites do espaço onde nascemos, e aprendemos a ver e a ter o gosto por viajar, até por asteroides. O Príncipezinho tem dado origem a inúmeros estudos e inúmeras formas de divulgação, sobretudo para as crianças.

“O Príncipezinho, Livro com ímanes”, O Arco de Diana, A Esfera de Livros, 2014, traz-nos uma adaptação espantosa, com cenários magnéticos e ímanes com ilustrações para aplicar nas páginas, é um primor. Os meninos ficam a saber que antes do príncipezinho fazer uma longa viagem varreu o seu planeta e despediu-se saudosamente da sua querida flor. E ela respondeu-lhe: “Tenta ser feliz”. Foi logo à viagem e ganhou muitos amigos. No meio de um deserto encontrou de repente um jardim maravilhoso cheio de rosas em flor. E fica-nos o último recado para a nossa educação ambiental, cívica e afetiva: “Nenhum jardim de rosas do mundo conseguia substituir a sua flor única. O príncipezinho ficou cheio de vontade e fez-se a caminho de casa. De volta ao seu planeta, ele tratou carinhosamente da sua flor, limpou os vulcões e falava com a pequena ovelha que trouxera. E sempre que ficava com saudades de viajar ele observava o céu estrelado. Então pensava nos muitos amigos novos que ganhara na sua viagem. E ficava feliz, porque sabia que naquele momento estavam a fazer exatamente o mesmo”. Este

princezinho é um achado, é uma linda edição que merece os nossos cuidados... para dar alegrias aos mais pequenos.

Quanto aos adultos de todas as idades, edições não faltam, pois se há livros que não têm idade *O Príncipezinho* de Antoine de Saint-Exupéry está entre os primeiros.



Outra edição disponível, com prefácio de Valtér Hugo Mãe, Porto Editora



Antoine de Saint-Exupéry

Álbum das Glórias, a nossa Capela Sistina do desenho de humor

Se Columbano Bordalo Pinheiro é considerado o maior pintor português do século XIX, o mano Rafael tem outra forma de posteridade garantida: por outros processos ínvios das Artes Plásticas é o nosso inultrapassável desenhador de humor, foi o génio da crítica social e política, revolucionou o desenho, impôs a caricatura no jornalismo de referência e deixou-nos a maior galeria de retratos de gente do seu tempo, compôs a imagem de uma época que ainda hoje nos perturba, aqueles corpos esqueléticos ou balofos são completamente maleáveis, podemos justapô-los ao nosso tempo, incorporam uma atmosfera de paródia como jamais os seus sucessores puderam rivalizar, mesmo quando se chamaram Leal da Câmara, Almada, Botelho, Amarelhe, Valença, Stuart, João Abel Manta ou Vasco.

Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) passou a vida a experimentar, a conviver, a saborear a pilhéria, a observar tipos e costumes, a trabalhar aceleradamente em cima da hora para publicar no jornal da manhã seguinte, sempre frenético no seu traço espontâneo, meteu-se a fazer jornais, folhas volantes, a gozar da boa mesa, a fazer

crescer diariamente a observação desse imenso laboratório humano, ele que tudo experimentou nas artes teatrais, no jornalismo, como empresário numa fábrica de cerâmica nas Caldas da Rainha.

Em março de 1880 surge a primeira edição do *Álbum das Glórias*, folhas avulsas, imagem a cores com legenda e texto de mordacidade apimentada, conheceu outras séries em 1885 e 1902, cada um dos desenhos tinha um texto ao lado, ficaram à responsabilidade de Guilherme de Azevedo e Ramalho de Ortigão. Estes desenhos tiveram o seu antecedente. Já em 1873 Rafael Bordalo Pinheiro fizera várias litografias com celebridades teatrais do tempo, os Rosa, Taborda, António Pedro, Delfina do Espírito Santo, Rosa Damasceno – bem entendido, perfis artísticos e despidos de caricatura. Fazer sátira através do desenho não foi originalidade, nem nacional nem estrangeira, o que há de verdadeiramente inovador é mesmo o génio artístico, não há ali nenhuma graça alarve, não se pretende evidenciar o chocarreiro, nunca há ofensa gratuita, nem crítica humilhante.

E qual o contexto? Vejamos o que escreve João Paulo Cotrim na edição de 1905: “De B de Braamcamp a P de Pato, o *Álbum das Glórias* é um dicionário, incompleto e fragmentado, impreciso e livre, mas dicionário de personalidades que marcaram o que somos. O projeto era bastante mais abrangente do que os 42 ‘homens d’estado, poetas, jornalistas, dramaturgos, atores, políticos, pintores, médicos, industriais, tipos das salas, tipos das ruas, instituições, etc.’ que a posteridade conserva. A maioria são políticos, a abrir logo com os responsáveis do Partido Progressista e Partido Regenerador, neste caso um dos alvos preferidos, Fontes Pereira de Melo; seguem-se os escritores, ainda que muitos destes, como Gomes Leal, partilhem ambas as categorias. À semelhança, afinal, dos jornalistas. Vêm depois os cantores e as atrizes, sinais do tempo (...) Cada folha pode ser pendurada na parede da sala dos próprios. É a lógica burguesa do retrato, onde pouco se passa para além da pose. Quando muito, sugestão de um ato. A glória joga-se num gesto. É o detalhe, na figura ou no entorno, que sugere o sorriso. Algumas marcas tomam-se com simplicidade emblemas que acompanham e acompanharão a personagem: a transparência de Braamcamp, o cachecol do Duque de Ávila, a albarda do Zé Povinho. Eis um dos sinais do estilo de Rafael. Daí a básica composição, como simples são os fundos. Nenhuma distração, nada de exagero ou distorção, exceto na pequenez do general Macedo ou no tamanho disforme, correspondente ao nome, do infante D. Afonso. A relação com o texto é bastante mais profunda do que aquilo que se possa pensar e de tal modo orgânica que se imagina um sem o outro”.

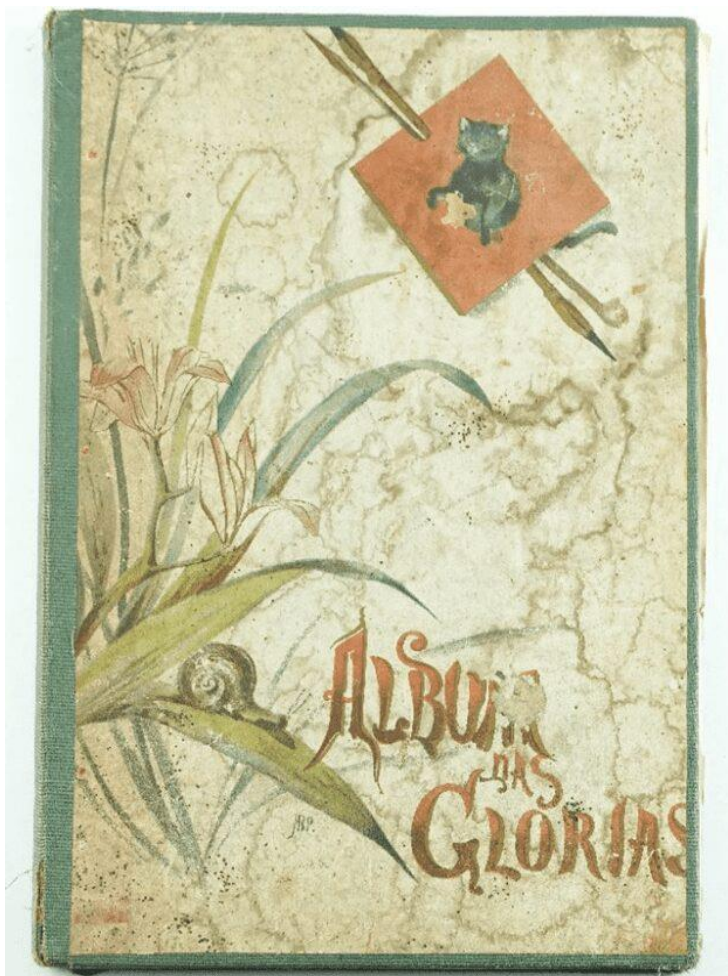
É uma injustiça olharmos estes incomparáveis desenhos sem ler em paralelo os textos elaborados por João Ribaixo e João Ripouco, os pseudónimos dos escritores que entraram no projeto de Rafael. Atenda-se a este trecho que acompanha o desenho desmesurado de Rosa Araújo:

“O povo de Lisboa, elevando pelo sufrágio à dignidade de primeiro dos representantes do município Rosa Araújo, por simpatia e gloriosa alcunha Cócó, filho de um conserveiro e conserveiro ele mesmo na Travessa de São Nicolau, deu por esse facto

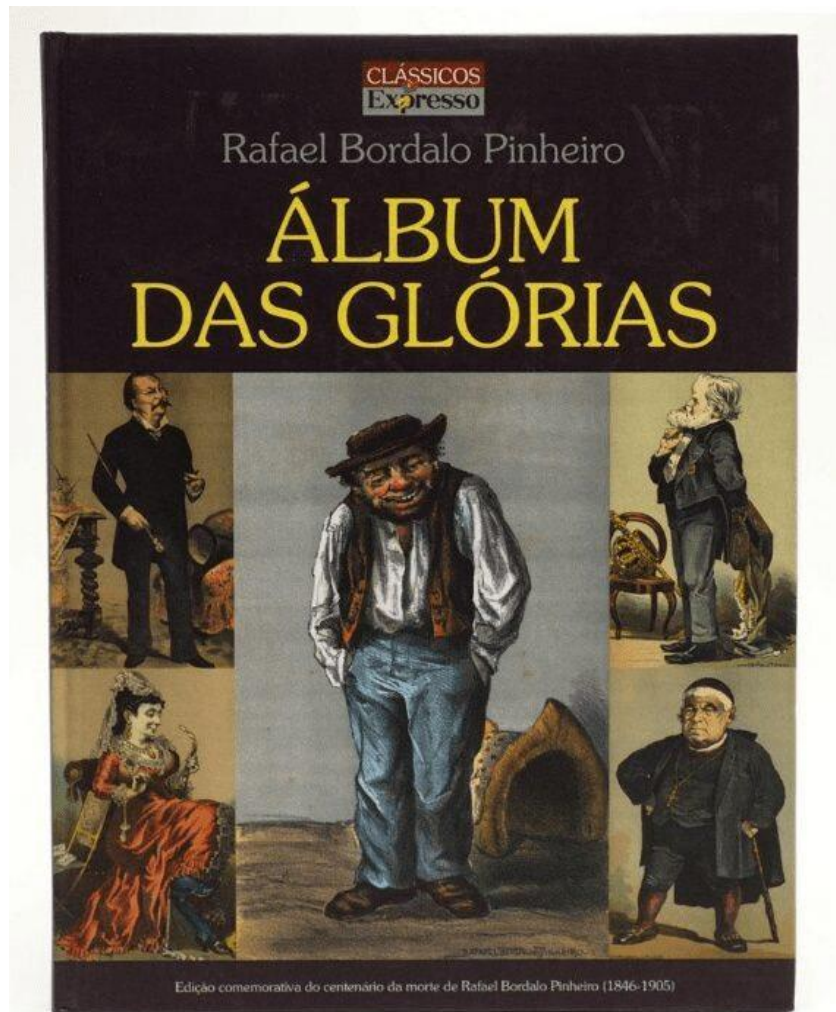
à civilização o exemplo de estima e respeito pelo trabalho honesto e humilde que mais honra faz à capital destes reinos, cuja população tão bem parece querer fingir de outras vezes, no seu fetichismo dos sangues dinásticos e dos sangues azuis, que não passa, em democracia, de uma pobre banazola servil e basbaque (...) Para bem presidir a uma assembleia de mandatários do povo é preciso não ter menos, mas também não ter mais, do que as condições seguintes: bom génio, boa fé e boa presença. Ora é precisamente o que ele tem. A sua figura responde pelas suas qualidades: é o primeiro obeso de Lisboa. Conta-se que um dia, tendo cedido um par de calças a um elefante que lhas pedira emprestadas com medo que lhe rebentasse a pele por ter comido muito, as calças dele serviram ao paquiderme. Nos faustos dias do seu aniversário natalício tem de juntar-se a vereação toda, de mãos dadas, para o abraçar pela cinta. Em casas de pouco pé direito ele dorme em pé, porque bate no teto deitando-se. Enquanto aos seus próprios pés este varão não faz ideia alguma do tamanho que eles têm, porque nunca na sua vida os viu!

Terminando estas regras com a declaração formal e categórica de que nunca vimos melhor homem, obriga-nos o nosso estrito dever a declarar também, sob a nossa palavra de honra – que nunca o vimos mais gordo! João Ribaixo”.

Há tudo a ganhar em passear os olhos e depois deter a atenção merecida no que saiu das mãos deste desenhador que marcou uma época graças ao desenho eficaz, definitivamente acabado, cuidando da figura para se sair do desenho graças à neutralidade do fundo, subtil em todos os pormenores da composição, olhe-se para o desenho do rei D. Luís e como tudo sai realçado não pelos atavios da figura, mas pelo que ele desenha, os pormenores de um chapéu de chuva, de uma étagère, o próprio desenho das mãos. O resto ao leitor pertence, é só ver e adaptar o que lhe entra pelo televisor, nas redes sociais, no que se publica nos jornais. Rafael é nosso contemporâneo, louvor mais inextinguível lhe posso conceder?



Primeira edição do Álbum das Glórias, 1880



Edição do Centenário, Jornal Expresso, 2005



Rafael Bordalo Pinheiro

A era do vazio: reedição de um ensaio seminal de Gilles Lipovetsky

A primeira edição francesa da *Era do Vazio* data de 1983. Com a passagem das décadas, esta narrativa do filósofo e sociólogo Gilles Lipovetsky tornou-se numa obra de referência obrigatória. Estava-se então na transição do consumo semicolectivo e a sociedade organizava-se para o triunfo do individualismo. Falava-se abundantemente em Pós-Moderno, no narcisismo e na indiferença pura. Facto comprovado: já vivíamos numa sociedade Pós-Industrial, com preocupações ambientais, o indivíduo passara para o centro do mercado.

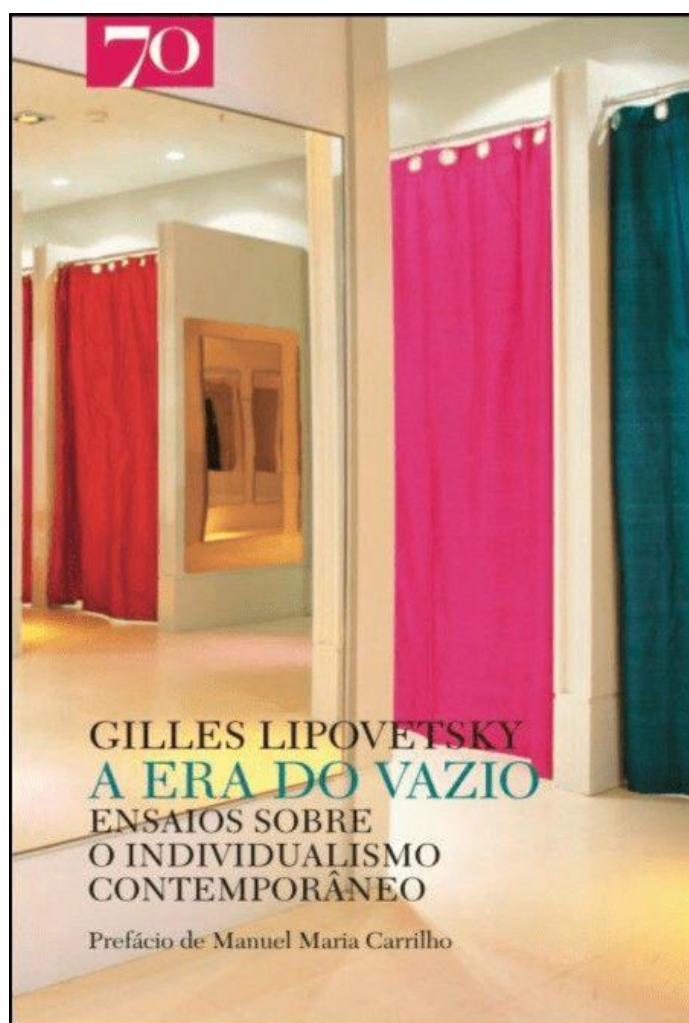
No posfácio de uma edição de 1993, Lipovetsky dava como ponto assente o movimento social de personalização, o culto de dinheiro paradoxalmente misturado com as preocupações em torno dos Direitos do Homem, a responsabilidade da empresa, os proibicionismos, a começar pela perseguição aos fumadores.

Até então, e como corolário da sociedade de consumo, o mundo moderno acreditava piamente no futuro, na ciência e na técnica. O concurso de várias circunstâncias introduzira uma mudança ainda de alcance imprevisível: a realização pessoal e imediata passara a ser a questão nuclear da década de 1980. Houve como que um desmoronamento da modernidade, a sociedade deu sinais de estar entregue à sedução, à frivolidade, ao narcisismo. O consumo pôs o indivíduo a tratar dos seus interesses e posicionou-o de modo nuclear, nessa função. Para ser bem-sucedido, o indivíduo vive rodeado de propostas de reconciliação, de uma publicidade e de uma moda cheias de humor, precisa de estar sempre euforizado, de dar importância à sua segurança e por isso mesmo acompanha o fenómeno da mitologia da insegurança. Lipovetsky diz mesmo que a sociedade atual vive em conflito aberto contra o estado mas numa luta sem classes. E afirma-se ainda mais polémico quando assevera que, ao contrário das revoltas libertárias dos anos 1960 e 1970, não há nenhuma direção que precisa nos conflitos sociais, mais ou menos violentos. Pós-modernidade e narcisismo afiguram-se como ilusão e desencanto. E comunicar por comunicar é a expressão mais brutal do vazio contemporâneo (daí viver-se sob a tirania do instante e da espetacularidade do quotidiano).

Sedução? É verdade, é o tempo da imagem de nós próprios, mas também das empresas, das operações de relações públicas e do divertimento mediático. É verdade que estávamos no início da explosão do vídeo e que tudo se exacerbou com o digital, que veio facilitar a personalização e o privado. A linguagem adocicou-se, como ele observa: “Os cábulas são crianças com problemas ou casos sociais, o aborto é uma interrupção voluntária da gravidez”. Os partidos políticos também seduzem. A par desta sedução, por mais paradoxal que pareça, temos a indiferença, a derrocada dos ideais, os grandes mestres já não estão no pedestal, o futuro já não entusiasma ninguém. O corpo ganhou novas valorizações. Lipovetsky avalia o fim da modernidade e os desconcertos da Pós-modernidade, dissecando os tiques desta sociedade humorística onde se trivializaram as mais diversas formas de grosseria, de rebaixamentos brutescos e de

arremedos paródicos. Estuda a moda como código humorístico, como passa em revista as manifestações de violência para sublinhar o vazio do nosso tempo, vazio social, revolta pura da desocupação, do desemprego. E, paradoxalmente, reativou-se o moralismo puritano. Ao escrever esta obra, Lipovetsky preparou o caminho para outros ensaios hoje de grande importância e que tem a ver com a cultura mercantil graças às tecnologias da informação e às indústrias culturais.

O que é pertinente registrar é que em “A Era do Vazio” ficaram delineados os grandes tópicos sobre a lógica individualista em que continuamos mergulhados neste nosso Estado social Pós-Moderno, como ele observa: “Já nenhum projeto coletivo e histórico – ainda que da Europa se trate – parece capaz de mobilizar os seres em profundidade. Em lugar e em vez dos ideais históricos, temos agora a preocupação com a formação e os diplomas, a busca de responsabilidade profissional e de realização pessoal, a exigência de um ambiente limpo. “A Era do Vazio” é uma previsão brilhante da revolução individualista que se encetou no mundo ocidental em finais dos anos 1970 e que continua sem dar sinais de arredar pé.





Gilles Lipovestky

O estilo do mundo: o jornalismo como esgoto noticioso

“Número zero” é um inesperado, controverso e chocante romance de Umberto Eco, Gradiva, maio de 2015. O famoso pensador, filósofo, medievalista e semiólogo enveredou pela denúncia do jornalismo como segunda realidade ou realidade de ficção, com a aparência de uma segunda natureza melhorada. Não é de hoje nem de ontem a utilização dos meios de comunicação social para provocar chantagem, para intrigar ou para servir uma ideologia. O que releva na atualidade é a possibilidade de manipular no quotidiano usando a trivialidade, o divertimento infundável, a infantilização e a vulgaridade. Um outro pensador e filósofo francês, Gilles Lipovetsky, na obra, “O capitalismo estético na era da globalização” (Edições 70, 2014) refere que com a estetização da economia, vivemos num mundo de mercado pela abundância de estilos, pela integração generalizada da arte, do visual e do afeto na esfera do consumo. Uma porta aberta para o exercício da estupidez, da não-verdade, do ouvir dizer para abrir caminho à calúnia – tudo com a arte do visual e a potenciação das redes sociais.

Voltemos ao romance de Umberto Eco. O narrador é um homem de 50 anos, tradutor de alemão, um perdedor profissional. É atraído a um projeto jornalístico por alguém que

se chama Simei, às ordens de outro alguém que é um Comendador que pretende entrar no salão reservado da finança, dos bancos, e mesmo dos grandes jornais. O projeto jornalístico chama-se *Amanhã*. Simei explica: “Doze números zero, publicados aos pouquíssimos exemplares reservados que o Comendador avaliará. Uma vez tendo o Comendador demonstrado que pode pôr em dificuldade aquilo a que se chama o salão reservado da finança e da política, é provável que o salão reservado lhe peça para desistir daquela ideia; então, ele renuncia ao *Amanhã* e obtém uma licença de entrada no salão reservado”.

Mas Simei, como num jogo de espelhos, também está atraído por outro projeto, irá escrever por via do narrador um livro que dará a ideia de um outro jornal em que ele se esforçara para realizar um modelo de jornalismo independente, ou seja, o livro dirá o contrário daquilo que aconteceu.

Como irá, então, funcionar toda esta redação delirante? Simei estabelece as regras: “Hoje em dia, o destino de um diário é parecer-se com uma revista semanal. Falaremos daquilo que poderia acontecer amanhã, com artigos de fundo e antecipações inesperadas” e assim se inicia a sua segunda realidade, e vamos mergulhar dentro de um grupo onde há paranoicos, especialistas em intrigas e até um agente secreto. Estamos em 1992, tudo se vai passar entre abril e junho desse ano. Todo o manual de procedimentos, todo o livro de estilo jornalístico se vai desbobinando: como um desmentido poderá ser perversamente achincalhado, como por meio de insinuações uma reportagem eventualmente inócua se transforme em lodo ou numa insinuação ignóbil, como se deve divertir o leitor dando-lhe entretenimento bronco... As notícias devem ser postas do avesso, miradas e remiradas, torcidas e distorcidas. Há poluição atmosférica? Mas para quê continuar a alarmar a opinião pública, tudo isso deve ser deixado para os ecologistas.

O ideal é entreter, pesquisar o absurdo. Por exemplo, as falsas Ordens de Malta. “Existem dezasseis, não confundir com a autêntica Ordem Soberana e Militar Hospitaleira de S. João de Jerusalém, de Rhodes e de Malta. Todas têm mais ou menos ou mesmo nome”. E enumeram-se entidades falsas, com conexões bizarras, aparecem escroques retintos, tarados encartados. O importante é fazer notícias, publicar horóscopos felizes, e nas entrelinhas deixar o lodo rescender. O dirigente desta manipulação em marcha também se engana. Atenda-se que estamos em 1992 e alguém na redação lhe sugere se faça uma reportagem sobre o fenómeno dos telemóveis, ele torce o nariz, é um fenómeno que não vai durar, os telemóveis são caríssimos, ninguém quer andar a telefonar a toda a gente a todo o momento, ninguém quererá perder a conversa privada, é uma moda destinada a esgotar-se no espaço de um ano...

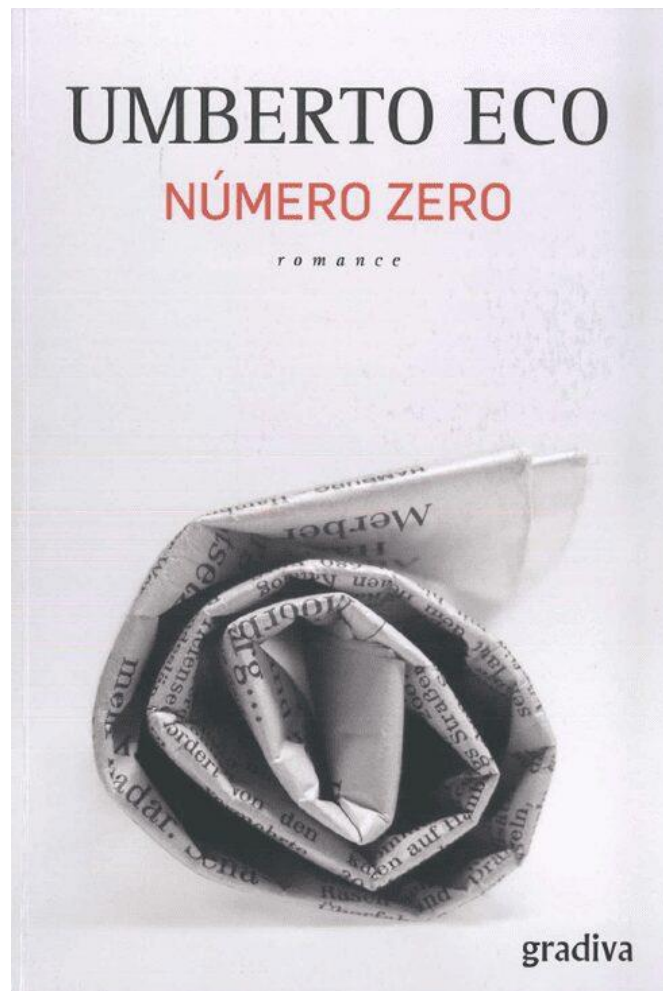
O zénite de todo este carrossel de loucura é dado por um redator chanfrado que julga ter alcançado um dos grandes segredos do século XX: existia Mussolini, quem foi fuzilado no Como foi um sócia. A partir da Argentina, o ditador preparara o regresso e daí o enredo tenebroso: o Gladio, as odiosas lojas maçónicas como a P2, o assassinio do Papa João Paulo I, os enredos da CIA, as Brigadas Vermelhas manobradas pelos serviços

secretos, todo isto podia ser mentira ou pura invenção, até que na transmissão da BBC parecia provar que era tudo verdade.

Então o jornalista aparece assassinado, Simeï manda apressadamente desmontar o jornal que iria fazer os números zeros, o narrador encontra paz e junta os trapinhos com a menina que fazia os horóscopos.

Como se escreve na contracapa do livro de Umberto Eco, “este é o manual perfeito para o mau jornalismo que, gradualmente, nos impossibilita de distinguir uma invenção de um direto”.

É a realidade da segunda realidade, fabricada para manipular, aumentar as vendas ou as audiências, para ganhar as eleições com os ardis mais ignóbeis. Um livro avassalador, cáustico, surpreendente, daquele Umberto Eco que esteve sempre à frente do tempo, mesmo quando a sua ficção se embrenhava no passado.





Umberto Eco

Procurar entender esta sociedade de relações descartáveis

Estamos cada vez mais dependentes dos telemóveis e dos computadores. Toda a nossa comunicação passou a depender de contatos estritamente ligados às plataformas digitais. Não é possível estudar esta enigmática fragilidade dos vínculos humanos sem atender aos aspetos fulcrais do que se alterou no relacionamento humano, do trabalho ao amor, da participação em causas e ao puro convívio.

Um dos maiores sociólogos do século XX, Zygmunt Bauman (1925-2017) procurou aprofundar os porquês da fragilidade dos laços humanos e deu-nos uma obra de leitura obrigatória para nos entendermos nesta era de velocidade e aceleração, pautada pela cultura da urgência e de relações descartáveis, *Amor Líquido*, Relógio D'Água Editores, 2006. O sociólogo justifica assim o seu trabalho: “O principal herói deste livro é o relacionamento humano. Os seus personagens centrais são homens e mulheres, os nossos contemporâneos, desesperados por terem sido abandonados aos seus próprios sentidos e sentimentos facilmente descartáveis, ansiando pela segurança do convívio e pela mão amiga com que possam conter no momento de aflição, desesperados por se relacionarem”. Muitos estudos sobre a sociedade contemporânea dão conta desse

processo inexorável que é a ascensão do individualismo; este define o homem do nosso tempo, ambivalente, cioso pelo seu sucesso, propenso a relações virtuais, pouco dado a relacionamentos antiquados, como aqueles que definiam a família extensa, o espírito de grupo, a grande equipa empresarial, etc.

Vivemos nesta modernidade líquida que atinge toda a vida afetiva, a sociabilidade, a relação com o Outro, os ancestrais esquemas associativos. Daí Bauman procedera a uma análise do amor e da paixão e das respetivas substituições afetivas. O chamado amor para sempre está definitivamente fora de moda. Ao longo da história da civilização e da cultura houve uma evolução do termo amar, significava abrir-se ao destino, à mais sublime de todas as condições humanas, medo pela intensidade da descoberta, regozijo pela potencialidade da fusão. Abrir-se ao destino significou admitir a liberdade no ser: aquela liberdade que se incorpora no Outro, o companheiro no amor. A sociedade de consumo alterou o padrão multiseular, favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, como se houvesse direito a apresentar queixa por se descobrir deficiência no produto e querer a devolução do dinheiro... O desafio, a atração e a sucessão do Outro tornam toda a distância insuportavelmente grande. E na sociedade de consumo o amor é um contrato com um conjunto de garantias aleatórias. Assim se procura cortar caminho a percursos que eram dados como aceitáveis, como o sociólogo observa: “Amar significa estar ao serviço, colocar-se à disposição, aguardar a ordem, renúncia, sacrifício. Se o desejo quer consumir, o amor quer possuir. Enquanto a realização do desejo coincide com a aniquilação do seu objeto, o amor cresce com a aquisição deste e realiza-se na sua durabilidade. Se o desejo se autodestrói, o amor autopetua-se”.

Acresce que este amor líquido é o oposto à aceitação de que o amor germina, cresce e amadurece, o que exige tempo, e este tempo necessário é causticante na era da velocidade e da aceleração. E Zygmunt Bauman completa o raciocínio: “Para nós, os habitantes deste líquido mundo moderno que detesta tudo o que é sólido e durável, tudo o que não se ajusta ao uso instantâneo nem permite que se ponha fim ao esforço, tal perspectiva supera toda a capacidade e vontade de negociação. Estabelecer um vínculo de afinidade proclama a intenção de tornar esse vínculo semelhante ao parentesco – mas também a disposição de pagar o preço do avatar na moeda corrente da labuta diária e enfadonha. Quando não há disposição, fica-se inclinado a pensar duas vezes antes de agir para concretizar a intenção”.

O mundo laboral convergiu para potenciar esta modernidade líquida, com os seus contratos zero, os vínculos precários, tudo a curto prazo. A caixa de ferramentas da sociabilidade deixou de ser o que era: na divisão do trabalho e na distribuição dos papéis familiares; esta é uma época em que um filho é acima de tudo um objeto de consumo emocional, como o sociólogo observa: “Os filhos estão entre as aquisições mais caras que o consumidor médio pode fazer ao longo de toda a sua vida. Em termos puramente monetários, os filhos custam mais do que o carro luxuoso do ano, uma volta ao mundo num cruzeiro ou até mesmo uma mansão”. E, mais adiante: “Ter filhos pode significar a

necessidade de diminuir as ambições pessoais, de sacrificar uma carreira, já que os encarregados de avaliar o nosso desempenho profissional olham de soslaio em busca de algum sinal de lealdade dividida. O que é mais doloroso é que ter filhos significa aceitar essa dependência divisora da lealdade por tempo indefinido. Tomar consciência de tal compromisso pode ser uma experiência traumática”.

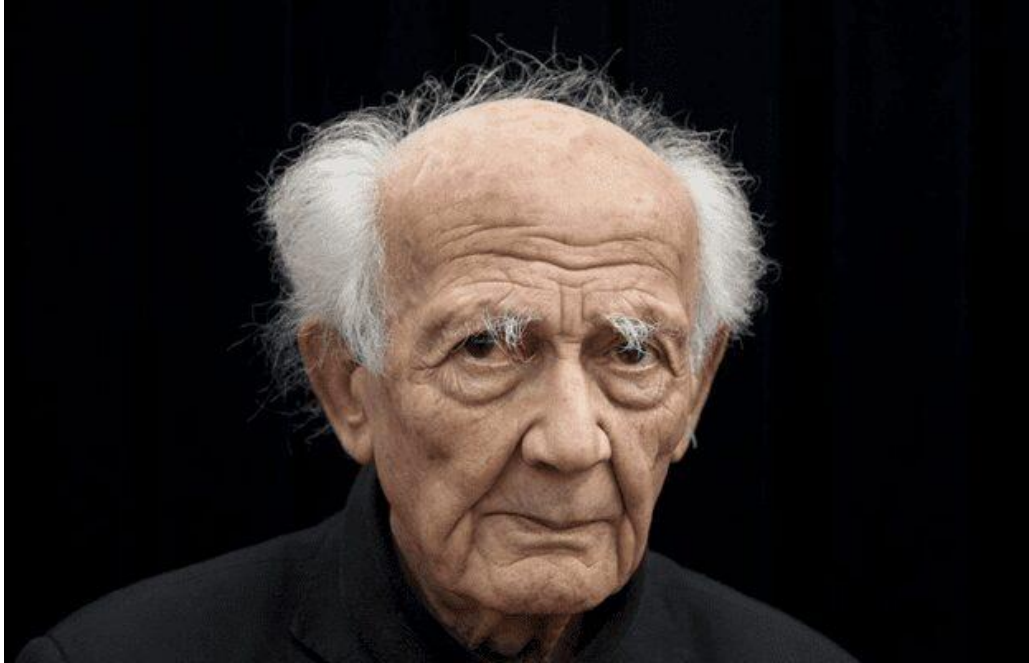
Há uma forte analogia entre a modernidade líquida e a sociedade de consumo. Os consumidores têm uma racionalidade líquida, de conveniência, de menor custo na satisfação imediata. O que caracteriza o consumismo, escreve Bauman, não é acumular bens (quem o faz deve também estar preparado para suportar malas pesadas e casas atulhadas), mas usá-los e descartá-los em seguida a fim de abrir espaço para outros bens e usos. A vida consumista favorece a leveza e a velocidade. Aqueles que não precisam de se agarrar aos bens por muito tempo, e decerto não por tempo suficiente para permitir que o tédio se instale, são os bem-sucedidos”.

E o paradigma digital faz com que os telemóveis favoreçam as pessoas em movimento, toda a relação gira à volta da comunicação de telemóvel, saber se o filho já lanchou, se a mão tomou os comprimidos, recordar ao marido o pagamento da fatura, marcar consultas, aproveitar a viagem de comboio para ouvir um desabafo de uma amiga amargurada. E o sociólogo observa: “Os telemóveis assinalam, material e simbolicamente, a derradeira libertação em relação ao lugar. Os viajantes podem eliminar dos seus cálculos de perdas e ganhos as diferenças entre partir e ficar, distância e proximidade, civilização e isolamento”. A variedade virtual tornou-se a realidade, gerou novos estilos de comunicação, permite a perversidade de acompanhar os movimentos do marido ou do empregado.

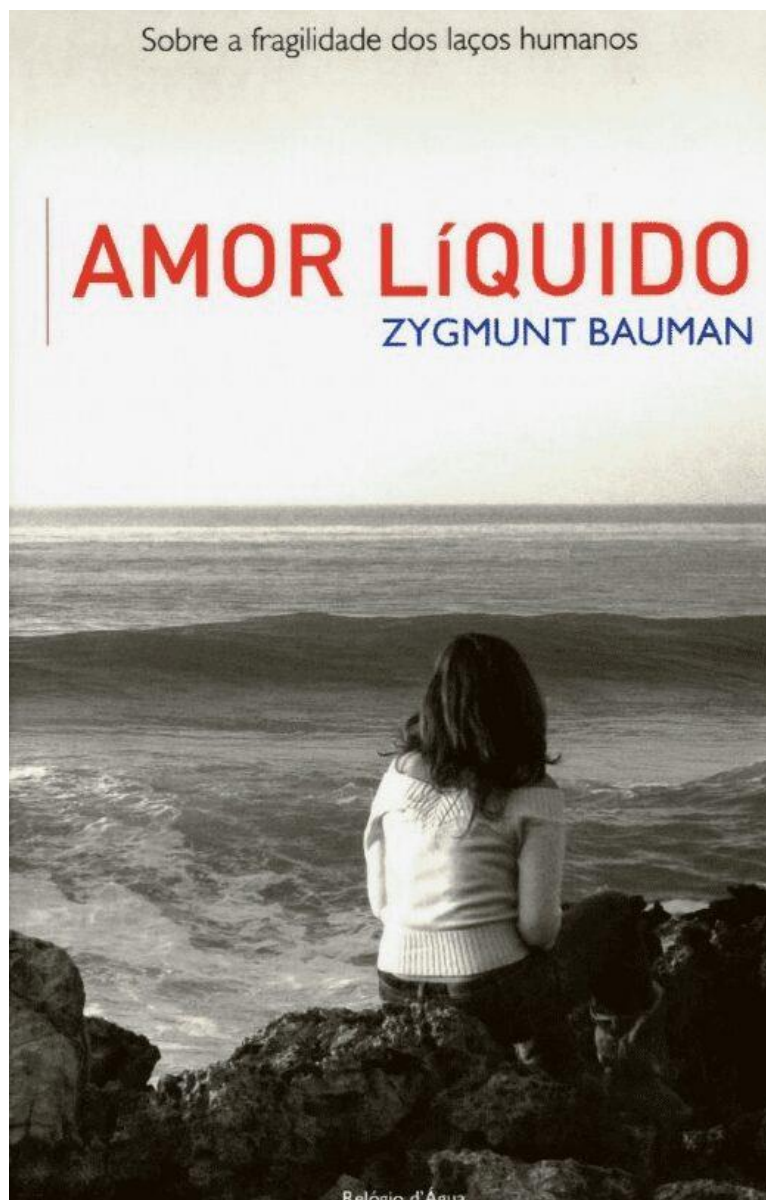
As grandes operações de solidariedade já não estão confinadas a organizações não-governamentais, para terem sucesso precisam das plataformas digitais e do televisor, precisamos de imagens e de apelos já que é imensa a dificuldade de amar o próximo. O universo televisivo percebeu muito cedo que precisava de seduzir os telespetadores fazendo concorrência com os tabloides, pôr as pessoas a ouvir confissões, a desabafar a sua intimidade, e daí a euforia dos *reality shows*, o reverso da medalha de que a vida é um jogo duro para pessoas duras, como aliás pontifica o mercado de trabalho onde se diz que ninguém é indispensável só tem direito apenas a alguma contribuição pelo que faz a prazo numa empresa. Nada de compromissos para toda a vida, nada de promessas de amor para sempre ou até que a morte nos separe, o que interessa é andar à procura do *cool*, um híbrido entre a satisfação e o que nos apraz. No mundo dos afetos, investir fortes sentimentos na parceria e fazer um voto de fidelidade significava interatuar com o parceiro, agora quer-se leveza, o amor é bom enquanto dura. E não é por acaso que as cidades se tornaram campos de batalha em que os poderes globais e as entidades locais se chocam, planeia-se para que a cidade seja cada vez mais atrativa, digna do bilhete-postal, e é uma luta constante com a identidade local que não prescinde dos seus rituais, usos e costumes, nem quer ver o seu convívio destruído. Um confronto

permanente entre a mobilidade e as suas panorâmicas grandiosas e o permanente da identidade local, que resiste.

De leitura obrigatória, para entender a misteriosa fragilidade dos laços humanos, esta contraditória necessidade de criar laços e de os manter flexíveis – sinal do nosso tempo



Zygmunt Bauman



Quando uma fotografia vale por mil palavras

Decorreu em 2007 na Fundação Mário Soares uma exposição com fotografias de Américo Estanqueiro, da qual se publicou um álbum. O historiador de fotografia José Pessoa apresenta-o nos seguintes termos:

“Américo da Conceição Estanqueiro nasceu em 15 de abril 1947, na aldeia de Vendas de Maria, concelho de Alvaiázere, distrito de Leiria. Quando completou o 1º ciclo, e devido às dificuldades económicas da família, empregou-se numa fábrica de lanifícios onde durante dois anos ganhou o dinheiro necessário para voltar a estudar, tendo completado o 2º ciclo, com 21 anos de idade.

Em 1968, fez a recruta nas Caldas da Rainha e a especialidade de atirador em Tavira. Pediu para fazer a especialidade em Foto-cine, o que não lhe foi concedido. Foi

mobilizado no Regimento da Infantaria de Abrantes e embarcou para a Guiné em 24 de abril de 1970.

O seu primeiro contacto com a fotografia foi através do irmão António, na altura empregado da Kodak. Este tinha acabado de fazer a sua comissão em Moçambique, durante a qual ganhou dinheiro fazendo fotografias dos companheiros de armas. Este deu-lhe esse exemplo e ensinou-o a dar os primeiros passos. Parte da formação profissional do Américo Estanqueiro foi feita através da leitura de livros e revistas, pela sua iniciativa.

Começou logo a concretizar o seu objetivo durante a recruta, revelando as imagens na sua casa em Lisboa. Era tudo a preto e branco. Logo que embarcou montou um laboratório a bordo. O negócio aumentou significativamente quando chegaram ao aquartelamento na Guiné, com solicitações constantes de retratos, mais ou menos compostos com elementos locais. Trabalhava com uma câmara Minolta 6x6 cm e imprimia papel Agfa lustroso. Os rendimentos desta atividade paralela valeram-lhe umas abastadas férias em Bissau, tirou a carta de condução e enviou 85 contos para casa, graças ao pré que descansava intacto.

Um mês antes de regressar, deu todo o material ao soldado Adriano Francisco, que o tinha ajudado nos trabalhos fotográficos e vendia as fotografias (não ficava bem um furriel proceder à venda e à cobrança direta aos soldados). Infelizmente, o Adriano acompanhou as malas e veio a falecer em Bissau, vítima de uma crise súbita de tuberculose.

Américo Estanqueiro regressou a Portugal e montou uma casa de fotografia na Estrada da Damaia, que não veio a ter sucesso. Voltou à terra, e montou um estúdio fotográfico em Figueiró dos Vinhos. Em 1977, recebeu um convite para ir para a Venezuela, onde se empregou no maior estabelecimento do ramo, em Caracas. Dali saiu para arrancar com dois novos laboratórios, como responsável técnico. Porém, a desvalorização da moeda venezuelana levou-o a regressar à pátria. No regresso, abriu o Centro Fotográfico de Alcobça. Ao tempo em que se realizou a exposição era empregado da firma Foto Industrial 2.

O que aconteceu, entretanto, aos cerca de 6 mil negativos realizados durante o serviço militar? Deitou-os os fora logo que perdeu contacto com os camaradas e considerou que se tinham tornado inúteis. Nem um sobreviveu para a amostra. Resolveu então conservar, das provas impressas em África, um conjunto de imagens que mostrasse às suas filhas a viagem que começou no Cais da Rocha”.

Agora é a minha vez de falar, esta geografia de Américo Estanqueiro foi-me muito próxima, embora em tempos diferentes. No decurso da minha comissão (1968/1970) a região de Dulombi era sossegada, guerra a sério era a uns bons quilómetros dali, no Xitoli. Havia a pressão do PAIGC é certo, raptos, intimidações, Quirafo, povoação local, foi várias vezes atacada. Daqui a Bambadinca, nesses tempos, era um simples passeio, levava-se a arma por precaução. Na intervenção em Bambadinca, uma das tarefas rotineiras que nos coube, a mim e aos meus caçadores nativos, era levar mantimentos,

munições e material de engenharia a esta região, tarefa menos espinhosa não havia. Folheio o álbum da exposição de Américo Estanqueiro e tudo me parece convencional até ao porto do Pidjiquiti. Mas subitamente surge uma imagem suficientemente impressionante que me permite dizer que substitui folgadoamente mil palavras.





A foto a bordo da LDG (Lancha de Desembarque Grande) “Montante” não deixa de impressionar, por um amontoado de gente encostada às malas, o sossego vem das duas armas, há pessoal placidamente encostado à amurada, o fardamento a cheirar a novo. Quem ali vai é a CCAÇ 2700. E embrenhamo-nos em Dulombi, Américo Estanqueiro mostra gente sorridente em tempos de pausa, simulações de guerra, bom material para mandar à família e deixá-la descansada. E depois surgem os sinais da guerra, imagens de minas, interpoladas com o folclore das lavadeiras de peito à mostra e nosso militar em tanga, perfilado com elementos da população local.

Há imagens dos estragos causados por um tornado, em 25 de Abril de 1971, e legenda não houvesse e bem podíamos pensar que houvera para ali um bom foguetório. Do simulacro, da atmosfera de bonomia salta-se, e com que dureza, para a tragédia: um Unimog com soldados mortos; um outro Unimog que acionou uma mina anticarro, morreram dois soldados, o que há de incomum é a máquina ferida que parece dar um urro e saltar da esquadria da fotografia; o fotógrafo escolhe o ângulo, temos agora um ferido em combate atravessado na maca, levanta a cabeça como que para assegurar a quem o vai ver que está vivo a despeito da farda esfarrapada, dos pensos e da sua face marcada por sequelas várias; e há um soldado africano morto, o fotógrafo cuidadosamente escolhe um ângulo que não escandalize mas que faz vibrar o coração, um outro soldado africano toca-lhe delicadamente no antebraço, pela expressão pesarosa parece querer ressuscitar quem ali jaz em chão térreo, sob o mosquiteiro. Não menos doloroso é uma outra fotografia de um outro soldado morto em combate, jamais

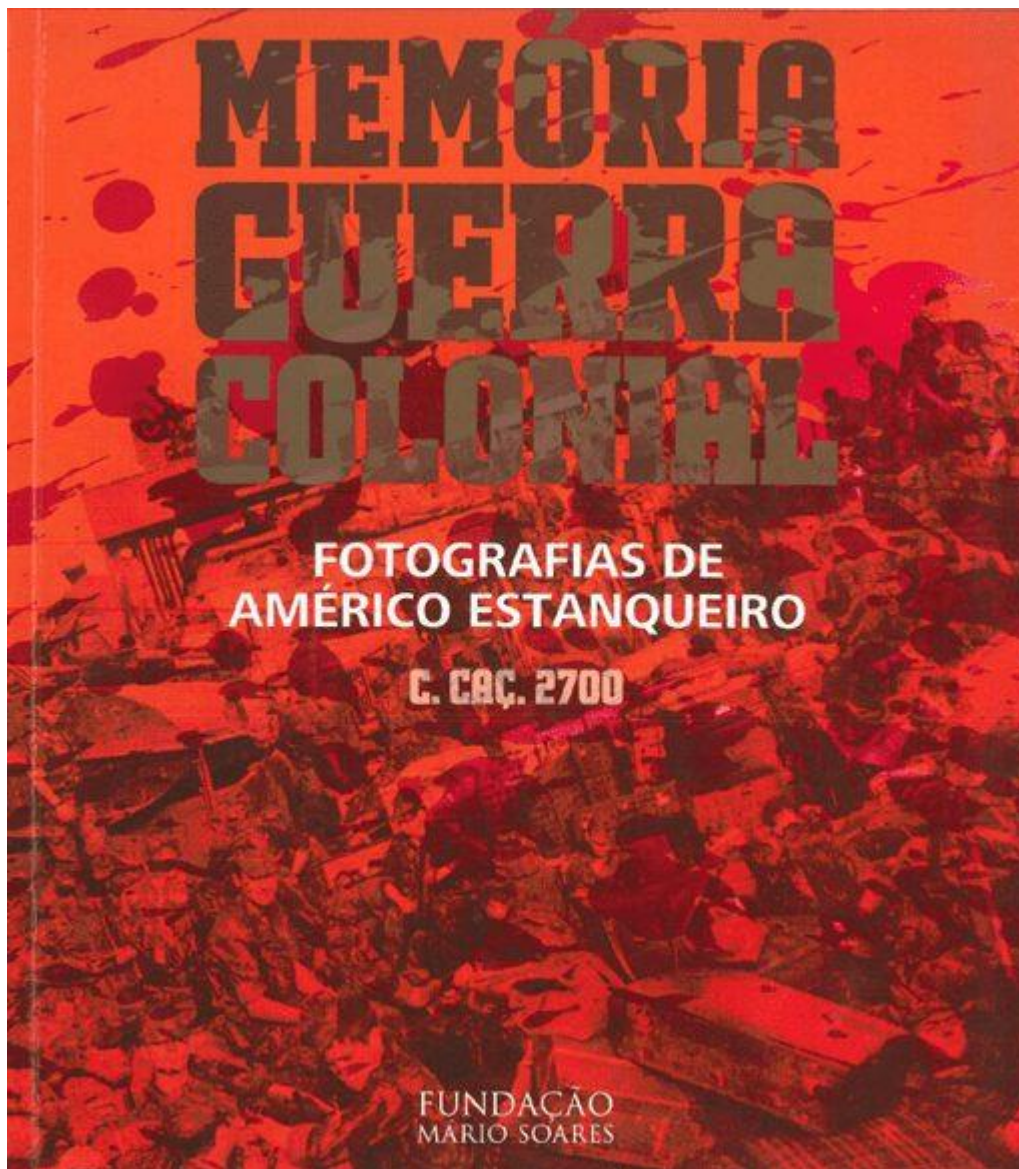
saberemos se é branco ou africano, está tudo concentrado no seu corpo sofrido, a cabeça entrapada em gaze, não faltam ligaduras até aos pés, há corpos inclinados, não têm direito a mostrar consternação; até uma imagem de urnas ganha humanidade, são caixões alinhados com corpos embrulhados em mantas, alguém se despede ou procede a reconhecimento, levantando a manta junto ao rosto.

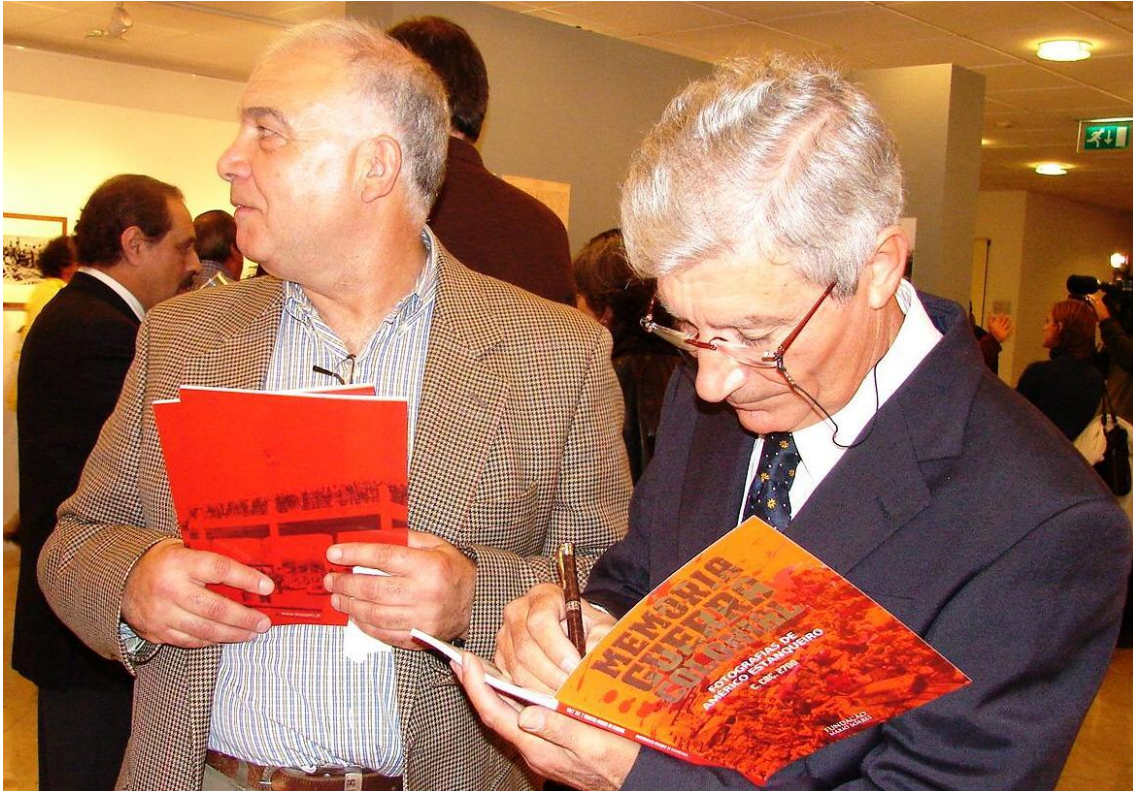


A CCAÇ 2700 substituiu a CCAÇ 2405, a que pertenceu o meu amigo Paulo Raposo, que vivenciou o desastre do Cheche, em 6 de fevereiro de 1969. A CCAÇ 2700 teve sete mortos e quatro feridos e meia centena de baixas por doença. E os tempos tinham mudado, a região já não dispunha de serenidade, como durante a minha comissão, naquele período de 1970: Dulombi sofreu flagelações, emboscadas, minas antipessoais, mina anticarro. Em 1971, a região sofria o impacto de ter o Boé e a outra margem do Corubal com uma nova agressividade. Agora a guerra era outra coisa.

As fotografias de Américo Estanqueiro são eloquentes pela vibração da paz que se quer manifestar às famílias e pela contenção de uma guerra que parecia, naquele ponto do mapa, inimaginável. Felizmente o acervo fotográfico da guerra da Guiné é vastíssimo, estou à vontade para dizer que o blogue em que colaboro, *Luís Graça e Camaradas da Guiné*, possui o maior acervo, as centenas de membros entregam todas as imagens que possuíam, doravante serão elemento subsidiário, mas de grande influência, para a historiografia da guerra da Guiné.

Olho detalhadamente a carga humana alojada na lancha “Montante”, sabemos que é a caminhada para a guerra, há serenidade e gravidade naquele trouxe-mouxe, precisamos de olhar detidamente as peças de fogo para perceber que aquele elenco de homens corre virtualmente perigo. É de todas as imagens de Américo Estanqueiro a que mais me impressiona, mas confesso que este álbum devia ser conhecido pelas novas gerações, a História não se põe em tribunal mas deve ser compreendida e bom seria se aproveitassem os figurantes que ainda cá estão para que os mais novos avaliassem como há memórias da guerra que não se apagam, sobretudo quando se revela que aquelas guerras não deviam ter existido, porque já vieram fora de tempo.





Américo Estanqueiro autografando o seu álbum fotográfico na Fundação Mário Soares, 2007

O meu amigo Jules Maigret, detetive de eleição

Na vastidão do subgénero literário intitulado Crime e Mistério avultam escritores e detetives que ao longo de gerações continuam a entusiasmar os seus devotos.

Georges Simenon (1903-1989) é o quarto autor de língua francesa mais publicado no mundo. Seguramente este autor de origem belga usufruiu de uma experiência de vida que lhe permitiu, graças ao seu génio, aproveitar as diferentes profissões que exerceu, com especial relevo para o jornalismo, a frequência no mundo da noite, o ter feito cursos sobre criminologia e desde jovem, já instalado em Paris, ter publicado freneticamente contos e romances, publicados em folhetins, de todos os géneros policiais, eróticos, melodramáticos e até lamechas.

Escreveu cerca de 200 obras entre 1923 e 1933 e o seu acervo de artigos jornalísticos é infindável. Em 1929, escreveu *Pietr, o Letão*, é o primeiro livro em que surge Maigret, que se mete num comboio para ir visitar um amigo, começa uma perseguição, é ferido, e conduz toda a investigação num quarto de hotel, aparece Madame Maigret que tem nesta obra alguma atividade detectivesca. Maigret vai ganhar uma popularidade desmedida. Simenon escreverá ao todo 84 aventuras do comissário. Em paralelo, o escritor traça uma outra linha de romances chamados duros, isto enquanto viaja um pouco pela França, durante a II Guerra Mundial vive na Vendeia, findo o conflito parte

para os Estados Unidos, torna-se um viajante compulsivo e em 1972 deixa de escrever. É nessa altura que se lança na preparação das suas gigantescas *Memórias Íntimas*, um tocante depoimento autobiográfico, publicado em 1981, e que também está traduzido em língua portuguesa. Escusado é dizer que muitos dos seus romances foram adaptados ao cinema e à televisão, teve um ator de eleição, Bruno Cremer, o grande ator Gérard Depardieu também foi tentado pelo papel.

Afinal, o que distingue Maigret de outros talentosos investigadores? Não é amador, é comissário na Brigada de Homicídios, em Paris. É um homem comum, gosta de comezaina em tasquinhas, vai ao cinema e almoça e janta fora com a sua mulher, o casal visita mensalmente o Dr. Pardon, que o ajuda a refletir sobre a personalidade de criminosos, dá-se muito bem com a sua equipa de colaboradores, onde há figuras bizarras como o inspetor Lognon, macambúzio, um sentimento de infortúnio estampa-se no rosto, tem todo o seu tempo disponível tomado por cuidar da mulher praticamente inválida.

O casal Maigret vive numa pequena casa no Boulevard Richard-Lenoir, Madame Maigret de há muito se habituou às ausências do marido quando este tem interrogatórios pela noite fora ou investigações inesperadas que o levam a falhar as refeições. Conhecemos muito da vida do casal, o jogo em que o comissário diz que vai ficar na cama até mais tarde, a mulher prepara-lhe carinhosamente o pequeno-almoço e quando abre a porta já Maigret está à janela, calçou pantufas e enfiou o roupão, mira os edifícios em frente. Vamos pegar numa obra-prima intitulada *Um Natal de Maigret*, cuja tradução mais recente se intitula *Maigret e os Mistérios de Natal*, Asa Editores, 2007.

É dia de Natal, Maigret está a ver à janela duas mulheres que saem do prédio em frente e que têm todo o ar de que estão a vir para lá. E assim foi, bateram à porta, Madame Maigret fala de duas senhoras que insistem em falar com ela, conhece uma delas, Mlle. Doncoeur, “Mora em frente, no mesmo andar que nós, e trabalha o dia inteiro junto da janela. É uma rapariga de bem, faz bordados finos para uma loja do faubourg Saint-Honoré. Até cheguei a perguntar a mim mesma se ela não estará por acaso apaixonada por ti”. O comissário surpreende-se e a mulher atalha: “Quando saís de casa, ela levanta-se frequentemente para te seguir com os olhos”.

A história de Mlle. Doncoeur, que vem acompanhada de Madame Martin, é no mínimo intrigante. Vive lá em casa uma criança, Colette, sobrinha de Madame Martin, quando de manhã Mlle. Doncoeur a foi visitar, a criança anunciou que fora visitada pelo Pai Natal que lhe trouxera uma boneca.

E começa um daqueles interrogatórios em que Maigret vai identificando atmosferas, pessoas, iluminando situações, havia ali um dado que lhe prendeu a atenção, o visitante, o dito Pai Natal, esteve a levantar tábuas de um soalho, e depois saiu, parecia que se tinha esfumado. O comissário faz inúmeras perguntas, quer saber algo sobre os pais de Colette. Maigret vai visitar a criança, Madame Martin aproveita e pretexta que vai às compras, Colette responde a todas as questões postas pelo comissário, a nova conversa

entre ele e Madame Martin já se faz de um clima de crispação, o comissário quer saber onde e com quem trabalhou antes de casar, volta para casa e por telefone desencadeia um inquérito. Mr. Martin é representante comercial, anda por fora, já está de regresso, também intrigado com aquele inusitado Pai Natal.

Os colaboradores de Maigret já estão todos em campo, reproduzem os passos seguidos por Madame Martin desde que protestou ir às compras, segue-se um torvelinho de telefonemas para a empresa onde ela trabalhou, a intriga adensa-se, houve um patrão que desapareceu inopinadamente, Simenon adverte-nos subrepticamente que avançamos para o olho do furacão.

Naquele dia de Natal, um nevoeiro denso e amarelado caíra sobre a cidade de Paris, os inspetores percorrem os locais onde viveu Madame Martin antes de casar, as conversas telefónicas não param, os diferentes motoristas explicam por onde andou Madame Martin.

E começa um magistral corpo a corpo, nesse momento o comissário Maigret já não faz cerimónias: “Livre-se de não dizer nada, de não responder a nenhuma pergunta. O seu marido chega às 11h17 e talvez então, na presença dele, a senhora decida mostrar-se mais loquaz”. E ficamos a saber que a relação entre o patrão de Madame Martin extravasava a via profissional, ela resiste a contar a verdade, o comissário não larga a presa: “O que mais me choca, não é tanto o que a senhora possa ter feito, mas sim o seu sangue frio. Já me passaram pelas mãos muitas pessoas, homens e mulheres. E já passaram três horas desde que nos encontramos neste frente a frente e pode-se dizer que, desde hoje de manhã, a senhora já esteve por várias vezes quase a ceder, mas acabou por nem sequer pestanejar. O seu marido vai regressar e, a partir dessa altura, a senhora vai de certeza tentar colocar-se no papel de vítima”. E desanca-a com os factos apurados os inspetores apuram ter havido um assassinato, Madame Martin guarda a maquia roubada, um milhão de francos, e entramos de rompante nas confissões: “Detesto a mediocridade. Fui pobre toda a vida. Durante toda a vida não ouvi falar de outra coisa senão de dinheiro e de privações. Toda a minha vida vi as pessoas que me rodeavam a fazer contas e mais contas e também eu fui obrigado a fazê-las”.

E aos solavancos vai-se soltando a verdade, Madame Martin está em pânico, não quer ver o marido. E esta obra-prima tem o seu termo com um gesto de invulgar ternura de Madame Maigret. Só de madrugada e depois de conversar com Martin e o pai de Colette é que o comissário voltou a casa, atravessou o Boulevard e encontrou a mulher a dormir na poltrona:

“ – Estás sozinho?

E, como Maigret ficara a olhar para ela com um olhar espantado e divertido:

- Não trouxeste a pequena?

- Esta noite não. A menina está a dormir profundamente. Amanhã de manhã, então sim, poderás ir buscá-la, mas tem o cuidado de ser o mais simpática possível para com Mlle. Doncoeur.

- A sério?

- Mandar-te-ei duas enfermeiras com uma maca.

- Mas, então... Vamos poder...?

- Chiu!... Isto não vai poder ser para sempre, estás a perceber? É possível que Jean Martin se conforme com a ideia... Mas também pode acontecer que o irmão dele se emende, volte a ser um homem normal e um dia venha a constituir uma nova família...

- Em suma, ela não vai poder ser nossa para sempre?

- Nossa, para sempre, não. Só emprestada. Mas eu pensei que isso seria melhor do que nada e que tu, mesmo assim, irias ficar contente.

- Claro, claro que estou contente... Mas... mas...

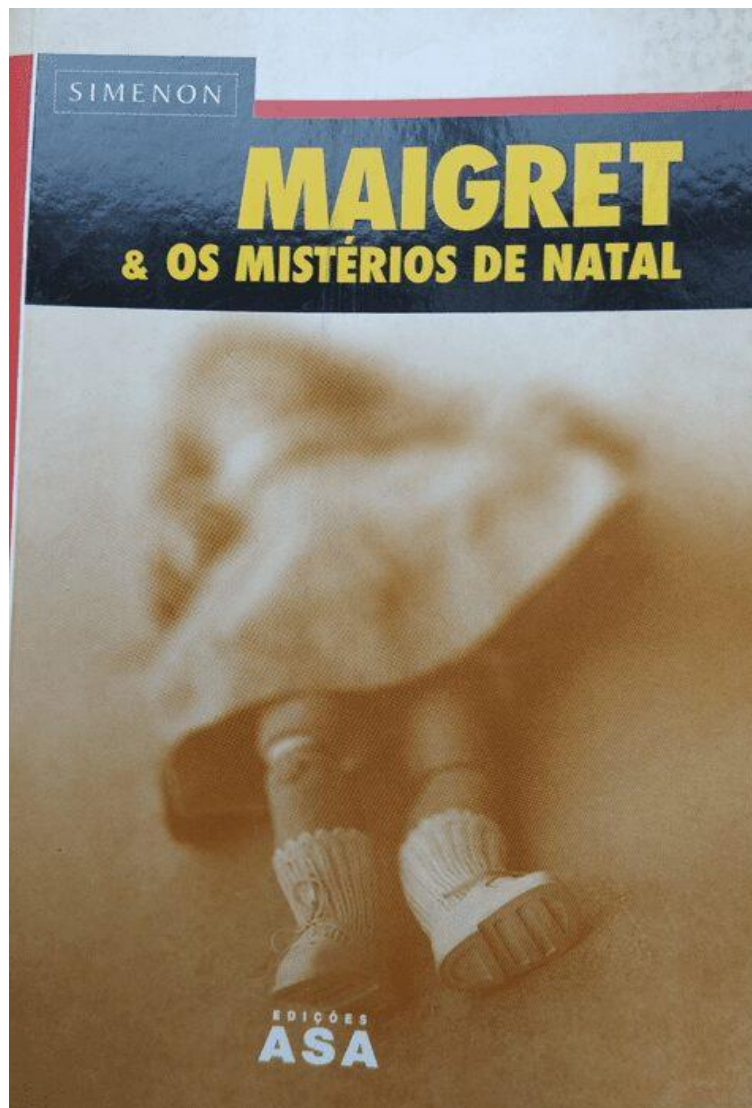
Madame Maigret fungou, procurou um lenço, mas, não o tendo encontrado, não teve outra alternativa senão esconder o rosto no avental”.

Esta primeira história é um prodígio de escrita, a seguinte não fica atrás.

Desesperado, um rapaz que está a ser perseguido por um criminoso deixa pelas ruas de Paris um engenhoso rasto. A atmosfera criada por Simenon na Central Telefónica da Polícia com centenas de cavilhas, numa altura em que anda um criminoso em série sem ser possível identificá-lo, é assombrosa.

Vamos conhecer o agente Lecoeur, que tudo anota quanto à natureza das ocorrências, desde afogamentos a estrangulamentos e que em dado momento descobre que o sobrinho viu um crime, é um relato trepidante, com um fim feliz, depois do assassino ter sido adormecido com uma violenta pancada numa tasca, releva toda a humanidade com que Simenon põe no final da novela: “Um miúdo, todo vaidoso, atravessa Paris, refastelado num carro-patrolha da polícia”.

Leio sem nunca me cansar com este universo onde há tantas vezes descidas aos infernos e onde se disseca sem mistificações o carácter misterioso da natureza humana.



Georges Simenon

Conhecimento do inferno, por António Lobo Antunes

Memória de Elefante, *Os Cus de Judas* e *Conhecimento do Inferno* aparecem como uma trilogia, a primeira grande viagem de um escritor à volta de amores perdidos, das recordações familiares, da vivência de um tenente-médico na guerra colonial e a experiência do psiquiatra no Hospital Miguel Bombarda, um antes, um durante e um depois rememorados em puzzle, em pungentes monólogos, em viagens aturdidas, numa duríssima crítica a certa prática psiquiátrica: mesmo no inferno dos loucos a África da guerra colonial é omnipresente, é termo de comparação, é sempre um grito de revolta.

O autor, neste ciclo da sua vida, aparece acampado em Angola. Logo uma descrição do país dos Luchazes, no arranque de *Conhecimento do Inferno*: “O país dos Luchazes é um planalto vermelho, mil e duzentos metros acima do mar, em que o pó cor de tijolo atravessa a roupa para nos aderir à pele, se nos enredar nos cabelos, nos obstruir as narinas do seu odor da terra, próximo do odor ácido e seco dos mortos. O país dos Luchazes, quase despovoado de árvores, é um país de leprosos e trevas, um país de vultos inquietos, de rumorosos fantasmas, de gigantescas borboletas emergindo dos seus casulos do escuro para cambalearem, em busca das lâmpadas. É o país onde os defuntos assistem sentados aos batuques. É um país magro de mandioca e de caça”. A guerra está ali bem próxima, é incontornável entre o presente e o futuro: “Em 1973, eu regressava da guerra e sabia de feridos, do latir de gemidos na picada, de explosões, de tiros, de minas, de ventres esquartejados pela explosão das armadilhas, sabia de prisioneiros e de bebés assassinados, sabia do sangue derramado e da saudade, mas fora-me poupado o conhecimento do inferno”.

Dentro da carpintaria do romance, tudo se passa ao volante numa viagem entre o Algarve e a Praia das Mações. É nesta longa e tortuosa deambulação que vamos enfrentar o local onde funciona o inferno dos loucos: “O Hospital Miguel Bombarda, ex-convento, ex-colégio militar, ex-Manicómio Rilhafoles do Marechal Saldanha, é um velho edifício decrepito perto do Campo Santana, das árvores escuras e dos cisnes de plástico do Campo Santana, perto do casarão húmido da Morgue, onde, em estudante, retalhara ventres em mesas de pedra num nojo imenso”.

A memória viaja em zigzag, há um recuo até ao tempo em que num Alentejo de calor insuportável, o médico veio examinar os mancebos apresentados nas sortes, isto passava-se num ginásio, em que desfilavam os ditos mancebos “que o Exército convocara, arregimentara para defenderem em África os fazendeiros do café, as prostitutas e os negociantes de explosivos, os que mandavam no país em nome de ideais confusos de opressão, sentado à secretária, desfilarem diante de mim os rapazes de Elvas no ginásio fechado, que o fedor das virilhas, do excesso de pessoas e das roupas abandonadas no chão empestava como o de um curro trágico e triste”. Há como que um remorso permanente para este ofício de médico-psiquiatra obrigado, de acordo com o diagnóstico, enjaular certos pacientes: “Crescia em mim uma espécie de vergonha, ou de aflição, ou de remorso, sempre que preenchia um boletim de internamento e

aferrolhava no manicómio as íris surpreendidas e tímidas que me fitavam. Ninguém tem culpa e eu preciso de comer, obtive este emprego do Estado, procedi a exames, concursos, testes de cruzinhas, provas públicas, pago renda de casa e justifico os vinte contos que ganho aprisionando pessoas no asilo, escutando desatento as suas inquietações e as suas queixas”. Em dado passo, ouvimos psicanalistas conversarem entre si, falam no seio materno, na pré-geritalidade, no desejo consciente de união com a mãe, mamilo ameaçador, a fúria do escritor não tem limites, não sei se alguma vez alguém desancou nestes profissionais de saúde como o faz Lobo Antunes: “De todos os médicos que conheci os psicanalistas, congregação de padres laicos com bíblia, ofícios e fiéis, formam a mais sinistra, a mais ridícula, a mais doentia das espécies. Enquanto os psiquiatras da pílula são pessoas simples, sem veredas, meros carrascos ingénuos reduzidos à guilhotina esquemática do eletrochoque, os outros surgem armados de uma religião complexa com divãs por altares, uma religião rigidamente hierarquizada, com os seus cardeais, os seus bispos, os seus cónegos, os seus seminaristas já precocemente graves e velhos, ensaiando nos conventos dos institutos um latim canhestro de aprendizes”.

É neste fundo dos fundos, a dar consultas ou a visitar enfermarias que o assaltam recordações devastadoras, as passadas em África: “Recebeu o estetoscópio do enfermeiro, introduziu as olivas nos ouvidos, experimentou o diafragma raspando-o com a unha do indicador, e ao aplicá-lo no peito do doente veio-lhe de súbito à memória o dia 13 de Outubro de 1972, em Marimba, na Baixa do Cassanje, Angola, quando os oficiais empurraram os três negros para o posto de socorros e os obrigaram a estender-se no chão. Eram os três negros que roubavam a roupa, o dinheiro, os objetos pessoais dos alferes ao longo desse comprido segundo ano de guerra. Os relâmpagos estalavam de contínuo num fedor acre de enxofre. Os três negros levavam porrada desde há horas por roubarem a roupa, o dinheiro, os objetos pessoais dos alferes, murros, chibatadas, insultos da companhia inteira, exausta por muitos meses de guerra, dos soldados a quem se haviam tirado as armas para que se não assassinassem uns aos outros na caserna, depois das últimas cervejas. Faltava dinheiro, faltavam calças, faltavam camisas, apodrecíamos de parasitas, de paludismo, de água choca, de medo, e os três negros, com as feições irreconhecíveis pelos inchaços das pauladas, eram os culpados dos tiros, da angústia, da estupidez da guerra, e como tal desatámos a deixar tombar sobre os seus peitos, sobre os ventres, sobre as coxas, pontas acesas de cigarro, fósforos a arder, morrões de cinza, que pregueavam a pele de bolhas translúcidas que se elevavam e estalavam”.

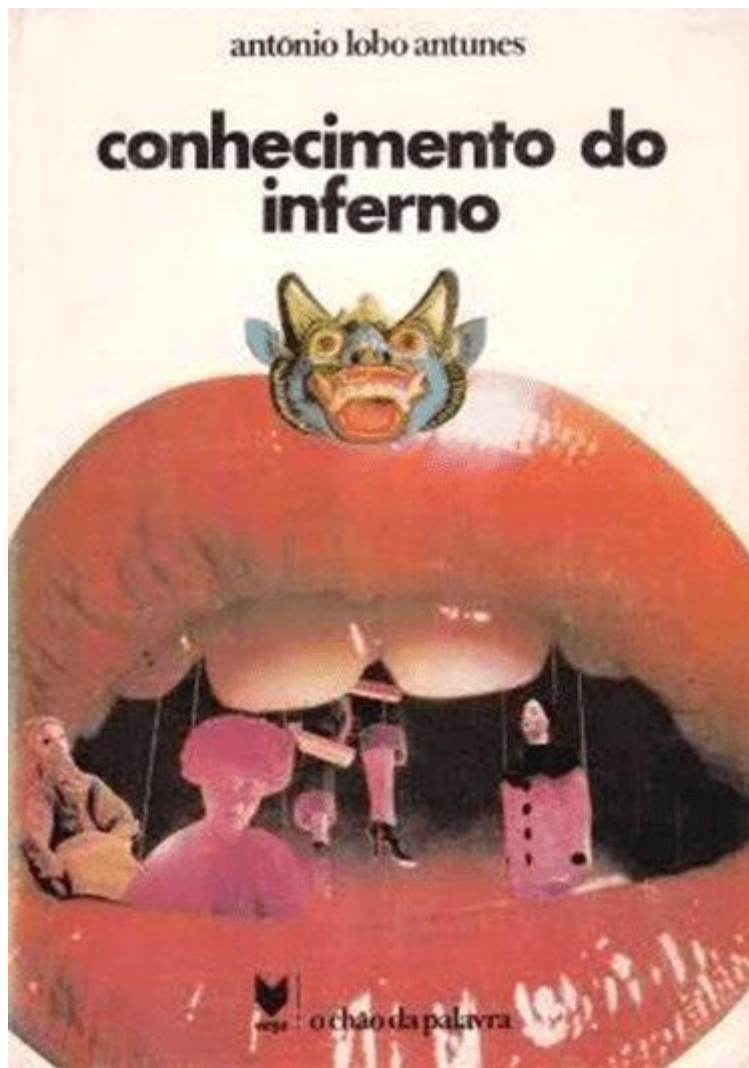
Quando a viagem caminha para o fim, outra memória traiçoeira o assalta, desta vez o quartel de Mangando:

“- Porque é que as pessoas se matam? – perguntou o alferes.

Estávamos no quartel de Mangando, junto à fronteira com o Congo: mais alguns quilómetros e via-se sobre o rio o acampamento do MPLA do outro lado. Mangando é uma pequena povoação sem importância, tão sem importância que nenhum mapa,

nenhuma carta a refere, composta por uma sanzala miserável, um renque de palmeiras desdentadas e calvas, a casa onde o chefe de posto escondia a sua amante negra, e o círculo de arame-farpado em torno das barracas de madeira da tropa, onde um pelotão seminu, trémulo de sezões, apodrecia. Eram cinco horas da manhã e o suicida acabara de morrer depois de muito de desesperadas convulsões diante dos nossos olhos espantados. O suicida acabara de morrer e jazia, tapado com um lençol, num cubículo vizinho”. Mas havia mais lugares de desespero naquela latitude de Angola, como ele recorda: “Eu conhecia o Mussuma, a dez quilómetros da Zâmbia. Fora lá muitas vezes, de avioneta, levar comida fresca e medicamentos a um grupo de homens maltrapilhos, de espingarda, metidos num buraco como ratos. De longe, os telhados de zinco cintilavam ao sol: era uma cova de caixão do tamanho de um corpo inerte, de um corpo fatigado. Entrava-se no arame e a boca enchia-se de terra como a dos defuntos, que se mastigam a si próprios no silêncio de mogno dos caixões”.

É uma das recordações mais dramáticas e mais pungentes, à volta de um suicídio de quem não se conhecem os porquês. É assim o espanto da vida, da profissão de médico, dos sulcos vincados que perduram no ex-combatente, que viajam até no conhecimento do inferno. São estes os primeiros livros de António Lobo Antunes, um dos maiores escritores portugueses de todos os tempos. Recordações inextinguíveis nalgumas das melhores páginas da literatura da guerra colonial.



António Lobo Antunes

Baía dos Tigres, por Pedro Rosa Mendes, uma obra-prima na descida aos infernos

Confesso que sempre me atraiu a literatura de reportagem e tenho tido privilégio de verificar que temos documentos notáveis de nomes cimeiros do jornalismo português. Mas depois de *Kaputt*, de Curzio Malaparte, não conheço esplendor literário sobre os horrores da guerra como este livro descomunal, uma viagem num mundo em descabro, onde se quebraram todas as regras, *Baía dos Tigres*, Publicações Dom Quixote, 2010.

O escritor e jornalista Pedro Rosa Mendes, em 1997, propôs-se realizar a travessia do continente africano, por terra, “De Angola à Contracosta”. Queria afoitar-se a levar por diante o itinerário seguido por Capelo e Ivens. Como observou José Eduardo Águas, “um século depois, muitas guerras depois, através de estradas já mortas e campos semeados de minas”. O relato desta aventura é um livro esplêndido, uma pedra preciosa da literatura de viagens, um género literário em que damos cartas, seguindo a herança, ao melhor estilo, do que escreveu e viveu Fernão Mendes Pinto. O que nos oferece esta “Baía dos Tigres” é um género de odisseia. Regressando a José Eduardo Águas, “com heróis anónimos, habitantes dos limites da vida, e também monstros, estranhos monstros reinventado o horror no seu vasto território de sombras”. Portugal precisava de um livro como este. Um livro capaz de justificar todo um passado comum de errância pelo mundo e de renovar a chamada literatura de viagens.

O núcleo central da obra descreve situações da guerra civil angolana. Dentro da banalização do horror com que nos atrai do princípio ao fim, vamos começar exatamente perto do final na Pousada Número Um da Jamba: “Tem 16 hóspedes que estão lá para sempre. Não tem iluminação porque é melhor assim para eles. Não se vê e a escuridão tem pudor do pesadelo que esconde, recortado contra um cheiro nauseabundo. Quando se entra os olhos ganham a vertigem do chão e o estômago quer voltar para trás. Os ocupantes são 6 quartos e um corredor de homens amontoados, quase todos cegos ou amputados e ainda outros que são surdos. Na verdade, o grupo maior é daqueles que estão cumulativamente imóveis em todas essas desgraças: não veem, não ouvem, não mexem. Todos falam e mesmo os que não têm língua olham de uma maneira ensurdecadora.

A Pousada Número Um foi o primeiro centro de acolhimento de deficientes das FALA, criado no início da guerra quando Savimbi e um punhado de homens fizeram quartel-general no canto inferior direito da sua retirada de Luanda. Em Angola, a morte é um luxo barato. O preço maior é ficar vivo quando a vida é uma mercadoria insuportável. Em 1976, a Pousada era o exemplo Número Um do carinho que o Galo Negro dedicava aos heróis da luta: os homens que tinham pago esse preço exorbitante em lascas do próprio corpo. Têm minas na ponta das muletas, granadas onde faltam as mãos e bombas ao alcance das pestanas. Comércio de troca direta, a guerra deles: um pé por cada passo, um dedo por cada atraso, um homem por cada palmo, um grito por cada dor”.

Pedro Rosa Mendes não aterrou em Luanda à procura de uma reportagem de guerra, embora soubesse que a guerra aqui permanecia, tinha pela frente uma linha sinuosa que vai de Luanda a Quelimane. Uma odisseia, iria descobrir, cheia de campos de minas, o repórter vai descobrir aqueles azares da fortuna em que um guerrilheiro se desencantará, passando para o adversário, encontrará durante a viagem algumas dessas histórias em Angola e Moçambique.

E seguidamente descreve a batalha de Cuíto Cuanavale, onde combateram angolanos das FAPLA, guerrilheiros da SWAPO, tropas cubanas e aviões soviéticos contra angolanos da UNITA, comandos sul-africanos e aviões franceses: “Milhares de homens morreram com bombas, morteiros, rockets, minas, tanques, metralhadoras, fome, pântanos, crocodilos. Com a loucura: é incontável o número de todos os outros que deixaram ali a vida e regressaram a Moscovo, Havana ou Joanesburgo contrabandando a sua bagagem de pesadelos. O Cuíto Cuanavale é um epicentro do nada, mas possui a única pista asfaltada da região preciosa para o transporte de tropas e material. O seu controlo podia decidir a guerra, como veio a acontecer”. O repórter anda por perto, deambula por ruínas de alvenaria, ali não há eletricidade, água canalizada ou potável, é a desolação absoluta. As histórias sucedem-se, nenhuma é verdadeiramente feliz, Pedro Rosa Mendes prossegue viagem num doloroso anda-para, tomas notas sobre vidas fantasmáticas e a descida aos infernos prossegue com minas à frente, atrás, à esquerda, à direita, mais dor parece impossível, como ele escreve:

“Andar de dia. Andar de noite. Comer fuba ou não comer nada. Poupar a última lata. Ferver chá colhido em arbustos. Cozinhar em panelas negras na terra lavrada pelos pneus. Comer a última lata. Comer à mão em pratos de esmalte esboroadado. Imaginar água fresca. Salivar línguas de sal. Quebrar de frio uma hora depois da Lua. Abafar de calor uma hora depois do Sol.

Sonhar com uma cama.

Acordar com ratos.

Adormecer com um susto.

Desprezar as lágrimas.

Evitar os cães.

Defecar à frente dos outros. Tomar banho nos rios, nadar na sesta dos crocodilos, fugir das cobras, secar o corpo com as mãos. Colher os arrepios por fora dos ossos, vestir a pele da roupa imunda. Vomitar o próprio cheiro. Dormir ao relento, dormir em alerta, em trânsito, em casas abandonadas, em colchões de palha e piolhos, em cobertores com buracos e sarna”.

O repórter tem que atravessar a Jamba, é retido, ali passa horas intermináveis à espera de autorização para continuar. Sabe escutar, apercebe-se de dramas, daquelas guerras em que rapidamente se passa de herói a traidor, de quinta-essência a refugio. E vamos sendo atormentados com histórias macabras com a do Fogacho:

“Fogacho estava condenado. Como oficial das FALA, foi integrado no exército único ao abrigo do Protocolo de Lusaca. Era uma das patentes da UNITA nas FAA; tenente-

coronel. Há um ano que tinha trocado o mato pela cidade. Agora ia a Jamba, por terra, buscar a mulher, os filhos e duas viaturas que lá continuavam. Mas ninguém chega a Jamba por terra. Nem mesmo um tenente-coronel da casa. Ou talvez, melhor: muito menos um tenente-coronel que trocou de casa.

- Luanda é só traição. Esses ditadores se passeiam lá nos governos, comendo do nosso petróleo. Eles financiam o totalitarismo com o petróleo. Enquanto lhes bastar o petróleo não vamos ter cheiro de pluralismo. Devíamos ter estendido a guerrilha nas plataformas. Quando lhes estoirmos nas mãos, aí eles percebem.

(...) Fogacho era estrangeiro. De Angola para Angola, do Bailundo para Luanda, mudara para sempre de país. Na UNITA, que sempre fanatizou a pureza, não há dupla nacionalidade. Fogacho foi para não voltar. Além disso, a cidade é uma sedução em si, depois de 20 anos no mato”.

A viagem prossegue, o escritor desorienta-nos com histórias e situações entre Angola, a Zâmbia e Moçambique, histórias de horror, de corrupção, daquela pura maldade que só é possível nas guerras (por definição, insanas), onde foram esquecidos todos os princípios.

Estamos agora no Planalto, numa região também controlada pela UNITA, somos brindados por prosa de primeiríssima água:

“Lutaram pela sua terra, muito e tanto, até fazerem dela uma terra de guerreiros, e de nenhum outro cultivo. Começaram então a nascer dela, homens com raízes aéreas, raízes da terra, até ao osso do caule, até à seiva do nervo. Raízes no lugar das pernas, férteis na terra que as mutilou.

Aparecem, altos, sem espessura, de dentro da neblina do Planalto, do interior do perfume fresco do eucalipto. É de manhã que saem. E vêm. Aparecem, testemunhando o pesadelo e o milagre, agarrados à silhueta das árvores, confundindo-se com elas, caminhando no alto das suas raízes-ossos-troncos-madeiras-andas-próteses: muletas: uma nova espécie, meio-homem, meio-planta, metade-vida e metade-fingida. Os vegetais da terra que se tornou esta.

É de manhã e é para mim que avançam. O cheiro das folhas pica as narinas: aproveito, choro e disfarço, sucumbo. A primeira árvore de madeira-carne alcançou o sítio de onde o choque não me deixa mexer. Aperto, nessas mãos mesmo, o tesouro vivo que lhe resta: as mãos”.

E, mais adiante:

“Um ex-combatente com dupla amputação de pernas está erguido no alto das raízes que lhe enchem as calças. Um dos pés é um bocado de pneu, com a marca Michelin ainda visível no relevo do ‘peito’. Mostra-me as suas próteses com orgulho, porque eu não acreditava que as usasse: tinha-o visto chegar de bicicleta”.

Temos novas peripécias em terras do Galo Negro, já se saiu de Caiundo, segue-se um interrogatório burlesco feito por um administrador da UNITA, em Calai. Na continuação, ocorre uma reflexão ao escritor: “Angola elaborou de forma perversa o conceito de que informação é poder. O que é visto por ser contado, o que é dito já não pode ser retirado.

Para uma população em guerra, condenada a servir dois totalitarismos siameses, a informação pode regressar como arma nas mãos do inimigo”. E segue-se uma exposição espantosa sobre a cultura da mentira. A viagem tem altos e baixos, acidentes de percurso, entremeiam-se relatos pavorosos, histórias que até podiam ser pícaras, não tivessem como pano de fundo a destruição, a maldade mais velhaca, e por vezes ocorrem aparecer pontos de heroísmo, vale a pena ler e reler a odisseia de Daniel Libermann, um hino à tenacidade. Há histórias de gente muito antiga, descreve-se a pescaria do Mucuí, falemos então de peixe:

“Pode ser uma mulamba de espada, mulamba de corvina, mulamba de carapau. É a forma de abrir o peixe antes de mais. O peixe é aberto pelas costas, pela espinha, e geralmente tira-se a cabeça se é para mulamba de corvina ou de carapau. Depois faz-se uma moura muito leve, com pouco sal, de maneira a não ficar com muito sabor. Deixa-se algumas horas: põe-se a secar um ou dois dias, é rápido. Aqui comemos o peixe grelhado, que é o mufete – o carapau grelhado sem tirar as vísceras, vai para a brasa todo ele, completo. A cabeça é a melhor parte do peixe – o mesmo para o kalulu, com óleo de palma”.

Volta-se a cenários de destruição, estamos de novo no Cuító:

“O Cuító é uma vala comum. Há gente enterrada em todo o lado. No adro, na igreja, naqueles jardins, na avenida, nas casas, nos quintais, nos prédios (...) Disparava-se blindados com os canos na horizontal. Disparava-se de uma casa para a outra, a 20 metros do alvo. Tiro à vista, o ódio em cheio no branco dos olhos. Um oficial francês, em operações de desminagem e formação no Cuító, contou-me que até aí, julho de 1997, tinham encontrado 71 tipos diferentes de explosivos.

- Costumamos gozar e dizer que, com um pouco de trabalho, acabaremos por encontrar os 700 que faltam – existem cerca de 800 tipos de munições referenciadas em todo o mundo. Aqui a guerra foi diferente de todas as que conheço, Camboja, Afeganistão, Bósnia. Nesses sítios as munições estão dentro do convencional. Minas, aqui, são de todo o tipo. Não há sequer, minas artesanais. O material aqui é do mais sofisticado que há. Israelitas, sul-africanos, chineses, coreanos, franceses, russos, americanos, tudo. É uma espécie de universidade para nós. E ninguém ouviu falar do Cuító.

As crianças aqui brincam com projéteis ar-terra, que têm um palmo e pouco de comprimento e lhes podem explodir nas mãos a qualquer momento porque não detonaram na queda. Uma ficou em bocados com uma coisa dessas há pouco tempo. Não sei como vão reconstruir isto”.

E a viagem prossegue até Bibala, no sopé da chela, depois Lobito. O viajante telefona para Lisboa, informam-no que morreu Al Berto. Temos mar e linha férrea, avistam-se desmobilizados, mutilados e desempregados. Temos seguidamente uma descrição em Lubumbashi, Congo, vive-se no caos, falam portugueses, contam histórias, andam tropas ruandesas por ali. Mais histórias desta vez em Elizabethville. E a trama regressa a Angola, a Caiundo, entram novas personagens, desta feita os sul-africanos como John

Van Der Merwe, comandou os Flechas Negras que, juntamente com o batalhão Búfalo puseram em retirada as tropas de Agostinho Neto e Fidel Castro, do Cuando Cubango até ao Cuanza Norte, este soldado excepcional veio da base ómega, Faixa de Caprivi, Sudeste Africano, é uma das histórias mais surpreendentes e galvanizantes deste livro. John Van Der Merwe confessa-se ao escritor: “Não estou a dizer que fui um assassino: somos treinados para isso, faz parte da vida de um gajo. Fui um indivíduo que em combate carregou muitos homens neste ombro, pretos inimigos, para os salvar. Salvei muita gente. Nunca tive tendência para eliminar pessoas. E foi por isso que não aguentei muito mais tempo. Tenho passagens tristes. Mas matar por prazer não”.

Há sempre histórias e testemunhos para contar. Tome-se a vida de Ben-Ben:

“Ben-Ben, futuro chefe do estado-maior das FALA e delfim de Jonas Savimbi, era apenas um alferes quando foi a casa de João Miranda no Dirico para o escoltar à morte. João Miranda estava havia 20 dias em prisão domiciliária porque a UNITA o acusara de ser um agente da PIDE. O preso não se revia em nenhuma das acusações.

João Miranda, natural de Bragança (1945) e em Angola desde os 11 anos, tinha família e loja no Dirico. A administração, a polícia e os muitos amigos na pequena povoação tentaram protegê-lo da condenação, mas a UNITA insistia em relacioná-lo com a PIDE. A solução foi a fuga. O agente Covachan da PSP (mais tarde fez parte da segurança do presidente Ramalho Eanes), preparou-lhe a fuga numa noite de janeiro de 1975, providenciando diesel às escondidas para que João Miranda pudesse atingir o Mucusso. A mulher, Elisabete, e as filhas saíram noutra viatura com o pretexto de irem na direção contrário, de compras ao Huambo. O plano era atravessarem o rio Cubango de canoa, no Calai. Quando chegou ao Mucusso e passou a fronteira para o Sudoeste Africano, as autoridades sul-africanas responderam com rapidez. Comunicaram com o comando do Rundu, que enviou prontamente tropas para receber a família no Calai”.

Há um Paulo de Sousa em Lusaca que é super-enérgico e super-influente, o repórter esboça uma água-forte portentosa, inigualável. Como portentosa é a descrição dos bombeiros, mestiços ou negros, que representavam interesses comerciais em zonas do sertão angolano onde os brancos não podiam chegar. A história é tão mais curiosa dado o facto de Pedro João Baptista e Anastácio Francisco se terem antecipado meio-século à primeira travessia do continente por Livingstone (1854-56) de Luanda a Quelimane. E sabe-se que tal aconteceu de ciência certa, Pedro João Batista escreveu um diário. E o autor observa: “Uma das delícias do Diário de Pedro João Baptista é o seu estilo. Não era um letrado não sendo um analfabeto, era um militar sertanejo. Escrevia com os pés mas olhava com génio. O pombeiro inventou uma gramata anárquica, onde o discurso direto irrompe sem aviso e os verbos não têm isso de conjugação, onde a pontuação tem a irregularidade do fôlego e expressões eruditas convivem com um léxico existente em nenhum dicionário. Os conceitos científicos não estão lá. Os pontos cardeais não existem, mas é uma evidência que Leste se diz “andar com o sol na cara”. O rigor da descrição é tal que foi fácil identificar os locais e acidentes por onde passou o pombeiro”.

Outra apreciação exemplar é a do brigadeiro-general Kalutotai: “O brigadeiro-general vive numa das pequenas casas arrasadas pela invasão sul-africana e pela guerra civil. Não serão mais do que 10, as ruínas delas, moradias de guerreiros, sem arruamento mas alinhadas numa alameda de árvores enormes que dão sombra a uma história de violência total. A mobília desapareceu no fogo e o resto são instalações de zinco, esteiras, buracos de bala e de obus, alguidares e cães, roupas que secam e bebês que choram a céu aberto. Estes são os privilégios de Kalutotai, comandante da UNITA na área militar do Caiundo. A localidade do Caiundo – o antigo centro de cantineiros, lojistas do mato – erguia-se numa elevação sobre o Cubango, a ponte que ligava ao Sudoeste Africano foi dinamitada em 1975. De dia, se é de paz, o brigadeiro senta-se na varanda térrea e, sem mexer um dedo, ou mexendo apenas o pequeno chicote contra a perna esticada, controla a reta que trás ao rio a estrada de Menongue para a Namíbia. Ele vê sempre muito antes de ser visto. É talvez por isso que continua vivo. O Caiundo é uma célula onde flutuam canoas e Kalutotai é comandante da sua própria prisão perpétua. Em Angola, os partidos – dois exércitos – não são opções ideológicas, tornaram-se simples contingências geográficas – combate-se e vota-se pelo sítio onde se está”.

É Kalutotai que autoriza que o autor prossiga viagem, será uma viagem indescritível. A carta que Pedro Rosa Mendes escreve ao senhor Ventura, diretor da Direção de Estrangeiros e fronteiras de Angola, Cuíto, Bié, Angola, é prosa memorável, crítica mais mordaz aos pequenos poderes do funcionário déspota e mesquinho não pode haver. O autor despedaça-o, redu-lo à sua insignificância: “Disseram-me que Vossa Excelência era muito nervoso e muito crente. Fiquei chocado e contente. Gente assim produz conversões dramáticas. Deus é a sua última hipótese.

Como na última vez que o vi, Vossa Excelência não me está a olhar nos olhos: nessa ocasião não conseguia, hoje não pode. Dá igual: “Não lhe dou mão nem adeus. Nada fez para merecer isso”.

Viajamos aos tropeções, sempre pela mão do autor, atravessamos fronteiras, conhecemos pessoas extraídas de preciosas antologias do exótico ou do extraordinário. Viajamos à toa, por vezes com a respiração suspensa, o autor corre perigos: “José rema o meu sarcófago pelas ilhas e rápidos. Costuramos uma fronteira: há ilhas que são Namíbia, outras são Angola. Vou deitado no chão da canoa, com os braços estendidos ao lado do corpo, e a canoa adapta-se ao meu corpo. A cabeça e os ombros encaixam nela. Um sarcófago é isso, uma caixa à medida para a última travessia. Tivemos de aguardar a noite para voltar a Angola encobertos por ela. Devido ao embargo das Nações Unidas, a fronteira angolana está fechada nas áreas controladas pela UNITA, como é o caso do Cuando Cubango. Na Faixa de Caprivi o controlo é muito apertado. As patrulhas namibianas andam rio acima e rio abaixo. São renhidamente zelosas eficientes, quando veem alguém atravessar o rio atiram a matar”.

O belo horrível é dado pelo cristalino da língua, impecável, e os pormenores mais medonhos, contados com absoluta dureza. Ouve-se um piano, este sufoca os gritos dos executados, temos uma descrição do horror absoluto:

“Os jovens da Organização dos Pioneiros de Angola tinham a sua bandeira e toda a gente tinha que se pôr em sentido num raio de três quarteirões quando era hasteada. Quem não, levava um tiro ou era preso, os meninos da OPA treinavam-se nisso para ser futuros dirigentes. Os camponeses não sabiam, distraiam-se, eram levados para a cave daquela casa abandonada – era de uma professora de música que fugira meses antes – e torturados ao som do piano para o piano abafar os seus gritos. O terror lança mão de qualquer objeto. Até de um piano”.

Pedro Rosa Mendes pega por vezes num protagonista que vai acompanhar uma narrativa dramática, onde não falta o horror e as situações delirantes. É o caso de Maria Alexandre Dáskalos que disse a um embaixador em Luanda acerca da guerra que ia voltar que seria pior do que antes e que recebeu uma resposta vexatória: “Estou aqui para lidar com negros. Os brancos de Angola são filhos de emigrantes miseráveis”. E o pior veio mesmo, em Huambo. Depois da ocupação da cidade pela UNITA, o MPLA regressou em fevereiro de 1976, enviando a pior espécie de gente. Quando Maria Alexandra voltou a Luanda, alertou os militares e civis que iriam aparecer mais vítimas. “No quartel-general das FAPLA disseram-lhe que o Huambo era um caso perdido e que já tinham consciência disso há seis meses atrás. Não fizeram nada para salvar a vida dos seus militantes. No estado-maior das FAPLA ouviu também uma frase que lhe ficou para sempre: a revolução precisa de heróis. Foi a definitiva machada enquanto militante do MPLA”.

E há as descrições apocalípticas dos dramas vividos nas regiões transfronteiras. O viajante pretende atravessar de Kanyemba para o Zumbo. Vê o sol a desaparecer vermelhão na cordilheira do Zambeze. E chegaram ao Zumbo, onde não há comida, nem eletricidade, telefone, água ou estrada, ouve-se o resfolegar dos hipopótamos no rio. A descrição que se segue é inesquecível: “Zimbabueanos, zambianos e moçambicanos sobem as escadas do terraço, como se subissem da água, e entram na casa da imigração para carimbar passaportes – bocados de papel amarrotados que inventam três países diferentes nesta corrente igualmente leitosa. Há uma fronteira tripla onde o Zambeze entra em Moçambique: Moçambique é aqui e do outro lado, o Zimbabué é do outro lado mas mais a montante, a Zâmbia é deste lado mas também a montante, com outro rio entre nós e ela, o Luangwa, afluente do Zambeze. Zumbo, Kanyamba e Feira (o posto zambiano) são uma encruzilhada do nada, pontos cortados dos respetivos centros. Pesca-se muito e o peixe circula em quantidade – come-se em Harare, Lusaca e até Lubumbashi. A água é, portanto, a única nacionalidade.

Os pescadores sobem as escadas dos escravos, as escadas onde estou há horas agrilhoado ao flutuar dos hipopótamos. O posto tem uma bandeira no mastro ao fundo do terraço e posso quase fingir, neste ponto alto, que é a Emigração é um barco de pavilhão FRELIMO a quem proibiram o rio”.

As histórias prosseguem, há crianças em permanente risco de vida, e há crianças que aprendem as regras mais elementares da sobrevivência, um exemplo: “Os putos do Lobito Velho inventaram uma armadilha para apanhar gaivotas na baía. Espetam dois pauzinhos verticais na areia, à beira da água, de forma a aguentarem-se sozinhos, e atam um fio entre os pauzinhos. Deixam um laço bem largo, com uma ponta ligada a uma pedra. Colocam um isco entre os paus. As gaivotas apanham o isco entre voo, passando pelo meio dos paus e enfiando o bico no laço. O nó aperta-se com o próprio impulso do pássaro, asfixiando-o em poucos segundos. A pedra não deixa as gaivotas levantar voo. Os putos precipitam-se sobre as aves, partem-lhes uma asa e começam a depená-las ainda vivas”.

Isso tudo já é pungente, o mais horrível está por chegar, o massacre em Wiryamu:

“Ao meio-dia, 13 horas, começou. A 6.ª Companhia de Comandos fez o assalto praticamente em simultâneo em Wiryamu, Juwau, Chaola e Jimusse. O massacre foi em todos os sítios com um sistema igual. Eles faziam o seguinte: foi um sábado, as pessoas estavam a beber pombe, a conviver, havia, portanto, aglomerados nos sítios de bebida tradicional. Os comandos pegavam, metiam as pessoas nas casas maiores e incendiavam-nas e elas morriam queimadas lá dentro. Algumas que tentavam fugir eles matavam a tiro e outras até à baioneta. Até às crianças, pegavam e atiravam-nas para cima das palhotas em fogo. No Jimusse foi onde morreu mais gente mas puseram o local do monumento aqui porque era melhor. No Jimusse juntaram as crianças e as mulheres num sítio e os homens noutra. Punham os homens em fila indiana e três militares armados mandavam-nos correr para ver quem acertava primeiro. Alguns conseguiram fugir aos ziguezagues e a correr. Houve mulheres e crianças que assistiram à morte dos pais e maridos, mesmo em frente deles. No fim, pegavam em granadas e atiravam para os aglomerados de mulheres e crianças”.

Todas as digressões têm imensos riscos, mas há pontos onde se deve esperar sempre uma tragédia, assim:

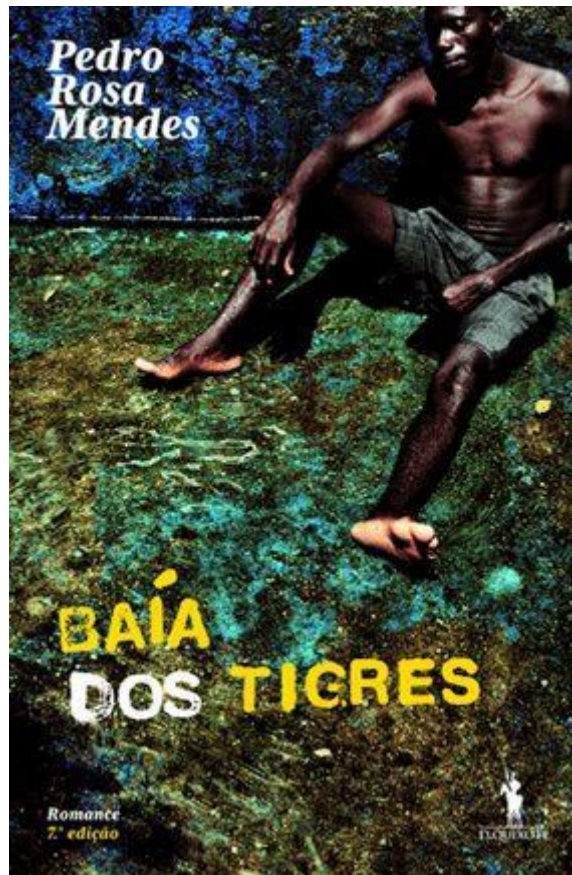
“De Benguela ao Lubango corre uma das estradas mais perigosas de Angola, das mais riscas em histórias de sangue: as perseguições, os combates, as emboscadas, as serras onde se perderam guarnições das FAPLA, campos das FALA, bases da SWAPO. A viagem é longa e penosa. Tem que ser feita em dois dias porque o piso está péssimo – só os 80 quilómetros finais, a partir de Cacula, demoram 4 horas. Normalmente não se viaja depois do sol-pôr. Em guerra, é um paraíso da guerrilha. Na bizarra paz angolana, é território para os bandos armados. Os camionistas de Benguela avançam para a Huíla armados e em comboio”. É perto do fim de toda esta dolorosa narrativa que se fala na baía dos tigres: “Os cães na Baía dos Tigres eram apanhados da seguinte maneira: os colonos arranjavam uma gaiola muito grande e punham um angolano lá dentro, ou um gajo que aparecesse a querer ganhar dinheiro. Metiam o gajo numa jaula dentro da outra, depois de o fazerem correr um bocado para ele ficar a pingar suor. E ele ficava ali. Os cães vinham de noite, sentiam o cheiro do tipo. Mas ele já tinha um atilho na porta e quando os cães entravam ele puxava e os cães ficavam enjaulados. O homem

passava lá a noite com o cão a babar-se de ladrar. Os colonos vendiam os cães. Cães bravos. Atacavam tudo o que viam”.

E findamos este horror de dramas com Domingos, a quem 14 anos em combate ensinaram que o pior da guerra são os heróis. “Domingos Pedro, 31 anos, angolano é refugiado em Mongu, capital da Zâmbia Ocidental. Estava no Rivungo (Cuando Cubango) quando o conflito recomeçou em 1992. Resolveu fugir, atravessando o rio Cuando. Salvou-se de morrer na guerra para viver na miséria. É natural do Bié. A família ficou para trás, como é também normal entre grande parte da população angolana afetada pela guerra – os parentes mais queridos desapareceram algures num pontoo, ataque, emboscada, evacuação, num desadeus traumático. Uma espécie de morte sem a perfeição do luto que liberta os sobreviventes”. Em criança, Domingos já estava incorporado nas FAPLA, anos depois mudou para a UNITA. “Por duas razões de convicção: uma, foi capturado; duas, MPLA e UNITA há muito que deixaram de precisar de um ideal nos seus soldados – basta-lhes o sacrifício e a disciplina”. E ficamos a saber como vive Domingos: “Domingos atravessa o Cuando a salto, contratado por traficantes interessados em entrar-se em perigo e sair com diamantes. Sete anos de Luanda, sete anos de Jamba. Domingos tem uma lucidez privilegiada”. A sua conclusão aproxima-se da tragédia desta empolgante literatura de viagens que é a Baía dos Tigres:

“Já não há mais nada a libertar. O quê? É negócio, no fim. Um é o petróleo, o outro é os diamantes e o mercúrio. O povo não recebe. Não tem parte. O povo morre. O Santos começou a divergir depois da morte do Neto. E o Savimbi diz-se que nunca teve governo, mas um chefe deve tratar bem os empregados”.

Incontestavelmente, uma obra-prima que ultrapassa as dimensões de todos os dramas vividos na descolonização.



Pedro Rosa Mendes

O Túnel de Pombos, por John le Carré

Conhecido em todo o mundo como o mago da literatura de espionagem e das narrativas de aventuras onde se equacionam alguns dos temas candentes do nosso tempo, desde o tráfico de armas, ao fomento de conflitos locais e regionais e à corrupção do sistema financeiro mundial, aos 85 anos este prodigioso nome das letras conta-nos histórias da sua vida: “O Túnel de Pombos”, por John le Carré, Publicações Dom Quixote, 2016. Se de Camilo Castelo Branco se diz que das muitas dezenas de milhares de páginas de que escreveu o seu melhor romance foi a vida que viveu, John le Carré lega-nos com este extraordinário livro a jornada de uma vida, revela uma inspiração capitosa ao misturar episódios da juventude, facécias e atos rocambolescos da sua passagem pelo mundo dos serviços secretos até à definição do perfil das suas personagens, ele que é escritor ao longo de mais de seis décadas.

É confessional: “Adoro escrever. Adoro fazer o que estou a fazer neste momento, a escrevinhar como um homem escondido, a uma secretária pequena, no início de uma manhã de maio com nuvens pretas. Adoro escrever em trânsito, em blocos de apontamentos durante caminhadas, em comboios e em cafés, e depois voltar à pressa para casa para esmiuçar o meu tesouro”. John le Carré bate à porta de muita gente, desde executivos médios na indústria farmacêutica a banqueiros, mercenários e vários tipos de espões, é contemplado pela sua paciência e generosidade. Os mais generosos foram os repórteres de guerra e os correspondentes estrangeiros.

Revela as entranhas do que foram os serviços secretos durante a Guerra Fria, releva as grandes traições, como se processou a reciclagem de nazis para os serviços secretos alemães, as peripécias com políticos que acompanhou a Grã-Bretanha, nas suas funções de diplomata. São tempos da maior representação, nunca as máquinas da ilusão estiveram tão perfeitamente oleadas, porque nada é o que parece, e daí a tragédia dos agentes duplos. Tece rasgados elogios a todos aqueles que em vários cenários e em vários continentes o ajudaram a definir carateres, a perceber ódios, conflitos, estratégias de guerra. Nunca viaja sem o conhecimento prévio do local que pretende conhecer.

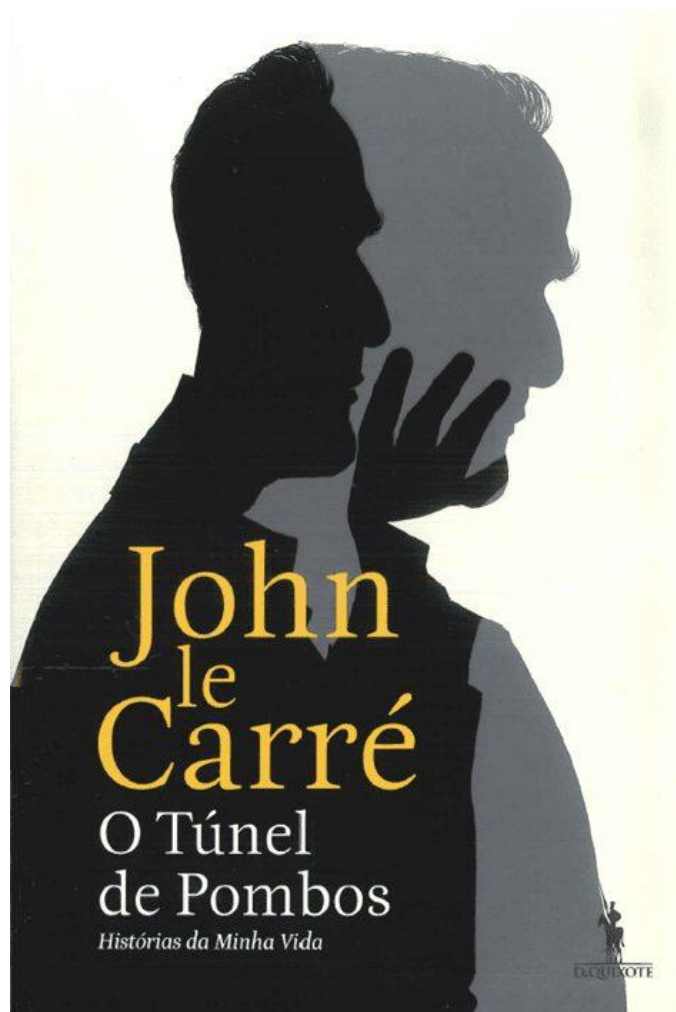
Tem medos e vive com os seus fantasmas: “As prisões têm um desagradável fascínio para mim. É a imagem perene do meu pai no cárcere que não me larga. Na minha imaginação vi-o em mais prisões do que as que ele alguma vez habitou, sempre o mesmo homem robusto, possante, irrequietamente ativo, a andar de um lado para o outro na sua célula e a protestar a sua inocência”. David Cornwell (o verdadeiro nome de John le Carré) conversou com Arafat, Sakharov, Margaret Thatcher, e muito mais, dá-nos imagens altamente impressionantes desses encontros espúrios. Fez amizades magníficas como a de Alec Guinness. É extraordinário o modo como ele analisa o traidor Kim Philby, traição com seríssimas implicações que teve na vida de dezenas e dezenas de pessoas que ele condenou à execução. É empolgante a sua viagem ao Congo quando preparava o seu romance A Canção da Missão e não perde oportunidade de fazer mais uma das

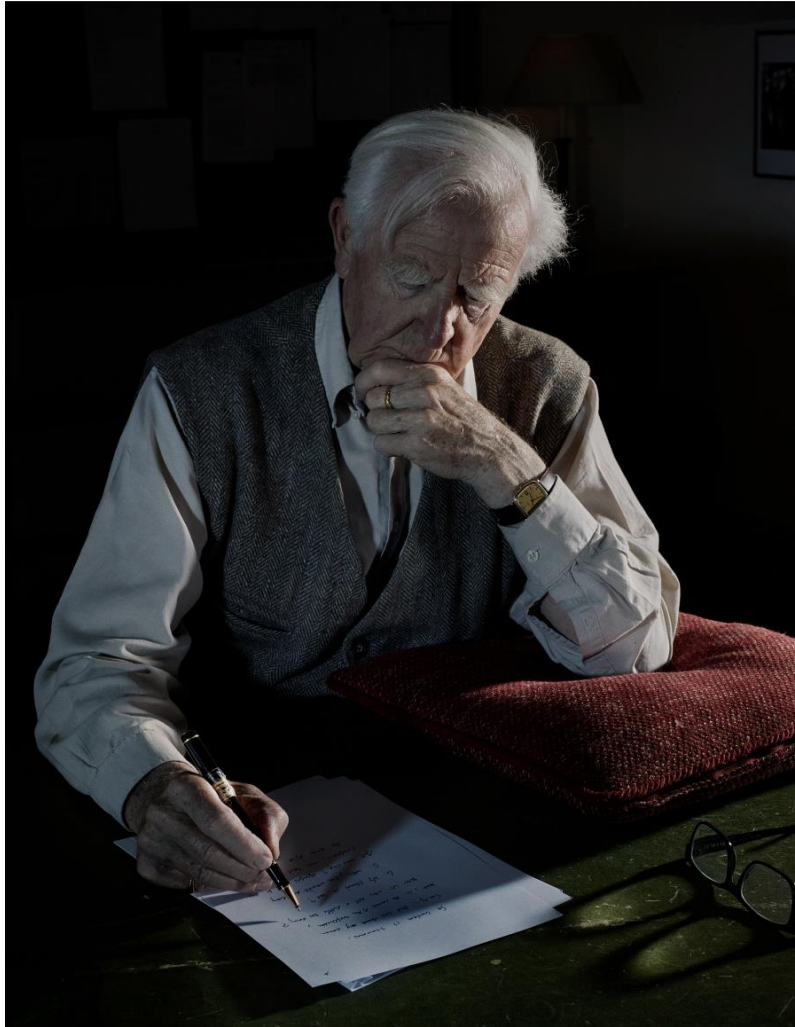
suas observações singulares: “Em todos os locais conturbados que já visitei há sempre um bar para onde convergem, como se em cumprimento de um ritual secreto, jornalistas, espiões, funcionários de organizações de ajuda humanitária e aventureiros. Em Saigão era o Continental; em Phnom Penh o Phnom; em Vientiane, o Constellation; em Beirute, o Commodore. E aqui em Bukavu é o Orchid, uma casa colonial baixa por trás de portões e à beira do lago, rodeada por chalés discretos”.

Concluído o romance, não mais o voltou a ler, mas rememora: “O Congo Oriental foi a minha última incursão pelos campos de morte. O romance fez justiça à experiência? É claro que não. Mas foi impossível reproduzir por escrito o que aprendi. É empolgante a falar dos seus filmes falhados e de quem os quis realizar, como Fritz Lang ou Sydney Pollack ou Francis Ford Copolla ou Stanley Kubrick.

A grande afeição que sobressai neste livro de memórias é pelo seu pai, dedica-lhe parágrafos sublimes. Um exemplo: “No lar de idosos onde viveu nos seus últimos anos, passámos uma grande parte do nosso tempo a deplorar os delitos do meu pai ou a rirmo-nos deles. Com a continuação das nossas visitas, acabei por compreender que ela tinha criado para si mesma – e para mim, uma relação mãe-filho idílica e que fluía ininterrupta desde o meu nascimento até aquele momento”. E quando se despede do leitor, dá conselhos a um aspirante a romancista, e aproveitar para citar Graham Greene: “Antes de acabar de escrever um dia, asseguro-me de que deixei alguma coisa na manga para o seguinte. O sono opera maravilhas”.

De leitura obrigatória, faz parte do que de melhor John le Carré escreveu.





John le Carré

O massacre português de Wiriamu: uma extraordinária investigação

A que título classifico como leitura inextinguível uma rigorosa investigação histórica sobre crimes de guerra? Em primeiro lugar, por se tratar de um método historiográfico pleno de atualidade: versões oficiais e o seu contraditório, o recurso à história oral, a visita aos lugares, o contexto das ocorrências, o que podia ter motivado aquele horror do massacre, o que se passou depois, a penumbra que ficou, os dolorosos silêncios.

A opinião pública portuguesa foi recentemente envolvida na questão incómoda do tratamento que devia ter sido dado a um herói condecorado, Marcelino da Mata, ouviram-se opiniões divergentes, comentários brutais, chegou-se ao insulto. Mas nunca ninguém falou na historiografia, e, curiosamente, Marcelino da Mata nunca se escusou a contar o que fez, e parece que o que fez ao longo de anos gerou incomodidade e a historiografia passa-lhe ao largo – o que é inaceitável.

E então suscitou-me a atenção a pesquisa desenvolvida por Mustafah Dhada que percorreu os labirínticos trilhos para desvelar o que efetivamente aconteceu num horrível massacre que envolveu a tropa portuguesa. Falando de Wiriamu talvez se faça

alguma luz para pôr a descoberto que massacres foram perpetrados pelas forças em contenda, no caso do PAIGC praticaram-se atrocidades, e como estudo com alguma atenção a guerra da Guiné também vejo relatos de horrores praticados pelas tropas portuguesas logo no segundo semestre de 1962 na região Sul – só que em termos históricos estão silenciados. Para as autoridades da Guiné-Bissau é fácil resolver o problema: fazem parte do conjunto dos mártires da luta de libertação; para as autoridades portuguesas, não há incómodo nenhum em dissecar, com rigor e probidade, o que então aconteceu. Talvez o trabalho de Mustafah Dhada possa ser apresentado como um elevado contributo para acabarmos com tabus, como o que parece envolver Marcelino da Mata.

Mustafah Dhada é um historiador moçambicano doutorado em Oxford e professor na Universidade da Califórnia. A historiografia da Guiné deve-lhe um importantíssimo trabalho, infelizmente nunca traduzido em língua portuguesa, *Warriors at Work: How Guinea was really set free* (Niwot: University of Colorado Press, 1993).

“O Massacre Português de Wiriamu, Moçambique, 1972, por Mustafah Dhada, Tinta-da-China, 2016, é uma peça da melhor filigrana dos métodos historiográficos atuais: mostrar o que é dado como consabido, pôr a nu omissões e contradições, gerar envolvimento levando os protagonistas ao local dos acontecimentos, contextualizar o que motivou o massacre e quais as suas consequências, do particular ao geral.

Na manhã de 16 de dezembro de 1972, tropas coloniais portuguesas reuniram os habitantes da pequena aldeia de Wiriamu, perto de Tete, em Moçambique, na Praça Central, e ordenaram-lhes que batessem as palmas em adeus e que cantassem para se despedirem da vida. Em seguida, militares da 6ª companhia de Comandos abriram fogo e lançaram granadas. Incitados pelo brado “matem-nos todos”, os militares levaram a mortandade a quatro povoações vizinhas ao longo do rio Zambeze, onde o território de Moçambique se estende para o Zimbabué (Rodésia, à data dos acontecimentos), a Zâmbia e o Malawi – uma região designada pelos missionários católicos como ‘a terra esquecida por Deus’. No final do dia, perto de 400 aldeãos tinham sido mortos e os seus corpos eram lentamente consumidos pelas chamas em piras funerárias pelos soldados com o capim que cobria as palhotas. Peter Pringle, um jornalista inglês que procurou apurar a verdade ao tempo, e que foi expulso pelas autoridades coloniais, descreve estes factos no prefácio da obra.

Quem conseguiu escapar relatou os acontecimentos aos missionários locais, a informação chegou a Espanha e ao Reino Unido. Sensivelmente meio ano mais tarde, a 10 de julho de 1973, em vésperas da visita de Marcello Caetano a Londres, o jornal inglês *The London Times* denunciava na primeira página o massacre. As autoridades portuguesas repudiaram a notícia, chegando mesmo a negar a própria existência do lugar. Seria por via deste artigo que Mustafah Dhada, então um jovem moçambicano em Londres, tomaria contacto com os acontecimentos que marcariam a sua vida académica.

Ao longo da sua carreira de investigador, Dhada foi publicando diversos artigos sobre esta matéria, obteve depois uma bolsa que lhe permitiu trabalho no terreno, e foi assim que ele consolidou uma investigação de décadas.

A grande surpresa, observa Peter Pringle, é que cerca de 40 anos depois do massacre, muita bruma e desconhecimento continuava a rodear a verdade daquilo que se passou, di-lo claramente: “Ao longo dos anos – em artigos, livros, revistas académicas, dois romances e um documentário, diversos autores procuraram reconstituir o que de facto aconteceu. Todavia, não tem sido fácil recompor a história de Wiriamu. Os relatos são escassos. Documentos oficiais importantes perderam-se, foram deliberadamente destruídos ou nunca existiram. Os arquivos do movimento de libertação, a FRELIMO, são incompletos. O contacto com testemunhas foi e continua a ser problemático.

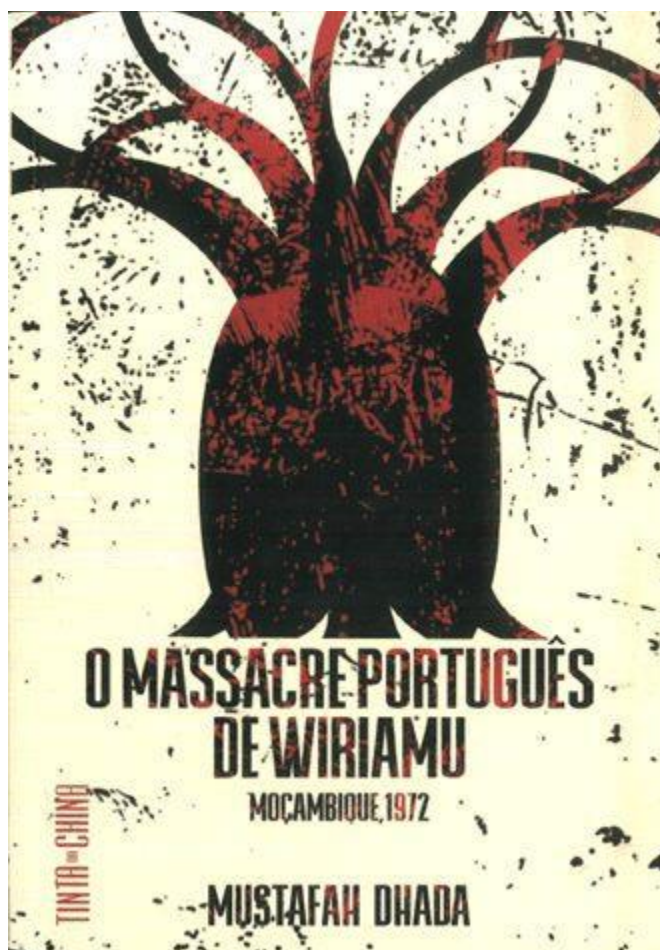
O que torna este documento uma obra ímpar, de leitura obrigatória, é a metodologia e o primor da escrita, com um pendor para a reportagem (que a tem, em elevado mérito) e uma análise rigorosa no trabalho do terreno, tudo estruturado como deve ser: quem era quem na luta nacionalista e como se processava a guerra, o leitor não iniciado ficará a aperceber-se de que a história da FRELIMO incluiu rancores, assassinatos e turbulência ideológica interna; apercebemo-nos da crescente importância do Tete na evolução da guerra e como a ameaça era pressentida pelas autoridades coloniais e militares, ali se viveu, como em muitos outros confrontos, o papel dramático das autoridades locais entaladas entre dois focos, como escreve Dhada: “Wiriamu e o seu régulo estavam condicionados pelos imperativos da sobrevivência e da defesa do interesse coletivo. Não lhes restava outra alternativa senão permitir o acesso da FRELIMO aos seus desfiladeiros para transporte de armas, e autorizá-las a recrutar homens na região do triângulo para ingressarem nas suas fileiras”.

É relevado o papel da igreja de Tete, também ela obrigada a respeitar a autoridade portuguesa e a dar cuidados aos seus fiéis, Dhada ilustra atos de violência anteriores e outros que se seguiram a Wiriamu e qual o comportamento dos missionários; Dhada devolve humanidade a Wiriamu, conta a sua história, mas antes mostra-nos o que logo constou da informação e se tornou público sobre o massacre e como aos poucos as próprias autoridades portuguesas tiveram que explicar que tinha havido excessos, mas nunca dizendo quais, na Operação Marosca; são páginas muito belas as que Dhada escreve sobre o triângulo de Wiriamu, será porventura a voz do sangue que o leva a narrativa tão primorosa que mete riachos, rios e charcos e mesmo feitiçaria, como era a vida na aldeia, como este microcosmo funcionou até que tudo se extinguiu em cinzas; temos depois a anatomia do massacre, a chegada dos Comandos dirigidos por Antonino Melo, é um texto horripilante onde até um sentimento de compaixão comparece: “Em Wiriamu, as execuções correram de forma expedita. Enquanto alguns militares incendiavam palhotas cheias de pessoas, Antonino Melo encaminhava, pessoalmente, outros habitantes para a palhota do Tenente Valete, uma das maiores da povoação. Foi uma tarefa fácil, pois muita gente já se encontrava ali devido às festividades. Em determinado momento, Antonino Melo sentiu um puxão na perna. Baixou a cabeça e os

seus olhos cruzaram-se com os dela. Uma menina com menos de dez anos agarrava-se a ele com força e recusava-se a avançar. Não conseguiu libertar-se. Melo ordenou, então, aos seus homens, que retirassem a mãe da criança do interior da palhota e disse a ambas para fugir dali. 23 anos mais tarde, ao ser informada que Antonino Melo seria entrevistado no âmbito do projeto, a menina, então uma mulher adulta, pediu que lhe fosse transmitido o seu agradecimento por lhe ter salvado a vida”.

A conclusão da obra é um monumento de síntese, por ali desfilam a lógica colonial, os constrangimentos da Igreja e os seus conflitos com o poder político e militar, a importância daquele local, o branqueamento que se pretendeu depois do massacre, o que era a vida e a identidade daquelas gentes de Wiriamu. Do lado português, permanece o silêncio. E assim termina o documento histórico: “A única resposta que oiço é o som ensurdecedor de um silêncio que me gela o sangue. De facto, diante de massacres como este, quem precisa de uma consciência?”.

É um livro magnífico, e até me apetece perdoar a Mustafah Dhada o incompreensível dislate de dizer que Amílcar Lopes Cabral era um engenheiro agrónomo natural de Cabo Verde.





Mustafah Dhada

Debaixo de algum céu, por Nuno Camarneiro

“Debaixo de Algum Céu”, por Nuno Camarneiro, Leya, 2015, é uma metáfora de um prédio onde cresce um mundo, aquele em que vivemos. O narrador tem o cuidado em nos ambientar, simulando que aquele local nos é distante, é quase cenográfico, é bom para se condimentar num livro:

“Tudo se passa numa povoação encostada ao mar a alguns quilómetros de uma cidade média. De Inverno vivem ali pouco mais de dois mil habitantes, entre pescadores, gente pobre, famílias fugidas da urbe e alguns homens estranhos, apaixonados pelo mar ou desiludidos do resto.

Um prédio chegado à praia e um Inverno pesado e frio, de cobertores húmidos e doenças nos pulmões que silvam ao respirar. O mar ouve-se de bravo e, quando não é o mar, é o vento a imitar-lhe a raiva. Dentro do prédio procura-se calor no que há: caldeiras, fogo, corpos e alimento”.

Tudo se passará em oito dias, mas talvez não haja problema algum com a datação cronológica, faz parte das regras do jogo da escrita, como o autor observa: “Quando alguém conta um dia ou uma vida está a calar quase tudo, as vidas são imensas e não se podem contar só por palavras. Haveria que inventar artes de encher silêncio e de descobrir nele o peso certo do que somos. O que se é só se pode encontrar no que não é dito, nas culpas deixadas dentro, nos castigos que se vão escolhendo”.

A metáfora tem muito que se lhe diga, todas as janelas estão viradas para dentro, aquela gente tem currículos que assombam ou intrigam: há uma viúva sozinha com um gato, um homem que se esconde a inventar futuros, um bebé que chora desalmadamente e que é uma sineta de alarme para uma relação conjugal que caminha

para o colapso, há um reformado que constrói loucuras na cave, uma família que aparenta uma quase normalidade e que tem o condão da transfiguração, um padre com uma doença de fé que revivificará depois de uma queda e de trazer para a Igreja um condenado público, e há também um apartamento vazio cheio dos que o deixaram. Metáfora carregada de sonoridades, naquele fim de ano a vida daquela gente vai aproximar-se do leitor e o autor dá-nos uma dica: “Neste Inverno há homens que enlouquecem e outros que se salvam. Todos caem, alguns saberão levantar-se. Pelo meio nasce Cristo e um Ano Novo”.

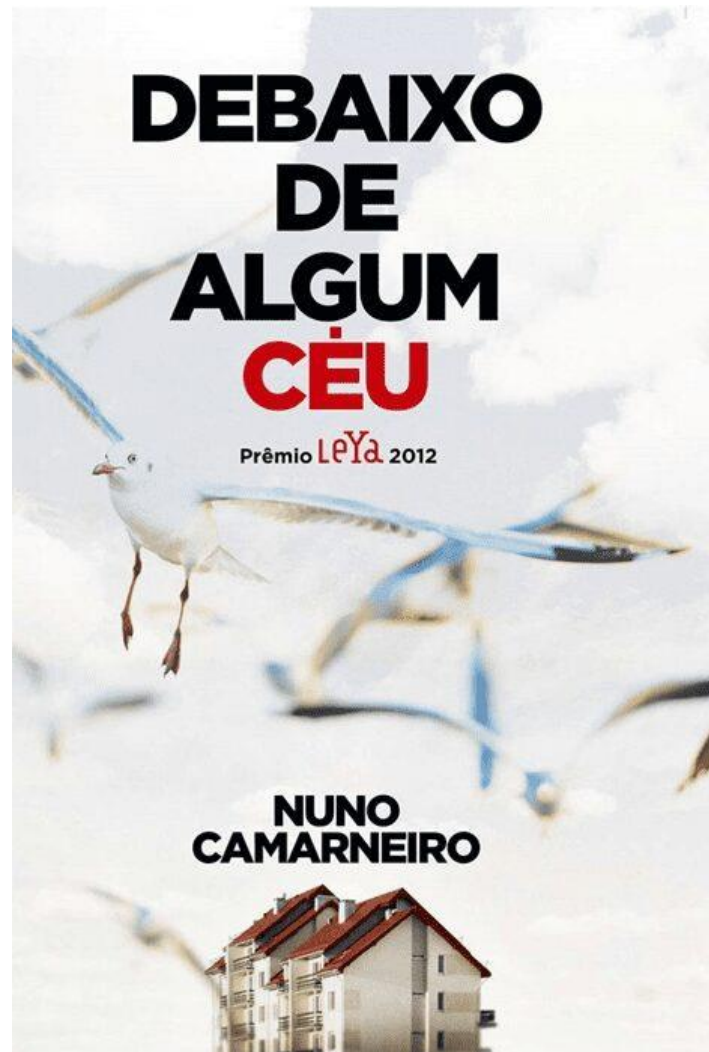
Metáfora de gente com nome, há gente que trilha mistérios como aquele Marco Moço, um moço de muitos anos que cada dia chega à praia com o sol e a percorre como se fizesse uma vistoria, recolhe elementos, aparentemente resíduos e dá-lhes função. Há encontros e desencontros naquele elevador que sobe e desce. Há solilóquios, cada um celebra um Natal à sua maneira. As histórias de cada um tem o seu lastro de mistério, há incógnitas que enfeitiçam, é o caso do apartamento de dona Margarida, a viúva com um gato, naquela casa “A biblioteca é vasta e antiga, os livros mortos nas estantes sem esperança de voltarem a viver. São fantasmas com milhares de palavras que jazem em repouso. O gato tem lugares que são seus e que dona Margarida não frequenta. O topo dos móveis, o lado de lá da cortina, o volume entre o tampo da secretária e a esteira móvel que a cobre e que ele aprendeu a fechar. Esconde-se ali até se cansar e depois bate com as unhas até que a dona o resgate”. Há uma adolescente que se vai apaixonar por um jovem que a ajuda nos estudos. Os dias vão correndo, há gente a ganhar ânimo para tomar decisões tremendas. Padre Daniel vai celebrar missa, acontece o insólito, entra um homem a gritar e a insultar, a violência da profanação seguirá para a casa de cada um. Mal sabe o padre Daniel que tem ali um pretexto para sua redenção.

O que torna este romance uma pequena joia diamantina é o fulgor de um português moderno carregado de antigo, frases estreitas, aparentemente simples, entrelaçadas, fingidamente sem comunicação, como aquelas gentes do prédio, uma escrita em movimento, uns leem e outros sonham, a chaleira silva, uma tempestade traz um apagão a todo o prédio, os solilóquios transformam-se em meditações que vão do prédio até ao leitor, têm uma espessa meditação, entre a terra e o céu: “Medimos tudo, menos o que mais interessa. Em que ponto da montanha estarei? Em que nível, em que círculo? Abdicámos de Deus, mas precisamos de um árbitro. Não sabemos sequer se a vida é queda ou ascensão, são mais as perdas pelos pecados ou os ganhos pelo que construímos?”.

O fim de ano aproxima-se, a arquitetura do romance ganha aceleração, há uma atmosfera de tragédia, com morte, separação, crescimento e amores religados. Assim se vive num prédio. Uma tal vivência a que estamos condenados. Porque vivemos debaixo de algum céu.

Nuno Camarneiro é uma grata surpresa, um indiscutível valor da sua geração. Damos-lhe o benefício da dúvida, o seu belo livro encerra ingredientes fortes que tornam a leitura inextinguível, isto é, apraz em qualquer circunstância retomar as histórias e

reaprender a leitura tal como reaprendemos a crescer e a ganhar experiência com as histórias das vidas dos outros, tão afins e tão oceaneamente distantes das nossas.





Nuno Camarneiro

Quando a figura principal prima pela ausência – *Rebeca*, a obra-prima de Daphne du Maurier

Comecei por ler *Rebeca* na adolescência, fez-me companhia na guerra da Guiné e com certa regularidade volto a este romance gótico, sufocante, um tudo-nada fora de moda, mas dispondo de uma catapulta narrativa inigualável, dada a singularidade que lhe conferiu um êxito espetacular, desde 1938. Beneficiou de um grande filme de Hitchcock, ainda hoje obra de culto.

E há que reconhecer que a organização do mistério, o facto de sabermos só que *Rebeca* era muito bela, muito social, que desapareceu (versão oficial) num naufrágio, e que todo aquele belo lugar exala a sua presença, é um bom detonador, espicaça-nos até ao desfecho estarrecedor.

E há o início do romance, com laivos românticos, afluindo uma atmosfera intrigante: “Sonhei, a noite passada, que voltara a Manderley. Pareceu-me ter ficado algum tempo diante do portão de ferro, fechado a cadeado. No meu sonho chamei o porteiro: não obtive resposta; espreitei com atenção por entre os varões ferrugentos, e vi que a casa dele estava deserta.

Pela chaminé não saía fumo algum. As janelas estavam abertas, numa atitude de infinda tristeza. Então, como acontece nos sonhos, senti-me de súbito possuidora de poderes sobrenaturais e transpus, como se fora um espírito, aquela barreira. O caminho serpenteava na minha frente, com as mesmas curvas de outrora; contudo, à medida que nele me internava, notei alterações; mais estreito e descuidado, o caminho já não era aquele que tínhamos conhecido. A princípio, fiquei perplexa sem nada compreender, e só quando tive de baixar a cabeça para não roçar num galho de árvore percebi o que acontecera. A Natureza reconquistara os seus direitos, e pouco e pouco, na sua maneira insidiosa, invadira o caminho. A vegetação liberta triunfara”.

É uma organização literária firme, a narradora é dama de companhia de uma excêntrica multimilionária norte-americana, estamos em Monte Carlo, e numa dessas conversas em que desfilam nomes grados da alta sociedade surge o de Mr. de Winter, o proprietário de Manderley. A multimilionária, achacada por uma gripe, fica retida no leito, a narradora começa a encontrar-se com Max de Winter, não demorará muito o clímax amoroso. E quando Mrs. Van Hopper anuncia o regresso aos Estados Unidos, o Sr. de Manderley propõe casamento àquela menina uns bons anos mais nova que é dama de companhia de ofício, esta, igualmente enamorada, diz rapidamente que sim.

Rebeca entra em cena na dedicatória de um livro, mas jamais dela se falará, parece ser assunto tabu. Finda a lua de mel o casal viaja para Manderley. Na recepção está a governanta, Mrs. Danvers, a nova Mrs. de Winter ficara extasiada com tão belo arvoredo, os imponentes rododendros. Impressiona-se com o interior da casa, a biblioteca, os quadros de pintores célebres, a faustosa sala de jantar, e dá-se um encontro de Mrs. de Winter com essa mulher que tem um sorriso de escárnio, um silenciado desprezo pela recém-chegada, uma abusadora que bem tomar conta do lugar que pertencia por direito a Rebeca. Passo a passo, a nova ocupante conhece a faustosa mansão e os seus belos jardins. As conversas com Mrs. Danvers são penosas, há para ali um discurso equívoco, a recém-chegada apercebe-se que se avizinha uma tumultuosa relação, como a arquitetura do romance irá demonstrar. Aparecem pessoas, logo a irmã e o cunhado de Maximilian, há visitas de cortesia, Mrs. de Winter passeia até à beira-mar, na enseada onde há uma cabana que pertenceu a Rebeca, é intrigante como tudo está abandonado e desleixado. Mais personagens entram em cena, é o caso do administrador de Manderley, Frank Crawley, sempre gentil e solícito com a nova dona da mansão. Afloram os pormenores do desaparecimento de Rebeca, Mrs. Danvers, já não escondendo um elevado grau de perversidade, mostra os aposentos de Rebeca, o seu extraordinário guarda-roupa, não se coíbe de exaltar a finura, a alegria e a sociabilidade dessa mulher encantadora e deslumbrante. Max ausenta-se para Londres, aparece um estranho primo de Rebeca, Mrs. de Winter não tem dificuldade em perceber a cumplicidade entre ele e Mrs. Danvers.

Mesmo quando a irmã de Max leva a nova cunhada a conhecer a avó o nome de Rebeca é referenciado, é esta permanente grande ausente que conta. Intriga e mistério, agora só falta um crime para esporear o leitor. Primeiro o desastre de um baile de

máscaras, uma armadilha de Mrs. Danvers, a recém-casada vê o seu marido colérico com o fato que ela vai usar. Depois Mrs. Danvers tem com a segunda mulher de Max um discurso tresloucado. Parece que aquele casamento se finara, Rebeca era mais forte. “Maxim não me pertencia. Pertencia a Rebeca. Pensava ainda em Rebeca. Nunca poderia amar-me por causa dela. Ainda vivia na casa, como dissera Mrs. Danvers, naquele quarto da ala oeste, na biblioteca, na saleta, na galeria. Até mesmo no pequeno jardim de inverno, onde a sua capa de dependurara. E nos jardins, nos bosques, e, lá em baixo, na cabana de pedra. Os seus passos suavam nos corredores, o seu perfume pairava ainda no ar. Os criados obedeciam ainda às suas ordens; a comida que nos serviam era aquela de que ela gostava. As suas flores prediletas enchiam as salas, as suas roupas estavam nos armários do seu quarto, as escovas sobre a mesa. Receba era ainda a senhora de Manderley. Rebeca era ainda Mrs. de Winter. Onde quer que eu andasse em Manderley, onde quer que me sentasse, mesmo nos meus pensamentos e nos meus sonhos, encontrava sempre Rebeca. Conhecía-a agora, as pernas longas e bem feitas, os pequenos e delicados pés. Ombros mais largos do que os meus, mãos inteligentes e hábeis. Mãos que sabiam governar um barco, que tinham força para sofrear um cavalo”. E quando se supõe que o casal entrou em rutura, naufraga um barco nos rochedos, descobre-se o iate de Rebeca, há um corpo em decomposição na câmara.

E o leitor agora que se prepare para ler Rebeca, e para descobrir que nem tudo o que parece é, e às vezes o silêncio encobre o ódio, e neste tumulto literário, tão talentosamente doseado iremos ser confrontados com segredos tenebrosos e a revivescência de um grande amor. Mostra-se a imagem da edição Livros do Brasil, que sempre me tem acompanhado, com um desenho terno e discreto de um grande artista que foi Bernardo Marques.

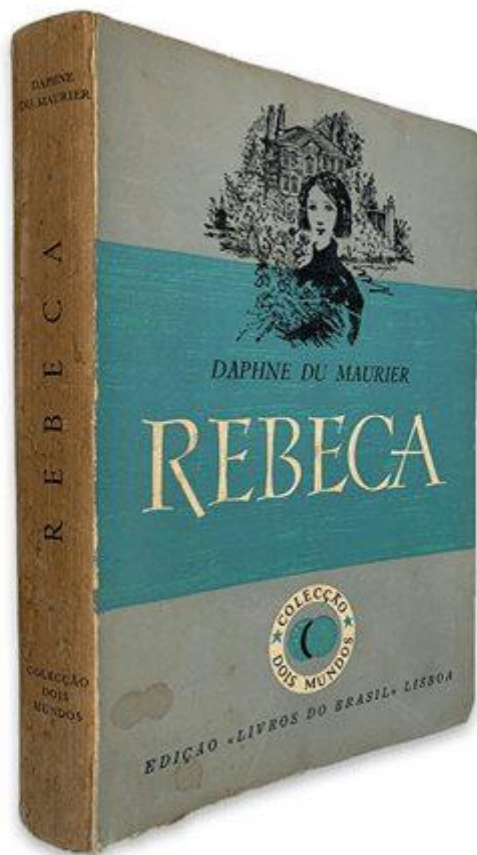


Imagem da edição Livros do Brasil, que sempre me tem acompanhado, com um desenho terno e discreto de um grande artista que foi Bernardo Marques



Daphne du Maurier

À noite, todas as nossas bibliotecas cospem vulcões

Alberto Manguel é um nome que ultrapassa fronteiras, tem escrito epítome atrás de epítome sobre o livro e a biblioteca, a magia da escrita e a fantasia da leitura. Mantenho-me indeciso sobre o que de melhor escreveu, mas rendi-me imediatamente a uma obra aparecida há poucos anos atrás quanto ao fascínio como dispomos, tratamos e estendemos uma mão para ir buscar um livro a uma prateleira. É obra de inspiração, de entusiasmo, de bibliófilo que convoca todo e qualquer tipo de amante de leituras e que se gosta de ver rodeado das obras que o fazem crescer... ou viver.

A Biblioteca à Noite, por Alberto Manguel, Tinta-da-china, 2016, é um ensaio de leitura compulsiva, tal a propulsão a que impele qualquer proprietário de uma certa carrada de livros amontados, organizados, dispostos em estantes ou em caixas ou sofás, e vai ser confrontado por atrativos irrecusáveis em que a organização da biblioteca é um mero pretexto para exacerbar a febre da leitura. Em vez de uma história pomposa e edificante quanto ao modo como os livros têm sido arrumados ao longo de milénios, Manguel, ensaísta, romancista e eminente devoto dos livros, fala mais destes, dos seus autores, do modo de ler e como as palavras transformam a nossa vida. É magia, é auto sacramental que conforta o leitor mais empedernido.

Dá-nos o seu próprio exemplo: “Durante o dia, escrevo, pesquiso, reordeno livros, guardo as minhas novas aquisições, reorganizo secções para ganhar espaço. Os recém-chegados recebem as boas vindas depois de um período de inspeção. Se se trata de um livro em segunda mão, deixo todas as suas marcas intactas, o rasto de anteriores leitores. Velhos ou novos, o único sinal que procuro retirar dos meus livros é o autocolante com o preço que os malvados livreiros colam nas contracapas. Estas diabólicas cicatrizes brancas saem com dificuldade e deixam chagas leprosas e vestígios de cola a que aderem o pó e a lanugem do tempo, fazendo-me desejar um Inferno especial, pegajoso, ao qual condenar o inventor destes autocolantes”.

Ler à noite requer intimidade, o nosso espaço entrecortado por luzes e sombras, lombadas silenciosas onde se dispõem as vozes da nossa razão, desde contos de fadas, volumes de ciência e viagens, poesia e biografias, filosofia e até desenvolvimento pessoal.

Manguel disserta sobre a classificação dos livros e do muito e divertido que diz podemos facilmente concluir que não há classificações definitivas, é eloquente nos exemplos de que uma obra arrumada segundo uma certa regra pode ganhar uma falsa identidade ou obrigar a decifragens labirínticas. Porque o mundo mudou, somos hoje confrontados com a biblioteca virtual e os prodígios do digital. Ele não deixa de tomar partido: “Quando comparamos a biblioteca virtual com a tradicional de papel e tinta, temos de ter presente várias coisas: que a leitura exige frequentemente lentidão, profundidade e contexto; que a nossa tecnologia eletrónica ainda é frágil e que nos impede frequentemente de recuperar o que foi outrora guardado em suporte atualmente ultrapassados; que folhear um livro ou percorrer estantes faz intimamente

parte do ofício da leitura e não pode ser inteiramente substituído pela deslocação de texto num ecrã, tal como uma viagem não pode ser substituída por relatos de viagens e aparelhos de três dimensões”.

Ler tem um modo próprio de abordagem, é impossível qualquer tipo de comparação: “Ler um livro não é exatamente equivalente a ler um ecrã, seja qual for o texto. Assistir a uma peça de teatro não equivale a ir ao cinema, como ir ao cinema não equivale a ver um DVD ou uma cassete de vídeo, e observar uma pintura não equivale a analisar uma fotografia”. Como o poder do leitor é pessoal e intransmissível: “O poder dos leitores não reside na sua capacidade reunir informação, na sua aptidão para ordenar e catalogar, mas no seu dom de interpretar, associar e transformar o que lê”.

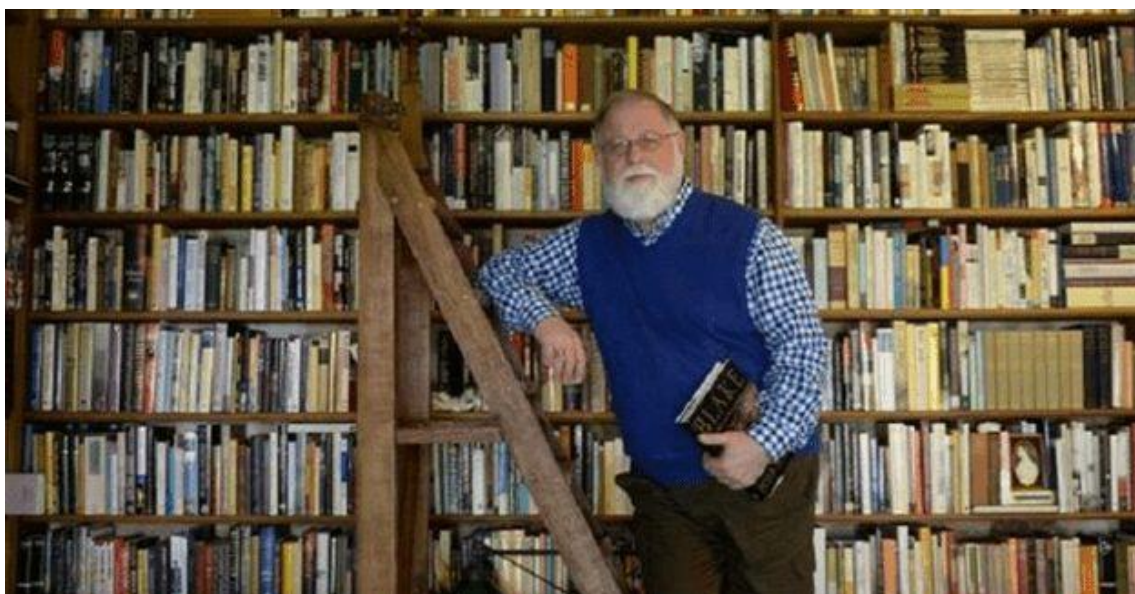
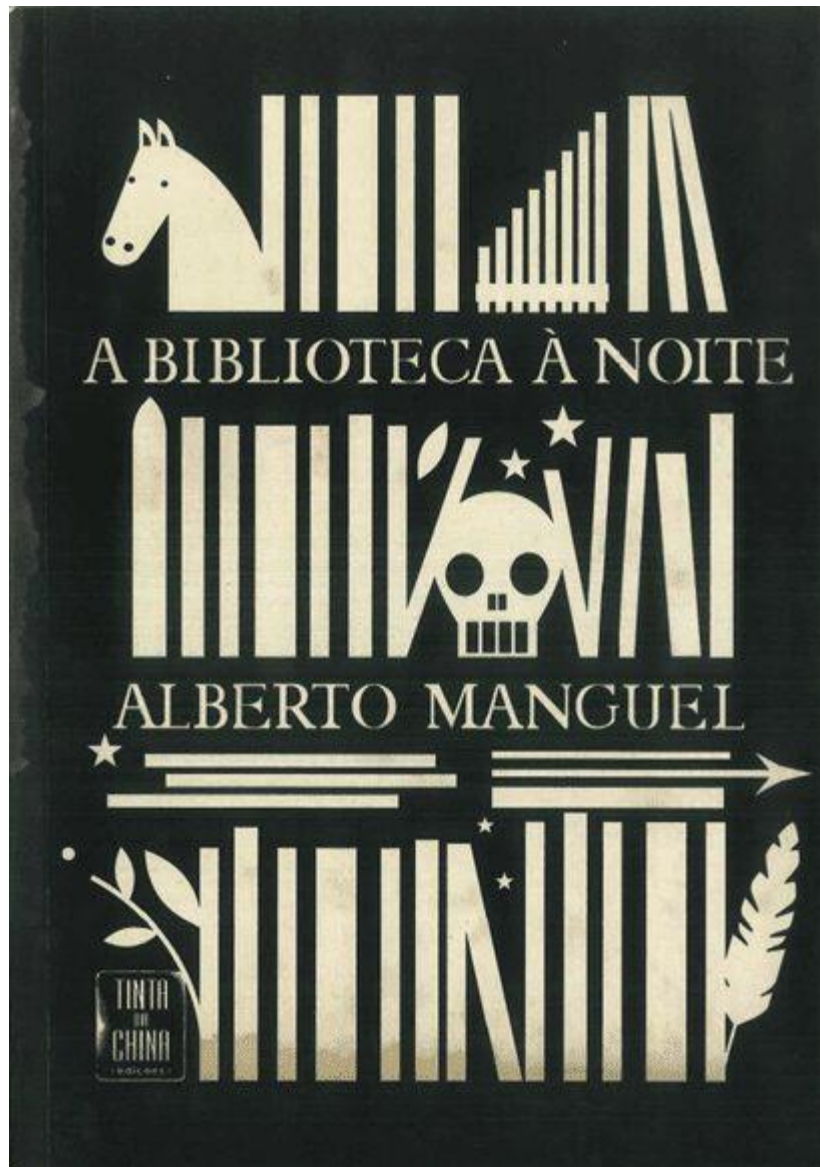
Porque os livros são temidos, não há força totalitária que não queira silenciar os livros que se lhes opõem, sobre mil pretextos, daí a queima de livros, a perseguição de autores e editores, os mecanismos de censura, a multiplicidade de fanatismos religiosos e as suas inquisições. É uma intolerância que se paga bem caro, como observa Manguel: “Mesmo de um ponto de vista político e religioso, a destruição de uma cultura contrária é sempre um ato de estupidez, dado que nega a possibilidade de aliança, conversão ou assimilação”.

Há quem procure nos livros estatuto, diligência vã: “Os livros dotam uma divisão de uma identidade particular que pode, em alguns casos, usurpar a do proprietário – uma peculiaridade bem conhecida de personalidades estúpidas que exigem ser retratadas com uma parede coberta de livros em fundo, na esperança de que eles se concedam um lustre de erudição”. Racistas procuram manter na ignorância aqueles que escravizam ou povos que classificam de inferiores: “Nos Estados Unidos, as tentativas de restringir as leituras da população negra datam dos primeiros tempos da escravatura. Para impedir que os escravos se revoltassem, era essencial mantê-los analfabetos. Se aprendessem a ler, explicava-se, os escravos informar-se-iam de argumentos políticos, filosóficos e religiosos favoráveis à abolição da escravatura e erguer-se-iam contra os seus senhores”.

Ninguém pode ficar insensível ao poderoso imaginário que envolve o repositório de esperanças que pomos no nosso ajuntamento de amigos: “Dotamos as bibliotecas das qualidades das nossas esperanças e pesadelos; julgamos compreender as bibliotecas conjuradas das sombras; congeminamos livros que achamos que deviam existir para nosso deleite e empreendemos a tarefa de os inventar sem nos preocuparmos minimamente com traços de inexatidão ou insensatez, sem medo de cãibras ou do bloqueio de escritor, sem restrições de tempo e espaço”.

Então, que desenvolvimento espiritual nos dá a biblioteca? Um mundo que excede o nosso quotidiano de sofrimento e felicidade, pois ler é negociar esse mundo real e deixar intocável o sonho de compreender melhor os outros, de sabermos amar melhor; ler é superar, é continuar a trepar a montanha interminável, em busca de consolação.

E ler este primoroso e generoso livro de Alberto Manguel é acreditar piamente que o incêndio dos livros jamais será aplacado, haja o digital que houver.



Alberto Manguel num ângulo biblioteca que ofereceu a Lisboa

A Viúva do Enforcado, por Camilo Castelo Branco

Filho de uma diplomada do Magistério Primário, com uma avó entrevada, tive a dita de assistir e participar em despreziosos serões literários, a minha mãe lia em voz alta obras que eram do agrado da minha avó e que tinham igualmente o condão de me manter atento até à hora da deita. E foi assim que ouvi falar em George Eliot e acompanhei o seu romance *O Moinho à Beira do Rio*, como era prática usual haver serões com trechos de Eça de Queirós ou Camilo Castelo Branco, havia recitais de poesia, dos ultrarromânticos, lembro os sonetos de Antero de Quental e foi bem empolgante acompanhar do princípio ao fim o belo do romance de Vitorino Nemésio *Mau Tempo no Canal*. E não esqueço a predileção da minha avó Ângela pelo *Amor de Perdição*, as *Novelas do Minho*, *A Doida de Candal*, *A Brasileira de Prazins*, *Carlota Ângela*, *Memórias do Cárcere*...

É completamente ocioso embarcar na discussão sobre quais as páginas de ouro da literatura camiliana. Enquanto alguns especialistas invocam a riqueza singular da sua epistolografia, o público em geral, geração após geração, mantém uma forte atração por “Amor de Perdição”, “Novelas do Minho”, “A Queda de um Anjo” e “A Brasileira de Prazins”, gostos não se discutem. É imprescindível continuar a ler Camilo, e por diferentes razões: a riqueza vocabular, que nos remete para um mundo urbano-rural que ele retratou com pluma de mestre; encarnou a corrente mais densa da literatura romântica, foi messias, profeta, comandante em chefe, e suficientemente visionário para abrir as portas ao naturalismo, que lhe sucedeu; não foi um imperador da língua portuguesa, mas ganhou assento, por mérito próprio, no pódio dos nomes aproximados, ninguém lhe pode subtrair o cetro de multimilionário de riqueza vocabular, trata praticamente por tu o nosso castiço vocabulário. E vale sempre a pena ler Camilo para nos confrontarmos com uma escrita exímia em manifestações tão diversas como o romance, a novela, o conto, o prefácio, a carta, a catilinária, a polémica, a página de jornal.

E como os gostos não se discutem, ponho à vossa consideração um dos seus diamantes literários que assiduamente revisito: “A Viúva do Enforcado”, por Camilo Castelo Branco, Sistema Solar, 2016.

Logo o trecho inicial, à memória do Senhor Rei D. Afonso Henriques: “Procurei nas ruas e praças de Guimarães a estátua do fundador da monarquia. A cidade opulenta, que tem ouro em barda, e abriu dois bancos como os pletóricos que se dão duas sangrias, não teve até hoje um pedaço de granito que pusesse com feitio de reis ou de bom pedestal! Se eu fosse rico, ou sequer pedreiro, quem fazia o monumento de Afonso era eu. Assim, como o último dos escritores e o primeiro em patriotismo, apenas posso aqui levantar um perpétuo padrão ao vencedor de Ourique”.

Esta novela, que faz parte de “Novelas do Minho” inicia-se em Guimarães, aqui florescem os amores escaldantes entre o ourives Guilherme Nogueira e Teresa de Jesus, a filha do surrador Joaquim Pereira. Uma das notabilidades de Camilo é apresentar os

seus atores antes de os pôr em ação. Por exemplo, Teresa de Jesus: “Filha única, bonita, muito recolhida, e confessada de um franciscano tão bem-intencionado que prometida fazer dela uma santa com ajuda de Deus”. O pai pensa casá-la com o seu irmão viúvo, o tio Manuel, que vive no Porto. Temos aqui outra apresentação: “Tinha oficina de curtidor na rua dos Pelames, no Porto, e era muito rico, e viúvo sem filhos, com 50 anos, sujos sim, mas bem conservados. Tinha passado a festa do Natal de 1822 em Guimarães e levava à sobrinha um grilhão de ouro da sua viúva dentro de uma rosca de pão de ló”. O pai de Teresa quer é que a filha não vá para um convento, quer marido com dinheiro, qualquer pelintra está fora de questão.

Chega a vez de apresentar Guilherme Nogueira, tinha um aspeto simpaticamente doentio. “Formara-se no ar impuro da oficina. O hábito de trabalhar cerceava-lhe o deleite das horas de repouso. Passeava só e pesado de tédio porque se acostumara à solidão do seu quarto”. A mãe de Teresa, acompanhada da filha, visita o ourives, dá com o retrato da filha, tal fora a intensidade do encontro entre os jovens amorosos que o ourives a plasmou em pintura. O surrador fica incomodado com a pintura do ourives e barafusta: “Se cá o vejo em casa com o retrato, dou-lhe com ele nas ventas. Não quero retratos; não dou um pataco por ele. Pedaco d’asno! O troca-tintas, pelos modos, não tem que fazer. Por isso o pai anda sempre com a sela na barriga!”.

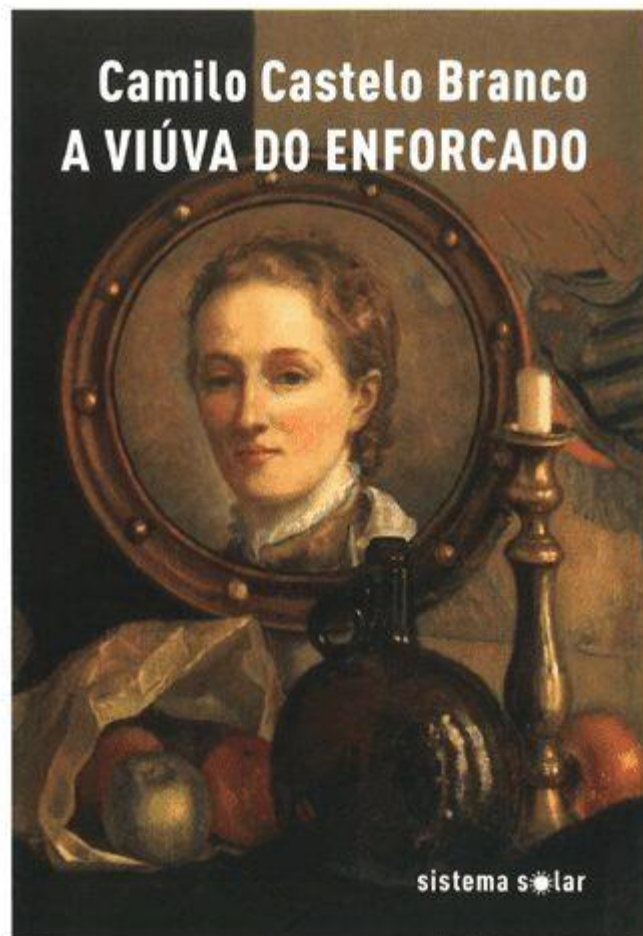
Começara a guerra, os arrulhados correspondem-se secretamente, houve um padre que tentou a conciliação, segue-se uma cena de gritaria, o padre sai às arrecuas e desabafa com Guilherme: “A besta fez lá o diabo. Não te dá a filha, e diz que te bate, se lá passares. Parecia um energúmeno”. O padre aconselha os pombinhos à perseverança. Seguem-se intrigas. Finda a primeira parte. O surrador muda de estratégia faz tagatés à filha, a correspondência amorosa não para. E dá-se a fuga, Guilherme e Teresa vão para o Porto, depois de muita peripécia. Daqui os noivos seguem para Zarza, na raia espanhola, entram novos atores em cena, caso de D. Rojo de Valderas e a filha, Inês, que se faz amiga da Teresa. A apresentação de Rojo de Valderas é filigrana literária, deixo-a em encomenda ao leitor.

Nas cabriolices e volteios a que nos habitua mestre Camilo, vamos agora até Coimbra para conhecer António Maria das Neves Carneiro que se mete em desacatos com gravidade e marcha para Zarza, fugindo à justiça. A saúde de Guilherme Nogueira vai-se abalando, dá alma ao criador. Teresa fica pouco abalada, e já se sabe porquê. António das Neves metera-se de amores com Inês, acabou por se apaixonar por Teresa de Jesus. A vingança de D. Rojo de Valderas é cruel.

Chegados a este ponto, por mão de mestre Camilo avaliamos que uma grande paixão pode acabar num cemitério e renascer num desses encontros espúrios em que uma viúva é catrapiscada fora das convenções. Teresa pede ajuda a um tio cónego e temos aqui uma outra retumbante apresentação: “O padre tinha cinquenta e oito anos: andava bem alimentado: as suas mãos eram grandes, escarlates, e sobre o dorso de cada dedo tinha um espinhaço de cabelos rijos como as cerdas de um javali. Tinha sido um pródigo de pancadaria, quando se ordenava”. Há choros e revoltas. O pai de António das Neves

pede clemência a D. Rojo, em vão. Mas a roda do destino segue o seu percurso: “Teresa de Jesus Pereira e António Maria das Neves Carneiro casaram, em Badajoz, em dezembro de 1829. O arcebispo de Xerez de los Caballeros, bom católico e entranhado partidário de Fernando VII, escrupulizava em proteger um escapadiço da forca”.

A tragédia está em marcha, António das Neves acaba na forca, teremos uma nova viúva e como tudo vai acabar não se diz aqui porque as obras-primas da literatura servem para ser regaladas por quem as lê, não se faça deste promotor de leituras inextinguíveis um desfazedor de sonhos.





Camilo Castelo Branco por Rafael Bordalo Pinheiro

Nunca se escreveu tão belo sobre a Serra d'Aires e Candeeiros

Bons escritores andarilhos, caminhando em todas as direções, propondo percursos às vezes de joias que escapam aos grandes roteiros turísticos, é coisa que felizmente não falta, seja em Portugal seja na estrangeira. Há suplementos de jornais e lembro publicações que deixaram saudade, caso de *A Grande Reportagem*. Há escritores de renome como Paul Theroux, Bruce Chatwin ou Alain de Botton, em Portugal temos tradição de escritores como Raúl Brandão e não se pode esquecer o Guia de Portugal coordenado por Raúl Proença, mais proximamente temos nomes sonantes como Miguel

Sousa Tavares, Gonçalo Cadilhe e Fernando António Almeida, todos eles calcorreiam e deixam-nos textos magníficos. Vou tomando nota de diferentes viagens e diferentes exultações. Mas nunca encontrei um texto que em mim funcionasse como inextinguível como aquele que Fernando António Almeida escreveu sobre o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros:

“É um reino de pedra. O reino da pedra. O reino da secura e da água oculta. O reino do calcário, branco, cinzento – rijo ou brando – seco. Terra de sal, também. Branco. Uma terra que ninguém quis, que ninguém tentou disputar – uma terra ingrata, escassa.

Duas serras principais, Aire e Candeeiros, um planalto, escudado entre as duas, o planalto de Santo António. À serra dos Candeeiros, não há ninguém que lhe não reconheça o dorso de pedra, cinza, redondo e alongado, a longa massa de pedra desnudada que corre a nascente da Estrada Nacional 1, entre Rio Maior e a Batalha.

A toponímia sublinha-lhe o relevo inóspito, denuncia-lhe as passagens e os percursos, o desabrigar da serra, as terras mais protegidas, os locais aonde se estabeleceu a população. As lombas, os cabeços, as portelas, os algares. O Vale dos Ventos, o Serro Ventoso, o Covão do Sapo, os Casais Monizes.

A água: o Vale da Pia, a Pia de Água, o Olho-d’Água, a Fonte Longa. A vegetação espontânea – o Sargaçal, mas já as plantas cultivadas, alimentares: o Covão do Milho, a Milharada. Ou ainda o Cabeço do Pão de Milho. No planalto, na serra d’Aire, também a flora: Alecrineiros, Murteira; a fauna selvagem: a Moita do Açor; ainda a água represada: Chão das Pias.

Didaticamente, comparam-no a um queijo suíço, a uma esponja viva quando chove, escassa é a água à superfície do solo. As brechas, os rasgos, as fendas do maciço calcário chupam as chuvas do Outono e Inverno. As dolinas, afuniladas, quando o seu chão não foi impermeabilizado pelas terras, canalizam as águas para os algares, grutas, galerias. Ou retêm-nas à superfície, formando lagoas. Ao longo de todo o ano, como nas duas lagoas do Arrimal. Ou durante os meses chuvosos, ou ainda algum mês além, como na grande depressão alcantilada, no polje de Minde.

Antes de tudo, o mar, os depósitos, os sedimentos acumulados no fundo ao longo das eras. Os restos, ainda às vezes visíveis, da fauna marinha. Depois, as pressões brutais, os grandes movimentos, choques, embates, contorções da mãe-terra; as grandes massas que se levantam, gigantescas. Poeiras minúsculas, porém, no espaço do cosmos.

Levantam-se, entrechocam-se montanhas. Maciço de Albardos, Maciço de Porto de Mós, maciço estremenho. Movem-se as águas e os ventos. Uns e outros corroem. As águas que comem a pedra; paulatinas, dissolvem, constroem outras formas, cavam, almejando o centro da terra. Ocultas, outras, as mesmas águas caídas dos altos céus, escavam, perfuram, esculpem, bordejam, boleiam, adossam os gumes, as arestas das falhas.

À superfície, lentos de séculos, diluem-se crostas de pedra. São rastos vermelhos, óxidos, ocre, torrões desfeitos, carícias de mãos rudes, de camponeses. São terras que

escorrem, terras retidas por muros de pedra seca, terras acumuladas nas conchas de pedra. É 'a terra rossa'.

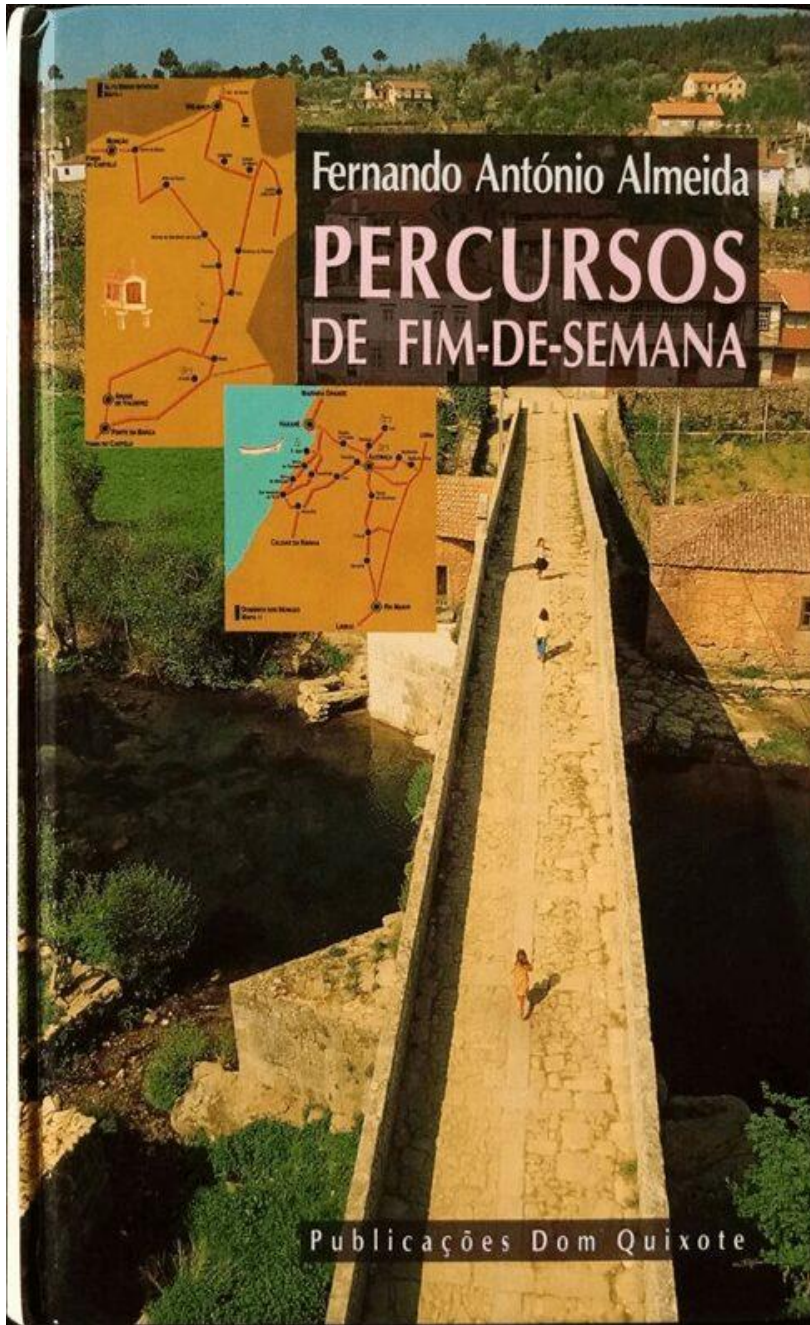
Antes, algumas matas de cerquinhos, carvalhos abrigados em recessos. Ou essoutro carvalho, o negral. Mais nos altos, os tufes de carrasco. O sobreiro. A azinheira também, a sobreviver neste mundo rude e seco. Mais tarde, o ulmeiro, nas zonas húmidas, a aflorar o manto das águas. Talvez até, decerto escassíssimo, o próprio castanheiro. Feéricos de cor, o tojo, o alecrim; o rosmaninho; a flor branca, pintalgada de vinho, amarelo-viva, da esteva; a flor rosa-vermelha da roselha; o olor do tomilho; o funcho; a flor clara e miúda do mirto.

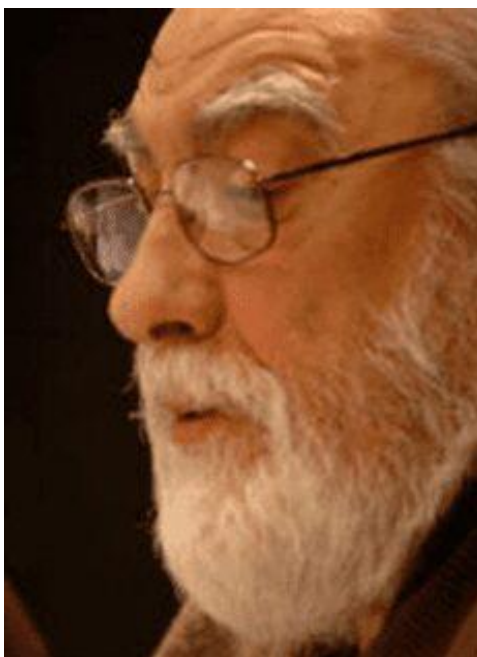
Para criar pastos, para arrotear, para usar a lenha, para fazer renascer o fogo de cada dia, o fogo do frio, o fogo do pão e da carne. Para sobreviver, o homem foi consumindo a floresta, débil, magra. A serra, o planalto, foram ficando ainda mais nus, a pedra escavada a ressaltar ao vento frio, ao sol.

Na terra, a raposa, o ginetto, o texugo; o coelho, herbívoro, vítima e garantia de sobrevivência de outros bichos, da terra e do ar. A águia de asa redonda, a águia-cobreira, o gavião, o açor, ágeis predadores; noturnas, as corujas, o mocho-galego. Gaios, tordos, perdizes, corvos; e, prima-dona do maciço, a gralha-de-bico-vermelho. Remetido para o mais negro da noite, para os recessos dos algares, o morcego. E, a zumbir-se de sol e pólen e cor, a abelha gulosa.

Predador maior, o homem. Desde o Paleolítico Superior, repete-se, se encontram vestígios humanos no maciço. Ali, na periferia, por onde escorrem as águas drenadas pelas galerias da serra, ali junto a rios e a ribeiros. Ali para onde escorreram as terras levadas por águas e ventos, ali se estabeleceram desde sempre os homens. Visível, testemunha orgulhosa, o dólmen-capela de Alcobertas”.

Este fulgor prossegue a descrever a *terra rossa*, iremos por caminhos de água, passaremos pelos campos de Mira e Minde, até Porto de Mós. E depois temos o roteiro de como chegar a este suprassumo da Natureza... Mas páginas como estas, seguramente escritas com o estampido do entusiasmo e do deslumbramento, são bem raras, e por isso não hesito em dizer que um texto como este é uma das mais belas odes à Natureza, à obra do homem, um autêntico hino telúrico que extravasa a proposta de um percurso de fim de semana.





Fernando António Almeida

Acuso!, por Emílio Zola

Quando Emílio Zola publica *Acuso!* no jornal *L'Aurore*, era já um dos escritores mais conceituados da literatura realista francesa. Quando se desencadeou a famosa Questão Dreyfus, Zola manteve-se alheio. Até um dia, quando se apercebeu da maquinação tenebrosa à volta do que parecia um simples caso de espionagem. Os Serviços Secretos Franceses obtinham através de uma mulher da limpeza dos escritórios da Embaixada Alemã em Paris os papéis atirados para os cestos, ela discretamente recolhia-os e pela surda fazia-os chegar ao tenente-coronel Henry, dos Assuntos de Espionagem e Contraespionagem. Um dos agentes deste serviço era o major francês Esterhazy, um verdadeiro agente duplo, que servia os franceses entregando-lhes informações que dizia receber dos seus amigos alemães, e servia estes, oferecendo-lhes informações, muitas delas inventadas, do Estado-Maior francês.

Os alemães conheciam a duplicidade de Esterhazy, um dia inventou uma carta que foi parar ao cesto dos papéis e daqui às mãos de Henry, que não reconheceu a caligrafia, disfarçada, de Esterhazy. O documento foi levado ao Ministro da Guerra que ordenou um inquérito discreto, era necessário obter amostras de caligrafia de todos os oficiais, nada de concluyente se apurou. O documento passará à História designado por bordereau (lista), presumiu-se que devia partir de um oficial de Artilharia e então as suspeitas recaíram sobre o capitão Alfred Dreyfus.

É nomeado o major Paty de Clam para organizar o processo. Começam as maquinações, mesmo sempre protestando inocência o capitão Alfred Dreyfus será exautorado depois de condenado a reclusão perpétua, por alta traição – esta cena é

impressionantemente filmada por Roman Polanski no seu filme *O Oficial e o Espião* (2019). Assiste ao julgamento um oficial do Estado-Maior, o tenente-coronel Picquart, homem honesto e rigoroso que rapidamente se apercebeu de grandes disparidades e contradições. O caso Dreyfus cai em cheio na arena política, a Direita antisemita e conservadora aplaude a punição de Dreyfus, nos meios parlamentares Jaurès e Clemenceau fazem perguntas. Os anos passam, Zola vai colhendo elementos e resolve intervir. Estamos em 1898, Clemenceau acha que o título do panfleto *Carta ao Senhor Félix Faure, Presidente da República*, é um tanto frouxo, tem que ser encimado por *Acuso!*. O manuscrito da carta conta de 39 páginas, foram redigidas de forma trepidante dia e meio sem parar. É um libelo que irá mudar a história, onde Zola escreverá em jeito de conclusão:

“Acuso o tenente-coronel du Paty de Clam de ter sido o obreiro diabólico do erro judiciário, inconscientemente quer crê-lo, e de ter em seguida defendido a sua obra nefasta, há três anos, com maquinações as mais ridículas e as mais culposas.

Acuso o general Mercier de se ter tornado cúmplice, ao menos por fraqueza de espírito, de uma das maiores iniquidades do século.

Acuso o general Billot de ter tido nas mãos as provas certas da inocência de Dreyfus e de as ter abafado, de se ter tornado culpado desse crime de lesa-humanidade e lesa-justiça, com um fim político e para salvar o Estado-Maior comprometido.

Acuso o general de Boisdeffre e o general Gonse de se terem tornado cúmplices do mesmo crime, um sem dúvida por paixão clerical, o outro, talvez, por esse espírito de corpo que faz das repartições da guerra uma arca santa, inatacável.

Acuso o general de Pellieux e o major Ravary de terem feito inquérito celerado, quero dizer, um inquérito da mais monstruosa parcialidade, de que temos, no relatório do segundo, um imperecível monumento de ingénua audácia.

Acuso os três peritos em escrita, senhores Bellhomme, Varinard e Couard, de terem feitos relatórios mentirosos e fraudulentos, a menos que um exame médico não os declare atacados de doença da vista e do discernimento.

Acuso as repartições da guerra de terem promovido na imprensa, particularmente em *L'Éclair* e em *L'Echo* de Paris, uma campanha abominável, para desorientar a opinião e cobrir as suas faltas.

Acuso, finalmente, o primeiro Conselho de Guerra de ter violado o direito, condenando um acusado por uma peça que ficou secreta, e acuso o segundo Conselho de Guerra por ter coberto esta ilegalidade, por ordem, cometendo por sua vez o crime jurídico de absolver conscientemente um culpado.

Ao fazer estas acusações, não ignoro ficar sob a alçada dos artigos 30 e 31 da Lei da Imprensa de 29 de julho de 1881, que pune os delitos de difamação. E é voluntariamente que me exponho.

Quanto às pessoas a quem acuso, não as conheço, nunca as vi, não tenho contra elas nem rancor nem ódio. São somente para mim entidades, espíritos da malevolência

social. E o ato que pratico aqui é apenas um meio revolucionário para apressar a explosão da verdade e da justiça.

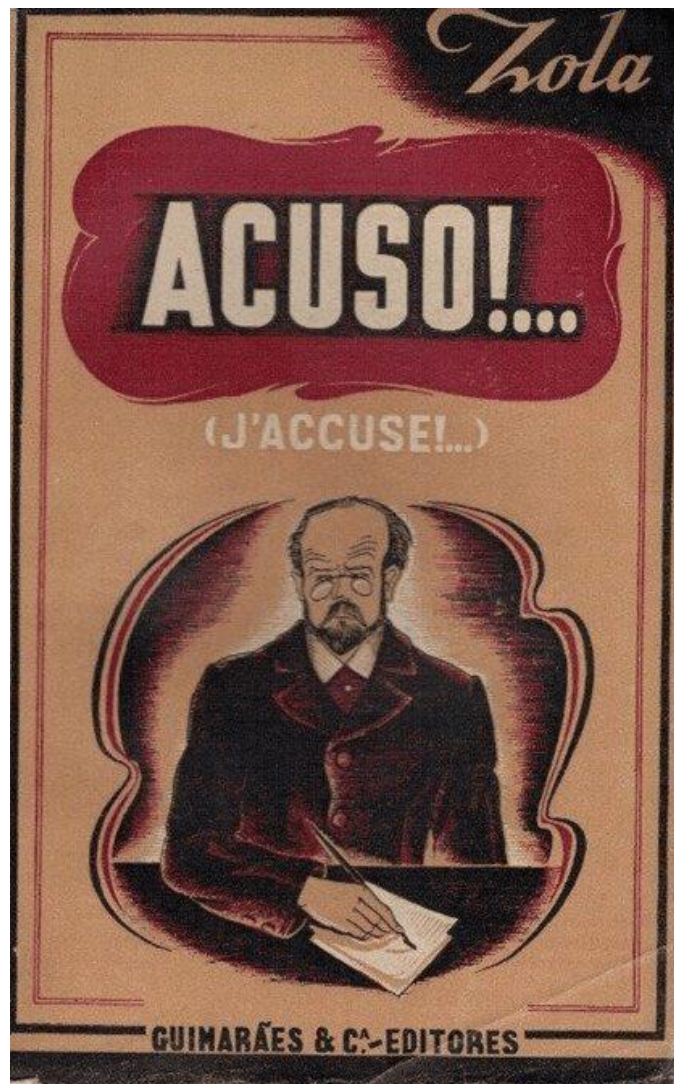
Só tenho uma paixão, a da luz, em nome da humanidade que tanto tem sofrido e tem direito à felicidade. O meu protesto inflamado é apenas o grito da minha alma. Que ousem, portanto, fazer-me comparecer perante o tribunal do júri e que o processo se realize à luz do dia! Espero. Creia, senhor Presidente, na certeza do meu profundo respeito, Emílio Zola”.

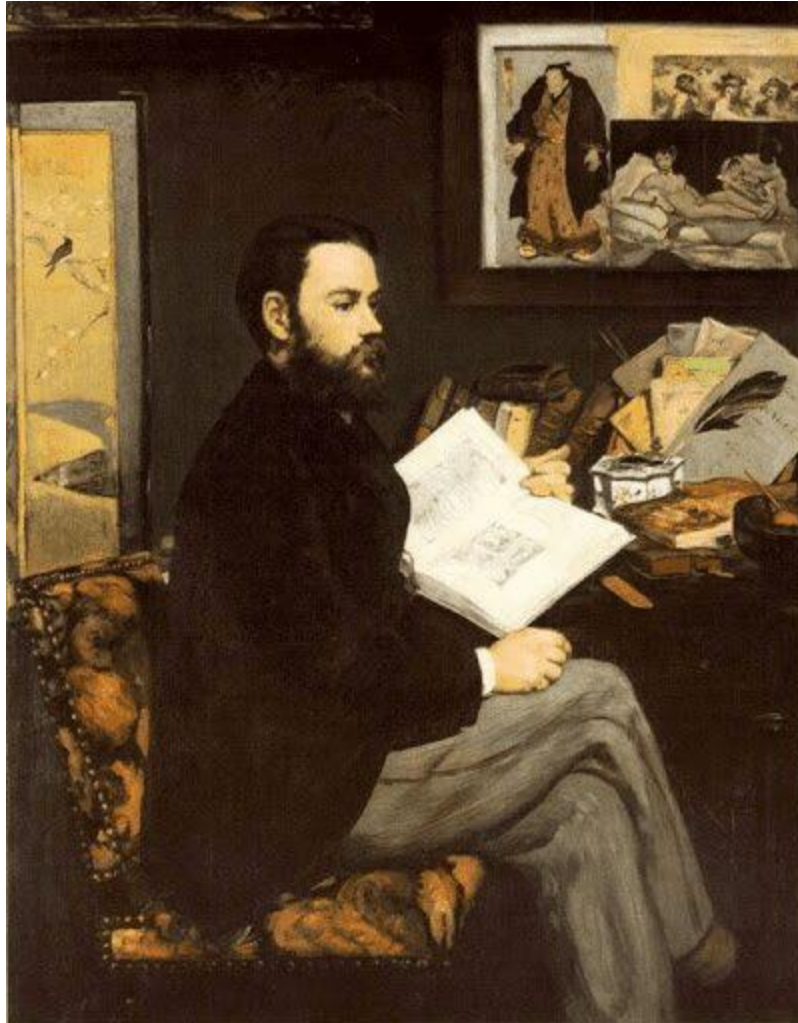
A carta foi uma bomba, Zola irá ser julgado, bem como se procurará condenar o gerente de *L’Aurore*, procurando fugir à Questão Dreyfus. Astuciosamente, assentou-se em só considerar difamatórias as acusações feitas contra o conselho de guerra que absolvera Esterhazy. Os debates parlamentares decorrem inflamados. O antissemitismo revela a sua expressão mais violenta, há perseguições de judeus em várias cidades de França e na Argélia destruíram-se 158 estabelecimentos de judeus. O julgamento de Zola é um acontecimento, Clemenceau aparece como defensor do gerente de *L’Aurore*, os militares apresentam-se em peso, arrogantes, agitando as correntes das espadas, pretendem intimidar o júri. O presidente do tribunal recebera instruções para não deixar tratar a Questão Dreyfus. O falsário de toda esta trama, o tenente-coronel Henry, aparece em público. Zola permanece sempre calado, só quando um dos generais acusa o escritor de ser um derrotista, ele ergue-se para dizer: “Há muitas maneiras de servir a França. Podemos servi-la pela espada ou pela pena. O senhor general de Pellieux tem, sem dúvida, alcançado estrondosas vitórias. Eu ganhei as minhas. Pelas minhas obras, a língua francesa tem sido levada ao mundo inteiro. Tenho as minhas vitórias. Legó à posteridade o nome do general de Pellieux e o de Emílio Zola: ela escolherá!”.

Zola será condenado, tinha de ser condenado, parte para o exílio, os seus bens penhorados, haverá segundo julgamento no Caso Dreyfus, o falsificador Henry será desmascarado, o tenente-coronel Picquart tem durante este processo um papel determinante. Segue-se a revisão do processo de Dreyfus, haverá comutações das penas, Zola escreverá ao novo Presidente da República, Émile Loubet, quando este assinou o perdão de Dreyfus, reitera as acusações que fez. Zola irá falecer antes da reabilitação de Dreyfus, no meio destas tempestades das relações entre a Alemanha e a França deteriorar-se-ão. Haverá suicídios, tentativas de assassinato.

Cena do filme *O Oficial e o Espião*, de Polanski

O libelo de Zola não perde atualidade, não só pela dignidade intelectual que espelha, é um monumento de coragem a denunciar todos aqueles que maquinam contra a verdade e tripudiam a justiça. É por isso que *Acuso!* tem um natural condão de fazer parte das leituras inextinguíveis.





Émile Zola pintado por Manet

**William Shakespeare é o maior, o seu teatro do mundo continua a empolgar no
nosso tempo**

Será o único autor de que se recomenda a leitura de toda a sua obra, congrega a mais universal catalogação de personagens de todos os tempos, é tudo uma questão de nos vermos ao espelho. Ele foi dramaturgo, comediógrafo, comediante, poeta (além de empresário), continua a ser um permanente enigma como é que aquele filho de um lueiro de Stratford-upon-Avon revelou tal genialidade, seria medianamente instruído, independentemente do seu ímpeto ousado e do seu excecional poder de observação.

Escreveu como um autor do Renascimento, é patente na sua formação que participava na vida do seu burgo, conhecia os divertimentos populares, as festas, as tradições e superstições. Frequentou a escola, comprovadamente teve rudimentos de gramática, lógica e retórica, conheceu os clássicos romanos. As suas obras são recorrentes em alusões à natureza, às flores, às árvores, aos animais, seja comédia,

drama ou poesia. Ouviu falar em bruxas e feiticeiras, viu o esplendor da corte de Isabel I e de Jaime I.

Não se sabe bem em que circunstâncias vai para Londres e entra no mundo do teatro, teatro esse que aparecerá expressivamente na sua obra, recorde-se que no drama *Hamlet* quando os comediantes chegam a Elsinor, o príncipe dinamarquês dirá: “Os atores merecem consideração, pois eles são a breve crónica do nosso tempo”. E dominou magistralmente o teatro dentro do teatro, quando *Hamlet* oferece à Corte da Dinamarca o espetáculo do “assassínio de Gonzaga”, é durante a representação que ele pretende desmascarar o seu tio que matou o irmão rei e casou com a mãe de Hamlet. É como se o fantasma do pai entrasse em cena para incomodar o regicida, como diz o príncipe Hamlet: “*Ouvi dizer que há criminosos que, ao assistirem a uma representação teatral, ficam tão comovidos com a cena que confessam de imediato o seu crime. Pois o crime, sem recorrer a palavras, exprime-se com uma maravilhosa eloquência. Quero que esses atores representem diante do meu tio uma cena semelhante ao assassínio do meu pai. Eu vigiarei os seus olhares, farei pressão para que reaja, e sei bem o que me resta fazer*”.

Somos indubitavelmente obrigados a questionar um génio que transvasa todas as épocas, fatalmente mercado (caso de Shakespeare) por um mundo maravilhoso, ainda com amarras medievais, atmosferas pagãs, fantasmas e credices sobrenaturais; questionar o génio que a centelha se acendeu em Londres, transformada numa metrópole de 200 mil habitantes, carente de lazeres e onde os teatros se tornaram polo de atração, basta lembrar Christopher Marlowe e Thomas Kyd.

Na sua ascensão meteórica (vamos situá-la entre 1590 a 1597) compõe dramas históricos, continuam a dar brado em todos os palcos mundiais: Henrique VI, Ricardo III, Ricardo II, Henrique IV, Henrique V. Entretanto enceta um conjunto de 10 comédias, onde podemos distinguir *As Alegres Comadres de Windsor*, *Sonho de uma Noite de Verão*, *O Mercador de Veneza*, *Noite de Reis*. Não negligencia as tragédias, caso de *Tito Andrónico* e abre a porta a um drama de paixão e comédia que acaba mal, *Romeu e Julieta*, o zénite do texto amoroso, ainda hoje arrepiante.

“Todo o mundo faz comédia”, parece ser a consigna da Companhia de Shakespeare, um duplo da vida e espelho da Natureza. Ainda hoje nos empolga ver estes teatros públicos da sua arquitetura, a natureza do palco, os espetadores e os atores, os papéis femininos entregues a homens.

Shakespeare responde cabalmente a um público que está ávido de sensações fortes e que se deixava subjugar pelo valor da palavra, pronto a perceber as lições moralizantes sobre traições e crimes, a volúpia do poder, a ética do castigo, os avisos à navegação de quem com ferro mata ferro morre.

Atenda-se igualmente aos conhecimentos científicos da época, a que Shakespeare esteve atento, a curiosidade desponta, Copérnico, Kepler e Galileu promovem a Astronomia, a Astrologia é retificada, progride a Medicina, assiste-se ao desencravamento do mundo, mudou a arte de marear, conhecem-se novas plantas e

novas culturas. Shakespeare insiste em catapultar o seu génio: *Medida por Medida*, *Otelo*, *António e Cleópatra*, *Tímon de Atenas*, *Coriolano*, as chamadas peças de problemas ou comédias negras, reajusta-se a estética, a imagem do mundo medieval ainda é um apelo, mas são as narrativas do novo mundo que abrem caminho para os seus derradeiros textos.

Enfim, um teatro uniforme que quando se publica em 1623 irá surpreender os estudiosos e os leitores: dramas históricos de toda a ordem, comédias de juventude, romanescas, tragicomédias, tragédias romanas, tragédias de paixão, tragédias de vingança, um tom declamatório de que jamais se perdeu a apetência, teatros, canais de televisão, cinema, ópera, todos os meios serão arrastados para trazer o universo shakespeariano ao quotidiano das nossas vidas, e daí soletrarmos: *“Ser ou não ser, eis a questão: /Se é mais nobre no espírito sofrer /As fundas e flechas da fortuna ultrajante, /Ou brandir armas contra um mar de agravos, /E, opondo-os, fazê-los cessar. Morrer - / Dormir, / Mais nada; E num sono dizer que cessou /O torno no peito e os mil choques naturais /De que a carne é herdeira:”*. Estarrecemos com o final de *Otelo*, com a fúria e a aproximação da loucura do rei Lear, o delírio de Macbeth quando lhe comunicam que a mulher morreu, os textos belíssimos de *O Conto de Inverno* ou de *A Tempestade*, e cedemos a toda e qualquer forma de representação, vamos à procura da encenação mais inovadora do intérprete mais sublime. Porque todo este teatro do mundo é um permanente desafio para encenadores e atores, todos se mostram dispostos ao risco.

Veja-se o caso de Ricardo III, Ricardo de Gloucester, da Casa de York, um autêntico príncipe do mal, coxo, corcunda e com um braço atrofiado, papel que obriga a uma eloquência e exposição de talento, mostrando sedução e perversão, estamos perante um monstro que prepara a tirania e levará o país à ruína: *“Eu, a quem a caprichosa natureza negou belas formas e nobres feições, eu, que ela colocou neste mundo dos vivos antes do prazo natural, disforme, incompleto, apenas esboçado, e isso mesmo por um modo tão defeituoso e desagradável que os cães me perseguem ladrando, quando passo coxeando ao pé deles; durante esses efeminados divertimentos da paz, não me resta outro meio de me entreter, senão olhar para a minha sombra, quando o sol brilha e analisar a minha própria deformidade”*.

Quem pode resistir a este Shakespeare que partiu do vasto e miserável palco do mundo para o encher de obras-primas?



Rei Lear e o bobo



A metáfora do amor eterno, o génio de Gabriel García Márquez

O Amor nos Tempos de Cólera, por Gabriel García Márquez apareceu em 1967. Tal como *Cem Anos de Solidão*, é das obras do autor colombiano que mais fama goza, na tradução portuguesa das Publicações Dom Quixote tem conhecido reedições sucessivas, deu inclusivamente filme que, ao que parece, desapontou cinéfilos e esteve longe de acompanhar a trepidante história de amor que a literatura consagrou.

Era uma vez um jovem telegrafista que se deslumbrou por uma gringa que apareceu naquela capital com muitos séculos. Escreveu-lhe calhamaços de cartas, ela acedeu a corresponder-se, a prosa dele era fogo, a dela meros apontamentos do quotidiano. O pai da enamorada considerou inadmissível um genro tão pobretana, toda de a enviar para o exílio, a fraternidade dos telegrafistas foi tão avassaladora que não perderam a comunicação. Depois ela voltou, o pai estava em apuros e inopinadamente Fermina Daza descobre que nada a prende a Florentino Ariza, mal ela sabia mais de 50 anos depois ia receber uma proposta de casamento – há paixões inextinguíveis. Livro metafórico, fabuloso, onírico, talvez um conto de fadas para adultos, um encadeado de amores tumultuosos, muita cólera pelo meio, cólera metafórica, entenda-se, há a cólera que mata por ser peste, mas há igualmente a cólera que enrubesce os sentidos e esquece as idades, as etiquetas sociais, vamos ver velhos com devaneios adolescentes experimentados.

Uma narrativa de entontecer, com episódios miríficos. Fermina casará com um médico conceituado, um homem generoso, cultíssimo, polivalente, coração de muitas causas, Juvenal Urbino. Viverão décadas em comum, será um papagaio o obreiro da destruição da vida do casal. Um papagaio extravagante que estava naquela casa fazia mais de vinte anos e ninguém soube quantos vivera antes.

“Todas as tardes depois da sesta, o doutor Urbino sentava-se com ele na varanda do quintal, que era o lugar mais fresco da casa. Tinha apelado para os recursos mais árduos da sua paixão pedagógica até aqui o papagaio aprendeu a falar francês como um académico. Depois, por mero vício da virtude, ensinou-lhe a acompanhar a missa em latim e alguns excertos escolhidos do Evangelho segundo São Mateus, tentando, sem sorte, inculcar-lhe uma noção mecânica das quatro operações aritméticas. Numa das últimas viagens à Europa trouxe o primeiro gramofone de manivela, com muitos discos da moda e os seus clássicos favoritos. Dia após dia, uma e outra vez durante vários meses, arranjava maneira de o papagaio ouvir as canções de Yvette Gilbert e de Aristide Bruant, que fizeram as delícias da França no século passado, até aprendê-las de cor”. O papagaio solta-se, o octogenário sobe uma escada, dá-se o desastre, ainda se despede de Fermina:

“Chegou a reconhecê-la no meio da confusão, através das lágrimas da dor única de morrer sem ela, olhou-a pela última vez para todo o sempre, com os olhos mais luminosos, mais tristes e mais agradecidos que ela jamais vira em meio século de vida em comum, conseguindo dizer-lhe com o último suspiro:

- Só Deus sabe quanto te amei”.

E no velório, o velho Florentino Ariza, agora um dos mais prósperos empresários avança para ela e diz-lhe: “Esperei esta ocasião durante mais de meio século, para repetir-lhe uma vez mais o juramento da minha fidelidade eterna e do meu amor para sempre”.

Narrativa viçosa, luxuriante, permanente trepidação na mudança de cenários do passado e do presente, qualquer descrição de pormenor é para estarrecer e guardar para sempre. O doutor Juvenal chega de Paris, vem toldado por progressos, a sua casa de família é um escombro: “O antigo palácio do Marquês de Casalduero, residência histórica dos Urbino de la Calle, não era o que se conservava mais altivo no meio do naufrágio. O doutor Juvenal Urbino descobriu-o com o coração apertado quando entrou pelo saguão tenebroso e viu o repuxo, repleto de pó, no jardim interior, e os canteiros sem flores por onde andavam as iguanas, e apercebeu-se de que faltavam muitos ladrilhos de mármore e que outros estavam partidos. O pai, médico mais abnegado do que eminente, morrera durante a epidemia de cólera asiática que assolara a povoação seis anos antes, e com ele morrera o espírito da casa. Dona Blanca, a mãe, sufocada por um luto previsto para ser eterno, tinha substituído por novenas vespertinas os célebres serões líricos e os concertos de câmara do falecido marido. As duas irmãs, contra as suas graças naturais e a sua vocação festiva, eram carne para o convento”.

Entrementes, Florentino dispersa-se por amores licenciosos, vai ser muito ajudado pelo tio Leão XII, aos poucos irá ser encaminhado para o topo da Companhia Fluvial das Caraíbas. Acompanharemos a progressão destas vidas, de amores entretanto aplacados e acalmados, haverá arrufos entre Fermina e Juvenal, Florentino envelhece, conheceu a calvície, tudo experimentou, em muito elixir confiou: “Ao cabo de seis anos tinha experimentado cento e setenta e dois produtos, além de outros processos complementares que apareciam nos rótulos dos frascos, e a única coisa que conseguiu com um deles foi um eczema do crânio, urticante e fétido, a que os curandeiros da Martinica chamavam ‘tinha boreal’, porque irradiava uma luminosidade fosforescente na escuridão (...) Experimentou uma peruca tão parecida com o seu cabelo original que até ele receava que se lhe eriçasse com as mudanças de humor, mas não conseguiu aceitar a ideia de levar na cabeça os cabelos do morto”.

Um génio a tratar as situações mais delicadas, como as noites de núpcias dos velhos Fermina e Florentino. Se o doutor Juvenal Urbino na noite de núpcias explicou cientificamente à mulher a fisiologia dos seus órgãos sexuais, o que a aborreceu muito, a ponto de observar que havia para ali coisas supérfluas, agora, naquela estonteante viagem de barco, que ameaça prosseguir até à eternidade, há descrições insuperáveis de ternura e um processo exímio da escrita para galgar o que pode ser visto como desconforme com o sexo dos seniores, assim:

“Então, ele olhou para ela. Viu-a nua até à cintura, tal como ele a imaginara. Tinha os ombros enrugados, os seios caídos e as costelas forradas por uma pele pálida e fria como a de uma rã. Ela cobriu o peito com a blusa que acabava de despir e apagou a luz. Então

ele endireitou-se e começou a despir-se na escuridão, atirando para cima dela cada peça que ia despindo e ela devolvia-lhas a rir à gargalhada.

Ela nunca tinha ouvido dizer que ele tivesse uma mulher, nem uma sequer, numa cidade onde se sabia tudo mesmo antes de acontecer. Disse-lho de uma maneira casual, e ele replicou-lhe imediatamente sem uma vacilação na voz:

“ – É que me conservei virgem para ti.

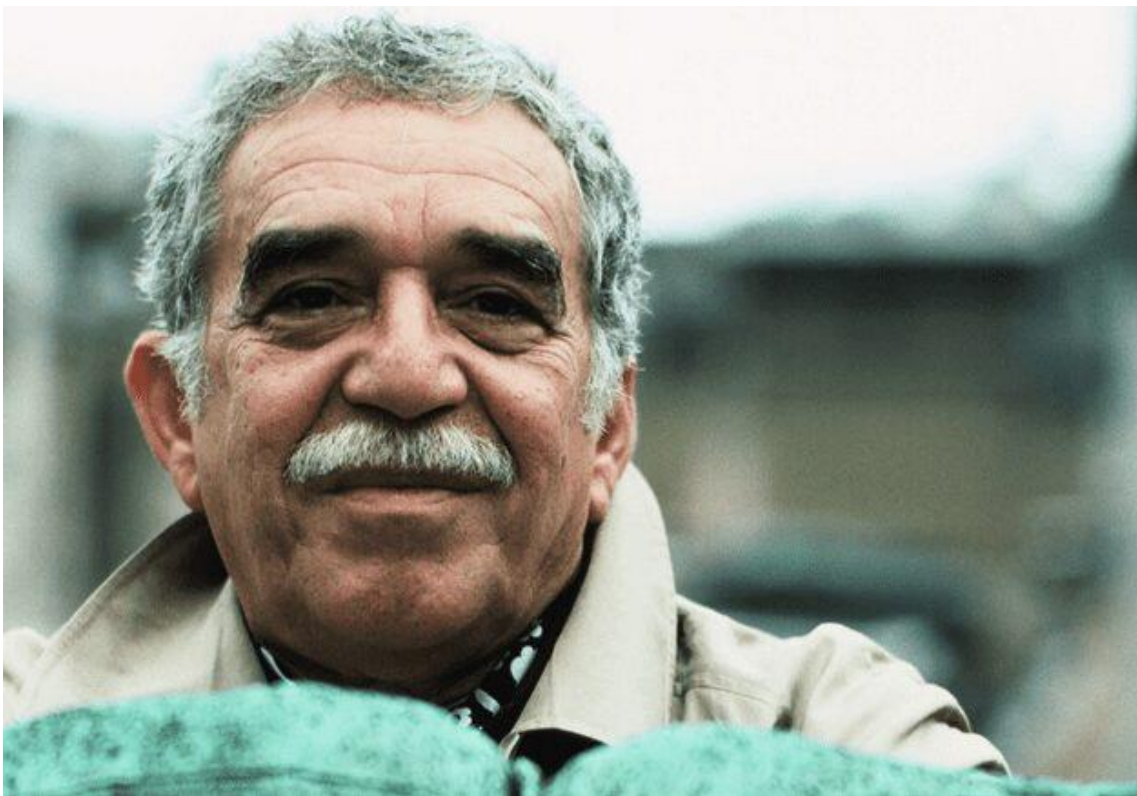
Ela não teria acreditado de todos os modos, mesmo que fosse verdade, que as suas cartas de amor estavam cheias de frases como essa que não tinham valor pelo seu sentido, mas pela sua capacidade de deslumbrarem. Mas agradou-lhe a coragem com que o disse. Florentino Ariza, pelo seu lado, perguntou-se então o que nunca tinha atrevido a perguntar-se: que tipo de vida oculta tinha levado ela à margem do casamento. Mas fez bem em não lho perguntar. Em troca, a prudência de Florentino Ariza teve uma recompensa inesperada: ela estendeu a mão na escuridão, acariciou-lhe o ventre, os flancos, o púbis quase imberbe”. E farão amor, não se separaram por um momento nos dias seguintes. “Se saiam do camarote era para irem comer. O comandante Samaritano, que descobria instintivamente qualquer mistério que quisesse guardar no seu navio, mandava-lhes a rosa branca todas as manhãs, pôs-lhes uma serenata de valsas do seu tempo, mandava-lhes preparar comidas de brincadeira com condimentos alentadores. Não voltaram a tentar fazer amor senão muito depois, quando lhes chegou a inspiração sem que a procurassem. Bastava-lhes a felicidade de estarem juntos”.

Há cólera no rio, Florentino dá ordens para que aquela viagem prossiga, será um ir e vir que o comandante, estarecido, lhe pergunta até quando:

“Florentino Ariza tinha a resposta preparada já há cinquenta e três anos, sete meses e onze dias com todas as suas noites.

- Toda a vida – disse”.

Não interessa saber como prosseguira a viagem, a metáfora amorosa triunfará e garante ao leitor que leio *O Amor dos Tempos de Cólera* sempre como se fosse a primeira vez, este é o sentimento da descoberta, do desassossego e do florescimento sentimental que só as obras literárias supremas nos podem provocar.



Gabriel García Márquez

A simplicidade luminosa das narrativas de Françoise Sagan

Françoise Sagan (1935-2004) foi indiscutivelmente uma grande escritora, amada e execrada, muitos dos seus próprios colegas não lhe perdoavam a notoriedade ganha logo pelos seus primeiros livros, autênticos sucessos literários que percorreram continentes desde o fim da década de 1950 e que se mantiveram por mais meio século, o futuro dirá a consagração ou o esquecimento que está reservado.

Apreciei muito o seu romance *Gosta de Brahms?*, numa tradução revista por Augusto Abelaira, Bertrand Editora, dos primeiros anos da década de 1960. Aprecio o vigor, a simplicidade da redação, os riscos da trama: um casal quarentão, cosmopolita, ele insiste numa relação solta, ela anseia por estabilidade, sente os anos a pesar e inopinadamente entra em cena o elemento do triângulo amoroso, o que sairá mais danificado da História. É uma obra que prima pela economia do diálogo, pela limpidez do estilo, por tratar uma relação amorosa que é verdadeiramente pungente nesses anos em que já se consolidara a sociedade de consumo que ia urdindo relações líquidas e descontinuadas, Françoise Sagan abordou destemidamente a misteriosa fragilidade dos vínculos humanos e faz convergir para a figura feminina, Paule, o sentimento de insegurança, os desejos contraditórios, será incumbida, na trama da obra, tomar decisões terríveis de afastamento, deixando um jovem no desespero, ciente, lúcida, pelo amor da sua vida, é um pretense galã sem emenda. Veja-se como arranca a obra:

“Paule contemplava o rosto no espelho e analisava, uma por uma, as derrotas acumuladas em trinta e nove anos, não com o pavor e a acrimónia habituais em tais casos, mas com uma tranquilidade simplesmente atenta. Como se a pele morna que os seus dois dedos esticavam por vezes, a fim de acentuar uma ruga ou ressaltar uma sombra, pertencesse a outra pessoa, a uma outra Paule, apaixonadamente preocupada com a sua beleza e passando com dificuldade da categoria de jovem mulher à de mulher jovem: uma mulher que ela mal reconhecia”.

Há uma constante nesta atmosfera de tédio e solidão, Paule espera o seu amor de alguns anos atrás, Roger, ele gosta muito dela, mas é um galã compulsivo, sempre a mentir para as suas escapadelas, jantam muitas vezes fora. Ele procura falar neutralmente de amores antigos, ela fala dos seus clientes, a sua profissão é de decoradora. Vai trabalhar para uma americana rica, Van den Besh, Roger deixa Paule em casa, ela irá remoer docemente, amargamente, a solidão sempre a acompanha. Em casa da americana conhece o filho da dita, Simon, que é vagamente estagiário no escritório de um conhecido advogado. Simon fascina-se com a figura de Paule, procede a um assédio matreiro:

“Contemplando Paule ajoelhada na montra, gostaria de nunca a ter encontrado nem visto assim através do vidro”. Convida-a para almoçar, falam das respetivas profissões, estão divertidos, veja-se como a tal simplicidade permite o entendimento que os envolve:

“Saíram juntos, ele tomou-lhe o braço e andaram um pouco sem falar. O outono invadia o coração de Paule com muita doçura. As folhas molhadas, avermelhadas, pisadas, grudadas umas às outras, misturavam-se lentamente na terra. Ela sentiu uma espécie de ternura por aquele vulto silencioso que a segurava pelo braço. Aquele desconhecido tornava-se por alguns minutos um companheiro, uma pessoa com quem se passeia numa alameda deserta, num fim de ano”. Simon declara a sua admiração, Paule está apressada, tem que voltar para os seus trabalhos de decoração. Entrara uma nova amiguinha na vida de Roger, Maisy, trocam-se primorosos diálogos de vacuidade, Roger irá protestar trabalho para se ausentar. Paul volta a casa de Madame Van den Besh, reencontro com Simon, pousou-lhe a cabeça sobre o ombro, Paule ouvia o coração dele bater violentamente e sentiu-se perturbada. E chega o convite para irem à Sala Pleyel ouvir Brahms. Era o género de perguntas que os rapazes faziam aos 17 anos. Irão os dois ouvir Brahms, depois tomam aperitivo e ele passa à ofensiva: “Você gosta de Roger, mas está só. Você está só no domingo; você janta só e provavelmente dorme só muitas vezes. Eu dormiria consigo, eu tê-la-ia nos meus braços durante a noite e beijá-la-ia durante o sono. Eu ainda a posso amar, ele não. Você sabe isso muito bem”. Ela levanta-se indignada e Sagan direciona-nos para o encontro de Maisy com Roger, depois Roger aparece em casa de Paule, inventa a sua viagem de trabalho a Lille, fala-lhe no concerto de Brahms, em companhia de Simon. Temos a primeira centelha de ciúme de Roger, e para acentuar a sua posição lembra-lhe a idade de Simon.

A arquitetura do romance ganha aceleração, Simon escreve uma carta que é uma autêntica declaração de amor, reencontram-se. A mãe de Simon organiza um encontro onde estarão presentes as três figuras do triângulo amoroso, Roger já não tem ilusões da paixão do jovem, afasta-se temporariamente de Paule, Simon aproxima-se e cuidadosamente Françoise Sagan potencia o estudo psicológico desta mulher de 39 anos, ela sente a oportunidade de encontrar ao lado de Simon o tempo perdido, os sonhos não realizados. Mas também não é ingénua, Paule não é livre, enfrenta um dilema, este passa pelo preconceito social de se entregar a um jovem de 25 anos ou abandonar o verdadeiro sentimento por Roger, sabendo que não encontra nele o anseio de ternura que ambiciona. É o pragmatismo que vai vingar, Paule decide reatar com Roger e Simon parte. Temos aqui um final pungente, digno de uma construção romanesca de páginas emocionantes que se podem ler com a frescura de quem pretende entender aqueles tempos de crescimento de um novo estilo de vida para tal fragilidade dos laços humanos:

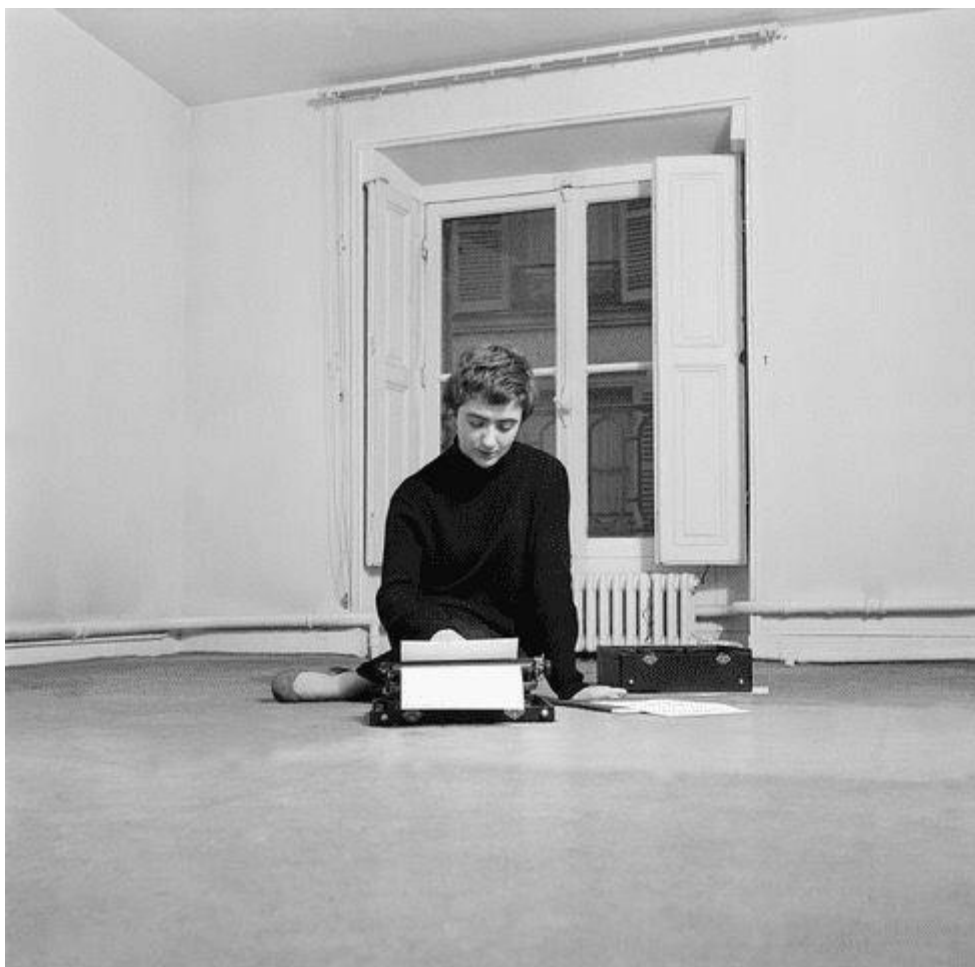
“Paule sustinha-o nos braços, uma vez mais; sustinha a tristeza dele como havia sustido a felicidade. Não podia deixar de invejar-lhe a mágoa violenta, uma bela mágoa, uma bela dor, como ela jamais viria a sofrer”. Ele parte, ela grita por ele e lembra-lhe que caminha para velha. Paule fecha a porta docemente. Final mais terrível não podia deixar de acontecer:

“Às oito horas o telefone tocou. Antes mesmo de atender já sabia o que ia ouvir:

- Peço perdão – diria Roger –, tenho um jantar de negócio, virei mais tarde. Será que.... Enfim.”

Quando lemos obras inexecedíveis é porque elas nos implicam numa moralidade e ética de um dado tempo, estamos num pós-guerra que introduziu novas profanidades, libertou a mulher, gerou novos paradigmas no relacionamento humano, novas visões do relacionamento. É desse mundo que nos fala Françoise Sagan, de gente que procura estabilidade numa civilização que nos dotou de um estilo em que vivemos valores e crenças como se estivéssemos num supermercado, ao pegar e largar, um quadro de solidão onde já não há verdades sólidas. E é inegável que Françoise Sagan escreveu esse novo mundo com vigor e deslumbrante simplicidade, como atesta este romance que se pode ler como um clássico da modernidade líquida.





Françoise Sagan

Memorial do Convento, por José Saramago

Aconteceu, li de um só fôlego esta obra em 1982, deu para que, ao entrar no Cinema Quarteto, poucas semanas após a publicação desta obra-prima, encontrei José Saramago com Isabel da Nóbrega, felicitei-o, e não lhe escondi que tínhamos ali romance universal. O tempo confirmou que esta prosa avassaladora iria ter o selo de clássico sem fronteiras. E porquê? Nele se cruzam magia, premonições, a promessa de um rei em edificar um convento colossal se a mulher lhe desse um filho, uma Blimunda capaz de ver o interior dos seres humanos; e onde não falta o prodígio científico, a passarola do Padre Bartolomeu de Gusmão, entre fogos inquisitoriais, e o amor de Blimunda por Baltasar Sete-Sóis, um rasto de ternura enquanto assistimos ao empolgante levantamento desse convento de promessa, e não falta a atmosfera de intolerância ditada pela tenebrosa Inquisição.

Atenda-se ao arranque da obra: “D. João, quinto do nome na tabela real, irá esta noite ao quarto da sua mulher, D. Maria Ana Josefa, que chegou há mais de dois anos da Áustria para dar infantes à Coroa Portuguesa e até hoje ainda não emprenhou”. Segue-se o ritual das preparações de rei e rainha, há um frei António de S. José que faz

uma recomendação ao monarca, “construa vossa majestade o convento e terá brevemente sucessão, não o construa e Deus decidirá”.

Lá se encontraram rei e rainha, somos envolvidos por histórias de casos milagrosos e milagreiros, como o roubo de lâmpadas em Xabregas que foram aparecer noutra local, logo entrando no fogo da Inquisição e entra em cena Baltasar Mateus, o Sete-Sóis. “Foi mandado embora do exército por já não ter serventia nele, depois de lhe cortarem a mão esquerda pelo nó do pulso, estralçada por uma bala em frente de Jerez de los Caballeros, na grande entrada de onze mil homens que fizemos em outubro do ano passado e que terminou com perda de duzentos nossos e debandada dos vivos, acossados pelos cavalos que os espanhóis fizeram sair de Badajoz”. Vem a caminho de Lisboa, atravessa o rio, a barca aproou à ribeira, é belíssima a descrição da cidade, fervilha gentes, palácios e sujidade. E é num auto-de-fé que vemos desaparecer a mãe de Blimunda, Baltasar entra na sua vida. Há provérbios e anexins e a magia das visões de Blimunda, num verdadeiro rodopio entra-se num mundo fantástico, assim:

“Passou a manhã, foi hora de jantar, e é este o nome da refeição do meio-dia, não esqueçamos, e enfim levanta-se Blimunda, descidas as pálpebras, faz Baltasar a sua segunda refeição, ela para ver não come, ele nem assim veria, e depois saem de casa, o dia está tão sossegado que nem parece próprio para estes acontecimentos, Blimunda vai à frente, Baltasar atrás, para que o não veja ela, para que saiba ele o que ela vê, quando lho disser.

E isto lhe diz, A mulher que está sentada num degrau daquela porta tem na barriga um filho varão, mas o menino leva duas voltas de cordão enroladas ao pescoço, tanto pode viver como morrer, e sabê-lo não chego, e este chão que pisamos tem por cima barro encarnado, por baixo areia branca, depois areia preta, depois pedra cascalha, pedra granita no mais fundo, e nela há um grande buraco cheio de água com o esqueleto de um peixe maior do que o meu tamanho, e este velho que passa está como eu estou, de estômago vazio, mas vai-se-lhe a vista, é o contrário de mim, aquele homem novo que me olhou tem o seu membro de homem apodrecido de venéreo, purgando como uma bica, enrolado em trapos, e apesar disso sorri, é a sua vaidade de homem que o faz olhar e sorrir...”.

Mais adiante, D. João V foi a Mafra escolher o sítio onde há de ser levantado o convento. “Ficará neste alto a que chamam da Vela, daqui se vê o mar, correm águas abundantes e dulcíssimas, para o futuro pomar e horta, que não hão de os Franciscanos de cá ser de menos que os Cistercienses de Alcobaça em primores de cultivo, a S. Francisco de Assis lhe bastaria um ermo, mas esse era santo e está morto”. Entra na vida do casal o Padre Bartolomeu Lourenço que tem um segredo bem guardado lá numa quinta que pertenceu ao Duque de Aveiro em S. Sebastião da Pedreira, ali anda às voltas com uma coisa que parece chegar ao céu. No entretanto, o casal sai de Lisboa para Mafra, é terra de nascença de Baltasar, os ancestrais recebem-nos calorosamente. O Padre Bartolomeu anda por Coimbra e depois segue para a Holanda, anda na cata da resolução de um mistério a saber como é que aquela passarola irá voar, o Padre passou

por Mafra e encomenda-lhes trabalho, isto enquanto lançam os caboucos da gigantesca construção a que o rei anuiu. O casal volta a Lisboa, têm muito que fazer em S. Sebastião da Pedreira, trabalho laborioso, mete muita carpintaria, mas também engenho, as festividades em Lisboa não param, Saramago não esquece os atos religiosos que se prendem com a edificação do Convento de Mafra. Voltemos à passarola, dá muito que fazer, um músico hoje de gabarito universal, Domenico Scarlatti, chega a Lisboa para ensinar uma futura rainha de Espanha a dedilhar as teclas, é amigo de Frei Bartolomeu Lourenço de Gusmão, resolve levar um cravo para S. Sebastião da Pedreira, admite que se a passarola do padre chegar a voar um dia ele gostaria de ir nela e tocar no céu.

Uma epidemia invade Lisboa, por toda a parte se queimava alecrim com o intuito de a afastar. “Havia grande procura de línguas de S. Paulo, que são pedras com o feitio de língua de pássaro, achadas nas praias que de S. Paulo vão até Santos, será por santidade própria dos lugares ou por santificação que os nomes lhes deem, o que toda a gente sabe é que tais pedras, e umas outras, redondas, de tamanho de grãos de bico, são de soberana virtude contra as febres malignas justamente, porque sendo feitas de subtilíssimo pó, podem mitigar o demasiado calor, aliviar as areias, e algumas vezes provocar suor. O mesmo pó, resultante da moição das pedras, é conclusivo contra o veneno, qualquer que seja e qualquer que tenha sido a sua ministração, maxime em caso de mordedura de bicho venenoso, basta colocar a língua de S. Paulo ou o grão-de-bico sobre a ferida, num instante é chupado o veneno. Quando assim, chama-se a tais pedras olhos-de-víbora”.

O facto de a família do Duque de Aveiro ter ganho o pleito contra o rei, faz com que aquele espaço de S. Sebastião da Pedreira se torne vulnerável para os trabalhos da passarola e temos a viagem da mesma, leva no seu bojo a incipiente aeronave o Frade cientista, Blimunda e Baltasar, pelos acasos da Natureza a passarola acaba em Monte Junto, será escondida, camuflada para que olhos profanos não a destruam ou denunciem o feito à Inquisição.

Então Saramago joga tudo por tudo na odisseia da construção do convento, é uma plataforma colossal de pedra que vem de Pero Pinheiro, centenas de bois a puxam, ainda hoje se pode falar no épico em Literatura, estão aqui páginas arrebatadoras de um povo em esforço, da consagração de heróis anónimos, nada se conhece de tão empolgante como a aventura desta plataforma que se irá plasmar no desmesurado convento.

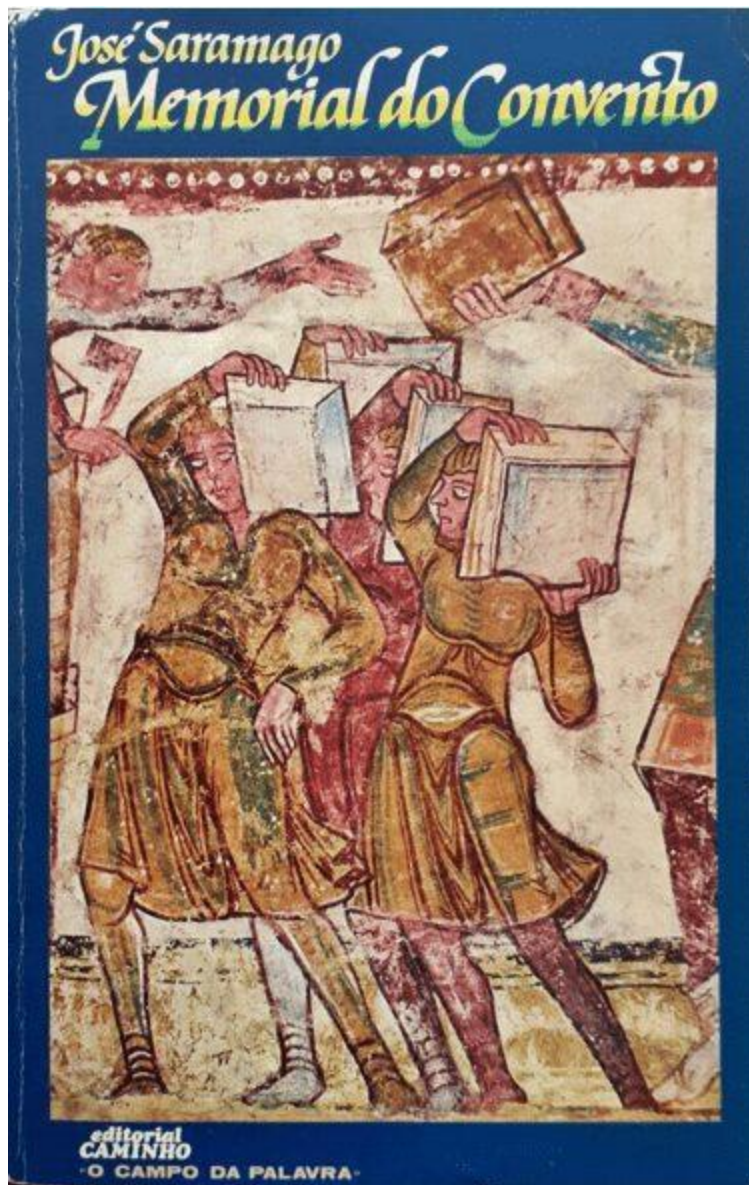
Mesmo no romance, não há bem que sempre dure, o frade da passarola fenecerá, Dona Maria Bárbara continuará a dedilhar o cravo sobre o olhar atento de Domenico Scarlatti e dia virá em que Baltasar desaparece, maior desaire não podia ter acontecido na vida de Blimunda. “Durante nove anos, Blimunda procurou Baltasar. Conheceu todos os caminhos do pó e da lama, a branda areia, a pedra aguda, tantas vezes a geadá rangente e assassina, dois nevões de que só saiu viva porque ainda não queria morrer. Tisnou-se de sol como um ramo de árvore retirado do lume antes de lhe chegar a hora das cinzas, arregoou-se com um fruto estalado, foi espantalho no meio de searas,

aparição entre os moradores das vilas, susto nos pequenos lugares e nos casais perdidos. Onde chegava, perguntava se tinham visto por ali um homem com estes e estes sinais, a mão esquerda de menos, e alto como um soldado da guarda real, barba toda e grisalha, mas se, entretanto, a rapou, é uma cara que não se esquece”.

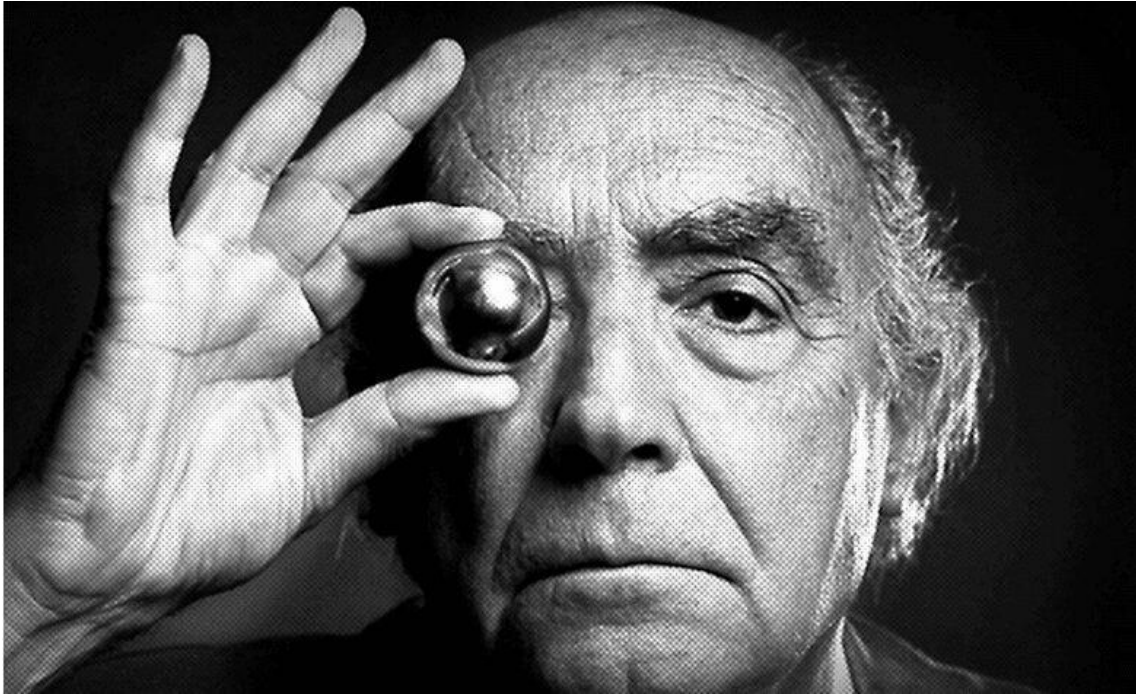
Virá a reencontrá-lo por Lisboa, a sétima vez que por aqui passou. Num iníquo auto-de-fé, chegou-lhe o cheiro de carne queimada, ali em S. Domingos. “São seis os supliciados. A queima já vai adiantada, os rostos mal se distinguem. Naquele extremo arde um homem a quem falta a mão esquerda. Talvez por ter a barba enegrecida, prodígio cosmético da fuligem, parece mais novo. E uma nuvem fechada está no centro do seu corpo. Então Blimunda disse, Vem. Desprendeu-se a vontade de Baltasar Sete-Sóis, mas não subiu para as estrelas, se à terra pertencia e a Blimunda”.

Memorial do Convento é a tal rampa de lançamento que levará à consagração de Saramago, será galardoado com o Prémio Nobel da Literatura de 1998. E muita gente vem a Mafra com a nostalgia pelo tal frade cientista, aquele amor candente destinado à eternidade entre o maneta e a vidente, e bem pode acontecer que perante a imensidão conventual venha à memória do visitante a gesta de um povo em marcha graças àquela plataforma colossal.

Símbolo mais belo e possante da gesta não podia haver.



Capa da 1.ª edição



José Saramago em fotografia imorredora

Joaninha dos Olhos Verdes ou a aurora da moderna literatura portuguesa

Ainda hoje a nata dos investigadores não obteve consenso quanto à essência dessa obra-prima que dá pelo nome *Viagens na Minha Terra*, que Almeida Garrett publicou em 1846. Sabe-se que é uma obra de rutura, anuncia o romantismo num processo literário híbrido, um romance (?) publicado em folhetim, cheio de considerações pessoais, de citações, relatos de visitas, uma viagem ao Ribatejo que logo arranca com uma reflexão estuporada, completamente inusitada, que José Saramago aproveitou para epígrafa do seu romance *Levantado do Chão*, de 1980: “E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?”.

Isto a caminho da Azambuja, daqui irá até ao Cartaxo, não deixa de registar observações, se dúvidas houvesse quanto à formidável cultura de Garrett era viajar aqui com ele, vê-lo sabedor de línguas e das respetivas literaturas, homem de salão, e sempre pronto a classificar ou criticar. Basta vê-lo a escrever sobre o Cartaxo: “É uma das povoações mais bonitas de Portugal, asseada, alegre; parece o bairro suburbano de uma cidade”. É profuso em dar explicações e fazer comentários, antes de chegar ao Vale de Santarém, parece estar a perguntar ao leitor: “De onde veio este nome da Asseca? Algures aqui perto deve de haver sítio, lugar ou coisa que o valha, com o nome de Meca; e daí talvez o admirável rifão português que ainda não foi bem examinado como devia

ser, e que decerto encerra algum grande ditame de moral primitiva: ‘andou por Seca (Asseca?) e Meca e olivais de Santarém’.

A ponte da Asseca corta uma várzea imensa que há de ser um vasto paul de Inverno: ainda agora está a dessangrar-se em água por toda a parte”. Enfim, depois de muita cogitação chega-se ao Vale de Santarém, “pátria dos rouxinóis e das madressilvas, cinta de faias belas e de loureiros viçosos”. Até aqui, nada de romanesco, mas já chegámos ao Vale de Santarém, avista-se a janela da Joaninha, começa uma história, ou quase, vem interpolada por mais citações de alta cultura, mas sim aparece a Joaninha, a sua avó cega, e prefigura-se uma apresentação da protagonista: “Joaninha não era bela, talvez nem galante sequer no sentido popular e expressivo que a palavra tem em português, mas era o tipo de gentileza, o ideal da espiritualidade. Naquele rosto, naquele corpo de dezasseis anos, havia, por dom natural e por uma admirável simetria de proporções, toda a elegância nobre, todo o desembaraço modesto, toda a flexibilidade graciosa que a arte, o uso e a conversação da Corte e da mais escolhida companhia vêm a dar a algumas raras e privilegiadas criaturas no mundo”.

Apresentada e comentada, no fim do capítulo insinua-se a apresentação de novo ator, Frei Dinis, o austero guardião de São Francisco de Santarém. Logo Garrett sente-se no dever de falar dos frades e paira no ar a crítica aos barões trazidos pela causa liberal. A avó chama-se Francisca, sente-se faísca elétrica no ar, o frade postula considerações graves sobre a Guerra Civil, fala-se do neto Carlos que Frei Dinis diz ser rapaz maldito, entre dois está o abismo todo do Inferno. E vem a descrição de Frei Dinis, amostra ténue, só no final da trama iremos entender o enredo pecaminoso, por ora descreve-se Dinis de Ataíde e como chegou à Ordem de São Francisco depois de algumas peripécias, as visitas de sexta-feira de Frei Dinis à Avó Francisca e a Joaninha são bem aciduladas.

Chega a hora dos segredos, o frade traz uma carta para Joaninha, esta, percebe-se claramente, tem embevecimento pelo primo Carlos e eis como num quadro de ópera que Carlos entra em cena, é militar liberal, é um encontro muito terno, irão suceder-se os bilhetes de primo para prima, ainda não sabemos nada da sua vida amorosa por outras bandas, e se pretendemos saber logo tudo Garrett troca-nos as voltas, por ora o enredo é idílico, assim: “Carlos tinha a mão de Joaninha apertada na sua; e os olhos húmidos de lágrimas cravados nos olhos dela, de cujo verde transparente e diáfano saíam raios de inefável ternura. Dizer tudo o que ele sentia era impossível: tão encontrados lhe andavam os pensamentos, em tão confuso tumulto se lhe alvorotavam todos os sentidos”. Haverá encontros românticos, em plena Guerra Civil, a horas escusas, e com o apoio das sentinelas.

Garrett revela-nos o seu feitiço por Santarém, mas também o seu completo desapontamento: “Santarém é um livro de pedra em que a mais interessante e mais poética parte das nossas crónicas está escrita. Rico de iluminuras, de recortados, de florões, de imagens, de arabescos e arrendados primorosos, o livro era o mais belo e o mais precioso de Portugal. Encadernado em esmalte de verde e prata pelo Tejo e por suas ribeiras, fechado a broches de bronze por suas fortes muralhas góticas, o magnífico

livro devia durar sempre enquanto a mão do Criador se não estendesse para apagar as memórias da criatura. Mas esta Nínive não foi destruída, esta Pompeia não foi submergida por nenhuma catástrofe grandiosa. O povo de cuja história ela é o livro, ainda existe; mas esse povo caiu à infância, deram-lhe o livro para brincar, rasgou-o, mutilou-o, arrancou-lhe folha a folha...”.

A tensão do drama sobe de tom, torna-se à história de Joaninha, Carlos é ferido, chegou a hora de aparecer a outra, de nome Georgina, é inglesa de gema, aparece o Frade, vamos saber qual a ligação deste com Carlos, por que crimes espia o guardião do Convento de São Francisco, a história de Joaninha ainda não chegou ao fim, Garrett aproveita o interlúdio para nos descrever o património da cidade, vai mesmo jantar nos Reais Paços de Afonso Henriques, atravessa Santarém muito arruinada, é muitíssimo bem acolhido em casa fidalga, lá do alto a vista é magnificente, mas há que regressar ao miolo da história, vamos agora ouvir falar de muita desgraça até Garrett desancar em Carlos que vai ser barão, isto já de partida de Santarém, em jeito de conclusão o autor desce até ao Vale e faz algumas perguntas, segue-se a extensa carta de Carlos a Joaninha, tudo se vai esclarecer sobre o passado de Carlos, ele bem pede perdão à prima, mas não resistiu a ser barão e poderá mesmo vir a ser deputado qualquer dia, oportunismo é coisa que não falta a estas classes ascendentes, e assim termina o livro: “Tenho visto alguma coisa do mundo, e apontado alguma coisa do que vi. De todas quantas viagens, porém, fiz, as que mais me interessaram sempre foram as viagens na minha terra.

Se assim o pensares, leitor benévolo, quem sabe? Pode ser que eu tome outra vez o bordão de romeiro, e vá peregrinando por esse Portugal fora, em busca de histórias para te contar.

Nos caminhos de ferro dos barões é que eu juro não andar. Escusada é a jura, porém. Se as estradas fossem de papel, fá-las-iam, não digo que não. Mas de metal!

Que tenha o Governo juízo, que as faça de pedra, que pode, e viajaremos com muito prazer e com muita utilidade e proveito na nossa boa terra”.

Lemos nos bancos de escola comentários à obra, à semelhança do que o sistema educativo procede com Bernardim Ribeiro, Camões, Vieira e outros dominadores da língua portuguesa. O que não aprendemos na nossa adolescência é que este livro de Garrett rompe com o estilo velho literário, arranca com um hibridismo de notas de viagem, de considerações culturais, e chegados ao Vale de Santarém floresce uma apoteose romântica, sem igual. É certo que Garrett teve continuadores, mas ele foi o pioneiro, e relê-lo é um deslumbramento, é como se estivéssemos a atravessar a porta de uma mentalidade fechada para a alvorada do livre pensamento. Só pelo gigantismo desta prosódia Garrett garantiu o seu lugar no Panteão.

A NOSSA COLECCÃO

**ALMEIDA
GARRETT**



**VIAGENS NA
MINHA TERRA**

LIVRARIA FIGUEIRINHAS – PORTO



Almeida Garret

As Memórias de Adriano, por Marguerite Yourcenar: Onde se demonstra que as obras-primas são monumentos sem idade

Vai para cinquenta anos que adquiri um livro da Ulisseia, tinha uma capa de pano, cor torrada, um formato muito curioso que quase lembrava um livro de bolso, e pronto enveredei num romance dito histórico, em que o imperador Adriano se propõe contar a sua vida, já está muito doente, é um poderosíssimo César que veio de Hispânia, não esconde o fascínio pela cultura grega, tem a consciência que vive num mundo convulso dos politeísmos, é um admirador da filosofia, foi temível militar, incensado por ter conseguido travar os bárbaros a leste, é dotado de uma cultura esmerada, como ele escreve através da romancista que lhe dá vida:

“Só disponho de três meios para avaliar a existência humana: o estudo de nós próprios, o mais difícil e o mais perigoso, mas também o mais fecundo dos métodos; a observação dos homens, que na maior parte dos casos fazem tudo para nos esconder os seus segredos ou para nos convencer de que os têm; os livros, os erros particulares de perspectiva que nascem entre as suas linhas. A palavra escrita ensinou-me a escutar a voz humana, assim como as grandes atitudes imóveis das estátuas me ensinaram a apreciar os gestos”.

Quando procurei apurar o número de edições deste livro soberbo, fiquei surpreso pela quantidade e pela proximidade das edições, é sem dúvida um romance que supera a vaga das modas. Não tenho dificuldade em entender a promoção contínua desta leitura. Prima a serenidade da escrita, por detrás do que uma romancista culta plasma com ilusão de memórias estão décadas de estudo, aliás como no final da obra Yourcenar nos descreve nos seus apontamentos.

Além dessa serenidade há o destemor da sinceridade, a descrição de um mundo antigo com os seus valores imperiais, o traço contínuo do mundo greco-romano, o génio militar que emana de Roma e o primado dos seus valores. E também o envolvimento que provoca ao leitor o tempo histórico, o seu antecessor é Trajano, é no seu tempo que o império ganha maior amplitude, ele conquistará a Dácia, conhecerá insucesso com os persas, Adriano é tratado como um filho do imperador, numa corte de invejas e de permanentes ciladas. Adriano não gosta daquela corte, aprecia exclusivamente a mulher de Trajano, Plotina. Confessa os seus deslizes, conta-nos as suas primeiras campanhas, a hostilidade permanente dos sármatas, o seu governo na Síria. Trajano envelhece e começam os conciliábulos sobre quem será o herdeiro. Para mostrar iniciativa, Adriano prepara negociações de paz para evitar o inferno das guerras permanentes nas fronteiras orientais.

E chega a notícia de que fora designado imperador. *“O mundo que eu havia herdado parecia-me como um homem na força da vida, ainda robusto, embora revelando já, aos olhos de um médico, sinais imperceptíveis de desgaste, mas que acabava de sofrer as convulsões de uma doença grave. Risquei com um traço as conquistas perigosas: não somente a Mesopotâmia, onde não teríamos podido manter-nos, mas a Arménia, demasiado excêntrica e demasiado distante, que só conservei na categoria de Estado vassalo”.*

Negoceia e é bem-sucedido a paz com os indómitos persas, já tomou nota das questões graves que separam gregos e judeus e até judeus e árabes. Desembaraça-se de quem o procura aniquilar, o Exército segue-o obedientemente. Recusa os títulos do Senado, dá sinais de moralização:

“A moral é uma convenção privada; a decência é uma questão pública; todo o desregramento excessivamente visível deu-me sempre a impressão de uma exibição de má qualidade. Proibi os bens mistos, motivo de rixas quase constantes; mandei fundir e entrar de novo nos cofres do Estado a colossal baixela de ouro maciço encomendada pela intemperança de Vitélio. Os nossos primeiros césares deixaram uma detestável reputação de caçadores de heranças: adotei como sistema não aceitar para o Estado nem para mim próprio legado algum ao qual herdeiros diretos se julgassem com direito. Procurei diminuir a exorbitante quantidade de escravos da casa imperial, e sobretudo a audácia destes, que os leva a igualarem-se aos melhores cidadãos e, por vezes, a aterrorizá-los”.

Estamos já inseridos no pensamento imperial, Adriano dá-nos o seu olhar sobre essa Roma que já não cabe em Roma, disserta sobre a condição humana, as leis, a filosofia,

a condição das mulheres, há nas suas considerações uma nota moderna sobre os caminhos para a igualdade ou os travões que se devem usar para não agravar as crescentes desigualdades:

“Uma parte dos nossos males provém de haver demasiados homens excessivamente ricos ou desesperadamente pobres. Por felicidade, no nosso tempo, tende-se a estabelecer um equilíbrio entre estes dois extremos: as fortunas colossais dos imperadores e dos libertos pertencem ao passado: Trimalcião e Nero morreram. Mas pelo que respeita a um inteligente reajustamento económico do mundo, tudo está por fazer. Ao chegar ao poder renunciei às contribuições voluntárias das cidades para o imperador, que não são mais do que um roubo disfarçado. As nossas terras são apenas cultivadas ao acaso: só distritos privilegiados, o Egito, a África, a Toscana e alguns outros, souberam criar comunidades camponesas sabiamente exercitadas na cultura do trigo ou da vinha. Pus termo ao escândalo das terras deixadas em alqueive por grandes proprietários pouco cuidadosos do bem público: todo o campo não cultivado há cinco anos passou a pertencer desde então ao cultivador que se encarrega de o fazer produzir. Sucedeu pouco mais ou menos o mesmo com as explorações mineiras”.

Marguerite Yourcenar gera um envolvimento tal que todo um projeto político de um homem do século II d.C. ganha uma estranha proximidade, ele é íntimo, é um poderoso governante que conhece as questões do Exército a fundo, volta a renovar a paz, começa a sentir-se Deus, percorre todos os promontórios da religião.

E nasce o seu afeto por um favorito que não só vai fazer História como criará um cânone artístico: Antínoo. O jovem passa a acompanhá-lo por todas as suas deambulações, Roma é cada vez mais desinteressante para o imperador, mas ele não pode em nenhuma circunstância deixar de cultivar uma presença que represente poder e magnificência, o sinal indiscutível da ordem.

Continua a viajar, empolgado pelos mistérios religiosos, e é nessas itinerâncias que Antínoo morre, aqui se inicia uma mágoa e um luto que se irão traduzir na multiplicidade de manifestações artísticas. Tudo irá mudar na vida do César, desgostoso vai envelhecendo, continuará a punir traições, e é a partir da velhice, torna-se mais paciente, ganha asco à presunção e ao pedantismo, o futuro do mundo já não o inquieta. O seu sucessor será Antonino, seguir-se-á Marco Aurélio, é um período de ouro do império. Aproxima-se a morte, e assim termina este espantoso livro que descobri há cinquenta anos e que nunca me larga:

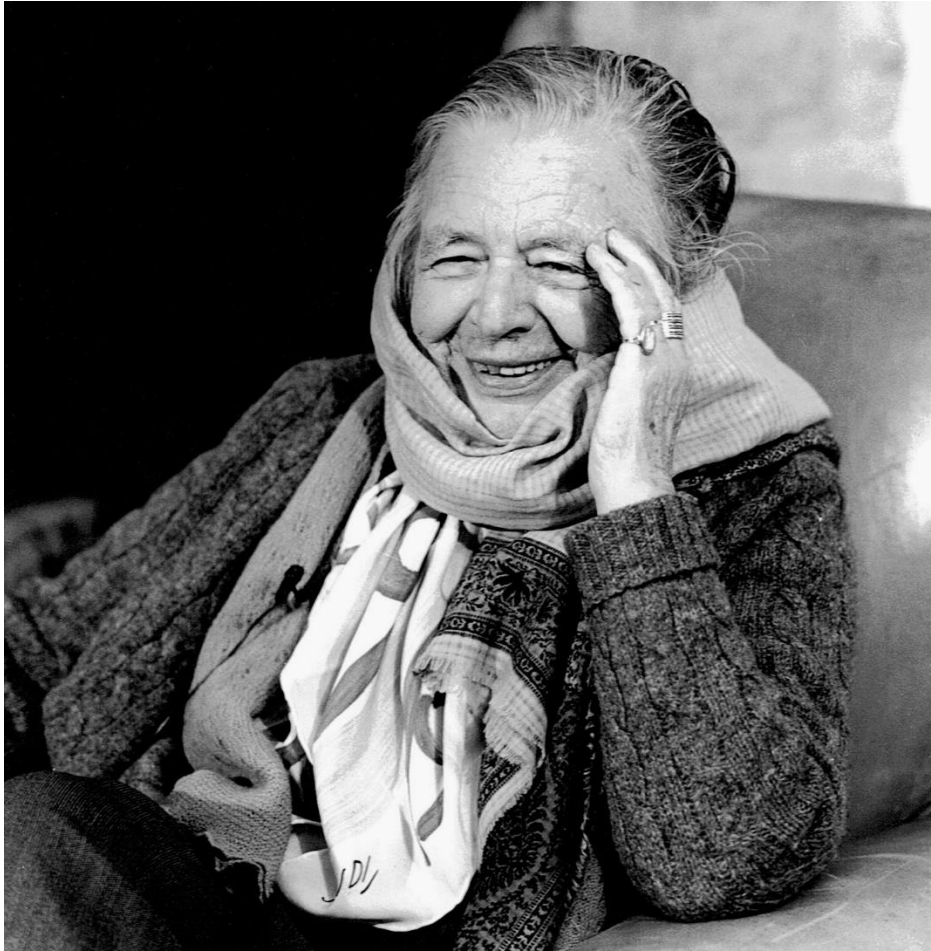
“Almazinha, alma terna e flutuante, companheira do meu corpo, de que foste hóspede, vais descer àqueles lugares pálidos, duros e nus onde terás de renunciar aos jogos de outrora. Contemplemos juntos, um instante ainda, as praias familiares, os objetos que certamente nunca mais veremos... Procuremos entrar na morte de olhos abertos...”.

Indispensável, esta leitura de um mundo antigo um tanto vizinho do mundo moderno, na escrita sublime de Marguerite Yourcenar.

MEMÓRIAS
DE ADRIANO

*Marguerite
Yourcenar*

ULISSEIA



Marguerite Yourcenar

Estaline, o mais glorificado ditador do século XX

Li o livro “Morte de Estaline”, de Georges Bortoli, em 1977, publicação de uma estranhíssima casa editorial, Edições Sol e Rua, tenho hoje a convicção de que fez parte de um lançamento de obras em tempos em que o fantasma do comunismo ensombria o nosso país. O que acontece é que a obra de Bortoli vinha marcada pelo rigor, pelo uso adubado de fontes certas, com honesta história oral, consulta de muitos periódicos e uma bibliografia muitíssimo abrangente. A obra não se fixa na morte do amado e execrado José Estaline, anunciada ao mundo em 5 de março de 1953. É a história de um reinado, de um déspota que substituíu a seu contendo a liderança soviética, mandando executar sem apelo nem agravo ou despachando para campos de concentração velhos lutadores, até familiares do seu círculo privado, quem quer que fosse que ele julgasse que lhe fizesse sombra, com o apodo de traidores, agentes estrangeiros, nacionalistas burgueses ou trotskistas camuflados.

Um livro que se inicia com uma viagem alucinante de vários carros que saem do Kremlin e que se encaminham para um arredor de Moscovo, o líder supremo vive numa datcha e três mil agentes da segurança velam pelo trajeto de 15 quilómetros, todos os

que residem ao longo deste itinerário são alvo de uma vigilância especial. É um cortejo fantástico que sai do Kremlin, não se sabe em que carro à prova de bala e com carroçaria blindada ele viaja, são viaturas idênticas, ao longo daqueles quinze quilómetros as viaturas não param de se ultrapassar mudando de lugar no cortejo, é a paranoia da segurança. Estamos em 1952, Estaline é o líder incontestável há um quarto de século, jamais alguém disparou contra Estaline, mas ele desconfia de toda a gente.

“O mundo inteiro julga que Estaline vive no Kremlin. Há perto de vinte anos que isto não é verdade. O seu domicílio é a sua datcha, perto de Kountsevo, a sudoeste da saída de Moscovo. Mas a imprensa, os poetas, o cinema, uma iconografia obsidiante, continuam a associar o seu nome e a sua imagem à velha cidadela de paredes vermelhas – cenário mais digno de um herói de uma vida dos arredores. Esta noite, como todas as noites, uma janela ficará iluminada até de madrugada no grande edifício governamental do Kremlin”.

Assim nasceu a lenda de que Estaline trabalha permanentemente pela prosperidade comunista. O seu culto é uma prática quotidiana: “Em toda a União Soviética, não se publica um livro, uma brochura, um fascículo, uma tese de química, de astronomia, de botânica, de filologia, não importa de quê, que não contenha várias referências ao seu pensamento. Poucas festas de família, casamentos, aniversários, onde se não lhe faça uma saúde – geralmente a primeira. Na maior parte dos apartamentos, encontra-se a sua fotografia ou algum busto em gesso – réplica das efígies que nos esperam nas administrações e nas bilheteiras de metro, nas aulas e nas caixas económicas, nas fábricas e nos cinemas. As suas estátuas erguem-se nas clareiras das florestas, no cimo das montanhas. O seu olhar inflexível e justo segue-nos da alvorada à noite, até na nossa mais secreta intimidade”.

Ele não tem vida familiar, marca distância com todos, pode convocar reuniões às três ou quatro da manhã, os alfaiates adaptam-lhe os uniformes, a sua imagem está sempre retocada, nunca há bexigas no rosto, esconde-se o seu braço esquerdo um pouco tolhido. Ainda bebe bastante, mas serve-se cada vez menos do cachimbo. Lê muito, mas nunca foi homem de espessos dossiês que se investigam.

Está cada vez mais obcecado, teme atentados, a sua datcha é uma autêntica fortaleza, vigiada por mais de cem homens a algumas centenas de metros. É raro aparecer em público, quando aparece é alvo de espantosas encenações. Que todos saibam: ele é de uma modéstia excepcional.

Põe e dispõe da vida dos seus dignatários, é cuidadoso a organizar purgas, tem todos os dirigentes na mão, como Molotov, Vorochilov, Mikoyan, Khruchchev, Béria, Kossyguine, Malenkov, Bulganine, Kaganovitch ou Chvernik. Mudou o tabuleiro étnico, todos aqueles povos que receberam os alemães pagaram pela medida grande. Mandou proceder a deportações em massa. Os ucranianos, que não resistiram aos exércitos alemães, foram desprezados, Estaline ficou indiferente à fome do inverno de 1946/1947 que assolou a Ucrânia e a Bielorrússia.

Bortoli conta-nos uma história bizarra como o senhor supremo faz política externa. Convoca inopinadamente para uma reunião de 22 de agosto de 1952 o embaixador da França em Moscovo, Louis Joxe, acontecimento excepcional, até agora não recebera senão três visitantes estrangeiros, não tem por hábito ocupar-se com os diplomatas ocidentais. É uma conversa em zigzague, sem princípio, meio e fim, mas a bizarria cumpriu cabalmente a finalidade: o importante é que a entrevista se tenha realizado, que o chefe do governo soviético tenha dado esta prova de atenção ao embaixador francês, ele que nunca vê nem o norte-americano nem o britânico, estamos em plena Guerra Fria. Estaline forjou um movimento da paz para fugir ao isolamento e conquistar apoios junto de espíritos pacifistas, estes desconhecem o terror reinante, os campos de concentração, a inviável liberdade de expressão.

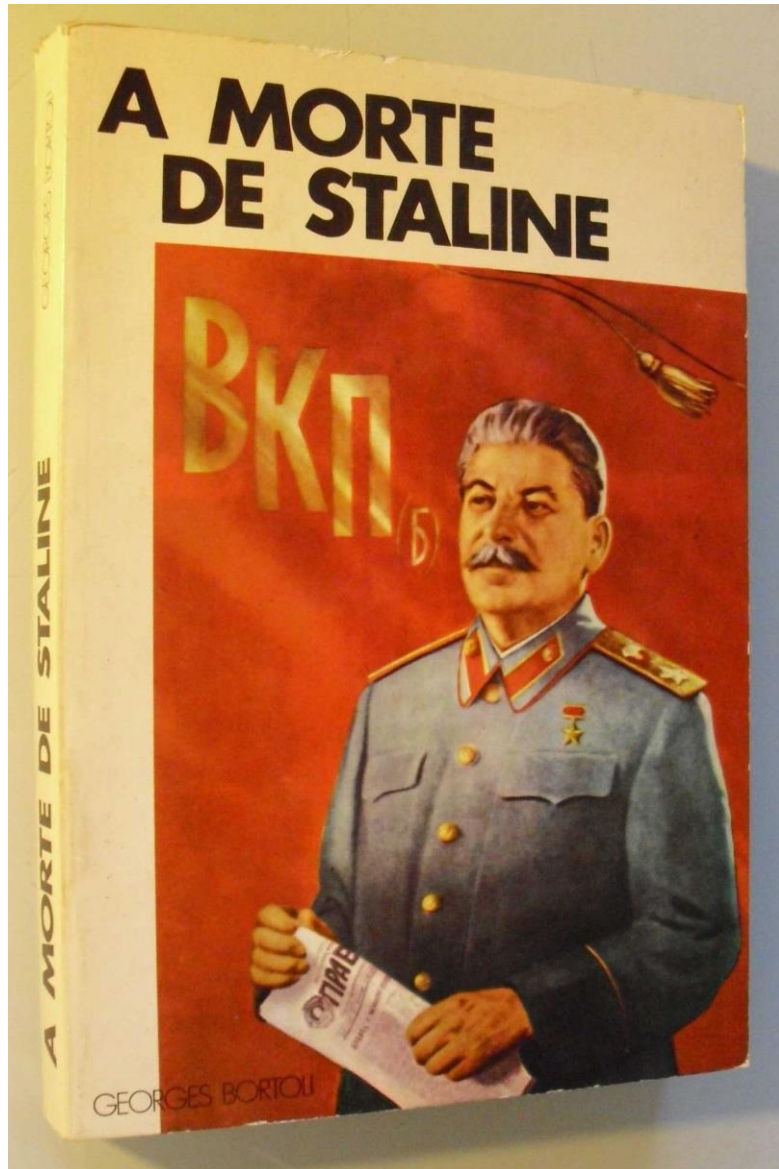
Realiza-se o 19.º Congresso do PCUS, o autor mostra-nos à exaustão a bajulice, a subserviência. Lê-se e é quase inacreditável a baixezinha a que chegam estes bajuladores que tudo fazem para estar na graça do líder supremo. Faz 63 anos em dezembro de 1952, chegou a hora de montar mais uma purga, os bata-brancas, os médicos são miseráveis espiões e assassinos, outra monstruosidade montada sem pés nem cabeça, na URSS renascera um novo processo de antissemitismo e há um novo inimigo também que é rotulado de cosmopolita.

E o líder sucumbe devido a um AVC, estala o pânico no círculo estrito, vai-se montar a nova encenação do adeus ao grande senhor, é um dobre de finados retumbante, seguem-se os discursos, a cerimónia do adeus e depois o ajuste de contas entre esses fiéis.

Há evocações do estrangeiro, o General De Gaulle escreverá nas suas memórias de guerra: “Estaline era possuído pelo desejo do poder. Forçado por uma vida de complôs a mascarar a sua fisionomia e a sua alma, a privar-se de ilusões, de piedade, sinceridade, a ver em cada homem um obstáculo ou um perigo, tudo nele era manobra, desconfiança e obstinação. A revolução, o partido, o Estado, a guerra, ofereceram-lhe as ocasiões e os meios de dominar. Chegara a isso usando a fundo desvios da exegese marxista e rigores totalitários, pondo em jogo uma audácia e uma astúcia sobre-humanas, subjugando ou liquidando os outros. Ele amou a Rússia à sua maneira”.

Há um mundo que Estaline impulsionou, contribuiu para que a URSS fosse a outra superpotência; e quando chegou a hora da substituição vieram à luz do dia as mentiras, os milhões de mortos, foram exibidos os torturadores, a URSS teve novos chefes e durou até 1991, quando o legado de Estaline se tornou insuportável o Império andou à deriva, houve cisões, afastamentos inexoráveis. Mas o sentido imperial ficou e como é do conhecimento geral tem novo protagonista com ideais atualizados, mas a que não lhe falta o culto da personalidade.

Por isso considero este livro uma leitura inextinguível, tão rigoroso e documentado que me faz perceber a Federação Russa dos dias de hoje.



Georges Bortoli

Alves & C.^a, a paródia dos brandos costumes à portuguesa

Alves & C.^a, de Eça de Queiroz, Livros do Brasil, 2021, vem agora a público com uma pertinente nota prévia de João Palma-Ferreira. Não se sabe se estava fadado para ser noveleta ou a arrancada de uma obra gigante, ficou na mala de ferro dos inéditos, foi publicado pelo filho de Eça, em 1925. Obra enigmática, Eça não deixou qualquer alusão na sua abundante correspondência, nunca se referiu a tal projeto. Pode admitir-se que tivesse sido urdido como romance curto destinado à série das *Cenas da Vida Portuguesa*.

Dado à estampa há quase um século, os estudiosos passam-lhe um tanto ao largo, apreciam mais as obras de grande fôlego. Acontece que *Alves & C.^a* é uma obra-prima de sintetismo e atinge em cheio o móbil procurado pelo seu autor: o retrato de uma pequena-burguesia lisboeta (recorde-se que nas obras mais extensas, caso de *O Primo Basílio*, *Os Maias* e de *A Capital* esta crítica está sempre presente), as atmosferas mesquinhas, as figuras carregadas de preconceitos, as convenções de sobrevivência, as bravatas, as cenas de fúria que acabam em reconciliação.

O autor da nota prévia também nos recorda o ceticismo de Eça, patente nos últimos anos da sua vida, o desalento diante da convicção de que nada alteraria o rumo das coisas. E, por isso, a escolha minguada de personagens, tudo centrado num triângulo – Godofredo, Machado e Ludovina – gente corriqueira, que podia aparecer numa comédia de enganos em revista de variedades, a caricatura de uma falsificada família de bons costumes e ética sensata. Palma-Ferreira não é peço nos encómios à obra: “Essa formidável capacidade de fulminar, com rigor e economia as bizarras de comportamento. *Alves & C.^a* é um dos mais perfeitos exemplos desta técnica ou deste génio.”

Primeiro, um quadro de normalidade, de devoção, de amor feliz. Godofredo da Conceição Alves, com escritório na Rua dos Douradores, negociante de comissões para o Ultramar, é sócio do Machado, chega afobado ao escritório depois de uma manhã pelas repartições do Ministério da Marinha. Um guarda-livros lembra-lhe a data, é dia de uma assembleia-geral, mas é também dia de aniversário do seu casamento, o Machado tinha deixado recado de ter ido ao Lumiar, Godofredo, pressuroso, vai dengue procurar a sua Lulu. Godofredo tem 37 anos, Machado 26, é bonito moço, com bigodito louro, cabelo anelado e um certo ar de elegância. Passa por uma ourivesaria e compra uma joia. E assim chega à Rua de São Bento, já com encomenda feita para coisas boas na mesa e dá com a Lulu encostada ao Machado. Está lançada a flecha para a tragicomédia.

Segundo, entramos num carrossel de culpas e desculpas e de preparativos para a desforra. A Lulu arranja as coisas e vai para a casa do pai, decide o Godofredo, anda choramingão, quando batem à porta com a empada, o fiambre, o queijo da serra. O Machado pisgara-se, Godofredo é uma labareda de raivas, desvairado pelo achado só pensa em matar o sócio. Entra-se na comédia, chega o Sr. Neto, o pai da Lulu, vem fazer a contabilidade, para que não haja escândalo, a Lulu vai para as termas com o papá, tem

direito a pensão, é a época dos banhos, acerta-se numa quantia generosa para a mesada da Lulu, do mal ao menos, a adúltera vai de férias e o pai leva a carteira recheada. Em casa, patroa fora, as criadas andam no regabofe.

Aparece o Machado, Godofredo diz-lhe que a única reparação possível é a de que um deles tem de morrer, há que nomear padrinhos para um duelo, Godofredo vai à cata de amigos para testemunhas, primeiro o Carvalho e depois o Teles Medeiros. O Carvalho mostra-se indignado e vão ambos à procura da outra testemunha, a infâmia pede sangue, as testemunhas opõem-se à ideia de um duelo de morte, reconsideram, tudo tem que se consumir num duelo à pistola. O dramalhão paira na escrita, mas sente-se no génio do escritor que é um drama de cartão que ele efabula.

Terceiro, as testemunhas ajudam a perceber que o dramalhão não pode ter continuidade, andam em constante galhofa e eles próprios descrevem as suas aventuras de ocasião, serão eles que empurram Godofredo para uma solução compromissória, a Lulu fica em casa do pai, Godofredo deixa de ser amigo do Machado, mas a empresa de ambos continua, limitam-se no escritório a só falar do trabalho. Para isso é que se tem génio na escrita, ao princípio são relações frias, corteses e toleráveis, Godofredo sente-se muito sozinho em casa, falta-lhe a Lulu, o Sr. Neto continua a pedir-lhe dinheiro. E chega a hora em que Godofredo encontra Ludovina na rua, discurso equívoco, Lulu volta para casa, terão uma nova ronda de felicidade e partem para Sintra, até que um dia, a pretexto de uma ópera em São Carlos, a relação dos sócios degela.

Quarto, chega a hora do final feliz, todos se reconciliam, até porque a mãe do Machado partiu para as estrelas, havia que ter comiseração, abraçam-se, tudo como dantes, como ditam os brandos costumes, é assim a reconciliação quando Godofredo vai a casa do Machado e sabe da triste nova: “Ele entrou. E Machado atirou-se-lhe aos braços, perdido de choro. Godofredo não o deixou mais. Passou essa noite com ele; ocupou-se do enterro, dos convites, da compra de um terreno no Alto de S. João. E ao outro dia, na solenidade dos pêsames, os amigos da casa davam-lhe apertos de mão tão sentidos, tão mudos, como ao próprio Machado – reconhecendo nele, mais que um amigo, quase um irmão”.

Cumprido o luto, Machado volta à boa convivência do casal, os anos passam, a firma Alves & C.^a cresceu e prosperou, agora o escritório é na Rua da Prata, mais largo, mais luxuoso, com seis caixeiros, Godofredo já tem calva e Ludovina engordou. Machado casou com uma viúva, as duas famílias vivem junto uma da outra e lá vão envelhecendo. E o traquina do Eça assim entretece o final feliz:

“No dia dos anos de Ludovina há sempre um grande baile – e sempre, inseparável desse dia, vem à memória do Alves aquele outro aniversário, em que ele entrou em casa e viu o que viu no sofá amarelo...

Mas há quanto tempo isso vai!

E esta lembrança, agora, só o faz sorrir. E fá-lo também pensar: porque neste facto permanece o grande acontecimento da sua vida, e dele costuma extrair geralmente a sua filosofia e as suas reflexões usuais.

Como ele diz muitas vezes a Machado: Que coisa prudente é a prudência!

Se naquele dia do sofá amarelo, ele se tivesse abandonado à sua cólera, ou se tivesse persistido depois em ideias de vingança ou rancor, qual teria sido a sua vida?

Estaria ainda hoje separado da sua mulher, teria quebrado a sua amizade íntima e comercial com o sócio; a sua firma não teria prosperado, nem aumentado a sua fortuna; o seu interior teria sido o de um solteirão azedado, dependente de criadas, maculado talvez pela libertinagem.

Nesses longos trinta anos que haviam passado, quantas coisas belas teriam perdido, quantos regalos domésticos, quantos confortos, quantos doces serões de família, quantas satisfações da amizade, quantos longos dias de paz e de honra.

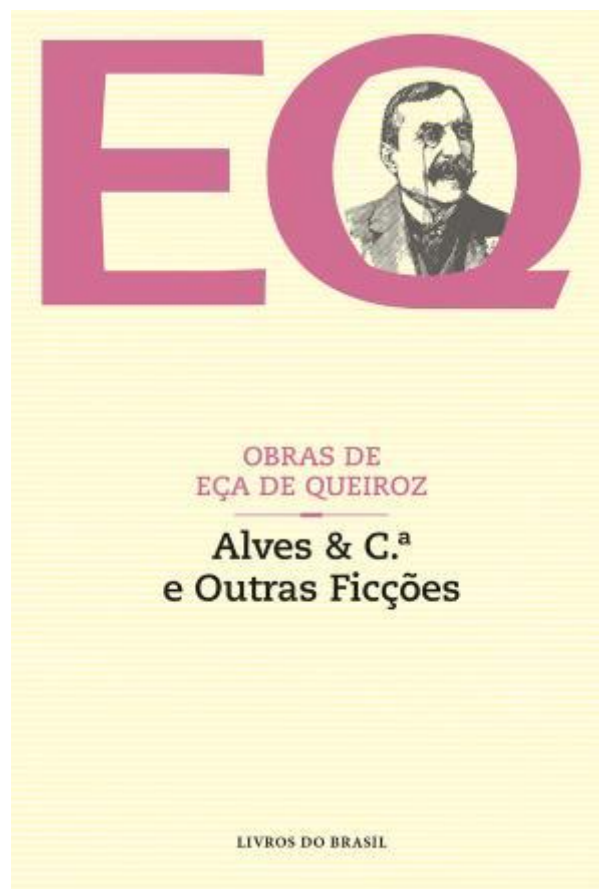
Às vezes, pensando nisto, Alves não pode deixar de sorrir com satisfação. Bate então no ombro do seu amigo, lembra-lhe o passado, diz-lhe com um sorriso:

- E nós que estivemos para nos bater! A gente em novo sempre é muito imprudente... E por causa de uma tolice, amigo Machado!

E o outro responde, sorrindo também:

- Por causa de uma grande tolice, Alves amigo!”.

Não se pode descurar o conhecimento desta obra-prima ou deixar de rever tão empolgante literatura que nos faz perceber como Eça já não tinha ilusões sobre a hecatombe que impendia sobre a sociedade da Monarquia Constitucional.





Eça de Queiroz

O Estilo do Mundo, a vida no capitalismo de ficção, por Vicente Verdú

Professor que fui em matérias conectadas com o quotidiano do consumo, valores da sociedade atual, li apaixonadamente este fabuloso ensaio de alguém que foi eminente jornalista e consagrado pensador em Espanha, intitulado *O Estilo do Mundo, A vida no capitalismo de ficção*, Fim de Século Edições, 2008. Quando li e divulguei a obra junto dos meus alunos iniciara-se um novo ciclo decorrente do estalar da crise nas praças financeiras, ciclo esse que perdura, e embora parcialmente a matéria aqui tratada por Vicente Verdú seja um tanto irreconhecível, as suas considerações sobre o capitalismo de ficção ganharam poucas pregas e rugas. Para acicatar o leitor a interessar-se por este ensaio, aqui se deixam algumas nótulas sobre os temas maiores.

Primeiro, o entendimento do que é capitalismo de ficção: “O capitalismo de produção definiria o período, de finais do século XVIII até ao final da II Guerra Mundial, durante o qual o principal eram as mercadorias. A seguir, o capitalismo de consumo, da II Guerra Mundial até à queda do Muro de Berlim, haveria de sublinhar a transcendência dos signos, a significação dos artigos encobertos pela fala da publicidade. Finalmente, o capitalismo de ficção, surgido em começos dos anos 90 do século XX, que viria enfatizar a importância teatral das pessoas. Os dois primeiros capitalismos ocupar-se-iam

principalmente dos bens, do bem-estar material; o terceiro, das sensações, do bem-estar psíquico. A oferta dos dois primeiros era fornecer a realidade com artigos e serviços, ao passo que a do terceiro é articular e servir a própria realidade. Isto é, uma segunda realidade ou realidade de ficção com a aparência de uma segunda natureza melhorada”. E mais esclarece o autor que para se chegar a esta fase do capitalismo foi preciso, primeiro, transformar o cidadão em espetador e, segundo, vender os bilhetes a um planeta homogeneizado.

Segundo, a globalização em que estamos inseridos ainda decorre sobre a égide dos valores e princípios emanados dos EUA, por muito que tal estado desagrade aos movimentos nacionalistas, tribais e folcloristas: já não é só a Coca-Cola, os franchisings, a comida rápida, a Barbie, os luxuosos armazéns onde se juntam os artigos de Cartier, Dior, La Perla, Guerlain, Gucci, Moschino ou Zara, perfeitamente adaptados a qualquer que seja o continente.

Globalização com homologação, fala-se cada vez mais um número limitado de línguas, quando se incensa a multiculturalidade temos por detrás sempre gente de qualquer parte do mundo que vive em Nova Iorque ou Hollywood. Isto para sublinhar que o capitalismo de ficção esbate as distâncias duplamente: através do efeito do tempo instantâneo e por abolição dos espaços diferentes. Dêem-se os nomes que quiser a Walt Disney, a Ralph Lauren ou a Wall Street e desagua-se sempre na cultura popular do mundo. Só os mais velhos é que se recordam que tudo isto começou quando as tropas norte-americanas desembarcaram na Normandia trazendo a goma de mascar, o tabaco, o McDonalds e as meias de nylon, seguiram-se os eletrodomésticos e indo por aí fora chegou-se ao Starbucks.

Observa Verdú: “O grande potencial dos Estados Unidos não se encontra nas suas armas, apesar de serem tão devastadoras. A maior faculdade dos Estados Unidos não reside em vencer, mas em vender”. As cidades transformaram-se em parques temáticos, as indústrias de entretenimento exprimem-se por formas profusas, abarcam as técnicas do ilusionismo, a dramaturgia, a religião, tomam conta da cultura das crianças e acima de tudo da informação, que quanto mais infantiliza mais espetadores ganha”. Ou seja, a globalização gerou uma imagem específica para cada destino turístico e fazer turismo é hoje muito mais escolher um encanto recomendado e afiançado por muitos fazedores de opinião como algo de singularíssimo.

Terceiro, a causa ambiental é muito mais vibrante do que foi a causa pacifista na Guerra Fria, é o resíduo zero, é a reciclagem obrigatória, é a condenação de todas as fontes poluentes, é a exigência da transparência que extravasa para o comportamento político e empresarial, associa-se à causa da solidariedade, à escalada crescente dos direitos dos animais, exhibe-se como espetáculo na vida dos ecrãs, alguém, no exato instante em que se dava o atentado de 11 de setembro às Torres Gémeas, deixou escapar que era mais um truque de Hollywood, esquecendo que o ambiente do mundo deu um salto gigantesco em 150 anos, foi a escalada da imagem e da comunicação graças à fotografia, ao rádio, ao telefone, à televisão, ao vídeo, computador, telemóvel

ou Internet, que alterou o entendimento direto e indireto das coisas, agora todo o nosso ambiente está impregnado de comunicação, de realidade virtual, de modernidade líquida.

Quarto, o mercado mudou radicalmente de look e natureza, a comunicação publicitária, a mais criativa, deixou de apelar à compra de uma ou outra coisa, os objetos são apresentados como um dom, algo que favorece a nossa imagem, daí apresentar qualquer compra mais como uma remuneração do que uma despesa. No capitalismo de produção lutava-se pela subsistência, com o capitalismo de consumo lutou-se por um valor acrescentado num momento de consumo, agora a proposta da felicidade, somos permanentemente levados a crer que somos únicos, singulares e artistas felizes. O mesmo é dizer que no capitalismo de produção estávamos ligados à dimensão utilitária, no capitalismo de consumo aos signos, agora, no capitalismo de ficção somos consumidores de formas.

Quinto, este universo da opacidade de negócios e de calhandrice política, vivemos entre uma proposta de transparência e de vigilância, a apologia do proteiforme e da mestiçagem são palavras de ordem do homem do século XXI, como observa Verdú: “No supermercado mundial da cultura, escolherá os artigos diversos em função do seu humor, valor e crenças, e fá-lo-á de forma não definitiva, mas, antes, a sua vida, como em outros aspetos (laborais, românticos, residenciais), irá adaptando-se como um exuberante bricolage”. E daí esta promessa ilusória de que somos únicos, que merecemos total consideração, daí pensadores e filósofos referirem com a mesma voz que entrámos numa era de hiperindividualismo, parece que à luta de classes sucedeu a luta por ser eu. E Verdú despede-se com esta soberba reflexão:

“A vida no capitalismo de produção decidia-se entre o estrondo das grandiosas máquinas industriais, a vida no capitalismo de consumo desenvolvia-se entre os jingles dos reclames comerciais, a vida no capitalismo de ficção joga-se no cintilar dos engenhos eletrónicos. O capitalismo transformou em mercadoria tudo o que foi encontrando. Qualquer coisa, da alimentação ao afeto, da cultura à política, veio a ser calibrada, pesada e negociada como um bem comercial. A partir do capitalismo de ficção, porém, este tratamento chegou ao âmago da vida para a transformar num espetáculo: um reality show absoluto”.

Não subsistem dúvidas que cerca de 20 anos depois da sua publicação este primoroso ensaio de Verdú é um espelho da nossa existência. Daí eu voltar vezes sem conta a estes alertas para procurar entender em que sociedade do espetáculo piso o chão em que caminho.



Vicente Verdú

Chiado, O Peso da Memória, a extrema vivacidade do jornalismo cultural

Chiado, O Peso da Memória, por António Valdemar, Edições Inapa, 1989, é uma obra que tem sempre presente uma pequena catástrofe que assolou um dos espaços míticos da capital. É uma viagem histórica, traçada com extremo rigor e gosto pela descrição desse lugar que ganhou um particular fascínio desde a revolução liberal e do romantismo, embora a ocupação humana venha dos tempos medievos.

Valdemar, o decano dos jornalistas portugueses, intelectual brilhante, introduz-nos logo na toponímia e a partir desse momento ficamos agarrados a um mapa cifrado e decifrado: “O Chiado era um fragmento da Rua das Portas de Santa Catarina. Depois ficou a ser o que denominamos Rua Garrett. Alguns olisipógrafos já o incluem desde o Largo de Camões até à Rua do Carmo e à Rua Nova do Almada. Todavia, o seu espaço é mais amplo. Abrange os três antigos sítios de S. Francisco, do Carmo e da Trindade. Prolonga-se através da Rua Ivens, antiga Rua da Cordoaria Velha e de S. Francisco até à Rua Vítor Cordon, outrora Rua do Ferragial de Cima. Revive no Largo de S. Carlos e seus acessos; integra a Calçada do Sacramento, a Rua Serpa Pinto, que antes se chamou Estevão Galhardo, até ao Largo de S. Roque, onde principia o Bairro Alto. A Rua da Misericórdia e a Rua do Alecrim, implantadas no local da velha muralha fernandina, estabelecem outras fronteiras. Seja como for, ainda há Chiado no restaurante Tavares e no Largo Barão de Quintela, onde se encontra a estátua de Eça. A política, a literatura, a arte, a música, o teatro, a moda, a gastronomia, elegeram este território”.

É impressionante o número de escritores e artistas associados ao Chiado, quem por aqui viveu e conviveu, Rafael Bordalo Pinheiro, Maria Helena Vieira da Silva, o ateliê de Columbano, os encontros em A Brasileira, as noites de S. Carlos, e o autor faz a síntese: “Para conhecer Portugal é preciso conhecer Lisboa e não se pode conhecer Lisboa sem conhecer o Chiado. O Chiado é a expressão de um modo de ser e de estar. Sobrevive o peso da memória, num incessante fluir de grupos que se renovam, nas mesmas esquinas desse pequeno-grande mundo em contínua metamorfose”.

E percorremos este lugar medieval, houve depois o terramoto que tudo alterou, e estamos chegados à revolução liberal, houve severas consequências na paisagem. Veja-se só: “Dentro da área do Chiado, o Convento do Carmo ficou a ser um quartel; o Convento de S. Francisco, Biblioteca Nacional e Academia de Belas-Artes; o Convento da Boa Hora, sede dos tribunais; o Convento do Espírito Santo da Pedreira, dos Oratorianos, adaptado a hotel e, mais tarde, aos Armazéns do Chiado; e o Convento da Trindade, demolido e retalhado em lotes para a construção civil e uma fábrica de cerveja”. Das mudanças nos dá conta o autor, quem se instalou neste rincão prodigioso, a nova arquitetura Novecentista, a criação de novos convívios, como o Chiado se tornou um expoente de romantismo, com os seus clubes, cafés, restaurantes, apareceu o Grémio Literário, o Turf, em pleno Estado Novo o Círculo Eça de Queirós, uma iniciativa que teve António Ferro ao leme. E daí sentirmos a vibração destes pontos de encontro, profusa e adequadamente ilustrados, os estabelecimentos carismáticos, as livrarias e as tertúlias,

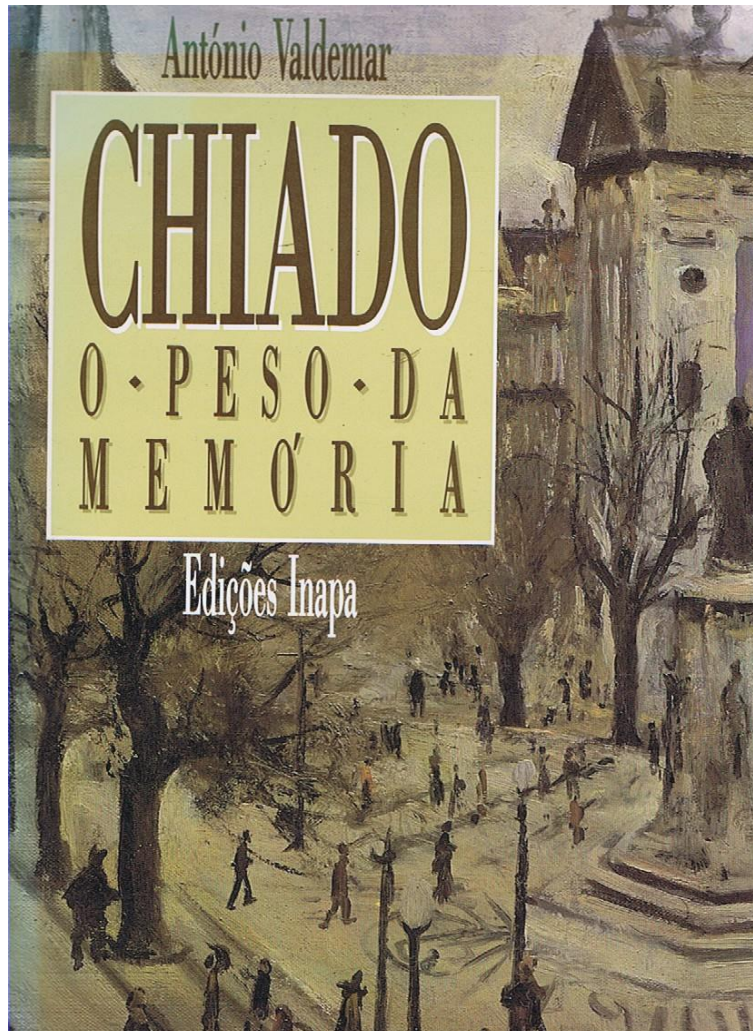
a Bertrand, a Sá da Costa, a Portugal, a Ferin, a Lelo, os encontros no consultório de Francisco Pulido Valente, a tertúlia de Filipe de Sousa num dos andares do famoso prédio do Marquês de Nisa, a Ourivesaria Leitão que se intitulava “antigos joalheiros da Coroa”, o Eduardo Martins, os Armazéns do Chiado, o Jerónimo Martins, a Casa Ramiro Leão, o Grandella, a Pastelaria Marques, a Vista Alegre, a Casa Sassetti, a Pastelaria Benard, os bancos.

Inevitavelmente, os templos religiosos, os Mártires, o Loreto, a Encarnação, o Sacramento. O Chiado teve cinco conventos, por aqui se praticou o culto do Espírito Santo, e teve fama a Procissão dos Paços de São Roque e não menos fama o percurso do Carnaval. O Chiado dos teatros e cinemas, logo o Pátio das Comédias, a Ópera, o Teatro do Ginásio, o Teatro da Trindade, o agora Teatro de S. Luís; o primeiro cinema de Lisboa foi o Ideal do Camões, de que subsistiu herdeiro, o Chiado Terrace, o Salão Chiado. E há o espaço da política, aqui se realizaram no Casino de Lisboa, perto do Largo Rafael Bordalo Pinheiro (antigo Largo da Abegoaria) as conferências democráticas, onde peroraram Antero de Quental e Eça de Queirós, seguiu-se a escandaleira da proibição. E temos o centenário de Camões no lugar onde outrora houvera o Palácio Marialva e depois os casebres do Loreto, inaugurou-se em 1867 a estátua de Camões e em 1880 o monumento passou a fazer parte do itinerário republicano, dez anos depois o monumento será envolvido de crepes negros devido ao Ultimatum, ali perto, na casa de Henrique Lopes de Mendonça nasceu A Portuguesa. No Chiado surgiu o jornal A República; o Diário de Lisboa, em 1921, tinha a sua administração na Rua do Carmo. E há as publicações humorísticas, por aqui andou Rafael Bordalo Pinheiro, em todas as direções do Chiado. E redundante é dizer-se que Salgueiro Maia veio do Terreiro do Paço até ao Convento do Carmo onde se deu a rendição de Marcello Caetano que daqui partiu numa Chaimite para o exílio.

E não faltaram feridos, terremotos e incêndios, formas de desfigurar o Chiado, assim chegamos ao incêndio de 1988, dia 25 de agosto, António Valdemar mune-se de imagens que ainda hoje nos fazem baquear o coração, dá-nos conta do património destruído, o Grandella, os Armazéns do Chiado, a Casa Batalha, a Casa José Alexandre, a Ferrari, e muitíssimo mais.

Obviamente que a obra culmina com uma pergunta inquietante: Chiado, que futuro? E logo vem a referência ao nome de Siza Vieira e é publicada uma entrevista que nos deixa antever o erro de construção das artérias demolidas. O autor sente-se obrigado a dar umas notas íntimas da vivência pessoal e do que para ele o Chiado representa, em tertúlias e encontros com expoentes da intelectualidade portuguesa. Por exemplo: “N’A Brasileira abanquei ao lado de Gustavo de Matos Sequeira. Ao entrar para o jornalismo, para a Redação da República e, depois, do Diário de Notícias, também fiz inúmeros serviços, de reportagem de rua, com Gustavo de Matos Sequeira, que, até ao fim da vida, colaborou n’O Século. Todos eles e muitos outros comunicaram-me a realidade, a utopia, a boémia e o peso da memória que ressalta no Chiado”.

Obra memorável, tão inextinguível como o autor deixa perpassar no seu fascínio pelo Chiado, num articulado literário que pode ser encarado como o que há de mais cristalino entre as grandes reportagens que se escreveram em Portugal.





António Valdemar

A suprema mestria de um ódio conjugal a 78 rotações

O Gato, por Georges Simenon, foi editado em 1967 e creio que a Livraria Bertrand só fez uma edição, logo a seguir, com uma tradução a preceito do poeta António Barahona da Fonseca. Naquele tempo, as badanas dos livros ajudavam bastante o leitor, fazia-se uma síntese perfeita do conteúdo, sem qualquer detrimento da fruição que o mesmo pode permitir, nada de hipérboles, nada de dizer que era uma obra de grande inspiração, falava-se exclusivamente da obra. O que nos informam, então, estas badanas? Localiza-se o lugar onde vive o casal de septuagenários, ruela com pergaminhos, foi um marco estatutário, houve para ali uma poderosa família que tinha fábrica de biscoitos, os Doise, todas as casas daquele lugar são propriedades dos Doise, é uma espécie de enclave familiar no dédalo de Paris. Marguerite Doise cresce neste ambiente de morgada. E casa, um dia, com um artista. O tempo passa, o negócio dos biscoitos muda de mãos, Marguerite parece imutável, o artista morre, ela volta a casar, e então sobe o pano desta carpintaria de Simenon, vamos entrar numa atmosfera de ressentimentos profundos, aquele casal manda mensagens escritas, já não há outra comunicação possível, algumas delas francamente ameaçadoras, iremos descobrir que o segundo marido de Marguerite, Émile Bouin, não veio da mesma linhagem, foi mestre de obras, mas estes septuagenários receiam a solidão da velhice, aquela união de conveniência está sulcada por um abismo, nem Émile gosta do papagaio de Marguerite nem esta tem qualquer afeição pelo gato que é a companhia de Émile.

Só um talentosíssimo escritor nos pode agarrar do princípio ao fim, somos embrenhados num ódio conjugal com a dimensão de um abismo, todo ele pincelado de recordações de ambos os lados, vivem em permanente tensão, entreolham-se dissimuladamente, perseguem-se, espiam-se, o silêncio da sala só é interrompido pelas badaladas do relógio. Quando tudo começa, ficamos a saber que há um papagaio empalhado, seremos esclarecidos que o gato, obsidante personagem, terá sido envenenado por Marguerite, a partir dessa data fervem rancores irrevogáveis. É uma devassa calma em que Georges Simenon nos permite viajar entre os miasmas do presente e todas as vicissitudes do passado, temos direito a acompanhar as 24 horas do dia de ambos, fazem as compras em separado, cozinham em separado, dormem no mesmo quarto em separado. Dentro da arquitetura do romance, irrompe uma mudança, todo aquele lugar que parecia ligado ao nome Doise está a ver chegar o camartelo, há casas que estão a ser demolidas, é mais uma marca estatutária de Marguerite que irá desaparecer. Temos igualmente direito a saber o que vai nas mentes destes velhos cheios de vitriolo, como se vai maturando todo aquele processo de ódio, de maldades, de ocupação do tempo, como se estivessem a esboçar em permanência uma estratégia para destroçar o outro.

Saberemos, igualmente, como foi a vida conjugal de Émile com Angèle, brincalhões, amantes por passeios, iremos mesmo a um passado de família, depois a viuvez de Émile, como ele fora viver num quarto mesmo em frente a Marguerite, como esta, capciosamente, o foi atraindo para o casamento. Igualmente saberemos tudo sobre esta mulher, os negócios dos Doise, o seu primeiro marido que era músico na Ópera de Paris. E abruptamente somos induzidos para aquele envenenamento que irá alterar radicalmente a vida do casal, Émile com o gato morto esfregando na cara de Marguerite, “olha-o bem, minha badalhoca!”. E depois destes volteios sobre o pretérito de ambos, já emergidos nesta atmosfera permanentemente tóxica, aparecerá uma mulher, antiga prostituta, Nelly, companheira de ocasião de Émile, iremos sendo igualmente induzidos à sua aproximação, Simenon dá-nos mais uma manifestação da sua mestria no quadro de diálogos tão simples, tão vigorosos, tão possíveis como se a ficção tivesse o poder, nas mãos de um mestre, de transliterar a vida real.

Como nas bonecas russas, vão saindo imagens do passado, vamos descobrindo que aquele casal vive com contas separadas também, então o pano sobe com um papagaio empalhado iremos assistir ao seu estraçalhamento por Émile, é uma pena de talião.

Inopinadamente, Marguerite recebe uma vizinha e na presença de Émile elabora uma narrativa de humilhação do marido, parece ter sido a última gota de água, Émile pede a Nelly para viver lá em casa, tudo parece estar a correr bem até ao momento em que, como um fantasma, Marguerite aparece a fazer vigilância à casa, Nelly logo se apercebe que se anuncia uma tempestade. Como mosca atraída pela aranha, Émile regressa de armas e bagagens para aquela falsa conjugalidade. Mas há mudanças no local, as casas em frente vão desaparecendo, os bilhetes odiosos regressam, Marguerite escreve: “Era melhor que te lavasses, cheiras mal”. Émile passa as suas tardes no banco de um parque

a ler um livro, Marguerite arrastava-se como alguém que recebeu um golpe fatal, assim se chegou ao inverno, ele não abandonava a rotina, levantava-se às seis horas, tomava banho de chuveiro, barbeava-se, descia, recolhia o caixote do lixo, depois cumpria a sua quota parte no trabalho caseiro, bebia o seu copinho, rachava lenha, há camadas de neve em Paris, assaltam-lhe imensas recordações, desde Angèle a Nelly. E haverá um dia em que ele acende a luz e não encontra ninguém no salão, a malha está espalhada no sobrado, sobe ao quarto, a morte surpreendera Marguerite em combinação, Émile sente-se destroçado, pode ser que tenha tido um AVC, um enfarte, uma comoção muito violenta; é hospitalizado, o médico tranquiliza-o, ele viverá, mas terá que ficar hospitalizado muito tempo. Émile sente uma densa solidão.

Aquele gato, aquela diferença de classes, aquele discurso oportunista de uma mulher que vivia de relíquias do passado e que só pretende uma companhia, aquele mestre de obras, simplório, cheio de gosto pela vida, que entrara naquela casa na companhia do gato, aqueles anos intermináveis do mais surdo e odioso despique que alguma vez se pôs em literatura, esta narrativa caminha permanentemente no fio da lâmina com a sua simplicidade luminosa, revela que Georges Simenon não foi só um sumo-sacerdote da literatura de crime e mistério, continua a ser um dos mais importantes e influentes escritores de língua francesa em todo o mundo, mas como *O Gato* comprova foi um romancista admirável, esmiuçando como mais ninguém a psicologia de classes.





Georges Simenon

Um pedaço de plástico que revolucionou as transações do mercado

Uma História do Mundo em 100 Objetos, por Neil MacGregor, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2014, é uma das obras mais originais que alguma vez se escreveu. Sendo então Diretor do Museu Britânico, podendo contemplar e estudar objetos existentes há milhares de anos, instrumentos científicos que revolucionaram o mundo, que marcaram as regiões, que anunciaram a economia global ou o mundo moderno, associáveis à exploração do globo e ao iluminismo e também à produção em massa e ao mundo à nossa medida, o autor escolheu 100 objetos que teriam de abranger o mundo inteiro, que retratassem sinoticamente a história humana.

O resultado é uma escrita luminosa que prende e liberta a imaginação, uma viagem-relâmpago acerca de 100 objetos que por vezes nos irão surpreender, no caso ora escolhido por marcar um avassalador salto tecnológico e uma mudança de todos nós com o mercado, falo de um cartão que anda sempre na nossa carteira que é um simplificador da nossa existência, o cartão de crédito.

Como observa o autor, se perguntarmos às pessoas que invenção do século XX teve mais impacto na vida quotidiana, as respostas podem ser o telemóvel ou o computador, a muito poucos ocorrerá responder o que significou para as suas vidas o cartão de crédito, afinal fazem parte integrante da vida moderna. E mais, com este cartão o crédito bancário deixava de ser pela primeira vez na História uma prerrogativa da elite, acartava novos problemas, como o uso e o abuso do dinheiro.

Este cartão de crédito é uma invenção norte-americana, o sucessor dos sistemas de crédito na venda a retalho do princípio do século XX, muitos de nós ainda se lembram da compra por letras de eletrodomésticos. O primeiro desses cartões foi o do Diner's Club, em 1950. Oito anos depois, surgiu o primeiro cartão de crédito a sério, emitido por um banco e aceite em muitos negócios. Era o Bank Americard, o antecessor do VISA, e o primeiro cartão de crédito universal feito em plástico. Mas a globalização efetiva teve que esperar pela década de 1990. O que trouxe de revolucionário? Não é dinheiro em si mesmo, é um objeto físico que fornece um meio de gastar dinheiro, movimentando-o e garantindo-o. O dinheiro é agora mais números e dígitos em recibos do que moedas e notas. Nenhum de nós verá alguma vez a maior parte das nossas poupanças em dinheiro vivo. Com os cartões de crédito e débito o dinheiro perdeu a sua materialidade, pode ser convocado instantaneamente em qualquer parte do mundo, independentemente das fronteiras nacionais. O que o cartão faz é garantir o pagamento.

Um antigo governador do Banco de Inglaterra, Mervyn King, comentou que estes cartões são apenas uma solução nova para um velho problema: “Tal como todo o tipo de dinheiro ou cartões para financiar transações, a aceitação e a confiança que a outra parte põe na transação são fundamentais. Podia dar um exemplo que penso ilustrar a importância da confiança: quando a Argentina entrou em queda financeira e denunciou a dívida, na década de 1990, a moeda perdeu todo o valor e em algumas aldeias começou a aparecer o uso da declaração de dívida como substituto das notas. Mas surgiu o problema inevitável da confiança. Nessas aldeias levavam-se estas, chamemos-lhes assim, ‘notas de crédito’ ao padre para que ele as endossasse. Temos o exemplo da religião a ser usada não de um ponto de vista religioso, mas como promotora de confiança no instrumento que as pessoas usavam”.

E retoma-se um outro comentário de Mervyn King: “A propagação de uma enorme variedade de transações, usando cartões de crédito ou outros serviços da Banca internacional, criou instituições transnacionais, que são maiores do que a capacidade dos reguladores nacionais para as fiscalizar”. Em tempos idos, os governantes podiam safar-se das dívidas e deixar falir os bancos, mas hoje é mais difícil deixar falir um banco do que ver cair um governo.

Os cartões de crédito fazem algo que para a maioria das pessoas nunca antes fora possível: permitem-nos pedir emprestado, evitando bater à porta do penhorista ou do agiota. Mas quem diz oportunidades não deve desmerecer dos riscos: o crédito fácil arruína os valores tradicionais tal como a parcimónia. Está inequivocamente demonstrado que este crédito fácil incita os consumidores a gastar – é por isso que esta área da Banca leva a discussões sobre ética e religião.

Há aqui uma questão moralizante que vem desde o fundo dos tempos: todas as religiões abraâmicas se preocupam com os males sociais da usura, do empréstimo com juros, de que pode resultar facilmente que os pobres sejam atirados para a dívida e indigência, tenha-se em conta o que se diz na Bíblia, no Alcorão, no Levítico. Judaísmo,

Cristianismo e Islão, todos lutaram contra o comportamento dos avançados sistemas financeiros.

A mais recente manifestação desta preocupação milenar foi a conformação do sistema bancário islâmico à lei islâmica desde a década de 1990. Os bancos islâmicos oferecem agora em mais de 60 países serviços de acordo com os princípios religiosos e sociais islâmicos. Tal cartão de crédito resulta da crescente importância económica do Médio Oriente, mas mais importante do que tudo fala-se aqui de um desenvolvimento bancário que desafia um pensamento adquirido. Muitos pensadores assumiram que a religião diminuiria progressivamente a sua influência na vida pública, iríamos viver na plena laicidade dos negócios.

Um dos factos mais surpreendentes da primeira década do século XXI tem sido o regresso da religião ao centro da vida política e económica em muitos lugares do mundo. Este cartão de crédito emitido pela finança islâmica é uma pequena, mas significativa parte de um crescente fenómeno global.

O livro de Neil MacGregor é uma estimulante viagem, oxalá que muitos outros museus sejam capazes de pôr estes sinais do passado mostrando-os como indicadores irrefutáveis da aventura humana. E quem diz diretores de museus diz também divulgadores culturais capazes de demonstrar que é na leitura que a aventura humana melhor nos define a cidadania, o cuidado pelo Outro, tolerantes e admiradores do desenvolvimento sustentável.

Neil MacGregor

«Este livro maravilhoso transporta-nos
a todos os cantos do planeta»
Tom Holland, *Observer*

—
**UMA
HISTÓRIA
DO MUNDO
EM
100
OBJETOS**

TEMAS E DEBATES
Círculo de leitores



Neil MacGregor

Um *Te Deum* retumbante e satírico para a sociedade portuguesa do fim do século XX

É um livro admirável, dos mais imaginativos que saíram do punho desse grande escritor que é Mário de Carvalho. É o Portugal das autoestradas da CEE, da música pimba, do telemóvel frenético, das reminiscências da guerra colonial, da comunicação enlouquecedora e tantas vezes inócua, como ele abre o seu retábulo sociopolítico e cultural, *Fantasia para dois coronéis e uma piscina*, que teve edições na Editorial Caminho e agora na Porto Editora:

“Assola o país uma pulsão coloquial que põe a gente em estado frenético de tagarelice, numa multiplicação ansiosa de duos, trios, ensembles, coros. Desde os píncaros de Castro Laboreiro ao Ilhéu de Monchique fervem rumorejos, conversas, vozeios, brados que abafam e escamoteiam a paciência de alguns, os vagares de muitos e o bom-senso de todos. O falatório é a causa de inúmeros despautérios, frouxas produtividades e más criações.

Fala-se, fala-se, fala-se, em todos os sotaques, em todos os tons e decibéis, em todos os azimutes. O país fala, fala, desunha-se a falar, e pouco do que diz tem o menor interesse. O país não tem nada a dizer, a ensinar, a comunicar. O país quer é aturdir-se.

E a tagarelice é o meio de aturdimento mais à mão”.

Sobe o pano com a entrada em cena de um participante marginal, um apicultor que vê rolar o seu bidão de mel por uma inopinada ravina, tudo por causa de ter atendido uma chamada de telemóvel, fica consternado, eis que aparece Emanuel Elói que lhe dá boleia, este é vedor enquanto pode, ilumina-se outra cena, os coronéis Lencastre e Bernardes, corrente transversal da comédia portuguesa que temos pela frente, palreiam, deles muito haveremos de saber, vale a pena dar um flash instantâneo deste Bernardes, o primeiro dos coronéis a transferir-se para o Alentejo e que mais tarde desejará ter ali uma piscina mesmo à mão, como se verá, para pura contemplação.

Apareceu ali, num monte restaurado, num lugarejo algures perto de Serpa, “nas espessuras de um Alentejo em que ainda correm abetardas, se levantam perdizes e melharucos, pairam águias de polo em polo e jazem restos de dólmens e menires, encobertos entre os alecrins”. Era ele então capitão quando acabaram as guerras em África, veio desabar no meio de uma revolução festiva, gritadora, estouvada. Até se julgou revolucionário, parece ter-se esquecido que estava casado com uma latifundiária absentista e garantidora de cortiça. Deu-lhe para ser administrador de condomínio cumprindo todas as regras do jogo lá no prédio da Lapa, foi desprezado. Ficamos a saber que a mulher, Maria das Dores de nome, era formada em História de Arte, mas usava proverbialmente linguagem de caserna. Curtiram o desgosto dos maus-tratos dos outros condóminos e foram viver no monte, cada um faz a sua vida, na cama o nosso coronel põe debaixo da almofada uma pistola-metralhadora Uzi.

Voltemos a Emanuel Elói que vem trabalhar para o nosso coronel, depois de muitos volteios lá se descobriu água, só que, entretanto, passa por Grudemil, onde o espera uma cena canalha depois de um jogo de xadrez com um novo rico. E teremos o prazer de ouvir Soraia Marina, a grande artista pimba, vem acompanhada pelo conjunto Os Rabejadores de Cachimbo.

O coronel Lencastre vive no Bairro Azul, nasceu em paragens da Índia, tem uma péssima relação com o seu filho Nelson, vê-se obrigado a dar-lhe um par de sapatos, indigna-se com a vida daquele parasita. E lá se põem a caminho, no dia seguinte, de Portel, em demanda de algumas iguarias. Breve, reencontro com o coronel Bernardes, temos grossa amizade à vista, os Lencastre vão ter casa e os dois coronéis muito irão discorrer sobre o estado de Portugal e do mundo junto da piscina.

Prepare-se o leitor, que andamos entre lá e cá, haverá discursos até do tio de Emanuel Elói, um senhor bem castiço, por sinal. Emanuel tem as suas paixonetas de ocasião, até Maria das Dores por ele terá embeijamento espúrio. Haverá uma multidão, uma claque futebolística, que escavacará uma loja de conveniência num posto de gasolina. Ser-nos-á também revelado que aqueles senhores que abriram a piscina deram com umas ânforas e uns mosaicos romanos, não estiveram para meias medidas, foi tudo para o entulho, então não queriam ver essas autoridades do património a embargar a obra? É um texto épico, tão demolidor como a destruição da presença dos nossos ancestrais:

“Felismina varreu para o lado e pôs a descoberto uma superfície de pedrinhas coloridas que formavam a figura de um bicho de jardim zoológico, como aqueles que parecem uns gatos às listas, grossos e grandes. Mais uma varridela e atrás do animal mostrou-se um carro puxado por ele. Em cima do carro, uns pés, uns cachos de uvas e não se via mais nada.

- Sacanas dos mouros tinham tempo pra tudo. Não deixaram foi nada pra gente. Por essa altura, já a maior parte das ânforas tinham sido quebradas, desentranhadas e revolvidas. Só terra. E foi o mosaico que pagou as favas. Eleutério aplicou-lhe um toque de picareta que desfez logo a cabeça do tigre. Depois, entretiveram-se aqueles três a fazer saltar as tesseras de modo que em pouco tempo as tinham dispersas e enterradas.

- Isto não é pedra. Parece uma massa qualquer – disse a velha, com uma tessera verde entre os dedos. – Olha, cá fica para recordação.

Os homens riram e entraram numa fúria destruidora, selvagem e arrebatada, de modo a que não ficasse caco sobre caco. Daí a uma hora, todos os vestígios encontrados no fundo do buraco se encontravam misturados com a terra de entulho, e disfarçados lá pelo meio. Felismina estava desconsolada:

- Era eu moça pequena, e o lavrador do Monte dos Chocalhos encontrou um pote dos mouros que havia debaixo de uma oliveira e aquilo eram só libras de ouro a correr.

Pagou as dívidas todas e comprou mais um olival. Agora aqui é só desgraças”.

Não falta neste Portugal fantástico das autoestradas a euforia das telenovelas, os seus diálogos imbecilizados, mais um complemento tóxico para o Portugal falador. E

aparece Nelson, vai a caminho do monte mais um grupo alternativo, entre eles Tiago, um criativo, tem ideias novas para o cinema português, coisas assim: “Um serial killer esfaqueia uma vítima, na Mouraria. O inspetor que o persegue há anos intriga-se com um objeto que encontra perto. É uma fotografia emoldurada dos pais do inspetor. Há várias perseguições de carro e múltiplos flashbacks a mostrar a vida do polícia em jovem. Uma noite é surpreendido, em sua casa, pelo serial killer, que desarma com um golpe e desmascara. Afinal, o serial killer era o seu irmão que todos supunham na Legião Estrangeira. O serial killer suicida-se e o inspetor entrega o crachá”.

O leitor que esteja prevenido que até os animais vão falar e pensar. Emanuel marca presença numa prova de xadrez, ele é mestre, não se limita a ser vedor, mas regressa ao monte, vai descobrir água, ou não, em casa do coronel Lencastre.

E tudo termina numa ode triunfal depois do estardalhaço havido com um triângulo amoroso que não o foi e Nelson fecha a obra abraçando o seu papá, e Mário de Carvalho age corretamente quando nos adverte na contracapa com texto muitíssimo a propósito da sua obra:

*“Um dia, leitor, hei de contar as ânsias e tormentos com que se vai martelando esta artesanaria da escrita, em que ainda sobrevive a mão do caldeireiro, ou, talvez, do fazedor de autómatos, e explicar como é desolador chegar ao nascer da roxa aurora e ao rumor dos primeiros autocarros apenas com duas ou três páginas sofrivelmente apontadas. Só este trabalho de minuciosa lavra, em traiçoeira brenha, não contando com o resto, havia de ser, não principescamente, não regiamente, mas imperialmente pago”.
Imperialmente pago, porque é obra-prima absoluta.*

MÁRIO DE CARVALHO
FANTASIA
PARA DOIS CORONÉIS
E UMA PISCINA ROMANCE



CAMINHO
O CAMPO DA PALAVRA



Mário de Carvalho

Essa ténue fronteira entre o Bem e o Mal, os tormentos do colonialismo

Não sei se existe uma outra narrativa tão encriptada, tormentosa, sibilina, visionária como *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad, uma indiscutível obra-prima cuja importância e significado ultrapassa a sua altíssima qualidade literária. Não é romance, nem uma novela típica, muito menos uma noveleta, Conrad impôs uma arquitetura literária, tipo *récit*, que abre com uma descrição dentro de um navio, onde se aguardam condições de navegabilidade, e somos depois conduzidos para o continente africano, num vasto rio inominado, como, genericamente, as referências geográficas são difusas, exigindo uma tensão concentracionária para o mundo impenetrável por onde se irá processar uma viagem até encontrar Kurtz, supostamente um monitor de civilização que o narrador encontrará em adiantado estado de doença numa atmosfera delirante, surrealista, como que demónica.

Marinheiros experimentado, Conrad serve-se de um marinheiro, de nome Marlow, no fundo a imagem virtual da consciência do próprio autor. Como escreve o tradutor e prefaciador desta edição da Imperial Estampa, Aníbal Fernandes, faremos uma subida iniciática a esse rio (seguramente o rio Congo ou Zaire) em direção ao coração do Mal, iremos sorver os múltiplos sinais da exploração colonialista e imperialista instalada na região. “Marlow entra em cena quando Kurtz já é quase invisível, adorado como um Deus pelos indígenas, confundido com a própria selva e as suas trevas. Marlow tende

para Kurtz, esse anjo exterminador; quer dizer, tende a fundir-se com ele, com a sua grandeza maligna. A morte de Kurtz será a solução providencial do destino”.

Tudo começa a bordo de uma chalupa de recreio, em pleno estuário do Tamisa, bom cenário para evocar um espírito do passado. Marlow dirá, olhando em derredor, que aqui já foi um dos lugares mais selvagens do mundo, corraera muitos mares, aproveitou aquela pausa para falar da sua experiência pessoal, como subira um rio e encontrara o coração das trevas. Dá conta de ter entrado ao serviço duma sociedade mercantil, o médico apurou-o para o serviço, começa a viagem. “Parti num vapor francês que fazia escala por todos os danados portos que eles lá têm, e, segundo percebi, só para desembarcar tropa e funcionários da alfândega. Ia observando a costa. E está debruçado para um enigma, observa a costa à medida que desliza ao longo do navio. Lá estava ela – risonha, macambúzia, convidativa, grandiosa, medíocre, insípida ou selvagem, mas sempre calada e com um ar de quem nos diz um segredo: Vem cá e adivinha! Orla de floresta colossal, de um verde tão escuro que parecia negra, franjada de espuma branca e a correr direita, como traçada a régua até longe, muito longe, no mar azul de cintilação esfumada em névoas rastejantes. Era feroz, o sol, e a terra parecia luzir e escorrer vapor. Aqui além, pequenas manchas cinzento-esbranquiçadas formavam cachos na altura da rebentação, às vezes com uma bandeira a tremolar por cima”.

E assim se chega à foz do grande rio, Marlow conta que o barco que irá capitanear estava avariado, começa uma espera que lhe permite observar o mundo colonial: “Trazidos de todos os recantos da costa e a coberto da maior legalidade dos contratos, perdidos num meio adverso e alimentados de forma estranha ao seu regime, caíam doentes, faziam-se inúteis, altura em que eram autorizados a procurar de rastos o repouso”. E começam as referências ao senhor Kurtz, um chefe de posto, transaciona marfim, é muito apreciado na Administração Central; segue-se a descrição do lugar, o administrador informa-o que o senhor Kurtz está muito doente, o barco é reparado e fica em condições de partir, inicia-se uma viagem entre a Luz e as Trevas, aumenta a curiosidade em conhecer Kurtz, são parágrafos inspirados, os que escreve Conrad: “Subir o rio era o mesmo que viajar para trás, até às primeiras idades do mundo, quando a navegação transbordava da terra e as árvores reinavam. Uma torrente deserta, um grande silêncio, a floresta impenetrável. O ar era quente, espesso, muito pesado e mole. A luz solar não tinha alegria. Longos troços do rio deserto perdiam-se por lonjuras de enorme sombra”. E, mais adiante: “Troços de rio abriam-se e logo se fechavam atrás de nós, como se a floresta avançasse lentamente para a água, disposta a barrar-nos o caminho de regresso. Penetrávamos mais e mais profundamente no coração das trevas. Que silêncio lá vira!”. Aqui e acolá há encontros com vestígios da civilização, caso do Posto do Interior, é aí que Marlow encontra um livro abandonado que tem a ver com problemas de navegação, mete o livro no bolso, a viagem prossegue, toda aquela vegetação é intimidante, espectral, ao nevoeiro serrado, uma cadeia de baixios estendidos pelo meio do rio, o caminho começa a ser cada vez mais apertado, aparecem rostos entre a folhagem, seres humanos cor de bronze, desencadeia-se o tiroteio, o

timoneiro é trespassado por uma vara de zagaia. Ultrapassou-se o perigo, Kurtz está próximo, ficamos a saber que fizera uma parte da sua educação em Inglaterra. A Sociedade Internacional para a Supressão dos Costumes Selvagens encarregaram-no de fazer um relatório, Kurtz cumpriu, via-se nitidamente que estava enlouquecido, e dá-se finalmente o encontro com Kurtz, diálogos incongruentes, e da sua descrição passa-se para uma aparição feminina, iremos saber que foi a mulher que o amou profundamente: “Tinha a cabeça erguida e cabelos penteados em forma de elmo; tinha polainas de latão até aos joelhos, pulseiras de arame de cobre até aos cotovelos, um sinal escarlata em cada face bronzada, inúmeros colares de contas de vidro no pescoço; coisas estranhas, amuletos, pedras de feitiço penduradas à volta do corpo. Devia trazer em cima dela o valor de muitas prezas de elefante”. Kurtz entregará a Marlow um maço de cartas, depois de lhe fazer algumas confidências, de lhe ter falado dos seus sonhos, vivia agora numa treva indevassável. E segue-se a mais encriptada dimensão de Kurtz:

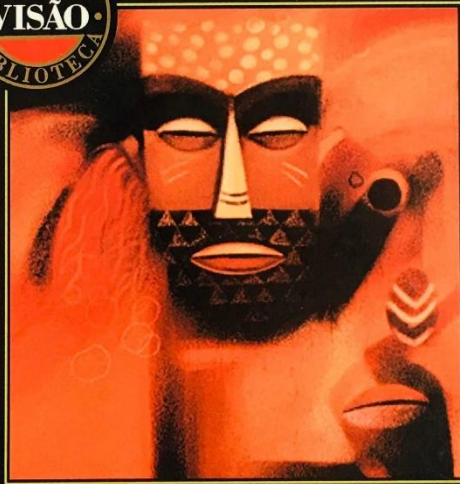
“No marfim daquele rosto vi uma expressão de orgulho sombrio, indomável poder, de abjeto terror – de um desespero intenso e sem esperança. Naquele supremo instante, de integral conhecimento, estaria ele a reviver a vida em todo o pormenor, com os seus desejos, tentações e renúncias? Deu um grito sussurrado a uma imagem qualquer, a uma visão qualquer – gritou duas vezes, um grito que não passava de sopro...

‘O horror! O horror!’”. Marlow será assediado para entregar aquela correspondência, resistirá. Estamos de novo no Tamisa, fim de história, outra viagem vai recomeçar. “O horizonte tinha um banco de nuvens negras atravessado, e o calmo caminho das águas, que leva aos confins da terra, corria escuro sob um céu sombrio – dir-se-ia que ia levar-nos ao coração de infinitas trevas”.

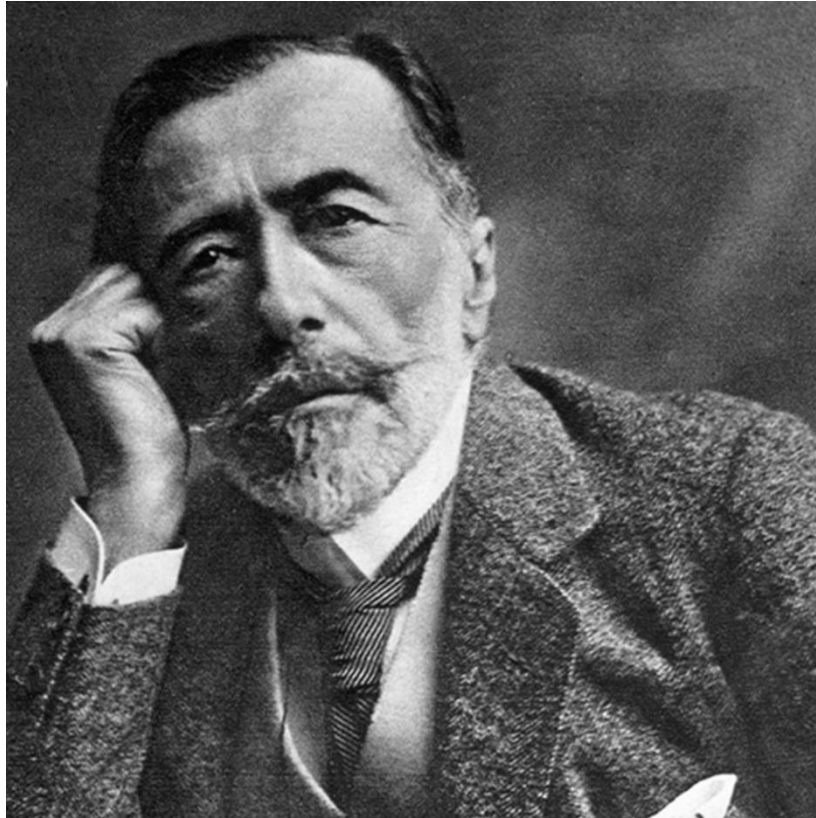
Récit ou parábola sobre o coração negro do homem, no caso em pleno continente negro, Kurtz é um atormentado e visionário, transita entre o Bem e o Mal, ao longo de todas aquelas peripécias da viagem pelo grande rio assistimos ao escravagismo, à exploração, ao medo das trevas. Mas que grande obra-prima! Tantos segredos para decifrar em tanto simbolismo, onde se pode ver o nosso tempo.

Joseph Conrad

O CORAÇÃO
DAS TREVAS



COLEÇÃO NOVIS



Joseph Conrad

Preencher verdadeiramente a vida que nos resta

Durante os cerca de 40 anos em que lidei quotidianamente com os bens e serviços de consumo, a problemática sénior impôs-se-me aos mais diferentes níveis: a segurança do espaço doméstico, com a concomitante prevenção de acidentes; os seniores e os medicamentos, alargando o leque de situações em que o polimedicado deve gerar em si um grau de exigência e disciplina, conversando com o médico e com o farmacêutico quanto a eventuais interações entre medicamentos e alimentos, reações adversas, na justa medida em que a politerapêutica requer muita prudência, sobretudo quando se sofre de várias doenças crónicas, como a diabetes, as lesões coronárias, as infeções respiratórias permanentes, e tudo mais que se sabe; e na esfera alimentar importa ter em conta o que se entende por comer saudável e integrar os padrões alimentares nos chamados estilos de vida saudáveis em que se procura dar mais vida aos anos, um envelhecimento bem sucedido com cuidados pessoais e em que o sénior se devota a causas a pensar no Outro.

Mas impõe-se, com toda a evidência, o envelhecimento como uma arte, dentro de um primado de espiritualidade, e aqui temos um arco amplo que vai desde o desenvolvimento pessoal com neutralidade religiosa à apologia de que é dentro do plano espiritual em que se molda o tempo do amadurecimento e do conhecimento, conferindo à vida uma nova profundidade. A questão interessa-me muito, jamais quis

reprimir a reflexão sobre a minha idade, não ignoro que nasci em 1945, não ignoro que este sucesso de ser bem-sucedido depende sobretudo de mim, de estar atento ao que vai no meu corpo e no meu espírito, a saber aprender a renunciar e a reconciliar-me no processo de envelhecimento. Por isso procuro mestres, leituras construtivas, alguém que me faça reparar nesse leque de indicadores que falam da saúde e da felicidade e do pendor social em que o sénior jamais deve desentender-se.

A sublime arte de envelhecer e tornar-se uma bênção para os outros, por Anselm Grün, Editora Paulinas, 2009, é um tratado de otimismo para crentes, indiferentes, agnósticos e até ateus. Regendo-se por princípios éticos, não deixa de ser objetivo quanto ao significado da velhice e aos valores em que esta emerge, Anselm Grün, monge beneditino, economista e doutor em Teologia, autor cristão de nomeada trata estas questões com vivacidade e rigor. O envelhecimento bem-sucedido tem vindo a ganhar premência com dados que ninguém ignora, é uma crescente faixa etária que acarreta problemas de toda índole, desde os políticos aos culturais.

É uma grande arte, a de envelhecer bem, arte por compreender e conhecer o processo do envelhecimento, como este se pode retardar, não ignorando os limites que a idade vai impondo, aceitando renúncias, nunca aceitando a velhice como um estorvo ou um oceano encapelado de medos. Só quem gosta de si próprio e da sua vida é que se aceita incondicionalmente. Dirão que para o crente é tudo mais fácil, a velhice é um treino para a morte e deve fazer-se sem pânico, Deus está à nossa espera; no entanto, para todos os outros que duvidam ou negam a fé num qualquer teísmo, parece consensual que é melhor viver feliz reconciliado com o passado, perdoando em nós tudo aquilo que até então censurávamos, aprender a viver longe dos holofotes e a perceber a diferença entre estar sozinho e a solidão, esse processo da velhice gera mais valor quando cuidamos de nós e dos outros. Daí o papel desempenhado pela nossa casa, é a morada do nosso espaço interior, das nossas reflexões, aqui se aprimora o procurar manter-se autónomo dentro de um quadro de possibilidades, fazendo da morada um lugar de contactos, um ponto de partida e um ponto de chegada.

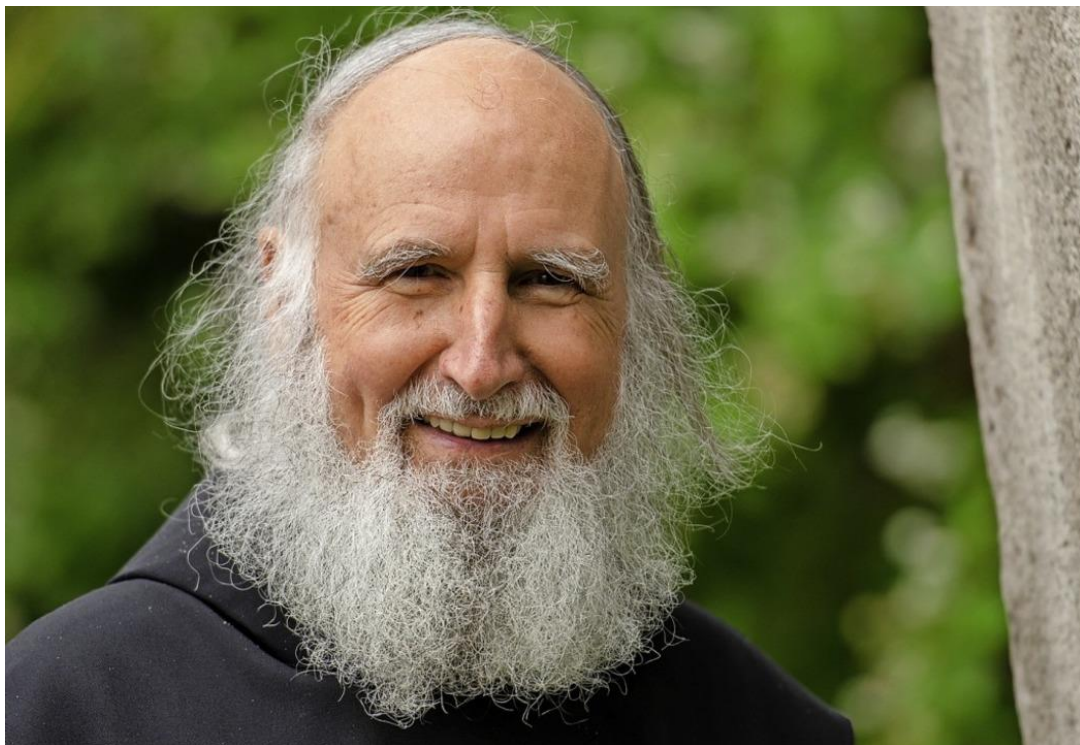
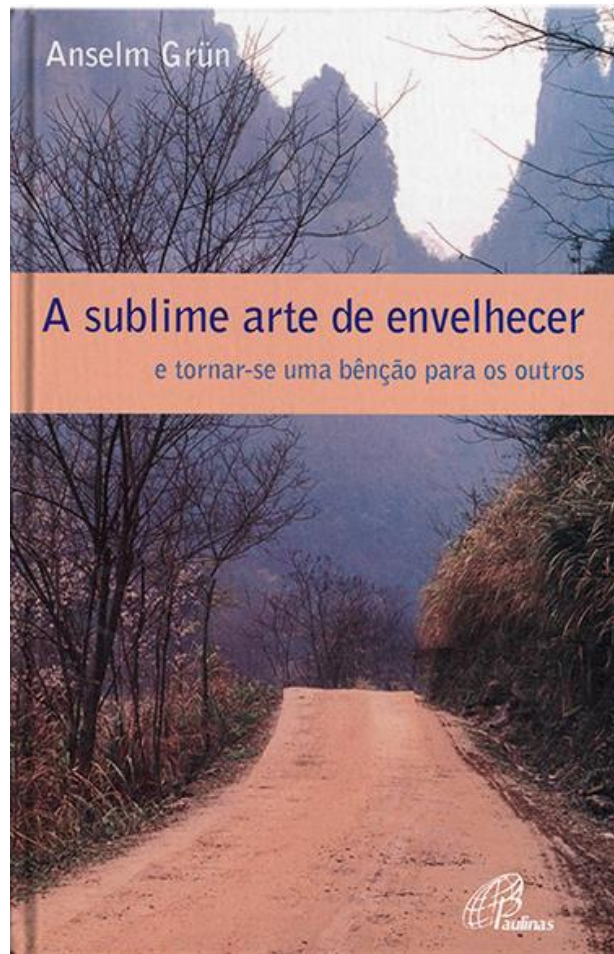
E aprender o valor e a intensidade das renúncias, pois perdem-se várias dimensões do poder, há renúncia à sexualidade (que não ao amor), ao ego, devendo aceitar-se que tais renúncias se tornem o campo fértil de nos preocuparmos com o próximo, gostando de envelhecer conjuntamente com quem amamos e não ter medo que os nossos filhos sigam a sua própria vida; e também aperfeiçoando o espírito de cuidador e não ser indiferente às virtudes da velhice: a serenidade, a paciência, a mansidão, a liberdade, a gratidão, o amor.

Importante é também saber lidar com os medos e com a depressão, o medo das doenças, logo a demência ou a perda de mobilidade, o medo de vir a precisar de ajuda externa, o medo da morte, o medo de ser abandonado. E há que fortalecer a arte de ficar em silêncio. O silêncio é uma reflexão daquilo que foi e está para ser. Representa também a pacificação perante o segredo da vida e da morte. Vive-se melhor com a força das recordações, não o passado tormentoso, não o dilaceramento com sentimentos de

culpa, não andar a remexer nas feridas do passado, mas recordações gratas de e com os outros. E ao silêncio dos seniores que se manifesta na arte de ouvir os outros. E também transcender o ego, não abdicando da riqueza da nossa espiritualidade, pondo os nossos conhecimentos ao serviço dos outros.

Na Idade Média aprendia-se a arte de morrer, era a preparação para uma boa hora da morte. No nosso tempo a arte de morrer é não morrermos só para nós: “Considerar a nossa morte como forma de união com todos os homens e com uma entrega do nosso espírito àqueles que nos seguem é o caminho certo para morrer bem”. Este princípio é da maior horizontalidade, para um cristão ou teísta, o envelhecimento é um treino para a morte, uma abertura para a luz de Deus que quer resplandecer em nós. “Se a nossa morte for dedicada aos nossos amigos, alcançar a atenção. Sendo assim, já não nos conduz à escuridão, à solidão e ao isolamento, mas sim ao conforto da comunidade. Reconhecemos, então, um sentido da nossa morte. Vivemos e morremos não só para nós, mas também pelos outros. Na morte, torna-se evidente que aquilo que salva a nossa vida é o amor. Quando completamos o nosso amor na morte, a nossa morte é redimida, libertando depois, algo para os outros. É este o sentido que poderemos encontrar no envelhecimento”.

E o autor despede-se desejando que o envelhecimento nos torne sábios, mansos para conosco e para com o próximo, que a nossa velhice seja bem-sucedida, de quem está em paz consigo mesmo, irradiando algo de bom em seu redor. Ao exercitarmos os passos da arte de envelhecer, tornamo-nos, tanto na vida como na morte, uma bênção para os outros.



Anselm Grün

A crónica estarrecedora da derrocada de uma comunidade agrária, na gândara

Tenho para mim que Carlos de Oliveira foi o grande artífice da revolução literária em Portugal, na década de 1940, iniciou-se no movimento neorrealista, de que mais tarde se desvinculará, neste tempo produzirá um romance de alto calibre, *Casa na Duna*, na década seguinte outro prodígio, *Uma Abelha na Chuva*, outro tumulto literário acontecerá na década de 1970, com *Finisterra: paisagem e povoamento*. Distingue-se de qualquer outro escritor pelo permanente cuidado em rever as suas obras até as reduzir à quintessência de um texto medular, uma prosa sem um pinga de enxúndia, uma economia na prosa sem igual, tenho agora nas mãos a 5ª edição, de 1977, afinou o estilo, faz-se inteiramente compreender com a eliminação de todo o pormenor vagante: “Na gândara há aldeolas ermas, esquecidas entre pinhais, no fim do mundo. Nelas vivem homens semeando e colhendo, quando o estio poupa as espigas e o inverno não desaba em chuva e lama. Porque então são ramagens torcidas, barrancos, solidão, naquelas terras pobres.

Ao fundo dum desses sítios, há uma pequena lagoa que o calor de julho seca. A aldeia chama-se Corrocovo e a lagoa nem sequer tem nome. Quando a água se escoar, a concha gretada está coberta de bunho. As mulheres ceifam-no, estendem-no ao sol, e entrançam esteiras que vão vender às feiras da vila de Corgos. Mariano Paulo e os amigos descem da quinta, caçam ali os patos bravos, quando o outono os leva de passagem para as terras quentes do sul. O charco espalha sezões nos casebres à borda de água e agasalha as aves para os senhores da aldeia derrubarem a tiro. Aves com frio, caçadas crepusculares”.

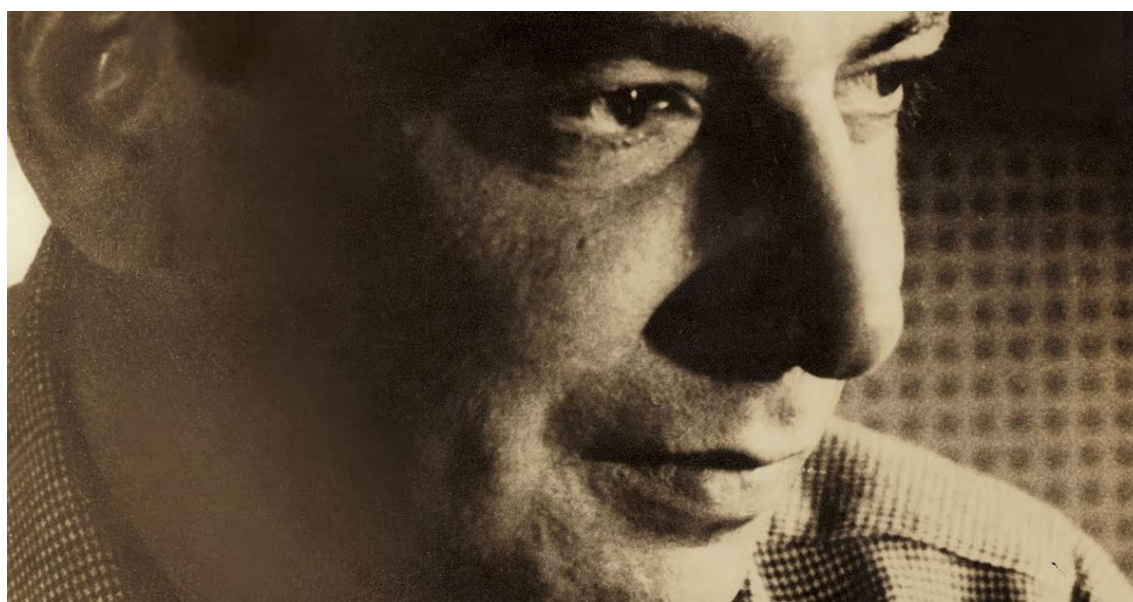
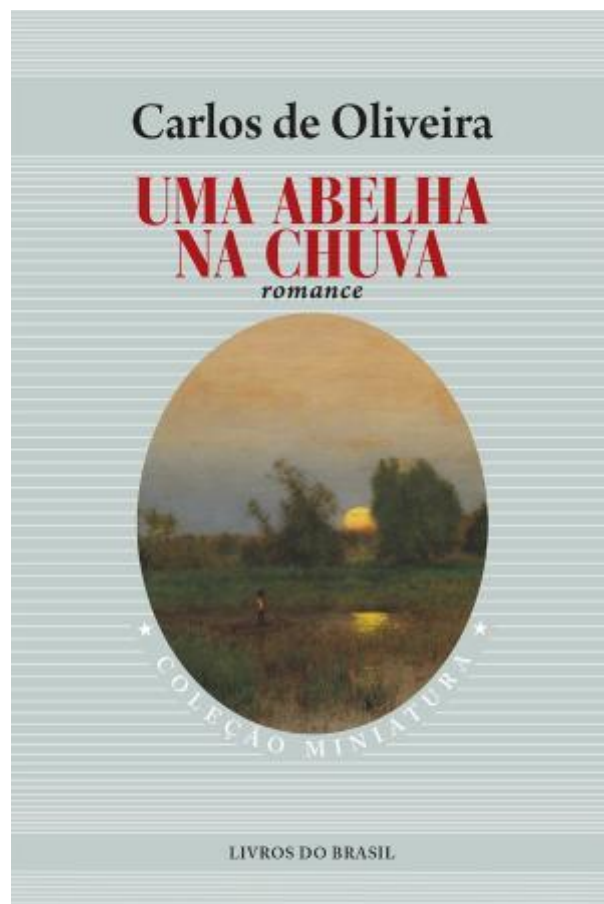
Entram em cena os personagens, logo Mariano Paulo, o Dr. Seabra e o Guimarães, mais adiante o Lobisomem (de corpanzil vergado e a arrastar uma das pernas). A prosa é esquemática, mas totalmente elucidativa: “No alto, a descer para o poente, fica a quinta dos Paulos. A casa tem dois pisos e é ampla e velha. Uma larga alpendrada resguarda-lhe as janelas da chuva, das nortadas. A telha é antiga, canelada, e o tempo enegreceu a caiação. A quinta desdobra-se em leiras de pinhal, vinha, milho, pela gândara dentro”. Nesta casa viveu o fundador, Silvério Coxo, o velho Paulo, agora Mariano e o seu cismático filho, Hilário, mas também Maria dos Anjos, que aquece a cama de Mariano, e há a criada, Palmira, que cuidou de Hilário, órfão logo que chegou a este mundo. E ficamos igualmente a ver como se expandiu aquele domínio agrário: “Os Paulos, um após outro, tinham conseguido alargar a quinta, leira sobre leira, num tempo em que os camponeses trocavam a terra a canecas de vinho. Corrocovo via a fazenda acumular-se, a quinta alastrar sobre pequenos campos vizinhos. Os homens entregavam a terra vendida e começavam a cavá-la por conta alheia, ganhando a jorna certas dos patrões. A quinta cresceu, abocanhado tudo: pinhal, searas e poisios”. Os tempos são de mudança, chegaram as máquinas, Mariano recusa-as, deplora aquele filho sempre alheado de tudo, incapaz do entusiasmo. Palmira casa com Luciano Taipa,

jornaleiro da quinta, todo o dinheiro que acumulara reverte para solo agrícola do casal, tudo redundará em fracasso, Luciano emigrará. Aquela estrutura agrária define: “O trabalho da quinta era feito por enxadas, a uva esmagada sem prensas, o milho escarolado à mão. A aguardente de Corrocovó corria ainda do tosco alambique, como nos tempos do velho Paulo. A compra da grande máquina destiladora fora sempre adiada. Os homens continuariam a calcar os cachos, o bagaço, a escarolar as espigas. Na quinta, tudo nascia da sua paciência”. E veio um mau ano agrícola. “Nevoeiro, míldio, lagartas e calor, doenças a grassar no chão macerado. O vento quente bafejava as culturas, matava por sua conta. A terra, que era verde, tornara-se amarela”. Estalou a miséria na aldeia, a quinta esbarrondava-se, o desprendimento de Hilário desalentava Mariano. Este ainda sonhou em adquirir os fornos de cal do Guimarães, houve hipoteca, mas foi resgatada, nada se alterou. A quinta parecia viver fora do tempo. Hilário dá sinais de perturbação, é arrogante com o feitor, Firmino, este esteve para ir às vias de facto, tudo por causa de uma égua que Hilário retalhara o dorso a chicote. Há gente estranha pelos matos, talvez um fantasma portador de prenúncios maus. Mariano sente um alento quando monta uma fábrica de telhas. Hilário sempre indiferente, anda perdido de amores por Guilhermina, que quase sempre o escorraça, tem outros amantes a valer. Aquele pedaço de terra barrenta que parecia ir trazer novos tempos férteis aos Paulos, subitamente perdeu valor. Durante tempos, a telha vendia-se bem, as encomendas cresciam, Mariano, vendo aquele Hilário incapaz de tudo, pensa em casar-se com Maria dos Anjos, quer ter herdeiros a sério. Mas chega a derrocada:

“Foi então que a grande estrada que descia da vila começou a aproximar-se de Corrocovó, a abrir-se por entre o mato, a deitar pinhais inteiros ao chão. Apareceu em frente da aldeia o piso certo de saibro e pedra. E a multidão de britadores, homens de picaretas, pás, enxadas, com a ajuda dos cilindros enormes, enfiou a estrada ao meio do lugar. Negociantes, porqueiros, carros de milho, fruta, couve, gado e celeiros, passavam agora em Corrocovó, na estrada nova, para as feiras da vila”. Assim se condenou a fábrica de telha, a concorrência das grandes indústrias vendia mais barato.

E como na tragédia grega, tudo se precipita, a maldição tem o seu auge. Na festa de Nossa Senhora da Lagoa, Hilário vê a sua Guilhermina a dançar com Basílio, o lodo do ciúme veio à tona, agride-o brutalmente. Basílio não se faz rogado, tira vingança, mata-o com uma enxada, enterrada de alto a baixo na cabeça. Mariano entende que chegou a hora de destruir a quinta, tem ali a lenha da cozinha, as latas de petróleo, a palha dos corrais, os fósforos, imagina as chamas a crescer dos dois lados do pátio, a devorar a casa, a adega, as tulhas, a noqueira plantada por Silvério Coxo, fundador da quinta.

Assim o pensou e assim o fará, tem de alcançar a sua vitória sobre o destino, aquele mundo antigo irá desaparecer, não será desafiado por aquele que se anuncia, Mariano prefere que tudo se perca, aquela quinta é a metáfora de uma estrutura agrária que entrou em derrocada num Portugal que balbucia a industrialização. Escassa centena e meia de páginas de uma densidade tal que deixa o leitor de antemão informado que temos aqui texto clássico, do melhor que se produziu no século XX.



Carlos de Oliveira

A sátira a Salazar que Marcello Caetano não proibiu

Em junho de 1972, era editado *Dinossauro Excelentíssimo*, por José Cardoso Pires, pela Arcádia, capa e ilustrações de João Abel Manta, em dezembro já íamos em terceira edição, 15.000 exemplares, um espanto, uma fábula satírica numa arquitetura literária completamente diferente de tudo quanto o autor de *O Hóspede de Job* até agora escrevera, que atrevimento fazer de Portugal o Reino do Mexilhão onde havia um imperador “que na ânsia de purificar as palavras acabou por ficar entevado com a paralisia da mentira. Ainda lá está, dizem. E não é homem nem estátua porque a ele, sim, roubaram-lhe a morte. Não faz parte deste mundo nem daquele para onde costumam ir os cadáveres, embora cheire terrivelmente”. Livro dedicado às filhas, não que passasse por história com ingredientes inocentes como *Os Desastres de Sofia*, pela Condessa de Ségur, era a história encapuçada do ditador, obreiro de uma certa ordem e autoridade assumida como irrefragável, e para todo o sempre, seu nome Dinossauro, desde a infância “estava escrito que iria subir muiiiitíssimo na asa da compostura por cima dos casebres da aldeia e do palácio dos ricos, e que teria de tirar um curso que lhe desse para governar toda a gente. Leis, decidiu o padre local”.

Foi tomado como um enviado de Deus, levado para ser doutor na cidade dos mesmos, os mestres receberam-no com dureza: “Vestiam paramentos negros e usavam estolas como as dos sumos sacerdotes, mais ou menos. Rostos rapados, cinzentos, olhos frios, raposões, olhos de muita vigília, ali estavam eles, bem alto, num friso de catedral como cardeais da sabedoria”, impôs-se como doutor, ganhou prestígio, houve quem dissesse que estava predestinado para voos desmesurados.

Coube ao Dinossauro pôr ordem no reino, e ficamos a saber qualquer coisa sobre os mexilhões:

“Logo que nos outros reinos se declaravam guerras ou preços lá vinha o vento alastrar e quem pagava eram os mexilhões, apesar de não terem culpa nenhuma; se os serranos se deixavam arrastar das suas tocas, sabiam que era contra eles que vinham chocar e viam-se obrigados a fazer parede para não irem parar ao mar. Oh, vida. Ao cabo de largos anos de experiência estes camponeses pendurados nas falésias, mexilhões no legítimo sentido, tinham criado pé, raízes de limo, obstinados em olhar as nuvens, o que quer que fosse”.

Dinossauro fez-se acompanhar de muitos doutores, o reino foi embandeirado em decretos, requerimentos, assinaturas, rescreveu-se a história: onde se via pobreza devia ler-se modéstia, as fortunas chegavam de mão beijada, por decisão do destino superior aos homens, os pobrezinhos sempre honrados naquele reino onde havia até um Patriarca do Alto Comércio e um Guerreiro Mor. O imperador montou uma câmara de torturar palavras, sempre cercado pelos senhores doutores, em dado momento bárbaros das quatro direções ocuparam determinada ilha nos confins do mapa, a mais caprichada da Coroa, deu-se luta, as coisas não correram bem, houve que dar resposta:

“A ilha não se perdeu, continua nossa”, era assim nesta teia das palavras que se amansavam os mexilhões. Com o passar dos anos, Dinossauro encerrou-se no casulo, dispensava as visitas, falava muito para o gravador. No meio daquela pasmeira, talvez entendida como vida retrógrada, o Dinossauro tornara-se prisioneiro de si mesmo, o passado tornou-se rotina do presente, e Cardoso Pires engrena numa frase subtil:

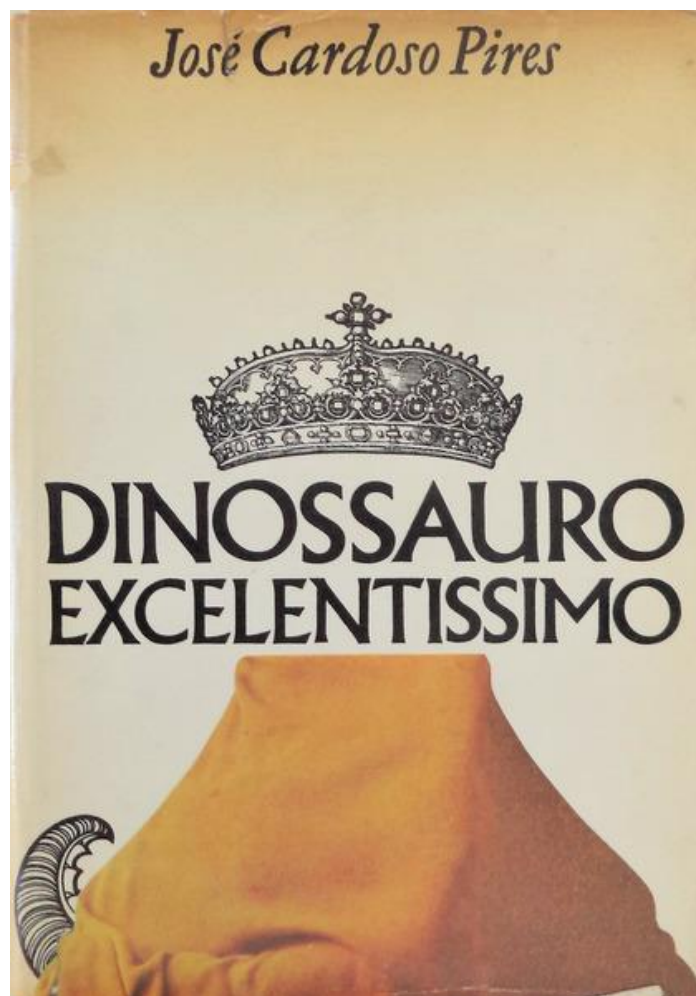
“Já ensinavam os mexilhões-avós e os mais para trás que fingir de cego é virtude de quem vê demais, e certamente tinham razão. Sua Alteza deixava andar os bacharéis discursadores à rédea solta pelas campinas da História. Desenterravam aniversários, palitavam jantares, pressentiam inaugurações e pretextos de tuta-e-meia para solfejarem a sua palavrinha de hora e tal”.

Dinossauro sofria com a ingratidão daquela indiferença dos mexilhões, a ordem que ele concebera ainda era alvo de alguns rituais, vinham às centenas as camionetes de excursão bater-lhe palmas, mas Dinossauro já tinha poucas ilusões e preferia cumprir o seu reinado no gabinete, dedicou-se à manipulação das palavras, Cardoso Pires urde com subtileza o trabalho a que se fadara Dinossauro:

“Na sua qualidade de camponês de gramática aseada, o Imperador aprendera a dar valor a semelhantes ornatos de aspeto inofensivo. Tinha visto muito bacharel tropeçar na vírgula e estatelar-se a meio do período; ou passar sem dar por ela e perder o fôlego antes do ponto final, o que não era menos desastroso (...) De camaroeiro em punho meteu-se a pescar vírgulas nas prosas mais turvas; lançou-se atrás do til, essa borboleta, e do trema em lantejoulas; distribuiu hífen, colocou-os com cuidado com que se abrem cancelas no terreno selvagem das orações confusas. Ao sinal do parágrafo, minúsculo hipocampo entre folhas amortalhado, pô-lo a embelezar com abundância os decretos-leis da sua predileção; e à gota de mel, que era o ponto de exclamação, retirou-a aqui e ali para não tornar gulosa a frase”.

Envelheceu o imperador, retirou-se para o Forte das Sete Chaves, recebia esparsamente os conselheiros, estes arranjam uns espelhos especiais corrigiam a imagem do Doutor Dinossauro, representando-o em imperador novo e de acordo com o modelo oficial. Os jornais e a televisão ajudavam a compor a imagem. Ficou fora do mundo, ainda acreditou que era imperador, os conselheiros fiéis fingiam que vinham a despacho, inventavam-se imagens de inaugurações, julgava-se que ia morrer, mas ressuscitou, foi nessa atmosfera que se criou o Império Fantasma, tétrica encenação. “Reza a História que Dinosaurius Um faleceu a tantos de tal, hora da Comarca dos Doutores, fulminado por uma síncope de amnésia. A dado instante está vivo e ponto. Faleceu”. Acorreu-se ao velório, os mexilhões pasmaram. E cresceu o mito, os conselheiros fiéis afirmavam a pés juntos que a teia das palavras alastrava, e de dedo em riste lembrava-se às gerações que as estátuas do imperador vigiavam o reino. E porque de uma fábula satírica se diz tratar, o autor despede-se pedindo às filhas que fechem o livro, que mandem passear os fantasmas. “Fartámo-nos de falar de mortos, de velhos, de mistérios, quando afinal temos tanto para viver. Não é?”.

A edição era lindíssima, guardo-a como uma relíquia. Indubitavelmente, José Cardoso Pires, mesmo fazendo fábula sobre o óbvio aqui provou e comprovou que era um mestre renovador da língua portuguesa.





José Cardoso Pires, fotografado por Fernando Lemos, 1949

A Europa, entre o Congresso de Viena e a Ata de Helsínquia

Dei comigo a pensar em que época na História da Europa ocorrera um fenómeno como este que presentemente vivemos de uma aparente coesão devido a uma agressão de um país a outro, parece que o continente europeu, sem exceção, se quer precatar de novas conquistas, ninguém deseja que se mexa nas fronteiras. Digo aparente coesão porque não há na atualidade nenhum bloco ideológico constituído (nem se prevê tal hipótese) que atravesse todo o continente europeu até às fronteiras da Bielorrússia e da Rússia, não houve qualquer convenção internacional em que a generalidade dos povos europeus tivessem acordado em reagir drasticamente face à invasão da Ucrânia.

E dei-me a questionar que turbulências parecidas houve na Europa nos dois últimos séculos. Assim cheguei a uma obra inesquecível na minha formação, saída da pena de um historiador de primeiríssima água, Jean-Baptiste Duroselle, ao tempo imbatível no estudo das relações internacionais e de uma profundidade exemplar no seu conhecimento da História da Europa; terei lido o chamado *guia de Duroselle*, e pela primeira vez em 1976, e sempre o vasculho quando há uma questiúncula entre gregos e macedónios, servos e bósnios, húngaros e romenos, ou pretendo saber um pouco mais quanto ao processo de formação da Alemanha no II Reich, operação prodigiosa de

Bismarck. Afinal, embora fora dos acontecimentos tão atuais, o que há de inextinguível neste livro de Duroselle? Quem sabe muito não esconde os seus instrumentos de trabalho nem as fontes consultadas, desvela a bibliografia que lhe pareceu a mais significativa. É impressionante o que ele oferece ao estudioso quanto à pesquisa das fontes, os instrumentos de trabalho, os livros que ele reputa por indispensáveis.

Tudo começa na Europa de 1815, Napoleão foi derrotado, houve que reconstruir a vida política do continente, encontrou-se consenso sobre o que se chamava a legitimidade e o equilíbrio europeu. Formaram-se alianças, Duroselle dá-nos conta da estrutura interna dos Estados e lembra-nos que a Europa de 1815 era legitimista, clerical, reacionária, aristocrática, fundada em desigualdades, mas estava a amadurecer-se para uma longa sucessão de revoluções. E daí, o historiador dá-nos o itinerário de ações e revoluções até 1871, vamos ter insurreições, os pobres agitam-se, desenvolvem-se sociedades republicanas, pululam as crises económicas, o recém-criado Reino Unido (1800), a França e a Prússia preparam-se para os grandes desafios da industrialização, da ascensão burguesa e da conquista imperial. É tempo de nacionalismos também, logo a Bélgica, a Itália, as nações emergentes da desagregação do Império Otomano.

Tema referencial é a diplomacia de Bismarck, ele vai jogar em todos os tabuleiros, da Rússia, passando pela Áustria até à Grã-Bretanha sucedem-se as alianças e as crises, assim chegaremos a uma era de crises entre 1904 e 1914. Em 1871 até aos inícios da I Guerra Mundial, contrariando todos os projetos conservadores, assistimos a um nível de democratização dos Estados, a uma melhor repartição da riqueza, os ministros deixam de ser recrutados na aristocracia, os partidos radicais ou socialistas exigem a educação universal gratuita, é um tempo de reformas, o que nós hoje chamamos Direita e Esquerda é obra deste tempo.

A I Guerra Mundial gera um novo quadro europeu, entramos numa era de democracias e totalitarismos, crescem gradualmente os perigos que irão desembocar na II Guerra Mundial e quando esta finda entramos num sistema bipolar, no equilíbrio do terror, numa alteração radical no sistema de alianças e na descolonização. Duroselle parte noutra direção, quais os novos problemas e como eles aparecem debatidos, a importância que vão ter a opinião pública, o nacionalismo, os grupos de pressão, a personalidade do homem de Estado.

E temos as revoluções, os seus diferentes tipos, como se distinguem, quais as suas causas, as que não tiveram seguimento, as que se apresentaram como tal e em que as elites as dinamitaram ou jugularam, sem reação das massas populares. Trilhando caminhos indiscutivelmente ásperos, ele fala-nos da guerra e da paz, causas e falhanços dos vitoriosos, como ao longo deste período se procuraram evitar as guerras. E chegamos à colonização e à descolonização. Os países coloniais eram essencialmente os do Atlântico, mais tardiamente apareceram a Alemanha, a Itália, a Bélgica, os Estados Unidos e o Japão. São passados em revista os problemas do imperialismo colonial e como emergiu, através de elites ditas indígenas formadas nas metrópoles coloniais, a

contestação e como se processou o antigo colonialismo na Europa, e como tudo desaguou na descolonização.

E depois desta viagem galopante, e de uma síntese que só é possível a um historiador de grande visão e conhecimentos, chegou o momento da conclusão: “A História é só uma e é total. Em qualquer processo político nós devemos procurar todas as explicações possíveis, superficiais e profundas. Iremos descobrir rapidamente que não há História Política, nem História Social, nem História Económica, nem História Militar, nem História Religiosa com autonomia. Há factos políticos, sociais, económicos, militares, religiosos, etc. Mas o encadeamento destes factos explica-se pelo todo. Toda uma parte da nossa vida passa à margem das decisões políticas, da intervenção do Estado, da hierarquia das autoridades legítimas. Mas toda uma outra parte da nossa vida é a de um *homo politicus*, passivo (forças irresistíveis que nos obrigam a pagar impostos, a ser soldados, a obedecer às leis) ou ativo: nós acreditamos que é preciso mudar a situação e nós atuamos, até ao extremo limite, pela via revolucionária. Se, por conseguinte, uma larga parte da nossa existência humana está metida nestas ligações políticas é porque a História Política existe, importante e interessante”.

O historiador tem como missão explicar o desenrolar da História, deve evitar toda a qualquer forma de dogmatismo, deve procurar explicações pluralistas, mesmo que chegue a conclusões diferentes do que foi o alinhamento das suas análises iniciais. Para progredirmos no estudo da História só se pode interpretar depois de fazer a análise dos factos.

Devo a Jean-Baptiste Duroselle este gosto pelo estudo da Europa, a recusa do dogmatismo, o mergulho no caleidoscópio, no pegar nas peças soltas e encontrar uma interpretação que me conduza a uma análise segura, mas nunca definitiva.



Jean-Baptiste Duroselle (1917-1994)

Nunca a memória do mundo rural alcançou o cume poético de Platero e Eu

Platero e Eu, de Juan Ramón Jiménez, é sempre esta edição com desenhos de Bernardo Marques, que não deixo sair das minhas estantes, por diferentes razões: por ser a mais entranhada e afetiva écloga intemporal, em que um burrito é um mediador quase antropomórfico de quem regressa ao terrunho natal, um pequenino ponto da Andaluzia; pelo esmalte da tradução de José Bento, toda a riqueza desta prosa poética é obra de desvelo, à procura do termo adequado, para sorvermos o mundo rural e o companheiro de quatro patas dotado de uma capacidade de entendimento que nos comove até às lágrimas; e também pelo facto de a edição aparecer recheada com belos desenhos de um artista gráfico inesquecível, Bernardo Marques, há uma quase magia no que desenha para completar todo este vastíssimo olhar sobre tal pequenino ponto da Andaluzia, de tal modo que dá pleno ajuste àquela frase de que o que é regional tem sempre força universal. Vejo crianças a folhear recentes edições de *Platero e Eu*, e sempre me pergunto se lhes passa pela cabeça que este livro não escolhe gerações, estão ali registados ensinamentos para toda a vida. E pergunto-me também se os ambientalistas alguma vez notaram que este texto é um belo tratado de amor à Natureza.

Platero e Eu aparece como um encadeamento de textos, apresenta-se o burrito que é pequeno, peludo, suave, macio, tem olhos duros como dois escaravelhos de cristal negro, gosta de tangerinas, uvas moscatéis, figos roxos, é terno e mimoso. E temos a paisagem, o deslumbramento do poeta é contagiante:

“Paro extasiado no crepúsculo. Platero, grãos de ocaso os olhos negros, abeira-se, mansamente, de um charco de águas de carmim, de róseo, de violeta; mergulha suavemente a boca nos espelhos, que parece que se liquefazem quando ele os toca. A tarde prolonga-se para além de si mesma, e a hora, contagiada de eternidade, é infinita, pacífica, insondável”. Mergulhamos em pleno neste universo rural, onde há cabras, crianças que brincam com Platero, fragâncias mil, borboletas brancas, canta-se a chegada da primavera: “Que manhã! O sol põe na terra a sua alegria de prata e de ouro; borboletas de cem cores brincam por toda a parte, entre as flores, dentro de casa, na fonte. O campo abre-se em estalidos, em crepitações, num fervedouro de vida nova e sã. É como se estivéssemos dentro de um grande favo de luz que fosse o interior de uma imensa e cálida rosa acesa”.

Ouve-se o repicar dos sinos, vão aparecendo personagens daquela terra, há quem trate o poeta por louco, ele passeia-se com Platero indiferente aos comentários, o burrito é aquele companheiro mudo que olha a Lua, que assusta gente quando mete a cabeçorra branca na vidraça, que coxeia e chama à atenção do dono para um espinho cravado na ranilha vermelha. Aqueles passeios por todo o espaço vegetal são pacíficos para o poeta e o burrito, é uma cumplicidade sem igual:

“Trato Platero como a um menino. Se o caminho se torna pedregoso e lhe peso um pouco, desço para aliviá-lo. Beijo-o, engano-o, faço-o zangar... Ele compreende que lhe

quero, e não me guarda rancor. É tão igual a mim que cheguei a crer que sonha os meus próprios sonhos.” Platero tem os seus instintos amorosos, é da primavera. E chega o verão, há o canto do grilo, aparece Darbón, o médico do Platero, pesa arrobas, é desdentado e quase não come senão miolo de pão. “Enternece-se, como uma criança, com Platero. E se vê uma flor ou um passarinho, ri-se subitamente, abrindo a boca, com uma enorme gargalhada reprimida, que acaba sempre em choro”. Pois recorda como a sua filha jaz no velho cemitério.

E chegam as andorinhas, agora é dia de festa, repicam os sinos, brilham nas janelas colchas de damasco escarlata, relincha Platero, sucedem-se os passeios, aquela amizade é inquebrantável, Platero é também amigo de ajudar, há uma tísica na aldeia, importa ajudá-la:

“Eu ofereci-lhe Platero para que desse um curto passeio. Montada nele, que riso o da sua esguia cara de morta, toda olhos negros e dentes brancos. As mulheres apareciam às portas para nos ver passar. Platero caminhava devagar, como se soubesse que levava um frágil lírio de cristal”.

Sucedem-se as estações e as festas, a do carnaval intimida um tanto Platero, acaba por colaborar, mas contrafeito. O poeta mergulha enternecido na sua aldeia em festa, iluminada de vermelho até ao céu, sobem agrestes valsas nostálgicas no vento suave. Há lembrança de um menino pateta que já partiu para o céu e chegamos a um domingo de procissão, poeta e burrito ficam pelo campo, dourado pelas notas caídas do alegre revoar florido, estão em paz, homem e animal fitam-se de vez em quando. Também de vez em quando chora-se, é o caso daquela menina que era a glória de Platero e que depois partiu, havia que registar a dor:

“Que pompa Deus pôs em ti, tarde do enterro! Setembro, róseo e dourado, declinava. Do cemitério, como ressoava o sino, no poente rasgado, a caminho da glória!... Regressei contornando os muros, só e triste, entrei na casa pela porta da cerca, e, fugindo dos homens, fui ao curral e sentei-me a chorar com Platero”. Começaram os trabalhos de outono, passaram as férias, chegaram as primeiras folhas amarelas, é tempo das belas romãs, que descrição memorável:

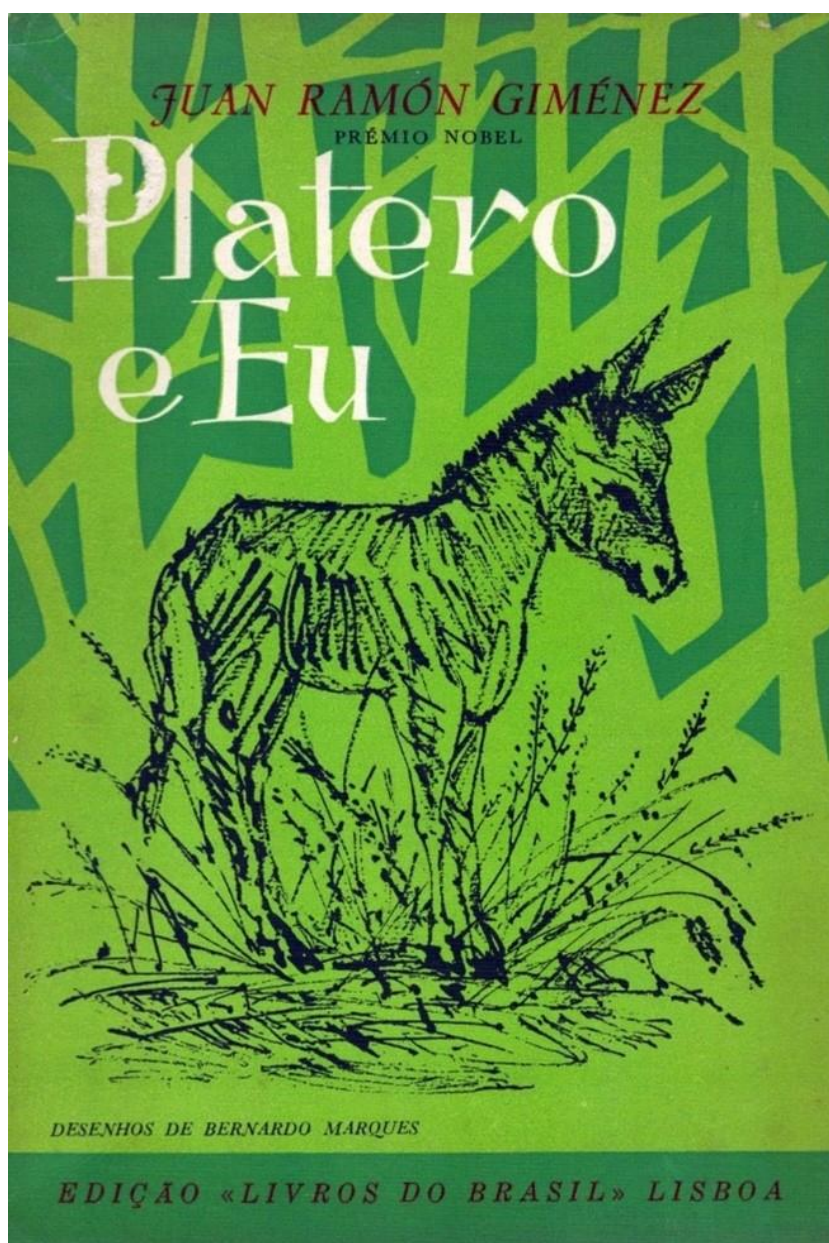
“Platero, que agradável sabor amargo e seco o da difícil casca, dura e agarrada como uma raiz à terra! Agora, a primeira doçura, aurora feita um breve rubi, dos grãos que vem pegados à casca. Agora, Platero, o núcleo apertado, são, completo, com seus finos véus, o esquisito tesouro de ametista comestíveis, sumarentas e fortes, como coração de não sei que rainha jovem. Que cheia está, Platero! Eh, come! Que rica! Com que gozo se perdem os dentes no abundante sabor alegre e rubro!”

É uma verdadeira sinfonia pastoral entre o homem e o seu companheiro, há aqui um maravilhamento franciscano que mete o orvalho e os pardais, o sabor dos frutos, os trabalhos campestres, o fim do dia e a aurora sempre saudada. Já chegámos ao inverno, tempo daquele Sol instantâneo e débil, vai renascer o bom tempo e é nisto que o poeta encontra Platero deitado na sua cama de palha, os olhos mortiços e tristes. A partir de agora é tudo uma amizade de memória, o poeta crê que está a ser visto por Platero, a

sela do burrito foi posta num cavalete de madeira, é ali que as crianças brincam, trotam pelo prado dos seus sonhos: “Arre, Platero!, arre, Platero!” E o poeta despede-se:

“Doce Platero, o tratador, meu burrinho, que tantas vezes levaste a minha alma – só a minha alma! – pelos fundos caminhos de catos, de malvas e de madressilvas: para ti este livro que fala de ti, agora que podes entendê-lo. Vai para a tua alma, que já pasta no Paraíso. Montada no seu lombo de papel leva a minha, que, caminhando entre silvas em flor para a sua ascensão, todos os dias se faz melhor, mais pacífica e mais pura”.

Questiono, pois, se esta écloge admirável não é mesmo para todas as gerações.





Juan Ramón Jiménez, Prémio Nobel da Literatura de 1956

Lembrar depois da queda do Muro de Berlim a espionagem nos tempos da Guerra Fria

O Peregrino Secreto, de John le Carré, 1990, Publicações Dom Quixote, é a primeira obra de John le Carré já num cenário de previsão de que o Império Soviético tinha os seus dias contados, a Guerra Fria passava a categoria de dossiê de estudo.

Ao longo de 30 anos, aquele que foi seguramente o mais talentoso escritor de literatura de espionagem, verdadeiro compendiador da comédia humana deste ofício, arquitetou um romance em que lança um olhar retrospectivo e prospetivo sobre a realidade. Uma lenda da profissão, George Smiley, é convidada para uma preleção destinada à nova geração de futuros espões. O que se vai seguir é uma fascinante cadeia de recordações, quem as enuncia é Ned, um espão que trabalhou ativamente nos serviços secretos britânicos e perto de Smiley, o mais velho e astuto dos combatentes da Guerra Fria.

O tempo fictício desta obra-prima é a alocução de Smiley aos recrutas a espões, a primeira história é muito pouco lisonjeira para os sórdidos negócios britânicos de armamento: “Saiba o leitor que os vendedores de armamento autorizados na Grã-Bretanha se consideram uma espécie de elite sem polimento e que gozam de privilégios absolutamente desproporcionados junto da polícia, da burocracia e dos serviços de informações. Por razões que nunca percebi, o seu sinistro negócio coloca-os numa relação de confiança com estas entidades”. E, mais adiante, relata-se a chegada de um multimilionário árabe que vem fazer compras vultosas, era preciso protegê-lo, mantê-

lo vivo até assinar o cheque, a tarefa dos serviços de espionagem fazia parte de zelar por um país árabe dito amigo, captar as boas graças de príncipes, sultões, sheiks, lisonjeá-los à boa maneira inglesa, sacar concessões favoráveis para obter petróleo e vender suficiente armamento britânico “para manter as satânicas fábricas de Birmingham a funcionar dia e noite”.

Para o espectro do maior traidor da corporação, Bill Haydon, a toupeira soviética dentro da organização britânica, um senhor responsável por muitas mortes e destruição de redes de espionagem no então universo soviético. As histórias sucedem-se, logo a de Ben, amigo de peito de Ned, inadvertidamente foi lançado na Berlim Oriental e graças ao traidor Bill Haydon foi o braço longo que levou à destruição da espionagem britânica; o ambíguo capitão-de-mar Brandt, que prometia mundos e fundos, que montou uma rede no Báltico, que também acabou destruída, Brandt fazia-se acompanhar de uma menina vinda de uma república báltica, pensou-se que a menina não passava de um agente duplo, no fim da Guerra Fria Ned viu de raspão Brandt nos renovados serviços secretos russos, na antiga sede do KGB, de onde se comprova que mesmo num par amoroso o verdadeiro vilão se disfarça de cordeiro inocente e lança para a fogueira a sua amada. Este belíssimo romance de recordações e premonições fala-nos dos locais míticos da espionagem, como Hamburgo ou Munique, retaguardas logísticas para onde eram atraídos, com pretextos plausíveis, os espões ao serviço da Grã-Bretanha, e até dos EUA, a relação dos dois países era de franca cooperação e de otimização de recursos, e descobre-se que um velho professor universitário húngaro era um perfeito aldrabão que enganava britânicos e norte-americanos, fornecia-lhes lixo como se estivesse a vender ouro.

Voltemos ao discurso de Smiley, uma das recrutas pergunta-lhe o que é hoje ser espião, que profissão temos para o futuro, já que acabou a Guerra Fria, George Smiley tem resposta: *“A maior parte do nosso trabalho ou é inútil ou duplicado por fontes abertas. O problema é que os espões não existem para esclarecer o público, mas sim os governos. E os governos, como qualquer outra pessoa, confiam naquilo porque pagam e desconfiam daquilo porque não pagam. A espionagem é eterna. Mesmo que os governos pudessem passar sem ela, nunca passariam. Adoram-na. Se alguma vez chegar um dia em que já não haja inimigos no mundo, os governos hão de inventá-los para nós, de modo que não se preocupem. Toda a história nos ensina que os aliados de hoje são os rivais de amanhã.”*

E chegamos ao final da prédica, Smiley considera que está na altura de correrem o pano sobre o homem da Guerra Fria de ontem, e faz o seu discurso ontológico: *“Nunca dei um chavo pelas ideologias, nunca considerei as instituições dignas dos seus papéis, ou as políticas como muito mais que desculpas para a ausência de sentimentos. É com o homem, e não com as massas, que a nossa profissão tem que ver. Foi o homem que acabou com a Guerra Fria, caso não tenham reparado. Não foi o armamento, nem a tecnologia, nem os exércitos ou as campanhas. Foi apenas o homem. Nem sequer o homem ocidental, por acaso, mas o nosso inimigo jurado de Leste, que saiu para a rua,*

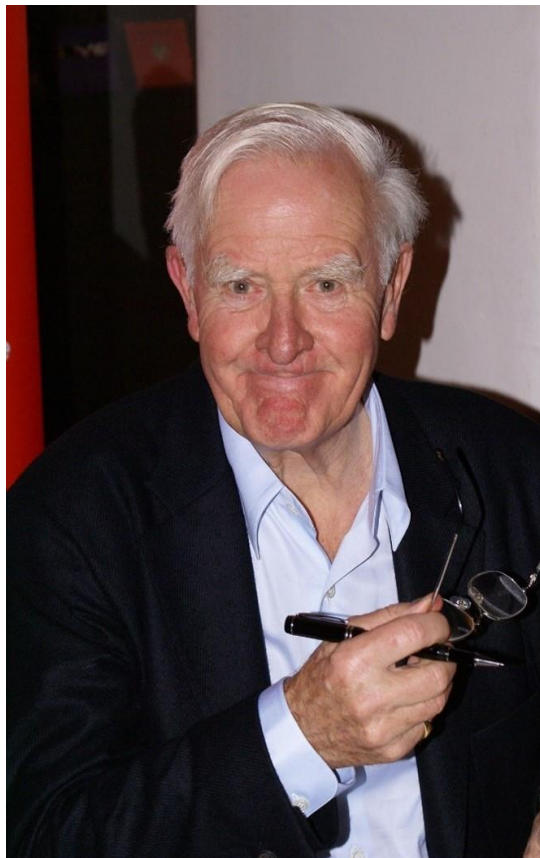
deu o corpo às balas e aos cassetetes e disse: estamos fartos. Foi o rei deles, e não o nosso, que teve a coragem de subir à tribuna e declarar que ia nu”.

E tece considerações sobre os russos, se se pode ou não confiar a partir de agora nos russos, responde com um sim e um não: “Nunca poderemos confiar no Urso. Desde logo, o Urso não confia em si próprio. O Urso está ameaçado, está amedrontado e em desintegração. O Urso está decepcionado com o seu passado, repugnado com o seu presente e transido de medo do seu futuro. Posto que este Serviço é o guardião contratado da nossa desconfiança nacional, estaríamos a descurar o nosso dever se afrouxássemos por um segundo a nossa vigilância sobre o Urso ou qualquer uma das suas rebeldes crias. A outra resposta é sim, podemos confiar absolutamente no Urso. O Urso implora ser um dos nossos, ter a sua própria conta bancária connosco, comprar na nossa baixa e ser aceite como um membro digno tanto da nossa floresta como da sua. O problema é que nós, ocidentais, não temos a propensão natural para confiar no Urso, seja ele o Urso branco ou o Urso vermelho. O Urso pode estar perdido sem nós, mas há muitos de nós que acreditam que é exatamente o que merece. Tal como havia pessoas em 1945 que defendiam que a Alemanha devia permanecer um deserto de cascalho até ao fim da história da humanidade. O Urso do futuro será o que dele fizermos”.

E faz um vaticínio, lança uma advertência sobre o futuro depois da Guerra Fria: “Também não são só as nossas mentalidades que vamos ter de reconstruir. É o superpoderoso Estado moderno que criámos para nós como um bastião contra qualquer coisa que já não existe. Abrimos mão de demasiadas liberdades para sermos livres. Agora temos que as recuperar”.

Acabou a lição, e do princípio voltamos ao fim dos negócios sórdidos feitos por multimilionários britânicos, é a última incumbência de Ned antes da reforma, de novo o armamento vendido a quem fomenta as guerras, há um desses bandalhos do armamento que não tem papas na língua: “Se uma horda de pretos, se esses pretos amanhã se matarem uns aos outros com os meus brinquedos e eu fizer massa com isso, cá por mim tudo bem. Porque se não for eu a vender-lhe as mercadorias, há de haver outro fulano a fazê-lo”.

De leitura obrigatória, agora que o Urso mostra em pleno as suas garras.



John le Carré

O que é ser português, segundo José Mattoso

Em 1989, sob a chancela da Quetzal Editores e apoio do Instituto de Promoção Turística era dada à estampa uma edição com grafismo irrepreensível intitulada Portugal, texto de José Mattoso e fotografia de Nicolas Sapiéha.

O elenco de imagens do malogrado fotógrafo norte-americano ainda hoje satisfaz a exigências dos mais exigentes, independentemente dos aspetos da datação. O texto do historiador José Mattoso é, em meu entender, uma daquelas peças que se podem alinhar ao lado das de Eduardo Lourenço, António Sérgio, Jorge Dias ou Orlando Ribeiro sobre a identidade dos portugueses. São parágrafos sublimes, podiam facilmente circular no sistema educativo reportados à educação cívica.

Oiçamo-lo falando da consciência de ser português:

“Creio que é o secular contacto dos portugueses com outros povos, sobretudo não europeus, aquilo que mais lhes tem dado ocasião de tomarem consciência da sua própria identidade nacional. Mas a prevalência desta situação torna a experiência da identidade demasiado dependente do contexto da ausência e da distância – portanto, da imaginação de uma realidade que se tenta reconstituir pela memória (...) Os Lusíadas voltam a repetir-se todos os dias. Os portugueses só se consideram como tais para darem alguma resposta aos novos reis de Melinde que sem cessar os interrogam. Então são capazes, até, de contarem o que aprenderam na escola – histórias de batalhas e de reis, aventuras de antepassados heroicos como se fossem suas, glórias dos chefes que tomam como próprias, fidelidades meritórias que só foram de vassalos interesseiros e eles transformam em virtudes aglutinadoras de todo um pouco. Assumem uma alma coletiva que só existe nos livros de escola e cujos feitos eles aprenderam a custo para obterem o diploma que dava acesso ao emprego”.

E o historiador recorda as estruturadas assimetrias entre os letrados e os analfabetos, as problemáticas que só ganham sentido nas elites intelectuais para concluir que a consciência da identidade portuguesa parece forjar-se sobretudo na confrontação com outros povos, tanto pode ser a luta contra a moirama como as conquistas e navegações que se seguiram, não excluindo a travessia dos sertões brasileiros. É desse contágio e permuta de experiências que o português toma consciência do que é perante os outros povos e se reconhece como irmão do seu compatriota e súbito do mesmo rei. Até ao romantismo, nada mais havia a perguntar ou a saber, havia a história oficial que servia para fundamentar a história coletiva. As interrogações chegam a partir do momento em que se procura a ligação da cultura, da língua e da nação com a Natureza. Então, o confronto faz-nos hesitar entre as glórias passadas e aquela decadência que se passou a viver desde o século XVII em diante. E com a independência do Brasil falava-se constantemente na decadência, no declínio, então abriu-se a porta de África, reacendia-se o desafio coletivo.

Com o Estado Novo e a sua ideologia nacionalista recriou-se a ilusão de que a decadência tinha terminado e era possível recuperar o vigor primitivo. Mas a questão

matricial permanecia: onde está o espírito da Nação? O que é ser português? Quais são as suas características comuns? O que explica a sua história? A intelectualidade portuguesa andou mais de um século a caminhar por becos sem saída, nem Fernando Pessoa escapou.

O fim formal do Império, em 1974, criou as condições para que os portugueses procurem compreender-se a si próprios de maneira mais realista. Diz José Mattoso que a Revolução dos Cravos repetiu, de alguma maneira, situações comparáveis a 1910, 1640 ou 1383:

“Constitui o ponto de apoio histórico para que a memória nacional recorde a capacidade coletiva de reagir a uma situação de crise. É uma condição importante para criar ou fortalecer uma consciência de identidade que não se baseie exclusivamente em dados ilusórios. As revoluções, na medida em que necessita do concurso de uma grande multidão de indivíduos para triunfarem, possuem, como acontecimentos reais que são, e justamente por serem reais, a virtude própria de simbolizar melhor do que quaisquer outros a capacidade que todo o indivíduo tem de participar no destino da Nação”.

Não devemos a identidade à geografia embora esta seja um ponto de partida na certeza de que não há nisso qualquer espécie de determinismo mecanicista. Um olhar mais sustentado merece o poder político, se acaso este entre em sintonia com os comportamentos generalizados dos cidadãos e os ajuda a melhorar, respondendo às alterações que são expectáveis. Há as críticas que há séculos lançam sobre os portugueses sobre uma alegada incapacidade de planeamento e de organização, aliada a um jeito especial para a improvisação. E José Mattoso pronuncia-se sobre a saudade e o lirismo, a improvisação e o chamado sentimento universalista. Quanto à saudade e o lirismo, questiona se não resultará do facto de nos vermos impelidos a emigrar, o que é uma constante da História portuguesa, foi o que aconteceu desde o século XI com os de Entre Douro e Minho e que procuravam o Sul, e mais adiante o constante fluxo para a África, Índia, Insulíndia ou Brasil, até chegarmos a caminhar para França, Alemanha, Suíça, Luxemburgo ou Canadá.

“Quem lutava contra a penúria, a fome ou a exploração, tinha de colocar a esperança no além, num amanhã, não próximo, mas incerto, situado noutra lugar, noutra espaço, noutra tempo (...) Ora esta experiência comum de tantos portugueses, repetidamente renovada ao longo dos séculos foi, sobretudo pelos que iam ficando, sublimada em poesia, romance ou ensaio, tornou-se um tema quase obsessivo da literatura portuguesa. Resta saber, porém, se o fenómeno pode ser, de facto, generalizado. Para o saber será preciso averiguar, por exemplo, se se encontra com a mesma intensidade na literatura popular. Se não será resultado das condições de vida de uma minoria escolarizada capaz de escrever, de uma minoria que pode até dispor de algumas vantagens no país, mas demasiado magras para serem preferíveis aos riscos da emigração”.

Falando agora da improvisação, recorda o estado concentracionário que existe desde Afonso III, o que poderá levar à convicção da inutilidade das previsões, à impossibilidade

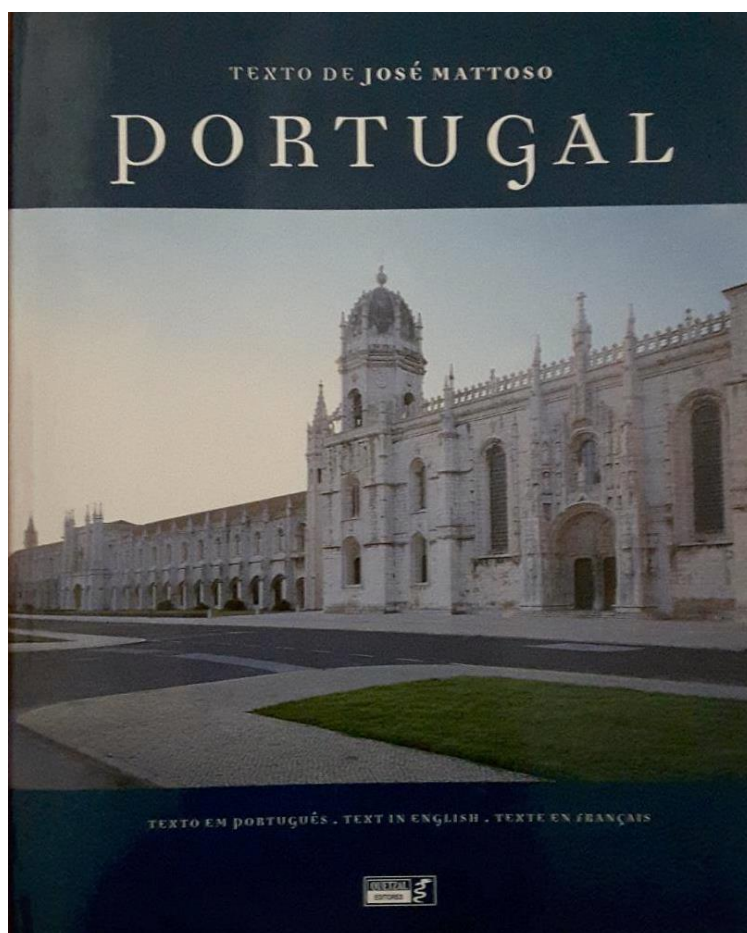
de responsabilização e da participação nas decisões. Se tudo é decidido por uma pequena minoria, a malta desenrasca-se.

Quanto ao universalismo, é verdade que entramos facilmente em contacto com outras civilizações, e o historiador tece uma observação admirável:

“Desenraizado, o português sente-se irmão de todos os homens, espera deles a luta ou o braço, não tem preconceitos contra nada ou ninguém, integra-se facilmente. Não só o português – todo o homem desenraizado. Só que isso tem acontecido a muitos portugueses desde há séculos.”

José Mattoso relembra o papel da intelectualidade no chamado período da decadência e releva a figura de Gonçalo Mendes Ramires, de *A Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queiroz, por ir buscar em África as virtudes dos antepassados. Esse quadro ilusório simplesmente já não existe.

E agora? Agora adaptamo-nos a ser portugueses. Pode muito bem acontecer que venhamos substancialmente a mudar a opinião que temos de nós próprios. *“Pelo menos daqueles que se consideravam vítimas de uma irremediável decadência coletiva”*. Não conheço melhor síntese sobre a questão de ser português nesta nossa modernidade.





José Mattoso

As aldeias serranas da Serra da Lousã

Nos últimos dias do ano de 1995, pus-me ao caminho para ir conhecer Coja e Avô, e respetivos arrabaldes, fui batendo à porta de pequenos hotéis e pensões das vilas, tudo indisponível, anoitecia quando cheguei à Lousã, consegui dormida na pensão residencial Martinho, amesendei-me com fartura com uma saborosa chanfana, umas batatas cozidas de estalo. Findava o ano e percorreram-se as ruas da Lousã, doía um tanto aquelas fábricas fechadas, um mundo têxtil que já fazia parte do passado, mais adiante fiquei intrigado com o nome Cacilhas, começou a subida para a Serra da Lousã, primeira paragem no miradouro, estrada cada vez mais íngreme, paragem nas Hortas, natureza luxuriante, uma bela casa que terá sido das Matas Nacionais, nova subida, já com vertente a pique desaconselhável para quem tem vertigens, e depois uma estrada a indicar Casal Novo e Talasnal.

Iniciava-se um idílio que se prolongou por bons anos, diferentes férias com família e amigos, guardo uma saudade imensa desses tempos em que descíamos pelas faldas da serra até chegar à piscina na Lousã, junto do Castelinho, com a Senhora da Piedade a vigiar. Anos depois tive acesso a um livro que guardo religiosamente, *Terra que já foi Terra*, análise sociológica de 9 lugares agro-pastoris da Serra da Lousã, por Paulo Monteiro, Edições Salamandra, 1985.

O autor embrenhou-se neste mundo agro-pastoril quando começou a abrir maços das velhas cartas encontradas na Serra da Lousã, correspondência de uma família, período temporal entre 1890 até 1950, o marido emigrado na América, quando regressou trazia atadas com cordéis as cartas da mulher. Assim se desvelava um mundo

de camponeses a viver em autossustentação, ou quase, prestando serviços como carvoeiros, vivendo em 9 lugares, religiosamente agrupados por 3 (em cada um deles um templo religioso), dando pelos nomes: Silveira de Cima, Silveira de Baixo e Cerdeira; Candal, Vaqueirinho e Catarredor; Chiqueiro, Casal Novo e Talasnal. Unidos pela festa de Santo António da Neve, aqui também se juntavam povos serranos de Serpins, Coentral e Castanheira de Pera. Os bailes eram a festa, mas havia gente turbulenta, à menor sarrafusca puxavam pelo varapau.

Paulo Monteiro procura ir na sua investigação a umas boas décadas atrás, questiona a organização social destes camponeses, são escassas centenas, casamentos feitos entre gente próxima, abastecendo-se primordialmente na Lousã, com relações esporádicas com Miranda do Corvo, visitando as feiras das vilas vizinhas, caso de Poiães, Serpins ou Condeixa. A relação festiva de caráter religioso é a Senhora da Piedade. Procurando apurar as origens e população dos 9 lugares, o investigador encontrou muitas dificuldades, consta que o povoamento começou no reinado de D. Dinis, as referências escritas são bem posteriores, sofreram bastante com as invasões francesas em 1811. Como habitavam?

“As casas são feitas de xisto escuro; incluía normalmente duas lojas para gado, em baixo, e uma sala ampla em cima, com lareira baixa, onde vivia toda a família, por maior que fosse; mais tarde, sobretudo nalguns lugares, já houve divisões para a cozinha e quarto de dormir (que quase sempre continuava a ser um só); os telhados são feitos de telha canuda coberta depois com placas de ardósia negra. Nas casas sem lojas por baixo o chão é térreo. Há 60 anos eram muito raras as janelas com vidros: usavam-se só portas de pau. Não há casas de banho nem retretes. A iluminação era feita com lamparinas de azeite e candeeiros de petróleo, a luz só chegou quando já estavam abandonados os lugares. A água corre pelos caminhos ou declives do lugar, tendo sido por vezes difícil beber água limpa: no inverno por causa das enxurradas, no verão porque ela escasseava, sendo então estancada de noite para de dia ser recolhida com cântaros e filtrada por um pano de forma a ficar potável. Nos nossos 9 lugares só no fim dos anos 1950 a Câmara da Lousã começou as obras de captação das águas; e fontes só em 1970 as houve, no Candal e Casal Novo.”

Somos imiscuídos das atividades familiares, acompanhamos as culturas, o gado a pastar, a natureza da floresta, as formas de propriedade e de herança; dá-se conta dos casamentos e dos nomes, e até das alcunhas, como a Encarnação Escardoza (nome que davam ao sarampo), o António Trebolha (bicho que dá cabo das batatas e couves), o José Cartola (porque foi a Lisboa e voltou com um chapéu alto), a Conceição Taramela (porque falava muito). Vemos como eram bem duras as tarefas das regas, vamos perceber que há diferenciação profissional e social e como ela se exprime. E agora ganham vida os maços de cartas, cita-se a correspondência de quem está no Brasil, vêm os conselhos de marido para mulher; em dado momento a América tornou-se o sonho da emigração, era o chamariz da renumeração, como alguém confessa: “Fui para a América porque era dinheiro forte, era onde se ganhava mais dinheiro no tempo.”

Poupava-se muito, queria-se regressar e mudar de vida, ter acesso à propriedade, mostrar publicamente o triunfo do dinheiro e de um novo estatuto; uma das recomendações do marido para a mulher era nunca emprestar sem uma letra feita por um tabelião, “quem quiser dinheiro que mo mande dizer a mim que eu é que o hei de mandar dizer que sei o que ele me custa a ganhar”. Paulo Monteiro mostra os resultados dos Censos nestes lugares em 1911 e 1940, não há mudanças drásticas.

Toda esta correspondência vai conhecer novas cambiantes com a segunda vaga migratória, de década para década reduz-se o número total dos habitantes dos 9 lugares, eram 705 em 1940, 27 em 1981, por esta altura surgem compradores vindos das cidades, nomeadamente Coimbra, querem casa secundária, inicialmente a operação é um sucesso, mas de um modo geral os filhos destes novos residentes fartam-se com a monotonia destes lazeres campestres. O autor mostra-nos como se deu o abandono de todos estes lugares, no exato dia 25 de Abril de 1974 o último homem que restava em Casal Novo, e que abandonava a sua terra de malas aviadas, chegavam as viaturas para instalar a luz.

Paulo Monteiro fala de tendências atuais (não esquecer que o seu livro é publicado 1985) quanto aos lugares deste mundo agro-pastoril onde ele vinha conhecer, depois de 1996, a presença de comunidades alternativas, designadamente de alemães. Hoje percorrem-se as aldeias serranas e a vida começa a fervilhar de outro modo, a Serra da Lousã ganha nova vida.

Muito me comoveu este trabalho de pesquisa, uma homenagem a quem labutou nas condições mais duras, emigrou, migrou ou partiu sem olhar para trás, tal a aspereza das condições de vida. Vale a pena visitar este mundo, um deserto em 25 de Abril de 1974, para melhor entender o abandono do mundo rural e como a sociedade de consumo subverteu o olhar sobre estas aldeias.



Imagens de Casal Novo, onde passei férias inesquecíveis

Quando descobri que a sociedade de consumo é a esfera celeste da política dos consumidores

Iniciei as minhas observações sobre o funcionamento do mercado português num tempo em que tínhamos uma inflação a 2 dígitos a partir da primeira crise petrolífera, decorrente da crise alimentar mundial que a antecederia e num contexto tumultuoso de reivindicações, só possíveis num ambiente de liberdade democrática. Trabalhei na Direção-Geral de Preços, um organismo recentemente criado para proceder ao controlo e vigilância dos preços praticados pelas empresas, sobretudo as de maior vulto. Por inerência de funções, assistia às reuniões em que participavam empresas e os técnicos da Direção-Geral, avaliavam-se vários dossiês, tomava-se posição técnica que era comunicada ao Governo, a entidade competente para decidir os pedidos de aumentos.

E um dia aconteceu que houve uma reunião a pedido das empresas fabricantes de margarinas e veio uma senhora representar a DECO, os técnicos das empresas vinham altamente municiados de informação, a representante dos consumidores trazia um caderninho em branco. Houve fartas exposições sobre custos, preços das matérias-primas, encargos com os combustíveis, convidada a pronunciar-se a representante dos consumidores rendeu-se às evidências: “Como não conhecemos o problema económico destas empresas, fazemos o reconhecimento das suas dificuldades, e nada temos a opor que haja novos preços.” Abria-se na minha vida uma nova janela, eu queria à viva força saber para que é que serviam as associações de consumidores e como é que elas agiam na nossa fase incipiente da sociedade de consumo.

Apareceu em 1975 a 1ª edição de *A Sociedade de Consumo*, de Jean Baudrillard, Edições 70, a obra teria sucessivas reedições e ainda hoje é matéria de estudo em certas universidades. Na minha vida foi um ponto de partida, como, poucos anos depois, *O Sistema de Objetos*, obra que também utilizei na apresentação de um trabalho que era obrigatório para concurso de Assessor Letra B, uma década depois. Que revelações surpreendentes me trazia Baudrillard, eu perdia-me encantado, na sua prosa: “Os objetos não constituem nem uma flora nem uma fauna. No entanto, sugerem a impressão de vegetação proliferante e jungla em que o novo homem selvagem dos tempos modernos tem dificuldade em reencontrar os reflexos da civilização.”

E espria-se em considerações sobre o significado da profusão e da panóplia, o encontro do consumidor com os objetos no centro comercial, como tudo se vai traduzir no estatuto miraculoso do consumo e na própria noção aberrante de crescimento, e ele fala da mística do PNB: “Eis o princípio desta magia: em semelhante contabilidade só entram os fatores visíveis e mensuráveis segundo os critérios da racionalidade económica. Nela não têm entrada nem o trabalho doméstico das mulheres, nem a investigação, nem a cultura – em contrapartida, podem nela figurar certas coisas despropositadas, pelo simples facto de serem mensuráveis. Além disso, estas contabilidades, tal como o sonho, não conhecem o sinal negativo e adicionam tudo, danos e elementos positivos, no mais completo ilogismo. Os economistas somam o valor

de todos os produtos e serviços de todos os géneros – não se faz qualquer distinção entre serviços públicos e serviços privados. Os prejuízos e o respetivo paliativo figuram na contabilidade ao mesmo título que a produção de bens objetivamente úteis.”

E o proeminente sociólogo lança-se numa explanação sobre a teoria do consumo, a ideologia igualitária do bem-estar, as novas segregações, as novas distinções ou diferenciações estatutárias; como se estava a viver a primeira sociedade da abundância, como fora lançada a mitologia da soberania do consumidor, como tinham emergido os modelos masculino e feminino; e como, fundamentalmente, esta sociedade gerara uma nova cultura, dita de massas, com os seus entretenimentos específicos, as suas engenhocas, o seu movimento de artes plásticas (o Pop), como os meios de comunicação era sujeitos às pressões da comunicação publicitária e nascera o imperativo da informação bisbilhoteira, voyeurista, erótica, mas põe uma grande ênfase no papel da publicidade. Introduce noções curiosas que farão o seu curso, como aqui se expressa:

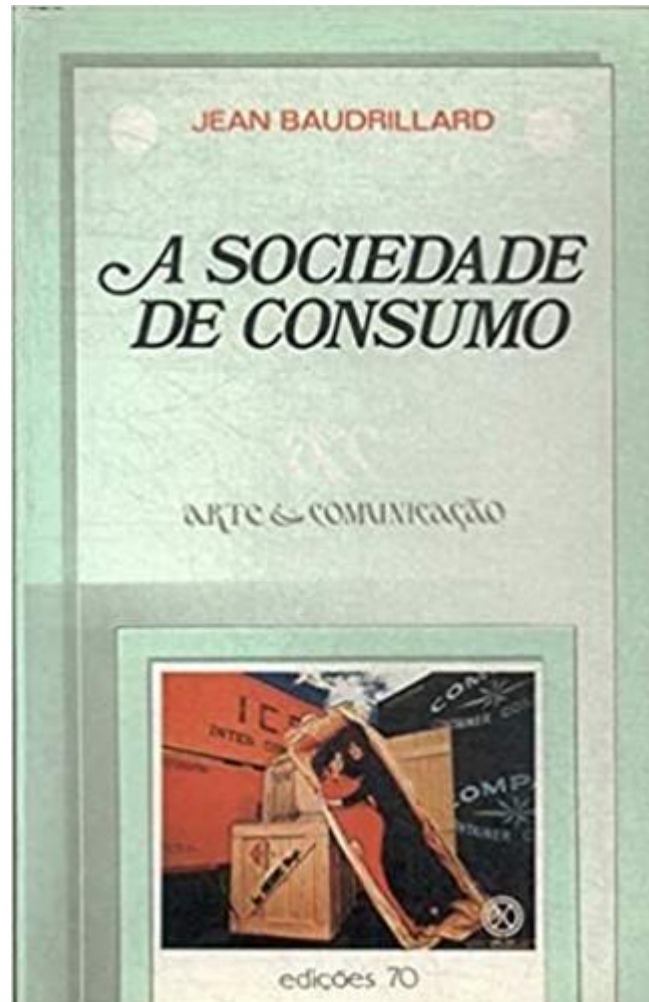
“A sociedade de consumo não se designa apenas pela profusão dos bens e serviços, mas pelo facto ainda mais importante de que tudo é serviço: o que se oferece para consumir nunca se apresenta como produto puro e simples, mas como serviço pessoal e como gratificação”. Abre-se aqui uma nesga para o que em breve irá acontecer, quando chegar a hora do individualismo ou a ideologia da distinção pessoal dada pelo mercado. E não deixa de se referir as dimensões de anomia que transparecem nesta nova sociedade, os quadros de violência.

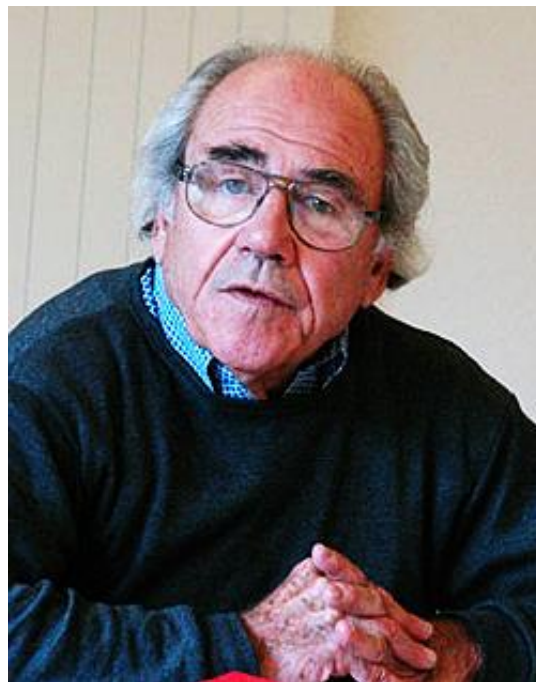
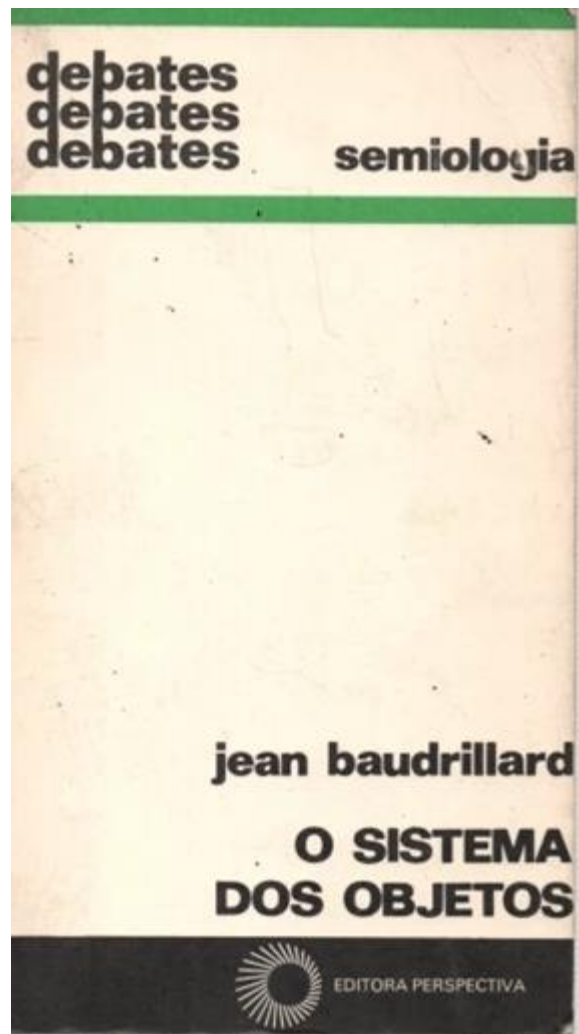
E já na conclusão, Baudrillard estima que esta era do consumo gerou uma forma de alienação: “Generalizou-se a lógica da mercadoria, que regula hoje não só os processos de trabalho e os produtos materiais, mas a cultura inteira, a sexualidade, as relações humanas e os próprios fantãs e pulsões individuais (...) O homem do consumo nunca se encontra perante as próprias necessidades, como jamais se vê diante do produtor do seu trabalho; também nunca se defronta com a própria imagem. No modo específico do consumo, já não existe transcendência, nem sequer a transcendência feiticista à ordem dos sinais. Na ordem moderna, deixou de haver espelho onde o homem se defronte com a própria imagem para o melhor ou para o pior; existe apenas a vitrina – lugar geométrico do consumo em que o indivíduo não se reflete a si próprio, mas se absorve na contemplação dos objetos/sinais multiplicados.

O sujeito do consumo é a ordem dos sinais. E daí a importância do outro seu livro *O Sistema de Objetos*, onde desenvolve uma poderosa reflexão sobre o objeto novo e antigo, a coleção e o colecionismo, o modelo e a série; a ilusão de que o crédito é uma dádiva; como se oculta a função primordial da publicidade, volta a falar na manipulação sistemática dos signos e adverte-nos: “Sem interpretar o signo, o consumidor fica indecifrável, reduzido a uma ideia de segurança, interesses económicos e informação. Talvez por isso o alcance precário e a fragilidade desta política que se tem circunscrito ao quotidiano, mais ao sabor das oscilações do mercado e percorrendo menos sobre o sistema dos objetos e a economia do signo – está aqui o âmago do consumo de massas.

E sem entender os signos a mitologia da cultura de massas é também uma outra leitura indecifrável.”

Reconheço hoje que foi graças a estes dois livros que ganhei entusiasmo por militar na cidadania pelo consumo.





Jean Baudrillard

O Bem-comum, elogio da solidariedade, por Riccardo Petrella

Professor que fui durante uns bons anos, competia-me vasculhar a documentação mais aliciante e didática para pôr os alunos a refletir sobre as grandes componentes de uma sociedade onde se valoriza o primado da decisão consciente e fundamentada do cidadão-consumidor e da sua interação com os princípios do bem-estar coletivo – a construção de uma boa sociedade.

Tive o privilégio de escutar Riccardo Petrella, ele veio várias vezes a Portugal e instantaneamente me surpreendeu pela clareza com que enunciava as suas teses e denunciava os termos em que os conservadores mantêm o firme propósito de dismantelar o Bem-comum.

Trata-se de uma longa caminhada, encetada desde o século XIX, o sonho de políticos em consagrar direitos, como os do trabalho, a educação, a saúde, a reforma digna e mesmo a profissão de fé de que “ninguém tem o direito a ser pobre”. Aí pelos anos da década de 1970 começou a contestação deste Bem-comum, tudo foi reduzido à mercadoria, a empresa privada era sempre muito melhor que o Estado, lançou-se o mantra de que o investimento privado é o motor do desenvolvimento de qualquer país, espalhou-se discretamente a toxina de que o investimento público cria mais prejuízos que proveitos; com o concurso dos órgãos de comunicação social ao serviço de tais teses, o trabalho foi ficando reduzido à categoria de custo, tal como o Estado.

É aqui que entra Riccardo Petrella e este ensaio que me ajudou a preparar aulas, *O Bem Comum: Elogio da Solidariedade*, Campo das Letras, 2002, infelizmente completamente esgotado.

Há algo de paradoxal no mundo de hoje em querer manter, nem que seja discretamente, o Bem-comum debaixo da mesa. O que se passa hoje nas políticas ambientais, no momento que corre com as profundas alterações energéticas, tem que embaraçar os promotores que exaltam a permanente conquista do mercado, que subalternizam a cidadania e a solidariedade, isto quando, inequivocamente, tudo precisa de ser feito em conjunto, à escala da sociedade mundial.

E Petrella sublinha: *“O objetivo do bem comum é a riqueza comum, ou seja, o conjunto dos princípios, das regras, das instituições e dos meios que permitam promover e garantir a existência de todos os membros de qualquer comunidade humana. No plano imaterial, um dos elementos do bem comum é constituído pelo tríptico reconhecimento – respeito – tolerância nas relações com o outro. No plano material, o bem comum estrutura-se à volta do direito ao acesso justo para todos à alimentação, à habitação, à energia, à educação, à saúde, aos transportes, à informação, à democracia e à expressão artística”*.

O autor não deixa margem para dúvida que é a existência do outro é a principal expressão do Bem-comum, é a engrenagem que constituirá o futuro e fará progredir as sociedades humanas.

É um belíssimo ensaio onde se discorre sobre o caminho para uma cidadania social, se referem as diferentes experiências do estado bem-estar, onde se dispõem as peças do mosaico do Bem-comum; e temos a obra da destruição, as críticas dos conservadores quanto à eficácia do estado bem-estar, o novo Decálogo que se foi impondo pelos apologistas de que tudo é mercado: a total liberalidade da globalização, a desregulamentação, a privatização, a permanente competitividade para sobreviver. Institui-se esta doutrina reduzindo apoios, privatizando os serviços públicos, fazendo vista grossa dos serviços de interesse geral, reduzindo a riqueza comum, deixando os excluídos por conta própria.

Petrella apresenta um projeto coletivo. O destaque vai para o reconhecer a existência do outro adotando um contrato social mundial: o contrato dos haveres; o contrato cultural; o contrato democrático; o contrato da Terra. Partir da existência do outro como Bem-comum mundial significa garantir o acesso às condições e aos fatores materiais e imateriais da existência humana, e igualmente o acesso às condições e aos fatores materiais e imateriais da coexistência entre os membros da comunidade mundial. Olhar para a água como o primeiro Bem-comum patrimonial mundial.

Há que desatar vários nós: deslegitimar a retórica dominante, não deixar que seja o mercado a impor as prioridades das realizações, criar regras para controlar o poderio financeiro, iluminando os paraísos fiscais, pôr fim ao sigilo bancário, tornar público e transparente a evolução dos mercados financeiros, os cientistas devem opor-se à dependência das suas atividades relativamente aos interesses económicos e financeiros das empresas.

E assim chegamos ao encontro com a solidariedade. Recordo o autor que o Estado de bem-estar representou e representa a forma mais avançada de boa sociedade. Durante décadas pôs-se em prática e construiu-se um sistema social, político e económico fundado na prioridade concedida à riqueza comum. E finaliza assim:

“A história dos séculos XIX e XX foi muito esclarecedora: não há qualquer hipótese de futuro para uma sociedade sem justiça, sem igualdade, sem fraternidade, ou, numa palavra, sem solidariedade. Ninguém conseguirá fazer parar os seres humanos na sua busca de humanidade. Mesmo que não consigamos (re)construir um mundo solidários nos próximos 20-25 anos, haverá sempre mulheres e homens que estarão dispostos a recomeçar e que tentarão novamente fazê-lo”.

Riccardo Petrella foi uma das minhas bússolas para estudar a cidadania no consumo e nos cuidados com os outros, para evidenciar a solidariedade entre os consumidores como a ferramenta conducente a uma boa sociedade. Lamento que estudos subsequentes de outros autores (seguramente que os há) não conheçam tradução portuguesa, não será certamente por desinteresse dos leitores, pois ganha-se cada vez mais consciência que as grandes causas mundiais exigem Bem-comum e uma total abertura à solidariedade.



Riccardo Petrella

Toffler, o gigante da análise social que previu a colisão brusca com o futuro

Aí por 1971, um amigo com quem eu estudava regularmente, ambos estudantes militares vindos da guerra colonial e já a galgar a caminho da licenciatura, avisou-me que tinha saído um livro que ele considerava de leitura obrigatória, o autor era norte-americano, de nome Alvin Toffler, escrevera o Choque do Futuro, recentemente publicado entre nós, onde deixava o registo da sua investigação sobre a alteração do tempo nas nossas vidas. Em primeiro lugar, aquilo a que chamávamos permanência entrara em implosão, estávamos a viver uma sobreposição de uma nova cultura numa cultura antiga, rompia-se com o passado, ultrapassara-se a dimensão dada pelos tempos industriais, adquirira-se uma visão global, desde a cultura às finanças. Toffler nunca fala numa obra matricial, que gerou imensa polémica e não só no mundo ocidental, A Sociedade Pós-Industrial, de Daniel Bell, que surgiu anos depois desde Choque do Futuro, este sociólogo norte-americano recorda que tínhamos entrado noutra patamar da civilização, a sociedade dos serviços. O que Toffler regista é a compressão do tempo decorrente do desenvolvimento tecnológico, aumentara a velocidade em tudo, com flagrante evidência do transporte terrestre e aéreo, os ritmos culturais iam mudando de natureza e duração, com impacto na perceção individual do tempo. Surgia a transitoriedade que nos estava a provocar já um sentimento de impermanência, afetando igualmente a maneira como experimentamos a realidade e enfrentamos as dificuldades. É bom ter em conta que esta longa observação de Toffler não contempla minimamente algo que está hoje no topo das prioridades, as preocupações ambientais e a sua vertente mais aguda, a mudança climática. Daí ele dar como facto assente que tínhamos entrado numa sociedade “de deitar fora”, caso da esferográfica, entre milhares de exemplos, estávamos a habituarmo-nos à caducidade rápida, muito sujeitos aos imperativos da moda.

Nascia uma nova categoria, os sempre em movimento, os nómadas, seres humanos a percorrer longas distâncias entre a residência local e o trabalho, a mobilidade, vaticinava, e a ser cada vez maior, acabava a residência para uma vida inteira, desaparecia o trabalho na mesma empresa ao longo da vida, as relações humanas passariam a ser de curta duração. Falando exatamente da atmosfera norte-americana, Toffler fala das permanentes mudanças e a rarefação do universo relacional, muda-se de casa e de emprego e os amigos e conhecimentos são deixados para trás, há que refazer tudo, acelerou a movimentação de empregos, desde dirigentes a meros funcionários, ele chama também à atenção para o aluguer de pessoal temporário. E questiona como devemos tratar e nos devemos habilitar nas estruturas organizacionais dentro das quais vivemos.

Também argumenta com a revolução organizacional, as organizações têm que se sujeitar a modificações regulares, sejam os departamentos governamentais, sejam multinacionais, deu-se uma mudança revolucionárias nas regulações do poder, ruíram hierarquias, todos procuram desembaraçar-se das práticas burocráticas que tolhem a

vida do indivíduo e das organizações. Criámos celebridades instantâneas, de usar e deitar fora. Toffler fala na Twiggy, uma rapariguinha de um bairro pobre londrino que pousou pela primeira vez como modelo e que de um dia para o outro ascendeu ao vedetismo internacional. Ele fala no rosto atraente da Twiggy que aparecia na capa de todas as revistas, e o nome Twiggy entrou em perfumes e vestuário. A sua imagem desvaneceu-se, como hoje são pura lembrança os nomes dos Beatles, de John Glenn, Bob Dylan ou Jacqueline Kennedy, a indústria noticiosa e do entretenimento precisa a todo o transe de novas figuras, do desporto à política, da ciência à religião.

Que o leitor não se esqueça que estamos na década de 1970, diz Toffler que nos EUA o tempo médio passado por um adulto a ler os jornais era de 1 hora por dia, e na escuta de noticiários, publicidade, comentários ou programação televisiva e radiofónica ouvia cerca de 11 mil palavras previamente estudadas. Os próprios movimentos artísticos, desde o impressionismo, tinham conhecido mudanças demolidoras. E fala na novidade:

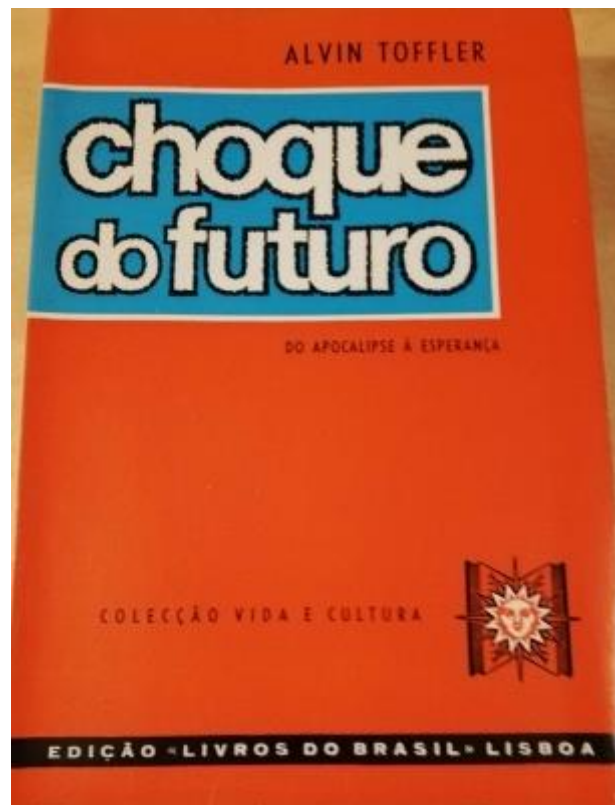
“Se a transitoriedade é a primeira chave para a compreensão da nova sociedade, a novidade é a segunda. O futuro desenrolar-se-á como uma infinita sucessão de incidentes estranhos, descobertas sensacionais, conflitos inverosímeis. Importa ter em conta que o homem nunca habitou, verdadeiramente, um ambiente repleto de novidade. Ter de viver a um ritmo acelerado quando as situações são mais ou menos familiares, é uma coisa; ter de viver a um ritmo acelerado e, para mais, em situações novas, estranhas e sem precedentes, é outra muito diferente. Ao libertarmos as forças da novidade mergulhamos o homem no ineditismo, no imprevisível e elevamos os problemas de adaptação a um nível novo e perigoso, pois a temporalidade e a novidade formam uma mistura explosiva.”

Passa em revista todos os progressos tecnológicos do tempo, da agricultura à medicina, dos novos materiais ao sistema financeiro. Que o leitor nunca perca de vista que tudo é cada vez mais efémero, Toffler irá abordar os novos conceitos de família, desde os pais biológicos e pais profissionais às trajetórias matrimoniais. Ele ainda não fala na “terceira vaga”, conceito que ele desenvolverá na década seguinte, aqui refere sempre a revolução superindustrial, o fim da standardização, a possibilidade do objeto por medida, engrenámos na diversidade de cultos religiosos, de tribos contestatárias (na época faziam furor os hippies), os estilos de vida também ganharam diversidade graças à ascensão do individualismo.

Oferecida a moldura sobre as acelerações da mudança e como se exprimem vem o convite à adaptação, daí Toffler tratar o choque do futuro na dimensão física, psicológica e até emocional. E caminhando para o fim do seu ensaio propõe estratégias de sobrevivência que, francamente, são agora peças de museu, referências simpáticas sobre o sistema educativo, a revolução do ensino, o sistema de aptidões, o controlo da tecnologia e mesmo chega a propor uma estratégia de futurologia social, e assim conclui dizendo que não existe nenhuma maneira fácil de tratar o choque do futuro, limitou-se a sugerir paliativos, há ainda que encontrar outros remédios: “Estas páginas terão conseguido o seu propósito se ajudarem a criar, ainda que parcialmente apenas, a

consciência da realidade de que o homem necessita para assumir o controlo da mudança e orientar a sua evolução. Utilizando a mudança como imaginação para canalizar a própria mudança, não só evitaremos o trauma do choque do futuro como também humanizaremos os amanhãs longínquos.”

E Toffler irá surpreender-nos com uma poderosa análise interpretativa do mundo emergente que ele designará por “Terceira Vaga”, obra a que iremos seguidamente fazer referência.



Alvin Toffler

De novo Alvin Toffler, as suas memoráveis previsões em 1980 para o mundo em que vivemos

O pensador Alvin Toffler surpreendera nos primórdios da década de 1970, como se viu no texto anterior, com a sua análise sobre o mundo acelerado em que se vivia, era uma inusitada chamada de atenção para uma civilização que mudava os seus ritmos, as suas estruturas sociais, que inevitavelmente sofria o choque de alterações técnicas que tinham a ver com a passagem da industrialização para o terciário. Cerca de 10 anos depois, *A Terceira Vaga* veio verdadeiramente inquietar a classe política, o mundo do trabalho, as empresas de grande dimensão, os sindicatos, os mais variados meios de opinião: anunciava uma nova civilização ainda em entrechoque com a sociedade de consumo de pulsão industrial. *A Primeira Vaga* correspondia a um longo período, marcadamente agrícola, mercantil, dominado por imperadores, reis, que tinha como fio condutor a posse da terra e as conquistas coloniais. *A Segunda Vaga* emergira com os balbucios da Revolução Industrial, da locomotiva a vapor até à sociedade de consumo de massas, a sua presença era inquestionável na Europa, na América do Norte e nalgumas outras partes do globo, traduzia-se em siderurgias, fábricas de automóveis ou de têxteis, caminhos de ferro velozes, alimentos processados, rádio e televisão, grandes empresas, horários cadenciados para as fábricas e escritórios, impérios coloniais. O sinal de viragem aparece nos EUA, aí por volta 1955, pela primeira vez os trabalhadores de escritórios e serviços ultrapassavam numericamente os operários. Ainda não se tomara o pulso do que estava a aparecer e a viragem histórica que iria acontecer: os aviões a jato, a pílula anticoncepcional, surgia uma nova máquina a que se dava o nome de computador, ainda em fase de teste. E, inopinadamente, apareciam sinais de um novo patamar de civilização que abalava pelos alicerces o anterior.

Toffler descreve minuciosamente a segunda vaga, a sua energia baseada em carvão, gás e petróleo, as suas gigantescas máquinas eletromecânicas, as suas empresas multinacionais, a crescente importância da família nuclear, a definição do estado social, um mundo de papelada, com grande distribuição de correio pois os serviços postais levavam mensagens a toda a parte, o produtor separava-se do consumidor, os mercados cada vez mais universais, as mulheres gradualmente a saírem de casa e a possuírem diplomas universitários.

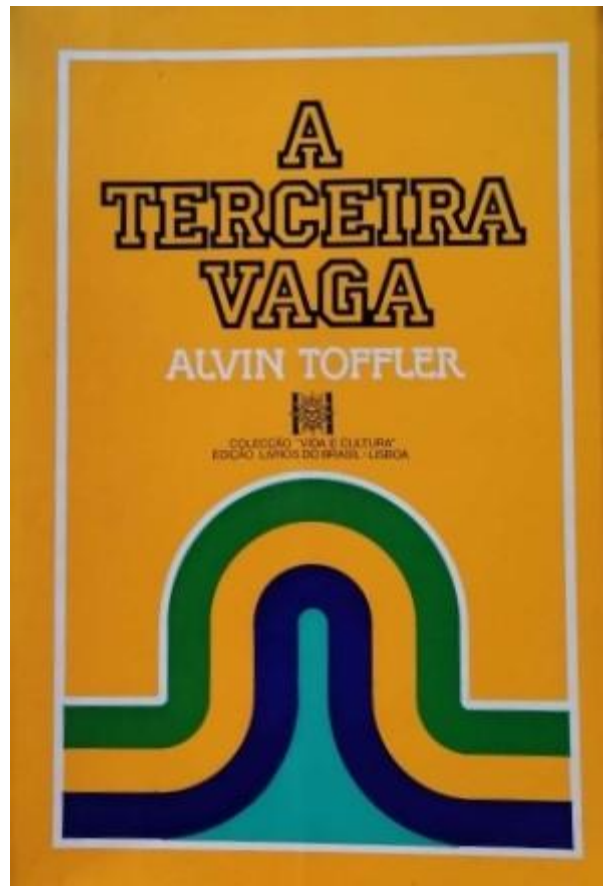
E continua: uma vaga pautada pela especialização, a sincronização dos gestos e horários, a concentração urbana, tudo produzido e distribuído em grande, já que a linha de montagem propiciava a grande escala e esta o embaratecimento dos produtos; o poder era piramidal, controlado pelas grandes elites, estas suportadas pelos votos das classes em ascensão; os impérios coloniais revelaram-se fundamentais para se ter acesso rápido às matérias-primas e ao mesmo tempo escoar a produção excedentária. Enfim, uma civilização com mercado em constante expansão. E chegaram os sobressaltos, logo no início da década de 1970, com os choques petrolíferos, desapareciam as matérias-primas baratas, renascia a inflação, o desemprego, tremia a

concertação social. Nessa civilização assente em carvão, carris, têxteis, aço, borracha, automóveis, descobria-se a poluição, chegava a eletrónica, de inovação em inovação passava-se da massificação à desmassificação, de normas coletivas à aceitação do individualismo, os meios de comunicação social pulverizaram-se. Mas Toffler também faz o reconhecimento de que a segunda vaga catapultara a cultura para níveis universais: “A civilização da segunda vaga derrubou a barreira da memória. Difundiu o alfabetismo maciço. Conservou registos sistemáticos. Construiu milhares de bibliotecas e museus. Inventou o armário-ficheiro. Aumentando a quantidade de conhecimento cumulativo, acelerou todos os processos de inovação e mudança social, dando à civilização da segunda vaga a cultura de mudança e um desenvolvimento mais rápido que o mundo até então conheceu.”

O salto tecnológico que então se empreendeu permitiu substituir as séries longas por séries curtas, os escritórios entraram em automatização. É então que Toffler introduz elementos de grande perturbação: a reviravolta que a eletrónica iria instalar, a possibilidade de se voltar a trabalhar em casa, deu-se uma revolução na ética, as grandes empresas passaram a viver numa crise de identidade, renasceram as reivindicações das minorias, os horários sincronizados foram postos em causa com as possibilidades abertas pela flexibilidade laboral, a vida social mudou em profundidade. Toffler forjou uma figura nova, o prosumidor, um cidadão que constrói objetos em casa, que dedica mais tempo aos autocuidados, que aprende a tirar partido das máquinas, que desperta para a formação contínua.

Para um jovem na casa dos 20 anos, as perdições de Toffler no início da década de 1980 podem ser tomadas como uma insignificância, ele fala nos circuitos integrados, nos microprocessadores, na variedade de fontes de energia, desde o hidrogénio à solar e à geotérmica, passando pela biomassa e as marés. Esse jovem na casa dos 20 anos não ficará, porventura, impressionado com a computadorização nem com os produtos finais desmassificados, pois vive numa psicoesfera, tecnoesfera e infoesfera que muito pouco tem a ver com o mundo em que os seus pais nasceram, até o olhar sobre os sistemas políticos mudou.

Esta é a grande força, a vibração, que torna a terceira vaga uma profecia quase arrepiante e com ela finalizamos a primeira série das leituras inextinguíveis.



Alvin Toffler